# A ACADEMIA DE S. PAULO

TRADIÇÕES E

REMINISCENCIAS

ALMEIDA NOGUEIRA

# A ACADEMIA DE S. PAULO



## TRADIÇÕES

E

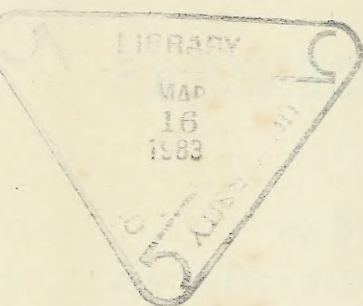
## REMINISCENCIAS

ESTUDANTES

ESTUDANTÕES

ESTUDANTADAS

TIMA SÉRIE

S. PAULO — 1909

## Dr. J. L. de Almeida Nogueira

*Lente cathedratico de Economia Politica e Sciencia das Finanças*
*na Faculdade de Direito de S. Paulo*
*Ex-deputado á Assemblea Geral e ao Congresso Nacional*
*Senador do Estado*
*Socio honorario do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*

# Prefacio

Mal avisado andou o meu nobre amigo dr. Almeida Nogueira no convite que me endereçou para prefaciar o presente volume, que é o septimo da serie de livros de sua lavra, subordinada ao titulo geral *Tradições e Reminiscencias,* em que se propoz a tarefa de passar em revista a Academia de S. Paulo, desde a sua fundação até aos nossos dias, fixando na bem apparelhada objectiva de sua escripta momentos e aspectos por sua natureza instantaneos e fugidios. Mal avisado, disse eu, e não me desdigo. No fim de contas, um prefacio, nas condições do que ora faço, não é uma verdadeira estopada imposta ao leitor, que, para o deletrear, retarda o prazer de devorar as paginas que se seguem? Creio que sim. Um prefacio, a não ser explicativo do texto do corpo do livro, sempre foi uma artimanha ou cousa semelhante, que sómente serve para desmandibular o leitor até ás orelhas num bocejo infindavel. Em todo caso, *me adsum,* unicamente para corresponder á gentileza do convite do auctor, cuja cerebração, rica e poderosa, admiro de ha muito no meio espiritual de S. Paulo, que, aliás, não é tão sáfaro de homens de valor mental.

Fiquei conhecendo mais de perto o dr. Almeida Nogueira quando redigiamos ambos o *Correio Paulistano* — elle como redactor-chefe e eu como redactor literario. O dr. Almeida Nogueira, apesar da supremacia do seu posto no jornal, sabia encurtar essa distancia pela extrema cortezia e amenidade de trato que timbrava em manter para

com todos, desde o *retranca* das officinas até ao escriptor destas linhas. Foi uma leal e boa camaradagem durante largos annos, com muitas affirmações de solidariedade, em não raros momentos das nossas attribulações jornalisticas. Conhecedor da vida desfibrante da imprensa diaria, era, entretanto, indefesso nessa labutação de todas as horas; orientado como poucos no *savoir-faire* de uma folha bem feita, nada transcurava, desde a *charge* hilariante até ao artigo de fundo; para elle o jornal devia ter de tudo para todos os paladares, tanto que não se dedignava de escrever a mais simples local de policia. Lembra-me ainda de quando me obrigou elle a traduzir um romance de George Ohnet para o roda-pé do *Correio*. Para o meu gosto literario, Ohnet sempre foi um reles fabricante de romances de fancaria, e para o delle tambem, está visto; mas é que o grosso do publico o apreciava, e dahi a necessidade de o contentar com aquelle *prato*, dizia elle. Quando eu não publicava versos na parte literaria, principalmente aos domingos, o dr. Almeida Nogueira observava logo a falta dèsse *vol-au-vent*, como lhes chamava. Em materia de critica literaria ou artistica, era exigente a valer: a critica devia ser desenvolvida e sem muita lambugem de elogios. É preciso que se note que, quando eu não a fazia por qualquer motivo, por doença ou por outros affazeres mais urgentes na cozinha do jornal, elle mesmo a elaborava, em um abrir e fechar de olhos. Espirito finamente educado e prompto na concepção e na factura da escripta, não havia um departamento no jornal em que não patenteasse a destreza de sua penna. Em todo caso, a sua especialidade era o artigo politico, quer em fórma de chronica, quer em fórma de artigo de fundo. Esse artigo elle o escrevia diariamente e á ultima hora. Antes de se abancar á mesa de trabalho, mandava comprar *bonbons* ou doces, que collocava ao lado do tinteiro, para os ir tasquinhando á medida que fosse enchendo os linguados. Tirava depois o *paletot*, desapertava o cós das calças e desunhava a escripta,

tira por tira, que ia entregando, cada uma por sua vez, ao chefe das officinas. Nada o incommodava nessa occasião: podia-se fumar, palestrar, rir, junto da sua mesa, que elle até dava apartes e se immiscuia na palestra, pouco se importando com o rumor da sala da redacção, tão frequentada nessas horas nocturnas. Quando acabava de encher a ultima tira, o saquitel de *bonbons* estava vazio. Uma particularidade: o dr. Almeida Nogueira só escrevia com uma caneta enorme pela grossura e pela dimensão, tanto que, de uma feita, me servi della para esbordoar um importuno que me tinha ido tomar satisfacções pela publicação de uma verrina na secção livre. Era um porrete, valha a verdade. O homem ficou com os costados a arder.

Depois que, ás duas horas da madrugada, davamos a ultima demão ao serviço de redacção, eu e elle sahiamos e nos retiravamos, a pé, para casa. Iamos palestrando em caminho. Vem aqui a proposito um caso que define o fundo moral da individualidade do dr. Almeida Nogueira. Não sei se contál-o será uma indiscreção de minha parte. Numa dessas noites, ao passarmos por uma rua, achava-se ainda á janella uma mulher. Quando defrontavamos com ella, da calçada, ouvimos, á meia voz: «Entre». Fizemos ouvidos de mercador ao convite e seguimos. Quando nos achavamos já a alguns passos de distancia, o dr. Almeida Nogueira estacou de subito, revistando os bolsos. — Voltemos — disse-me elle. Acompanhei o meu amigo, que parou em frente da janella da pobre mulher, que sorriu. Elle, que tinha já tirado do bolso uma nota de dez mil réis, dirigiu-lhe no mesmo instante a palavra: «Não posso entrar; em todo caso, aqui estão dez mil réis, e é como se eu tivesse entrado». Deixou-lhe nas mãos o dinheiro e seguiu. Imaginem o meu espanto! Disse-me elle então, philosophando: «Uma infeliz! Quem sabe se até a esta hora ainda não comeu cousa alguma, á espera de alguem que entrasse. Coitadinha! É tão feia!»

Este caso é veridico e patenteia a immensa bondade

do seu coração. Como este rasgo de caridade *sui generis*, podia contar ainda outros que desvendem o thesouro de sua alma de ouro. É este um traço caracteristico de sua individualidade. O dr. Almeida Nogueira é um forte e um bom, *vir fortis et fidelis*. É que a força anda sempre alliada á bondade.

Dahi, a razão sentimental por que se apaixona pelos assumptos de que trata. É assim que anda agora a colher dados sobre a poetica figura de Laura Milliet, cujos olhos apaixonaram toda a nossa Academia de ha 60 annos atraz e occasionaram o suicidio de um estudante, que a amava, e, aliás, não lhe era indifferente. Para fazer resurgir essa interessante e meiga menina, que alvoroçou a Academia de outrora, não poupa elle esforço algum, inquire daqui, esquadrinha dacolá, colhe notas, esmiuça, faz *croquis*, não descança um instante. Sei que já conseguiu obter dois retratos della — um ambrotypo e uma gravura. O dr. Horacio Belfort Sabino, casado com uma sobrinha neta de Laura Milliet, e que se prestou de boa mente a auxiliál-o nas pesquizas, que fazia, disse-lhe, um dia, gracejando, ao ver o interesse e a emoção com que elle se entregava a esses estudos: «Dir-se-ia que o sr. está apaixonado pela minha tia-avó!...» E não será assim que trabalham os romancistas de hoje?

De Amicis não nos contou como Daudet e Zola conceberam e escreveram os seus romances? Eça de Queiroz, diz Ramalho Ortigão, escrevia os seus admiraveis livros no meio de verdadeiras crises de todo o seu systema nervoso, numa agitação sibyllina, gesticulando, bracejando, passeando no quarto, falando só, chupando cigarros que não accende, e accendendo cigarros que não fuma. Isto quer simplesmente dizer que todos esses escriptores se apaixonaram pelo seu assumpto.

Em que pese aos espiritos conselheiralmente sizudos, cujo angulo de visão jamais se despega, ou por habitos rotineiramente adquiridos, ou por temperamento, ou mesmo

por méra conveniencia, de tudo quanto é rebarbativo e menos leve na vida, e cuja imaginativa se imbrida sempre pelas rédeas de um commodismo burguez e refractario a todas as coisas que deleitam o espirito, o encargo que tomou o dr. Almeida Nogueira de historiar a nossa Academia, servindo-se para isso da fórma anecdotica da chronica volante, baseada sobre depoimentos e informes dos contemporaneos, colhidos flagrantemente no convivio intimo e quotidiano de cada qual, esse encargo, ia eu dizendo, não é de somenos importancia, consoante lhes possa parecer, pois basta ver que desses *petits faits*, dessas anecdotas, dessas pequenas circumstancias, desses *documentos vivos,* emfim, se formam não raro os elementos de saber e de apreciação de uma dada época ou individualidade, em cuja psychologia, assim reconstituida, se descobre muita vez a causa determinante de um facto social ou de um caracter.

De sorte que póde dizer-se até que semelhante trabalho, apesar de apparentemente ligeiro e de só archivar impressos e fixar aspectos ou situação de momento, é uma poderosa contribuição para a historia do S. Paulo mental, ou, quiçá, do Brazil, nas diversas épocas abrangidas pelo auctor.

Ao demais, o auctor não está, neste particular, fóra do espirito da critica moderna que tem a preoccupação do *meio* e das *circumstancias* no estudo de qualquer individualidade. Não é um critico, bem sei, mas um chronista de impressões, um registrador de pequenos factos, um accumulador de materiaes para a verdadeira critica, que não deve ter outro scopo senão o de determinar o traço distinctivo, a feição dominante, a diagonal do parallelogrammo das forças conscientes ou inconscientes de um espirito, na expressiva phrase de Guyau.

Taine, quando estuda Balzac, por exemplo, faz ahi uma applicação absoluta da theoria do meio e das *circumstancias*, historiando primeiramente a vida do escriptor para

criticar, depois, a sua obra. A sciencia e a historia, que não são mais do que o esqueleto da realidade, conceitua um philosopho hodierno, repoisam afinal, em suas linhas essenciaes, sobre um pequeno numero de factos joeirados com cuidado, e, de todo em todo, *expressivos*. Estes factos, na sciencia, exprimem leis puramente objectivas; na historia, leis psychologicas e humanas. A arte ainda sobre menor numero de factos repoisa, e seu fim é accumular no mais curto fragmento do espaço ou da duração o maior numero de factos *significativos*, pois que ella é a condensação da realidade.

Nestas condições, o trabalho do dr. Almeida Nogueira, posto que não seja propriamente uma obra d'arte, não póde deixar de ser util e ameno a um tempo, visto que, de par com a reconstituição de typos e scenas dos tempos academicos, offerece agradabilissima leitura num estylo sempre despretencioso, sempre leve, sempre correntio.

Mas ocioso não será notar que esse estylo não se subordina ao genero narrativo ou descriptivo da rethòrica antiga, tanto que delle resumbra o largo bom humor do auctor atravez de um quê de impressionismo, que é a *marca de fabrica* dos bons escriptores de hoje. Neste ponto estou com Ramalho Ortigão quando diz que o estylo narrativo ou descriptivo á moda antiga tem os seus dias contados. Não ha hoje senão um estylo unico — o estylo humano. A razão é simples. O escriptor de hoje não manda imprimir uma pagina sem que nella ponha um boccado de sua alma, alguma vibração de seus nervos, um sôpro de sua vitalidade. Dahi vem que a expressão da phrase, como diz ainda aquelle escriptor, tem de dar a imagem approximativa da commoção do artista, e este a obtem dandolhe uma determinada fórma, um movimento, uma sonoridade especial, e fazendo-a entrar no cerebro por todos os conductos periphericos, pela sensação do tacto, do ouvido, da visão e do olfacto. Não affirmo que isto se consiga sempre; mas o indubitavel é que o esforço para o alcançar

deve ser empregado pelo escriptor, a fim de que uma porção de sua vida psychica se transfunda na sua escripta e por ella corra como o sangue nas veias, ainda que a composição literaria pertença ao genero narrativo ou descriptivo e até didactico. Se o não faz por esse modo, póde ser tudo o escriptor — um habilidoso, um artifice, um bom homem — menos um plumitivo, na rigorosa expressão desta palavra.

Mas o auctor, como já disse, pertence ao numero daquelles que sempre nos inspiram sympathia, pelo bom humor que fazem transparecer nos seus escriptos. É um dom de seducção que lhe é peculiar, ou, melhor, a resultante natural de um temperamento são e equilibrado.

Quem estudar a psychologia do bom humor e os seus effeitos na vida social, verá que o possuidor deste predicado virtual é um vencedor em toda a linha. Camille Mellinand, que se tem occupado dos problemas tão interessantes da psychologia dos sentimentos e das sensações intimas, escreveu algumas bellas paginas sobre a psychologia do bom humor, pondo em relevo os beneficios deste estado d'alma, dos quaes enumera tres: é um incentivo á felicidade, é um despertador da inspiração, é um predisponente á benevolencia. O poder do bom humor ainda não fica ahi: é enormemente contagioso. Assim, quando estamos verdadeiramente de bom humor, as physionomias em torno de nós se illuminam de certo bemestar intimo. Ha como que uma irradiação do nosso ser para todos os que nos rodeiam. Quaes são as causas que influem sobre o nosso humor? São quatro: o bom ou mau estado de saude; o nosso amor proprio offendido ou satisfeito; a sympathia ou antipathia que inspiramos em torno de nós; a ordem ou a desordem da nossa vida e das nossas ideias. Donde se conclue que o bom ou mau humor tem sempre uma causa psycho-physiologica.

Ora, assim sendo, e tendo eu dicto que o dr. Almeida Nogueira é um escriptor de bom humor, nada mais fiz do

que apresentar a feição primordial do seu temperamento, que elle deixa transparecer como escriptor nos seus escriptos e como homem nas suas acções. O auctor, portanto, é um equilibrado e não um irregular.

Dahi, o seu grande poder de persistente e ininterrupto trabalho no colligir todos os dados necessarios á sua obra *Tradições e Reminiscencias.*

Porque, necessario é observar, o auctor nos dá de cada estudante ou lente — o typo physico e o typo moral, salvante alguns delles, que são apenas indicados. É o genero literario, nem mais nem menos, que se chama *retrato.* Alguns são pintados em duas palhetadas; outros, com desenvolvimento maior. É bem de ver que o auctor não lhes dá o destaque nem o valor que Tacito deu aos *retratos* celebres de Porsennius, de Salustius Crispus, de Tiberio, de Poppéa, de Agricola, nos quaes domina a antithese para mais accentuar o physico, o moral, e, propriamente, o caracter. Se isto, porém, não se dá nas *Tradições e Reminiscencias,* porque o auctor nellas trata apenas de pessoas que ainda não possuem uma individualidade accentuada, com excepção de alguns lentes, não se poderá dizer, todavia, que cada *retrato* seja apenas um *cliché* desprovido de vida, um logar commum inteiramente inerte, uma especie de estafermo.

Daunon, a respeito deste genero literario, faz interessantes reflexões que convem ler: «Se o *retrato,* diz elle, não é de certo modo senão uma contraprova mais ou menos fraca de uma figura conhecida, valeria mais a pena dar-nos della dois ou tres traços apenas que reproduzir tão penosa e confusamente traços communs a um certo grupo de typos. O que se parece com todo o mundo não póde servir para caracterizar pessoa alguma. Os exemplos destes *retratos* vagos são extremamente vulgares.»

O auctor, como já disse, vinga evitar este escolho dos *retratistas* literarios, a saber: o de fazer imagens artificiaes.

Até aqui o escriptor das *Tradições e Reminiscencias*, como auctor desta obra litteraria e como jornalista. Ainda ha, porém, nelle o jurista, o professor, o politico, o orador parlamentar. Sobre cada uma dessas faces de sua complexa personalidade ainda tanta coisa se poderia escrever se não fosse isso desgarrar do intuito deste prefacio. Não obstante, tudo ganhará o leitor, se eu lhe dér aqui, de relance, algumas notas a tal respeito.

Como jurista, por exemplo, o dr. Almeida Nogueira tem publicado varias monographias sobre Economia Politica, Direito Publico e Direito Industrial. Escusado será dizer que o escriptor jurista se mantem sempre na mesma altura do escriptor literario; seu estylo é sempre claro, escorreito e leve, apesar do assumpto ser mais ponderoso; e este, não convem esquecer, se esclarece sob todos os pontos de vista, de modo a se impor a quem procura estudál-o, mas isto devido ao methodo com que o versa o auctor, cuja exposição é desembaraçada e sem rodeios e cuja logica é rectilinea e segura na argumentação que elle desenvolve sem o minimo esforço, naturalmente, como o fio de um carretel de linha no encadeado dos pontos de uma machina de costura posta em movimento.

O dr. Almeida Nogueira tem em mãos uma obra muito importante sobre Direito Industrial, materia juridica em que se constituiu um especialista sem competidor de vulto no exercicio de sua advocacia.

Na cáthedra de lente de Economia Politica e Sciencia das Finanças, sua notabilidade é reconhecida por todos os alumnos da nossa Academia de Direito. Extremamente delicado para com todos os estudantes, o eminente professor é ouvido por elles com o maximo respeito e desusada attenção. No emtanto, ao que dizem todos os seus alumnos, a hora de sua aula passa rapidamente, corre, vôa, porque o illustre lente faz timbre em não ser massudo e caturra na exposição da materia, o que consegue plenamente, entremeando as suas prelecções com anecdo-

tas e casos pertinentes, além do esforço que envida para não ser obscuro e abstruso na exposição e na argumentação.

É um lentão no physico e no espirito — como dizem os estudantes.

No caracter de politico e de orador parlamentar, o dr. Almeida Nogueira tem uma longa fé de officio, porque elle milita na politica desde o antigo regimen. Já em 1873, antes de sua formatura na Academia de Direito de S. Paulo, foi eleito deputado á então Assembleia Provincial deste Estado, donde passou, em 1876, para a Assembleia Geral. Quando se estreou na tribuna desta camara, por occasião de se discutir o orçamento do ministerio do Imperio, enunciou doutrinas tão adiantadas que o conselheiro Andrade Figueira contestava em rodas politicas que elle fosse conservador, partido em que se filiou, mas, afinal, concedia, fazendo justiça á sua lealdade politica — que elle era *do partido* conservador, ou antes, *alliado ao mesmo*, não, porém, de ideias conservadoras. Dahi em diante, foi reeleito deputado provincial e geral em muitas legislaturas, inclusivé na de 1881, em que disputou, no 3.º districto de S. Paulo, o pleito ao Barão Homem de Mello, então ministro do Imperio, e o derrotou por 112 votos, após acerrima campanha eleitoral.

Em 1886 foi competidor do conselheiro Moreira de Barros no mesmo 3.º districto. A eleição foi liberrima e disputada palmo a palmo. O dr. Almeida Nogueira venceu por 1 voto.

O eminente politico fez parte da camara que decretou a abolição do elemento servil e deu o seu voto á lei de 13 de maio, tendo apresentado, dois annos antes, um projecto de abolição gradual e com modica indemnização decrescente de anno para anno.

Em 1889 esteve elle no ostracismo com todo o partido conservador. Quando sobreveiu a Republica, o dr. Almeida Nogueira redigia o *Correio Paulistano*. Desde o

primeiro instante, após a mudança do antigo regimen, essa folha, inspirada pelo sr. conselheiro Antonio Prado, acolheu com sympathia o governo republicano. O dr. Almeida Nogueira, porém, conservou-se em posição discreta, até que o partido conservador, na memoravel reunião de 18 de novembro do mesmo anno, declarou que dava por finda a sua missão partidaria e adheria, juntamente com o partido liberal, fundidos, á transformação politica do Brazil e prestava todo o seu apoio á patria republicana, «reconhecendo a Republica como a fórma definitiva do governo do Brazil».

Logo no começo da situação republicana, o dr. Almeida Nogueira, como redactor do *Correio Paulistano*, dirigiu consultas, sobre a orientação politica a seguir, aos mais notaveis estadistas e parlamentares do regimen decahido, publicando-lhes na folha as respostas, que produziram enorme sensação no mundo politico.

O illustre parlamentar foi depois eleito deputado ao Congresso Constituinte de 1891 e á 1.ª e 2.ª legislaturas do Congresso Nacional. Em 1898 foi eleito senador estadual e nesse logar ainda se conserva, tendo sido reeleito em 1904.

Seus discursos parlamentares, que dariam para alguns volumes, são notaveis e dignos de uma demorada leitura em gabinete de estudo. Pudera! — quererá dizer o leitor. Todos os oradores, sobre as notas dos tachigraphos, reconstroem os discursos, corrigindo, boleando os periodos, puindo as asperezas e imperfeições proprias da improvisação.

Não ha duvida que tal acontece geralmente. Mas posso garantir que o dr. Almeida Nogueira pouco emenda ou corrige os seus discursos. É um orador correcto, não digo imaginoso, mas elegante, sóbrio, argumentador, prompto no responder aos ápartes, sereno, agradavel presença na tribuna, gesto commedido, voz clara e sonora. Não é loquaz, é eloquente. Sua eloquencia, porém, não

promana de raptos oratorios, mas do feitio á ingleza que imprime ao debate em que toma parte.

Numa palavra : é um orador á moderna, attrahente, sympathico, insinuante na tribuna parlamentar. Não é fogoso na invectiva, mas ironico e frio na réplica, dessa frialdade de lamina de Toledo, que deixa o opponente incommodado por ver que o córte lhe foi dado com luvas de pellica. Essa ponta de ironia é um dos traços caracteristicos de sua personalidade, a despeito de sua extrema delicadeza.

Para completar este rapido estudo, não é licito olvidar mais alguns elementos de apreciação a respeito do dr. Almeida Nogueira. Além de outros estudos que elle tem feito, destaca-se o das sciencias occultas, a que se entrega nos seus lazeres. Sua bibliotheca nesse departamento scientifico é riquissima. Encontram-se alli obras de Eliphas Levy, Stanislas de Guaïta, Papus, A. de Rochas, Flammarion, Baraduc, Richet, Dr. Pascal, C.el Olscott, Blavatski, Besant e outros auctores que seria longo enumerar.

Não desconhece as mil especies de *sport* : a esgrima, a gymnastica, as corridas a pé, a patinagem, a equitação, o *foot-ball,* a athletica, a timonagem, a caça, etc.

E' um fino *gourmet,* segundo todas as regras de Brillat Savarin, cujo livro, *Physiologie du goût,* sabe de cór, chegando ao ponto de elle proprio preparar alguns pratos de sua predilecção.

No tempo da sua vida academica, o dr. Almeida Nogueira alcançou sempre as melhores notas, tendo antes estudado os preparatorios em Paris e depois neste Estado, na fazenda do seu illustre progenitor exmo. sr. Barão de Joatinga, sob a direcção de dois professores extrangeiros. Concluido o seu curso academico, defendeu theses e doutorou-se.

No 3.º anno de sua vida academica, em 1871, deu-se uma sublevação de estudantes, da qual o dr. Almeida No-

gueira foi dissidente, juntamente com Francisco Bernardino, seu fraternal amigo de outrora, Pereira Terra, Valladares, Lopes de Freitas, Teixeira da Motta, Olympio Valladão e mais dois ou tres que me escapam agora á memoria. Essa attitude provocou violenta reacção (oh! meramente oratoria e de papelorio!) contra o então estudante Almeida Nogueira e os outros dissidentes, por parte dos 250 ou 300 revolucionarios. Muito soffreu elle nessa occasião com as injustiças de que foi victima. Teve, porém, sobeja compensação, quando, ao encontrar-se com seu venerando pae, que lhe tinha ido esperar no Rio, foi por elle acolhido com estas palavras:

— Tenho certeza de que v. foi um dos nove dissidentes!

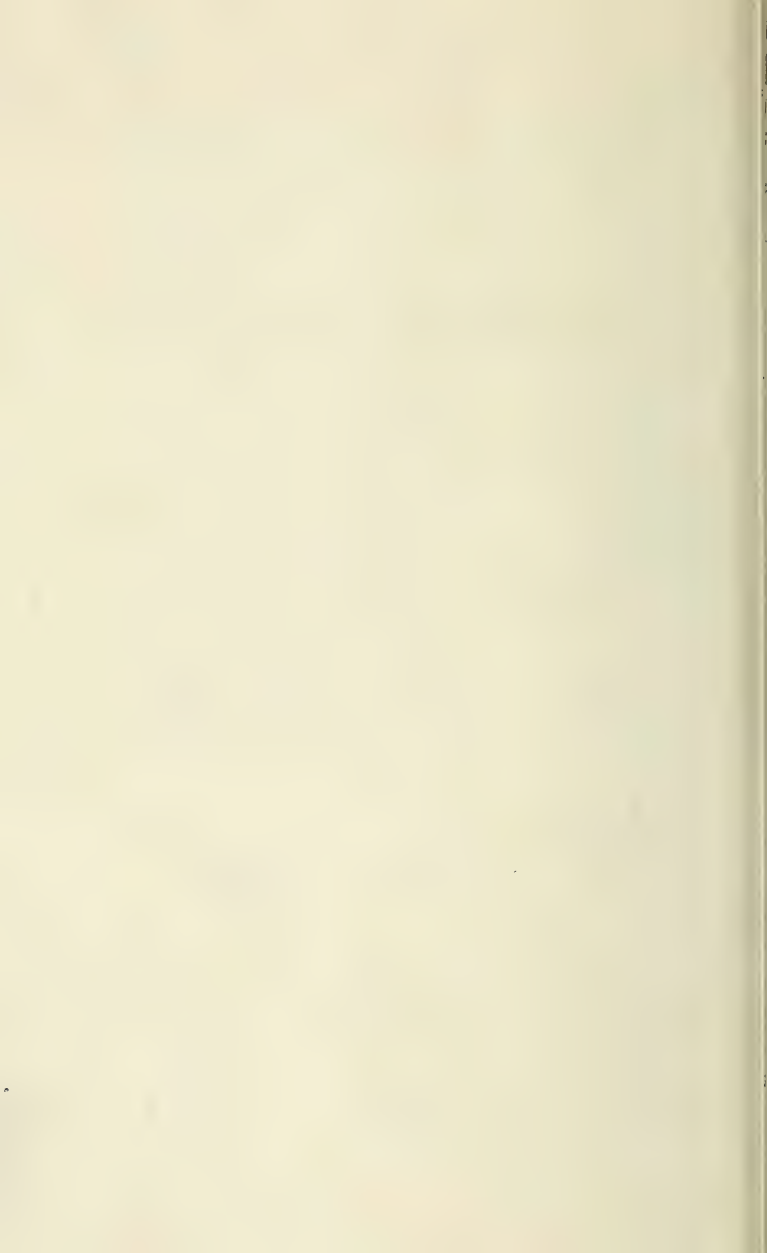
Sobre esta sublevação academica, pretende o dr. Almeida Nogueira escrever uma monographia, historiando todos os factos com a maior imparcialidade.

Concluindo:

Eis o que, em rapidos traços, é o auctor das *Tradições e Reminiscencias* da Academia de S. Paulo.

Cá por mim já elle estaria occupando uma cadeira na Academia Brazileira de Letras, visto que os seus titulos como escriptor são incontestaveis.

S. Paulo — 1909.

WENCESLAU DE QUEIROZ.

# CAPITULO I

## A turma academica de 1832-36

PARTE PRIMEIRA

A antiga e invariavel Paulicéa — O Governo da Provincia — Representação politica — A administração diocesana — O clero e a egreja nesse tempo — Directores e lentes do Curso Juridico — Estatistica da turma academica de 1832-36 — Amorim Carrão — Varella de Campos — João Zeferino — Ribeiro Nogueira — Diniz Monteiro — Martins Pinheiro — Pereira da Cunha — Velho da Veiga — Um emigrado de Olinda — Augusto Teixeira de Freitas — Na sua quadra academica — Foi ou não *simplificado?* — Dois documentos importantes — Teixeira de Freitas no quarto anno — Confirma se em parte a tradição academica — Palavras propheticas — Dados biographicos — Suas obras juridicas — *Surmenage* intellectual — Mesmo assim, grande jurisconsulto — «Escrevo com o pé!» — «Este camello de Cujaccio!...» — Uma gloria nacional.

Não se faz mister descrevermos a Paulicéa de então, nem tão pouco a feição, o traje e os costumes dos seus habitantes, porque a todos esses respeitos nenhuma alteração sensivel se operou no decurso de um lustro, e esse quadro já tem sido pela nossa penna traçado mais de uma vez.

Basta lembrarmos, em relação ao meio so-

cial, que nesse periodo agitava o espirito publico, em todas as camadas da população paulistana, accentuado sentimento de nativismo, e, nas rodas politicas, bem definido espirito partidario, não raro exaltado e intolerante.

Occupou a cadeira presidencial da provincia, durante a maior parte do quinquennio que vamos estudar, Raphael Tobias, de 17 de novembro de 1831 a 14 de setembro de 1835, substituido, no periodo correspondente ás sessões da Assembleia Geral, pelos vice-presidentes Pires da Motta e Souza Queiroz.

A representação paulista na Camara dos Deputados estava assim constituida, na 2.ª legislatura (1830 a 33): Paula Souza, Feijó, Costa Carvalho, Raphael Tobias, Corrêa Pacheco, Ornellas, Paes de Barros (depois Barão de Piracicaba), Lourenço de Sá Ribas e Rodrigo A. Monteiro de Barros. Supplentes que tomaram assento: Joaquim Floriano, padre Simões e Alvarenga Ferreira. Na 3.ª legistura (1834-37), Raphael Tobias, Paula Souza, Corrêa Pacheco, Sá Ribas, Joaquim Floriano, Manuel Dias, Alvares Machado, padre Valerio e padre Lourenço. Supplentes que tomaram assento: D. José (bispo de Cuyabá), Manuel Joaquim, Martim Francisco e Rodrigo Monteiro de Barros.

A representação da provincia de S. Paulo na

camara vitalicia ainda era em 1832 a nomeada a 22 de janeiro de 1826, por occasião da organização do Senado, a saber: o bispo do Rio de Janeiro (D. José Caetano), o Marquez de S. João da Palma, o Visconde de S. Leopoldo e o Visconde de Congonhas do Campo, todos, como se vê, quasi completamente extranhos ao movimento politico de S. Paulo e sem influencia alguma na provincia.

Em 1833, por morte do bispo D. José Caetano, foi preenchida a sua vaga pela escolha de Paula Souza, apresentado em lista triplice com o dr. José Corrêa Pacheco e Silva e o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira.

Foi essa a primeira eleição para senadores havida na provincia de S. Paulo.

Durante todo esse quinquennio, esteve o governo da diocese sob a jurisdicção do bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, confirmado por bulla de 12 de julho de 1827 e fallecido a 26 de maio de 1847.

Mui diversas e até contradictorias são a respeito desse prelado as opiniões dos chronistas que delle se occupam.

Assim, Manuel Eufrasio (1) não lhe poupa elogios, quer na parte referente á disciplina eccle-

---

(1) M. E. DE AZEVEDO MARQUES. *Apontamentos Historicos Geographicos, etc., da Provincia de S. Paulo.*

siastica e ao esplendor que soube dar ás solennidades do culto, quer pelos serviços prestados na administração civil, pois esteve, como vice-presidente, por varias vezes, no exercicio effectivo da presidencia da provincia.

Em resposta indirecta a taes conceitos, oppõe outro respeitavel chronista paulistano [1] — que o serviço religioso na egreja da Sé era pago pelo erario publico e não tinha esplendor «observando-se apenas, com a necessaria parcimonia, a rotina estabelecida pelo respectivo ritual».

Accrescenta o mesmo auctor — que o bispo diocesano fôra nomeado por D. Pedro I, por empenho da Marqueza de Santos [2]; — que não era um prelado piedoso; — que, extremado partidario, punha ao serviço da intriga politica a sua auctoridade sobre o clero da diocese.

Para demonstrar que o bispo D. Manuel era homem mundano, dá testemunho de têl-o visto no theatro, em dia de representação de gala, trajando casaca e calção e trazendo como unicos distinctivos do seu estado a voltinha e o chapéu

---

[1] Dr. Francisco de Assis Vieira Bueno. *A cidade de S. Paulo, Recordações evocadas de memoria,* publicação na *Revista do Centro de Sciencias, Letras e Artes,* de Campinas. Fasc. de junho de 1903.

[2] Azevedo Marques affirma que, ao contrario, o nome do arcediago Manuel Joaquim era popular em toda a provincia e que a favor da sua elevação á séde episcopal foram dirigidas ao imperador representações de varias camaras municipaes.

de tres bicos. Refere ainda que o mesmo prelado era apaixonado caçador, tinha fazenda agricola, e, peor ainda, escravatura.

Para complemento desse quadro, damos, extrahidos do mesmo opusculo, os seguintes traços de sincero realismo:

«Com semelhante chefe, preoccupado com interesses muito diversos e até oppostos aos da egreja, e cujo episcopado foi talvez o mais longo que tem tido a diocese, o clero chegou ao ultimo degráu da decadencia, não tendo instrucção, e, menos, severidade de costumes. E não podia deixar de ser assim, desde que não havia instrucção alguma, em que elle se educasse e preparasse, e desde que, quanto aos costumes, o mau exemplo partia de cima, na observancia do preceito biblico — «crescei e multiplicae-vos» — com postergação da lei do celibato. Não eram poucos os padres que ostensivamente collaboravam no augmento da população.

Naturalmente, a corporação ecclesiastica da Sé Cathedral não constituia uma excepção nesse estado de coisas. Os conegos, além de não se distinguirem por sua instrucção profissional, não andavam em cheiro de santidade.

Os capellães, muitos dos quaes eram moços novos que ainda não tinham ordens sacras, chamados *coroinhas,* eram sujeitos mandriões, que vi-

viam alli, não por serem religiosos e devotos, mas atidos á ninharia que ganhavam.

Os *formigões,* serviçaes do cabido denominados *meninos do côro,* mas entre os quaes havia alguns barbadões, esses, então, eram garotos que viviam troçando o infeliz *Porteiro da maça,* que tinha o appellido de *enxota-cães,* por causa do emprego que exercia, e de *pingurra,* por ter o nariz corroido. Esta personagem estacionava na entrada da capella-mór, para vedar a entrada a pessoas extranhas ou a animaes. Envergava sotaina e murça de côr escura, e empunhava a maça, que era um baculo rematado por uma grande maçaneta. Quando o cabido se movia para qualquer parte, elle ia adeante.

A Sé era, pois, um pandemonio, um fóco de intrigas de sacristia, que ás vezes produziam actos tão violentos, que, numa occasião, um conego puchou do punhal para aggredir um collega [1]; um fóco de desmoralização, onde se ouviam as mais libertinas conversações. Mesmo dentro do templo, durante os officios divinos, não havia recolhimento, gravidade e respeito. Pela Semana

---

[1] Se o auctor faz allusão á occorrencia havida entre os conegos Anselmo e Ildefonso, da qual já nos occupámos na chronica referente aos bachareis de 1831, ha manifesto anachronismo, pois esse facto escandaloso, que effectivamente teve por scenario a sacristia da Sé, deve ter se dado no anno de 1853, e, portanto, cerca de vinte annos depois da época esboçada e já no bispado de D. Antonio Joaquim de Mello.

Santa, consentia-se que fosse cantar as Lamentações o *Padre Menino Jesus,* um frade egresso portuguez, amante do vinho, de corpulencia agigantada e sotaque corvejado, com voz de estentor, que desentoava horrorosamente, provocando franca hilaridade.

Na benção dos Santos Óleos, celebrada na quinta-feira santa, em que tomava parte quanto padre havia na terra, quando algum desentoava ao cantar o — *Ave sanctum oleum!* — *Ave Sancta chrisma!* — o bispo era o primeiro que se ria, assim desmoralizando aquella ceremonia tão solenne.

Nos officios de trévas, com a egreja ás escuras, não se providenciava para vedar que os garotos viessem bater com pedra no soalho, fazendo grande barulho, e, no meio disso, pregando no chão a roupa das mulheres.

Nas missas cantadas, quando tinha logar, ao Evangelho, a ceremonia do incensamento, quando, depois de todos, chegava a vez do infeliz porteiro da maça, o menino do côro, que fazia os ductos, provocava hilaridade, quasi lhe batendo com o thuribulo nas ventas, obrigando-o a fugir com a cabeça.»

Durante o lustro decorrido de 1832 a 1836, estiveram em exercicio da directoria do Curso Juridico o tenente-general Arouche Rendon e os drs. Carneiro de Campos (de 1833 a 1835) e Costa Carvalho (de 1835 a 1836).

Os lentes que leccionaram para a turma academica, que nos occupa, foram os seguintes:

No 1.º e 2.º annos, Direito Natural, das Gentes, Publico e Constitucional — o dr. Brotero; Direito Ecclesiastico, o dr. Pinto Serqueira (elle assim escrevia, com S).

No 3.º anno (1834), ambas as cadeiras foram regidas pelos respectivos cathedraticos, a saber: a de Direito Civil pelo dr. Cabral e a de Direito Criminal pelo dr. Fernandes Torres.

A cadeira de Direito Commercial, no 4.º anno, foi regida pelo dr. Falcão, como sempre, de uma assiduidade... férrea, o que deu logar a uma anecdota que opportunamente referiremos.

Da cadeira de Direito Civil, por ter estado em goso de licença todo o anno o dr. Cabral, coube a regencia ao substituto dr. Ferreira Baptista.

No 5.º anno, ambos os cursos, de Economia Politica e de Processo, foram feitos pelos cathedraticos drs. Carneiro de Campos e padre Moura.

Matricularam-se, em 1830, no 1.º anno do Curso Juridico de S. Paulo, 38 estudantes.

Desses, sómente 26 terminaram o quinquennio em 1836. Aggregaram-se, porém, a elles mais 10, vindos de Olinda ou de annos anteriores, perfazendo assim o total de 36 bachareis, para a turma que terminou os estudos em 1836.

Dos doze, cujos nomes não figuram nessa

relação, quatro formaram-se depois, tendo encontrado em caminho tropeço ou torpedo que lhes demorou a chegada. Foram elles Miguel Vieira Braga e José Frederico Ribeiro da Luz, que se formaram em 1837, Julião José de Oliveira e Souza, em 1838, e Claudino Teixeira Guimarães, que sómente em 1839 conseguiu bacharelar-se. Delles nos occuparemos, em occasião opportuna.

Os oito restantes são estes:

ANTONIO MARIANO DE AMORIM CARRÃO. — Fluminense, nascido em Paraty, em 1820; filho de pae de egual nome e irmão do dr. José Mariano de Amorim Carrão, formado em medicina.

Desgostoso por ter sido reprovado no 2.º anno do seu curso juridico (eram examinadores os drs. Brotero, Pinto Serqueira e Pires da Motta), Antonio Mariano abandonou os estudos e voltou a Paraty, onde assumiu a direcção da fazenda da *Barra Grande,* e alli estabeleceu importante engenho de canna para o fabrico de assucar e aguardente. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde falleceu.

JOAQUIM MANUEL VARELLA DE CAMPOS. — Nenhuma informação temos a respeito delle, nem constam do termo da matricula a edade, naturalidade e filiação.

Suppomos, salvo o caso de ter-se formado em Olinda, que abandonou os estudos, logo no 1.º anno, pois que o seu nome não apparece entre os dos estudantes que fizeram acto do 2.º anno em S. Paulo em 1833.

João Zeferino da Silva. — Fluminense, nascido em S. João do Principe em 1818.

Reprovado no 2.º anno, em 1833 deixou o curso e voltou á sua terra natal, onde falleceu na flor dos annos.

João Ribeiro Nogueira. — Mineiro, nascido em Baependy, o berço dos Nogueiras, em 1810; filho de João Ribeiro da Silva.

Por motivo de nós ignorado, não chegou ao 2.º anno. Não temos delle outra noticia.

José Diniz Pereira Monteiro. — Deste nada mais consta, além da sua inscripção, sem predicados, na matricula do primeiro anno, em 1832.

José Martins Pinheiro. — Fluminense, filho de Antonio Martins Pinheiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1812.

Tambem sobre este escasseiam as informações.

Manuel Antonio Pereira da Cunha. — Ba-

hiano, nascido em 1817; filho de Antonio Luiz Pereira da Cunha.

Seguiu o curso em S. Paulo até ao 2.º anno, fez acto das respectivas disciplinas e foi approvado plenamente. É provavel que se tenha bacharelado em Olinda.

Manuel Bernardes Velho da Veiga. — Fluminense, nascido no Rio de Janeiro em 1809; filho de Manuel Bernardes Pereira da Veiga e irmão de Domingos Velho Pereira da Veiga, que com elle se matriculou no 1.º anno, e, mais feliz do que elle, terminou o curso em 1836.

Desta mesma turma academica, fez parte, do 2.º ao 4.º annos, inclusive, um estudante que começára e terminou o quinquennio no Curso Juridico de Olinda. Chamava-se Augusto Teixeira de Freitas e é hoje conhecido e celebrado, por todos os cultores da sciencia do Direito, sob nome e cognome — «o grande Teixeira de Freitas».

Compete-lhe, pois, com justiça, destaque especial neste capitulo.

Augusto Teixeira de Freitas. — Bahiano, nascido na cidade da Cachoeira, aos 19 de janeiro de 1817; filho dos barões de Itaparica.

Estudou preparatorios na sua provincia natal, e, em 1832, matriculou-se no 1.º anno do Curso Juridico de Olinda, onde tambem fez o 5.º anno

e se bacharelou. O 2.º, 3.º e o 4.º annos cursou-os elle na Academia de S. Paulo [1]. Apesar do incendio que em 1880 consumiu todo o archivo da nossa velha Faculdade, alguns livros de assentos, que eram guardados nas estantes da secretaria, e, portanto, se salvaram, dão-nos noticia authentica da passagem de Teixeira de Freitas por esta Academia. Colhemos, além disso, a esse respeito, algumas, ainda que escassas, informações, que corroboram o testemunho official.

Teixeira de Freitas era de estatura regular, gordo, ou, antes, grosso, rosto redondo, claro e corado, barba rapada, cabellos castanhos.

De temperamento pouco expansivo, habitos retrahidos, sómente em casa, na intimidade, se tornava communicativo. Então, na *republica* que constituira com Almeida Couto, Antonio Muniz Barretto e Pinto Chichorro, aprazia-se em tocar violão e cantar, recostado numa ampla rêde nortista. Que cantava elle? — Lundús bahianos e os celebres versos, então muito em voga, de Antonio de Queiroga — *A vida do estudante.*

Nas aulas, era tido como estudante talentoso e muito applicado, todavia sem grande roda, em

---

[1] Não tem fundamento a affirmação de Sacramento Blacke, no *Diccionario Bibliographico,* de que Teixeira de Freitas fez em Olinda todo o seu curso juridico.

consequencia do seu genio esquivo e sua indifferença aos applausos alheios.

A pessoa, de quem obtivemos essas informações, accrescentou, por desencargo de consciencia, que receia que essa noticia seja antes conjectural que resultante da observação, quiçá nascida do conhecimento que posteriormente teve no Rio, em trato pessoal, do grande jurisconsulto, e induzida exactamente da impressão fugaz da figura delle na sua quadra academica na Paulicéa de 1833 a 1835.

Ainda perdura na nossa Academia a tradição de que Teixeira de Freitas perambulou sob as arcadas do convento de S. Francisco, e, ponto este reproduzido com insistencia, de que «foi simplificado» no 5.º anno.

A despeito da victoriosa contestação opposta pelo illustre dr. Sá Vianna [1] e pela exposição da carta de bacharel de Teixeira de Freitas, que figura num quadro, no Instituto da Ordem dos Advogados do Rio, persiste ainda a inveterada

---

(1) SÁ VIANNA. *Augusto Teixeira de Freitas. Traços Biographicos*, pag. 18. ibi: «... a ex.ma sr.a D. Mathilde Augusta Teixeira de Freitas, filha do jurisconsulto brazileiro, dignou-se offerecer-nos como recordação do grande mestre a sua carta de bacharel. Antes de qualquer palavra que exprimisse os nossos agradecimentos pela obsequiosa e tão apreciavel dadiva, abrimos sofregamente o velho pergaminho e nossa alma ficou desafogada quando vimos que o alumno A. Teixeira de Freitas não fôra «simplificado», antes merecera «approvação plena», como consta desse valioso documento...»

lenda. Ella affirma dois factos egualmente falsos, pois é hoje incontestavel: 1.º, que Teixeira de Freitas não foi *simplificado* no seu 5.º anno; 2.º, que não se formou em S. Paulo e sim no Curso Juridico de Olinda.

Todavia, como ha sempre nas lendas um fundo de verdade, ainda que alterada pela tradição, acha-se esta absolutamente nesse caso, pois é certo, como acima dissémos, que Teixeira de Freitas cursou tres annos a Faculdade de S. Paulo, e não deixa tambem de o ser — que, justa ou injustamente, elle foi brindado aqui com tres *simplificações*.

Vamos reproduzir, sem commentarios, os termos referentes a taes julgamentos:

«Aos 5 de novembro de 1833, presidindo o dr. Brotero, pelos lentes abaixo assignados foram examinados nas materias do segundo anno, e tiveram a approvação que adeante se vê:

João de Siqueira Queiroz — plenamente approvado; Augusto Teixeira de Freitas, *simpliciter* approvado; Antonio José Martins Coelho, plenamente approvado; Miguel Antonio Pereira da Cunha, plenamente approvado; Emiliano Fagundes Varella, plenamente approvado.

Para constar, faço este termo, em que com o dicto doutor assignam os examinadores. Ilde-

fonso Xavier Ferreira, official guarda-livros, o fez. — *Brotero — Pinto Serqueira — Motta*». [1]

Cumpre notar que o 2.º anno de 1833 se compunha de 37 estudantes, dos quaes foram approvados plenamente 28, simplesmente 6 e reprovados 3.

O termo do julgamento de Teixeira de Freitas no acto do terceiro anno é o seguinte:

«Aos 5 de novembro de 1834, presidindo o dr. Silveira da Motta, pelos doutores Falcão de Souza e Motta foram examinados nas materias do terceiro anno e tiveram o resultado que adeante se vê:

Antonio José Gonçalves Chaves, plenamente approvado; Antonio Muniz Barretto, reprovado; Augusto Teixeira de Freitas, *simpliciter* approvado; e Gabriel José Rodrigues dos Santos, plenamente approvado.

Para constar faço este termo em que com o dicto doutor se assignam os examinadores. O bacharel formado Ildefonso Xavier Ferreira, official guarda-livros, o fez. — *Silveira da Motta — Dr. Falcão de Souza — Motta.*»

O 3.º anno em 1834 compunha-se de 36 alu-

---

[1] A rubrica «*Motta*», *tout court*, era a do padre Vicente Pires da Motta. O dr. Silveira da Motta assignava *Silveira da Motta*.

mnos, dos quaes foram approvados plenamente 31, simplesmente 4 e reprovado 1.

Do gráu de approvação de Teixeira de Freitas no 4.º anno não temos a prova legal, por não existir na Faculdade o livro respectivo. É provavel, porém, que tenha sido ainda um *simpliciter*. Assim conjecturâmos, já porque elle mesmo estava apprehensivo da injustiça dos seus examinadores e com muita antecedencia os averbou de suspeitos, já pelo facto de ter ido subsequentemente cursar o 5.º anno na Academia de Olinda, receoso talvez de ver a sua carta de bacharel maculada por um *simpliciter*.

Não conseguimos haver o requerimento pelo qual o talentoso quarto-annista recusava os seus julgadores. Em compensação, porém, vimos a informação, muito honrosa para Teixeira de Freitas, prestada pelo director da Academia, que tambem era distincto lente, sobre o objecto daquella petição.

Eil-o, fielmente reproduzido, este interessantissimo documento:

«Ill.^mo^ e ex.^mo^ sr. — Remetto a v. ex.ª o requerimento de Augusto Teixeira de Freitas, estudante do quarto anno desta Academia, em que pede ser examinado por outros lentes que não sejam os da segunda cadeira do quarto anno, dr. Clemente Falcão de Souza e o substituto dr.

Francisco José Ferreira Baptista, que está agora a reger a primeira do mesmo anno, os quaes elle julga suspeitos. Tenho a informar a v. ex.ª que o supplicante, segundo me consta, tem sido sempre nesta Academia de conducta exemplar, bastante applicado e é actualmente um dos melhores estudantes do quarto anno. Mas, no emtanto, a sua pretenção é bastante melindrosa; porquanto, se por um lado é cruel que um moço estudioso possa, geralmente falando (pois que ignoro as circumstancias do caso presente), ser victima de algum capricho, por outro lado, não faltará occasião em que qualquer estudante máu tambem procure por tal modo escapar ao justo rigor que sobre elle tem de pesar, indo ao seu acto o lente que melhor conhecer sua inhabilidade.

A sabedoria, pois, do governo, é que melhor poderá decidir de um modo justo e conveniente.

Deus guarde a v. ex.ª — S. Paulo, 1 de agosto de 1835. Ill.mo e ex.mo sr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, m. d. ministro e secretario de Estado dos negocios do imperio. — *Carlos Carneiro de Campos.*»

A decisão do governo imperial foi a constante do seguinte aviso:

«A regencia, em nome do imperador, a quem foi presente o officio de 1 do corrente, com o qual v. m.cê remette o requerimento de Augusto

Teixeira de Freitas, estudante do quarto anno do Curso Juridico, que pede ser examinado por outros lentes que não sejam os da segunda cadeira do referido anno : não houve por bem annuir a semelhante pretenção. O que communico a v. m.cê para sua intelligencia.

Deus guarde a v. m.cê — Palacio do Rio de Janeiro, aos 22 de agosto de 1835. — *Joaquim Vieira da Silva e Souza.* Sr. Carlos Carneiro de Campos.»

Não é opportuno commentarmos agora essa decisão, nem tão pouco a doutrina do parecer que, talvez, a tenha determinado. Procurariamos, aliás, demonstrar que a decisão foi iniqua, e a doutrina da informação do director é improcedente e inacceitavel. Se os julgamentos pelas commissões examinadoras podem ferir direitos, porque negar-se aos estudantes garantias contra a parcialidade dos juizes?

Dos documentos que ahi ficam, infere-se que não deixa de ter fundamento, em sua substancia, a tradição academica da *simplificação* de Teixeira de Freitas na Faculdade de S. Paulo, mesmo porque, em fundo, o que se pretende demonstrar com a invocação desse facto — é a fallibilidade dos julgamentos nos *actos*. O caso deve ter sido rememorado, mais de uma vez, para piedoso consolo de um collega, de um amigo mal succedido

em algum exame. Não acreditâmos que essa tradição se tenha perpetuado, como pensa o dr. Sá Vianna, por effeito da maledicencia ou com o espirito de deprimir o grande Teixeira de Freitas. Não. Para nós, ella tem a origem que apontámos e conserva-se exactamente por um sentimento bom, o de mitigar o desgosto alheio. Acóde ao espirito sob essa fórmula: «Não se penalize por isso! Lembre-se do Teixeira de Freitas. Elle, o glorioso Teixeira de Freitas, foi *simplificado*. Isto não obsta que elle seja e ha de sempre ser o maior dos jurisconsultos brazileiros. V. não faça caso da injustiça que soffreu, pois está em boa companhia.»

Accrescenta ainda a mesma lenda que, maguado com a sua *simplificação*, o auspicioso quartoannista de 1835 protestou — que havia de ser um dia respeitado jurisconsulto e que o seu nome seria admirado e as suas obras citadas mesmo por aquelles que o haviam approvado *simpliciter* na Academia.

Se isto é authentico, aquellas palavras foram verdadeira prophecia.

Ainda estudante do 5.º anno na Faculdade de Olinda, em 9 de maio de 1836, Teixeira de Freitas contrahiu matrimonio com sua prima D. Mathilde Teixeira de Lima, filha de Manuel Teixeira de Freitas.

Logo após a formatura, foi estabelecer-se na sua provincia natal, a principio como advogado na capital da Bahia, depois como juiz de direito, nomeado pelo chefe revolucionario João Carneiro da Silva Rego, por occasião da *Sabinada.*

Incluido sob esse fundamento entre os cabeças de tal revolução, foi como tal processado, e, por fim, absolvido pelo jury, em 25 de janeiro de 1839 [1].

Desgostoso pelas contrariedades que esses factos lhe causaram, Teixeira de Freitas abandonou a politica e a magistratura e em 1843 mudou-se para a capital do Imperio.

Ahi, em breve trecho, assignalou-se pelo seu talento e vasta erudição juridica e emparelhou com os luminares do fôro fluminense, quaes eram Josino do Nascimento, Caetano Alberto, Montezuma, Luiz Fortunato, Souza Pinto, Thomaz de Aquino, Carvalho Moreira e outros, sendo com elles um dos fundadores do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, a 7 de agosto de 1844.

De então em deante, o astro fez-se um sol e este sol dominou toda a luminosa constellação da jurisprudencia brazileira.

Teixeira de Freitas escreveu, escreveu muito e escreveu bem, escreveu sempre com a segu-

---

(1) *Sá Vianna,* obr. cit., pag. 21.

rança do saber e com a superioridade do genio que devassa o horizonte e tem verdadeira intuição scientifica [1].

Prestando justa homenagem ao emerito jurisconsulto, o governo incumbiu-o de uma obra indispensavel como preliminar para a elaboração de um codigo civil, a saber — a consolidação das leis civis. Teixeira de Freitas desempenhou-se com suprema proficiencia dessa difficil tarefa e o seu trabalho constitue ainda hoje o mais importante monumento do direito civil patrio.

A respectiva *Introducção* é proclamada por jurisconsultos brazileiros e extrangeiros como verdadeira obra prima na sciencia do Direito.

Além da *Consolidação das Leis Civis,* da qual já se contam tres edições, escreveu mais Teixeira de Freitas um *Esboço do Codigo Civil, Nova Apostilla á censura de Moraes Carvalho sobre o projecto do Codigo Civil Portuguez,* trabalho esse que deu origem a luminoso debate juridico-philosophico entre o grande jurisconsulto brazileiro e o visconde de Seabra, provecto auctor do Codigo Civil Portuguez; o *Promptuario das Leis Civis;* valiosos

---

[1] Oxalá outro tanto tivessem feito outras summidades scientificas do nosso fôro, do nosso magisterio superior e do nosso parlamento! Dizem que, referindo-se a uma dessas infecundas notabilidades da sciencia do Direito, Teixeira de Freitas a acoimou de «*Papiniano de sciencia engarrafada*». Não havendo encontrado nos seus escriptos essa invectiva, ignoramos a confiança que deva merecer a sua pretendida authenticidade.

subsidios e commentarios ás *Primeiras Linhas* de Pereira e Souza, á *Doutrina das Acções* de Corrêa Telles e ao *Tratado de Testamentos* de Gouvêa Pinto; *Formulario dos Contractos* e varios commentarios ao Codigo Criminal e ao Codigo Commercial; e outras obras, algumas não juridicas, de impenetravel mysticismo.

O excesso dos estudos e os habitos sedentarios de Teixeira de Freitas produziram-lhe no espirito um *surmenage.* Para se tratar, mudou-se elle para Coritiba, onde passou alguns annos de sua vida [1], regressando depois para o Rio de Janeiro, ou antes, para Nictheroy, onde

---

[1] Ao nosso distincto collega Dr. José Bonifacio de Oliveira Coutinho, lente nesta Faculdade, devemos a seguinte interessante communicação:

«Em Curitiba, Teixeira de Freitas tem um sobrinho, engenheiro, lente do Gymnasio do Estado, que mora na casa construida, fóra do perimetro urbano, em logar aprazivel, pelo grande jurisconsulto.

Em janeiro de 1906, estive nesse sobrado; compõe-se de dois lanços em angulo, com frente para um grande páteo.

Havendo nas proximidades logares favoraveis para construcção, sem dispendioso preparo de adaptação do terreno, não obstante, preferiu Teixeira de Freitas um ponto que exigiu grandes aterros e nos alicerces solidez superior á commum. Elle proprio dirigiu as obras, que são solidas e bem acabadas. O edificio é enorme, conta grande numero de janellas e tem aspecto de collegio ou convento. O seu custo orçou por cento e tantos contos de réis.

A mudança de Teixeira de Freitas para o Paraná foi para repouso mental, por molestia que a natureza dessa construcção revela que infelizmente já ia adeantada. A sua familia era pequena, e a casa tem accommodações para numerosa collectividade.

A gente recebe, ao contemplar aquelle vasto edificio, a dolorosa impressão do desequilibrio de uma das cabeças mais bem organizadas que o Brazil já produziu.

S. Paulo, 17 de junho de 1908.»

morava ultimamente e veiu a fallecer a 12 de dezembro de 1883.

Nos ultimos annos da sua vida, produziu-se naquella poderosa mentalidade certo desequilibrio caracterizado pela exaltação religiosa.

Foi sob o dominio dessa afflicção do espirito que elle escreveu e deu á publicidade o *Calice Eucharistico* e outros opusculos que parecem verdadeiros *ægri somnia...*

Taes publicações causaram profunda lastima aos admiradores do preclaro jurisconsulto.

O mais curioso, porém, é o testemunho constante de affirmações respeitabilissimas, de que, mesmo naquelle estado, se abria luminoso parenthesis no espirito de Teixeira de Freitas, sempre que lhe era proposta uma questão sobre Direito.

«Algumas pessoas fidedignas, diz o illustrado conselheiro Filinto Bastos (1), que conheceram em Coritiba o dr. Teixeira de Freitas, já então dominado por certa exaltação religiosa, affirmam contestes que, mal se lhe fazia uma consulta juridica ou qualquer coisa se lhe dizia sobre o que de mais adeantado e notavel se dava nos varios departamentos do Direito, seu talento libertava-se de qualquer obnubilação, e, apesar de alque-

(1) Sá Vianna, obr. cit. pag. 197

brado por precoce velhice, discorria com eloquencia, vivacidade e segurança, sobre todos os assumptos, auxiliando sua profunda illustração uma memoria prodigiosa, verdadeiro repertorio de jurisprudencia».

Além desse e de outros valiosos testemunhos mencionados pelo dr. Sá Vianna, dá-nos esse mesmo biographo, por assim dizer, a prova directa da mesma verdade, rememorando preciosos trabalhos juridicos de Teixeira de Freitas, posteriores áquella época, quando ainda sob a mesma impressão de monomania religiosa, e nos quaes não ha a minima descahida daquelle poderoso senso e saber juridico.

Basta lembrar, entre taes publicações, a terceira edição da *Consolidação das Leis,* enriquecida de profusas e desenvolvidas notas de polemica e de critica sobre publicações juridicas de recente data.

Sciente do lastimoso estado mental do mestre e penalizado por isso, foi visitál-o um dos seus discipulos, nosso amigo e parente, o conselheiro Pedro Luiz, que, por alguns annos, juntamente com Lafayette, trabalhára no seu escriptorio.

Ao vêl-o, fez-lhe Teixeira de Freitas muita festa e perguntou-lhe:

—Diga-me uma coisa: v. ama a Deus?

—Amo a Deus sobre todas as coisas e ao proximo como a mim mesmo—disse-lhe o visitante, reproduzindo a lição do cathecismo.

—Muito bem! Então, deixe-me dar-lhe um abraço.

Accrescentou depois:

—Sabe de uma coisa? Dizem por ahi que eu estou doido...

—Não no dizem tal, mestre.

—Dizem, dizem! Mas eu com isto não dou cavaco...

—E faz bem.

—Dou o cavaco, porém, com o dizerem outros que eu—não estou doido...

—?!

—Sim, dizem estes que não estou doido, porque escrevo sobre Direito e escrevo bem.

—Pois é uma razão peremptoria.

—Mas, sobre Direito, disse elle com força, escrevo com o pé!!!

Referiu-nos a mesma pessoa que, por vezes, estando Teixeira de Freitas no seu gabinete, ouviam-no os moços, seus jovens companheiros de trabalhos, a rir-se, a rir-se, a bandeiras despregadas... Iam ter com elle, e, vendo-o debruçado sobre um velho *in-folio:*

—Que é isto, mestre? Que é que tanto lhe provoca o riso?

—Ora, vejam cá. É este camello do Cujac-

cio, que pilhei numa contradicção. Vejam o que elle diz neste capitulo e agora aqui neste outro.

E continuava a rir gostosamente.

— É verdade—diziam os moços, algum tanto desapontados, esforçando-se por se rir tambem— É verdade! Que asno que elle é! Onde se viu tanta sandice?

Retiravam-se depois para se rirem, então, sim, com sinceridade, da semsaboria da pilheria, que allegava o mestre.

Como justa homenagem ao primeiro jurisconsulto brazileiro, verdadeira gloria nacional, foi erecta no Rio de Janeiro, no largo de S. Domingos, por iniciativa do Instituto da Ordem dos Advogados, uma estatua de bronze a Teixeira de Freitas.

# CAPITULO II

## A turma academica de 1832-36

PARTE SEGUNDA

Razão de ordem — Aleixo de Carvalho — Christino Fioravanti — Gomes Candido — Antonio Cotrim — Antonio Chaves — Martins Coelho — Ayres de Araujo — Benedicto de Toledo — Carlos Antonio de Carvalho — Pereira da Veiga — Emiliano Varella — Felippe da Rocha — Brincadeira fatal — Com vista aos bisbilhoteiros — Francisco Serra Negra — Gabriel Rodrigues dos Santos — Na quadra academica — Consciencia delicada — Na tribuna parlamentar — Secretario do governo — Seu papel na revolução de 1842 — Fugitivo de Sorocaba — Graves perigos e soffrimentos — Seu disfarce em capataz — Tropeiro mathematico — Episodio commovente — Despedida do supposto capataz — Esperança de melhores tempos — Julgamento e absolvição — A popularidade de Gabriel — Lente da Faculdade — O seu escriptorio de advocacia — Homenagens á sua memoria.

Feito no capitulo antecedente um estudo preliminar sobre a quadra academica de 1832 a 1836, a Paulicéa contemporanea della, e os governos civil e ecclesiastico da época, passemos agora em rapida resenha, pelo methodo analytico, á turma de estudantes que no mesmo quinquennio realizou a sua romaria scientifica na nossa,

então joven, Academia de Direito. Observando a ordem alphabetica:

ALEIXO FERREIRA TAVARES DE CARVALHO. — Portuguez, nascido em Lisboa; filho de Manuel Ferreira Tavares de Carvalho.

Matriculou-se no primeiro anno em 1831 e atrazou-se por ter soffrido uma *injustiça* no seu acto do terceiro anno, em 1833, época essa tempestuosa, em que a procella desgarrou nada menos de cinco romeiros do templo de Minerva, além de ter enxovalhado o vestuario de um punhado de outros.

Depois de formado, o dr. Aleixo de Carvalho abriu escriptorio de advocacia em Baependy, onde tambem exerceu por algum tempo o cargo de juiz municipal.

É fallecido.

ANTONIO ANGELO CHRISTINO FIORAVANTI. — Rio-grandense, nascido em Santo Antonio da Patrulha em 1814; filho de Marcos Christino Fioravanti.

Intelligente, brioso e de temperamento impulsivo.

De volta á sua provincia natal com o pergaminho de bacharel em Direito, abriu escriptorio de advocacia em Porto Alegre; teve assento na Assembleia Provincial em 1847 e foi secretario de policia em 1858. Exerceu depois o juizado muni-

cipal no termo de Santo Antonio. Envolveu-se em luctas politicas locaes, alistado no partido *progressista.*

Em 1856 foi eleito deputado geral supplente pelo terceiro districto da provincia de S. Pedro do Sul, sendo deputado titular o dr. Francisco Brusque.

Era chefe de numerosa familia, que, com o seu passamento, se encontrou em grande desamparo.

Falleceu ha mais de trinta annos.

ANTONIO GOMES CANDIDO. — Mineiro, nascido em 1802; filho de pae de egual nome e irmão do distincto medico o conselheiro Paula Candido.

Já vinha de anno superior, pois matriculara-se no primeiro anno em 1830. Perdeu, portanto, dois annos; não em consequencia de reprovação, mas talvez por molestia.

Exerceu cargos de magistratura em diversas comarcas da sua provincia natal e tambem o de chefe de policia.

Era deputado á Assembleia Geral na 8.ª legislatura de 1850-52, quando falleceu no Rio de Janeiro a 18 de março de 1850, victimado pela febre amarella na sua primeira e cruel invasão.

ANTONIO JOAQUIM DA SILVA COTRIM. — Paulista, nascido em Mogy-mirim em 1810; filho de José Bezerra de Siqueira.

Alto, cheio de corpo, trigueiro, cutis bexigosa, tinha defeito no olho esquerdo, cabellos curtos e pretos.

Advogado em Mogy-mirim. Deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1842-43 e supplente no de 1846-47.

É fallecido desde muitos annos.

Antonio José Gonçalves Chaves. — Riograndense, nascido em 1810 em Pelotas; filho de Antonio José Gonçalves Chaves, opulento estancieiro.

Deputado á primeira assembleia provincial do Rio Grande do Sul, eleito após a pacificação da provincia, e, posteriormente, a varias outras legislaturas.

Era liberal, amigo e constante partidario do general Osorio, e tambem chefe politico de prestigio.

Falleceu em Pelotas ha muitos annos.

Era pae dos drs. Bruno Chaves, ministro do Brazil junto ao Vaticano; José Chaves, engenheiro, e Alvaro Chaves, formado em Direito, ambos fallecidos.

Antonio José Martins Coelho. — Rio-grandense, filho de José Martins Coelho.

Tomou parte na revolução do Rio Grande do Sul e foi chefe de policia da Republica de Piratinim.

Antonio Manuel Coelho Netto. — Paulista, desta capital; filho de Manuel Coelho Netto.

Teve breve existencia. Exerceu a advocacia, e, depois, interinamente, o cargo de juiz municipal nesta comarca.

Fallecido em 1842.

Ayres Augusto de Araujo. — Matto-grossense, nascido em Cuyabá em 1814; filho de Manuel Felippe de Araujo.

Deputado provincial, secretario do governo, juiz municipal e procurador fiscal em Cuyabá; juiz municipal de Poconé, em 1853.

Benedicto José de Araujo Toledo. — Paulista, natural de Taubaté (1); filho do padre Miguel José de Araujo.

Estatura mediana, magro, moreno, pouca barba.

Estudante applicado e muito talentoso.

Depois de formado, mudou-se para Guaratinguetá, e ahi foi juiz municipal. Entregou-se depois á advocacia.

---

(1) O termo de matricula no primeire anno reza — «da villa de Taybathé». Outros documentos antigos dão as formas — Itaboaté, Taboaté, Tabauté e ainda — «Tabaté», como, até hoje, pronuncia o vulgo ignorante, com mais acerto que os doutos, pois que a etymologia em tupy-guarany é *taba,* aldeia, e *été,* legitima, como demonstra o dr. João Mendes Senior no seu *Diccionario Geographico da Provincia de S. Paulo.*

Teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo, no biennio de 1850-51.

Após longa enfermidade, falleceu em Guaratinguetá, alli pelos annos de 1861 ou 62.

Carlos Antonio de Carvalho. — Fluminense, nascido em 1813; filho do commendador Antonio José de Carvalho.

Alto, esbelto, tez clara e corada, barba rapada, cabellos castanhos claros, quasi louros. Physionomia aberta, risonha, temperamento expansivo.

Boa intelligencia, applicação regular, palavra fluente, dicção nitida e correcta.

A principio exerceu a advocacia em S. Paulo. Voltou, depois, á sua terra natal e alli foi fazendeiro e advogado em 1848.

Mudou-se, finalmente, para o Rio de Janeiro, onde teve por muitos annos escriptorio de advocacia á rua do Hospicio e residencia num bello palacete á rua do Marquez de Abrantes.

Era condecorado com a commenda da Ordem de Christo.

Falleceu no Rio de Janeiro, em avançada edade, ha cerca de vinte annos.

Era pae dos drs. França Carvalho e Leoncio de Carvalho e sogro dos drs. Brazil Silvado, Teixeira de Carvalho e Teixeira da Silva, todos graduados em Direito.

Domingos Velho Pereira da Veiga. — Flu-

minense, filho de Manuel Bernardo Pereira da Veiga.

Exerceu por pouco tempo a advocacia no Rio de Janeiro, pois falleceu na flôr da edade, quatro annos depois da formatura.

EMILIANO FAGUNDES VARELLA. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1813; filho do dr. Luiz Nicolau Fagundes Varella, que fôra deputado ás côrtes geraes de Lisboa e lente do Curso Juridico de S. Paulo.

Estatura regular, claro, louro, olhos azues, fronte intelligente, e era, de facto, dotado de grande talento.

Exerceu a advocacia e cargos de judicatura em diversos termos e comarcas da provincia do Rio de Janeiro, nomeadamente em S. João do Principe, Rio Claro e Angra dos Reis.

Foi deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em varias legislaturas, e, por mais de uma vez, presidente daquella corporação.

Tanto por sua sciencia juridica, como pela sua rectidão de caracter, alcançou elevado conceito como advogado.

Era pae do grande poeta Fagundes Varella.

Falleceu ha cerca de trinta annos.

FELIPPE XAVIER DA ROCHA. — Fluminense, natural da cidade do Rio de Janeiro; filho de José Francisco da Rocha.

De estatura regular, cheio de corpo, tez clara, cutis pilosa, rosto grande e comprido. Na sua mocidade trazia a barba toda rapada; usou-a depois toda crescida, se bem que correctamente aparada nas extremidades.

Era dotado de grande talento e caracter folgazão, sem embargo de algumas excentricidades.

Serviu em cargos de magistratura, a principio em Campinas e por fim em Piracicaba, onde tambem por longos annos advogou e exerceu os cargos de delegado de policia, vereador e presidente da camara municipal.

Foi eleito deputado supplente á decima legislatura (1857-60) da Assembleia Geral, e nesse caracter foi chamado a tomar assento, por occasião da vaga aberta na representação do oitavo districto de S. Paulo, com a morte de Gabriel.

Militou sempre nas fileiras do partido conservador.

A auctoridade do dr. Felippe da Rocha como jurisconsulto e provecto advogado era reconhecida em vasta zona desta provincia, de onde lhe vinham em profusão consultas de juizes e collegas sobre pontos difficeis do Direito.

No exercicio da sua nobilissima profissão, adquiriu fortuna, da qual, porém, pessoalmente pouco aproveitou, por ser generoso e de mãos abertas.

Não deixou familia, nem lhe foi de attracti-

vos o lar domestico. Por morte de sua primeira mulher, casou-se em segundas nupcias, já com bastante edade.

Com o genio brincalhão que sempre conservou, aprazia-se nas rodas dos rapazes, e isto lhe trouxe, de uma vez, o aborrecimento de hospedar-se na cadeia publica.

Deu-se o desagradavel incidente por elle ter fortuitamente ferido a um dos companheiros de folguedo com um canivete que em má hora empunhára em acto de desafio á rapaziada que o cercava e á qual elle se comprazia em dar uma lição de capoeiragem.

Foi ao jury, acompanhado por todos os collegas do fôro, que assim quizeram dar-lhe uma prova de estima e prestar homenagem á justiça da causa. Foram seus advogados os drs. Estevam de Rezende (hoje Barão de Rezende), Prudente de Moraes e Moraes Barros.

Existe ainda em Piracicaba o predio, de agradavel apparencia, que o dr. Felippe da Rocha fez edificar para a sua residencia. Demora no largo do Theatro, tem janellas ogivaes e toda a construcção é de tijolos.

Esta ultima particularidade, que hoje constitue a regra geral, produziu sensação naquelle tempo. Ajuntava-se gente para observar como se levantavam paredes sem esteios ou pilares, nem

mesmo nos angulos. E, sobre se taes paredes cahiriam, ou não, faziam-se apostas.

O dr. Felippe respondia a principio ás interpellações que sobre este e outros pontos lhe eram oppostas. Tantas, porém, foram as criticas, que elle por fim perdeu a paciencia e mandou affixar sobre os andaimes vistoso letreiro com estes dizeres:

«O DONO DESTA OBRA NÃO TEM QUE DAR SATISFAÇÕES A NINGUEM!»

Boa lição para os ociosos bisbilhoteiros, dados a intrometterem-se em coisas que não são da sua conta!

O dr. Felippe José da Rocha falleceu em Piracicaba em avançada edade, aos 3 de abril de 1887. [1]

FRANCISCO JOSÉ DA SILVA SERRA NEGRA. — Mineiro, filho de Manuel José da Silva Fernandes.

Não se encontra o seu nome no registo da matricula do primeiro anno em 1832. Era de turma anterior, e atrazou-se por ter perdido o anno, ou pelo numero de faltas excedente á tolerancia legal, ou por ter deixado de fazer acto, ou, finalmente por ter sido mal succedido no acto do 4.º ou do 5.º anno, sendo esta ultima a hypothese menos provavel.

---

[1] JOSÉ JACYNTO RIBEIRO, na *Chronologia Paulista,* vol. I, pag. 385, diz — 1857. Deve ser erro typographico.

Escasseiam-nos informações sobre o seu destino ao sahir da Academia.

Gabriel José Rodrigues dos Santos. — Paulista, nascido nesta capital a 1 de abril de 1816; filho do alferes Joaquim Rodrigues dos Santos, natural de Portugal, e de D. Maria Joanna da Luz, filha do coronel Gabriel José Rodrigues.

Era alto, figura elegante, moreno, physionomia expressiva e de irresistivel attracção, olhar cheio de luz, testa larga e intelligente, voz sonora, palavra fluente e colorida. Quanto ao moral, espirito superior, nobilissimo caracter.

Na sua quadra academica estava ainda imberbe. Trouxe depois a barba rapada, deixando apenas tenue collar emmoldurando-lhe o rosto. Teve prematura calvicie, que habilmente dissimulava com cabelleira.

O joven Gabriel fez mesmo aqui, em S. Paulo, os seus estudos preparatorios, e, aos 16 annos, matriculava-se na nossa Faculdade.

Assignalou-se desde logo por notavel talento e foi sempre considerado entre os primeiros, talvez o primeiro, da sua turma academica. Aliás, foi o unico que se propôz ao gráu de doutor, aspiração essa coroada de exito, em 1838, após brilhante defesa de theses.

O tempo, que lhe restava do estudo das li-

ções, applicava-o Gabriel a manusear auctores classicos e tambem á representação e declamação dramatica, num theatrinho que fizera construir na chacara de sua mãe, no Cambucy, e no qual se recreava com os seus collegas e amigos mais affeiçoados. A outra applicação, egualmente util para o desenvolvimento dos seus dotes oratorios, entregava-se o joven estudante. Eis, na verdade, o que nos refere um seu illustre biographo:

«Preparado e ensaiado pelo padre mestre Francisco de Paula Xavier, professor de Philosophia e seu amigo, Rodrigues dos Santos estreou nas festas de familia e no pulpito a sua missão oratoria, e, ou pela falta de outros egualmente aptos, ou por naturaes impulsos do seu proprio genio, tornou-se elle uma celebridade, foi chamado a todas as festas, não já domesticas, mas publicas, nem só nos limites da cidade, mas até á Conceição dos Guarulhos.

Foi preciso pôr termo a essas distracções para não deixar os estudos complementares de sua educação superior». ([1]).

Logo após a formatura, foi nomeado promo-

---

([1]) Paulo do Valle. *Biographia do dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos*, em prefacio aos *Discursos Parlamentares* do grande orador paulista, colligidos pelo dr. A. J. Ribas.

tor publico desta capital, cuja camara comprehendia então os termos de Bragança, Atibaia e Mogy das Cruzes. Em todas essas localidades a sua palavra illustrou a tribuna do jury, até que, por occasião de um julgamento, elle experimentou tal desgosto que requereu sua exoneração. O réu, por elle accusado, fôra condemnado á pena ultima. Gabriel não duvidava da justiça da sentença. Compungia-se, porém, a sua alma generosa, por ter contribuido para uma condemnação á morte.

De então em deante, no exercicio da profissão de advogado, nunca mais proferiu uma accusação.

Eleito deputado á Assembleia Provincial para o biennio de 1840-41, a sua eleição foi calorosamente contestada, por não ser Gabriel maior de 25 annos, nos termos do art. 75 da Constituição do Imperio. Entendiam os impugnadores do seu diploma que a carta de bacharel em Direito não suppria a falta daquelle requisito legal. Nesse sentido tambem opinou a maioria da commissão de poderes, composta dos deputados Carneiro de Campos e Pacheco Jordão, e contra o voto de Paula Souza, que se pronunciou pelo reconhecimento do candidato eleito.

Gabriel proferiu então, em defesa do diploma que trazia, o seu primeiro discurso parlamentar. A estreia foi brilhante e coroada pela victoria, pois, effectivamente, a Assembleia, com o voto de

muitos adversarios politicos do candidato, approvou a sua eleição.

De então em deante, de envolta com os successos ou os revezes do partido liberal, ao qual sempre pertenceu, Gabriel foi deputado provincial nos biennios de 1842-43, 1846-47, 1848-49 e 1858-59, e deputado geral nas legislaturas 6.ª (1845-47) e 10.ª (1857-60) cujo termo elle não chegou a vêr.

Durante toda a segunda administração de Raphael Tobias e a do seu successor o almirante Mello Alvim nesta provincia, a saber, desde 4 de agosto de 1840 até 13 de janeiro de 1842, exerceu Gabriel o cargo de secretario do governo, e tal foi a sua cooperação neste posto, que, ao abrir a Assembleia Provincial em 7 de janeiro de 1842, consignava em seu relatorio o segundo destes presidentes o seguinte honroso testemunho:

«Tudo quanto tenho feito de bom á provincia devo ao prestimo, intelligencia e probidade do digno literato, secretario da presidencia.»

Envolvido nesse mesmo anno no movimento sedicioso que convulsionou esta provincia, o dr. Gabriel viu-se obrigado, segundo tradição que o tempo vae confirmando, a acceitar, por espirito de generosa solidariedade com o seu partido, embora contra sua intima convicção, o lo-

gar de secretario do governo provisorio, acclamado em Sorocaba e do qual fora arvorado presidente o prestigioso chefe politico brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar.

A revolução tinha como causa ostensiva a decretação da lei de 3 de dezembro de 1841, que o partido liberal combatia, reputando-a mortifera das liberdades publicas; mas a causa verdadeira era a sua queda do poder e a organização do gabinete conservador de 23 de março em substituição ao ministerio dos Andradas, Cavalcantis e Limpo de Abreu.

A revolução em Sorocaba occorrêra a 17 de maio de 1842. Poucos dias devia durar o ephemero governo revolucionario, ao qual tambem se aggregára o apoio de Feijó, mas sem raizes no coração popular, como exuberantemente demonstra, em recente estudo, com profusão de documentos, distincto e laborioso chronista [1].

Facil, portanto, foi a Caxias deitál-o por terra. Isto alcançou elle quasi sem combate, apenas com algumas escaramuças na Venda Grande, em Campinas, e em Silveiras, por uma pequena columna commandada pelo major Pedro Paulo.

---

[1] DR. JOÃO BAPTISTA DE MORAES. *Revolução de 1842,* memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. S. Paulo, 1908.

Em 21 de junho, seguindo o exemplo de Tobias e quasi a mesma direcção, o dr. Gabriel tomava o caminho do Sul, em busca da provincia do Rio Grande, onde ainda ardia a revolução dos *Farrapos*.

Refugiou-se primeiramente no municipio das Palmeiras, no Paraná, [1] na fazenda do seu amigo e prestimoso paulista José Caetano de Oliveira, mais tarde Barão de Tibagy.

Ahi se demorou dois mezes a vêr a direcção que tomariam os acontecimentos e o desenlace da revolução de Minas.

Desabusado com a noticia que teve do desastroso combate do Rio das Mortes, pôz-se de novo a caminho em demanda do Rio Grande do Sul, ou, talvez, do Estado Oriental, até que em melhores dias pudesse regressar ao seu saudoso S. Paulo.

Formou-se então uma caravana de revolucionarios foragidos de Sorocaba, a qual, guiada por um negociante de tropas, David dos Santos Pacheco, *vaqueano* daquellas paragens, atravessou os extensos sertões de Paraná e Santa Catharina, até que, proximo dos limites do Rio Grande do Sul, o dr. Gabriel se destacou dos seus compa-

---

[1] É desnecessario lembrar que, a esse tempo, a provincia do Paraná *nondum nata erat;* pertencia á de S. Paulo, da qual sómente em 1853 foi desmembrada, por lei de 29 de agosto desse anno.

nheiros e homiziou-se na fazenda do distincto paulista Joaquim José de Oliveira, nos *Hervaes de Gurita,* já no territorio das Missões.

Em Campos Novos, provincia de Santa Catharina, os foragidos escaparam da sanha sanguinaria de um tal tenente Firmino, commandante de um destacamento legalista, homem de máus instinctos, que, tendo apprehendido um camarada, desgarrado da comitiva, o fez passar pelas armas immediatamente, sem formalidade alguma, e logo destacou uma escolta de 24 praças para varejar os pousos e prender quantos fossem encontrados. Avisados opportunamente desse perigo, os fugitivos redobraram de precauções e puderam mallograr as tramas dos seus perseguidores [1].

Na estancia de Joaquim de Oliveira conservou-se refugiado o dr. Gabriel para mais de dois mezes, até que na noite de 8 de novembro alli tambem chegou, profugo, espionado, trahido e perseguido, o seu chefe e amigo Raphael Tobias. Não houve folga para largas expansões entre aquellas almas atribuladas. Tobias narrava ainda a Gabriel e ao dono da casa o perigo imminente que corriam, quando perceberam que uma força da legalidade havia já sitiado a fazenda e preparava-se para assaltál-a a deshoras, durante o somno dos moradores.

---

[1] PAULO DO VALLE, obr. cit.

Conseguiu, não obstante, Gabriel escapar, occultando-se numa espessa matta vizinha, á medida que Raphael Tobias foi preso como rebelde, maltratado e conduzido ao Rio de Janeiro, onde, como se sabe, foi encarcerado na fortaleza da Lage.

Consciente do perigo em que se achava, pensou Gabriel em ganhar a fronteira e passar-se para o territorio argentino.

Occorreu-lhe, porém, que não seriam menores alli os riscos a que se iria expôr, infestadas como se achavam naquelle tempo taes regiões de caboclos bravios e de gente malvada e assassina.

Nessa dolorosa alternativa entre a probabilidade da morte e a da prisão, resignou-se a esta ultima e transpoz o passo do Itaquy. Tomou trajes grosseiros, e, disfarçado em arreador de tropa, adoptou o pseudonymo de *Luiz Teixeira*. Adaptou-se quanto possivel, para manter o seu incognito, áquelle meio social, e nelle foi respeitado e estimado pelas qualidades do seu caracter, que não soube occultar.

Em pouco tempo conseguiu relacionar-se com diversos negociantes de tropas, de modo que, com conhecimento de causa, contratou-se com um delles, em cuja companhia pudesse voltar para o norte e chegar, quiçá, até á provincia de S. Paulo.

Chamava-se Sampaio o patrão do dr. Gabriel, ou antes do *capataz* Luiz Teixeira, e era um homem bom e honrado. Estava muito contente com o novo *camarada*, que não cessava de elogiar, nas confabulações com sua esposa, que vinha tambem na comitiva.

— Tenho gostado muito deste Luiz — dizia elle. — Não se parece nada com a gente da sua egualha, não bebe, não joga, não gosta de vendas, não pragueja. Parece homem bom e bem educado...

— É verdade — confirmava a mulher.

E assim puzeram-se em viagem e já se approximavam da Villa do Principe, hoje cidade da Lapa, quando, num pouso, teve Sampaio occasião de effectuar a venda de algumas mulas da sua tropa. Era domingo e havia no logar agglomeração de gente. Incommodára-se, por isso, o dr. Gabriel com a demora de Sampaio em fazer a conta, uma simples conta de multiplicação. Receava que alguem o reconhecesse sob o disfarce e tinha pressa em seguir viagem.

Disse então á patrôa:

— Ora! O patrão acha tanta difficuldade numa conta tão simples! Pois são tantas bestas (e ia escrevendo os algarismos na areia com o cabo do relho) a... tantos. Resultado: tantos!

A esposa de Sampaio impressionou-se com o desembaraço com que um simples arreador fa-

zia operações de arithmetica e não deixou de communicar ao marido o seu reparo.

No dia seguinte, e já de novo a caminho, Sampaio achou pretexto para reter algumas braças atraz o seu empregado, emquanto a tropa seguia, e disse-lhe:

— Ora, *seu* Luiz, venha cá. Disse-me a senhora que v. hontem deu signaes de que não é tal capataz, como pensavamos. Ella accrescentou que já andava desconfiada de que v. fosse algum rebelde disfarçado, cuja presença nos póde comprometter por estas alturas, e que ficou mais apprehensiva á vista do modo pelo qual v. lhe falou hontem, e da conta do preço das mulas que fez com o cabo do relho. Portanto, tenha paciencia, v. ha de declarar-me quem é, qual o seu verdadeiro nome e donde vem; quero saber com quem lido. E tambem fique certo de que está deante de um homem de bem!

Seguiu-se uma pausa. Por fim, o supposto Luiz Teixeira, como se lhe repugnasse ante tão directa interpellação responder com um embuste incompativel com a lealdade do seu caracter, tomou uma decisiva resolução e disse:

— Sim, senhor. Pois que estou deante de um homem de bem, como me diz, e como eu creio, porque tambem o tenho estudado, e reconheço que, além de humano e honrado, o sr. é liberal, atrevo-me a dizer-lhe quem sou, e colloco-me

confiadamente sob a sua protecção. Eu sou um fugitivo de Sorocaba. Sou o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos...

Não tinha Gabriel ainda completado o seu nome, e já Sampaio se tinha apeado. Com o chapéu na mão e lagrimas a brotarem-lhe dos olhos, abraçava o outro cavalleiro pela cintura, e, respeitoso e commovido:

— Perdôe-me, sr. doutor—exclamou—perdôe-me se o não conheci logo... Devia têl-o reconhecido pelo que toda a gente me dizia de v. s., mas a culpa é tambem sua. Sou um homem do campo que nada mais sabe do que tocar os seus burros... Mas, se eu fiz mal, sr. dr., quero emendar o meu erro... Meu capataz, o dr. Gabriel, de S. Paulo, que eu tanto admiro, que eu tanto respeito, que tanto affeiçôo!... Só por castigo de Deus para humilhar-me!

Pois bem, sr. dr. — continuou o bom do homem, com emoção crescente e visivel enternecimento—sei que lhe é necessario andar disfarçado; mas, disfarce por disfarce, parece-me que deve tomar o que lhe fôra mais natural, e, neste caso, dê-me a sua japona e tome esta sobre-casaca. Monte neste burro, seja o tropeiro: a tropa é sua. Eu ficarei como seu capataz...

«Sampaio interrompeu-se, suffocado — diz o dr. Paulo do Valle ao referir esta scena. — A sua comitiva já ia longe, e Rodrigues dos Santos, de

pé, junto ao seu burro, tendo o braço direito apoiado sobre a sella, e na mão esquerda as redeas, ouviu o seu patrão, com esta avidez febril, mas humida de lagrimas, com que o homem privado das affeições mais caras, ao transpôr os grandes riscos e perigos, ouve as primeiras palavras que reatam este laço humano que nos prende á sociedade e que a natureza atou com os proprios e mais profundos sentimentos de cada um.

Dissipada a primeira emoção, expandidas as effusões generosas de ambos esses corações nobres que se encontraram, se uniram e confundiram suas palpitações harmoniosas, poude afinal Rodrigues dos Santos invocar a reflexão de Sampaio e convencêl-o da necessidade de não prolongar aquella scena e de occultál-a mesmo até á mulher delle, para poderem entrar sem risco na villa do Principe. E foi a muito custo, quasi mandando, que se conservou na mesma posição de capataz, bem que só em nome e acabrunhado com as attenções e cuidados do Sampaio e sua mulher, que, inteirada da verdade, mostrou que numa sociedade simples as grandes qualidades que nobilitam o sexo feminino transparecem e brilham muitas vezes e mais naturalmente do que na classe chamada elegante» ([1]).

---

([1]) Paulo do Valle, obr. cit. Além do conhecimento que temos desse commovente episodio, pelo bem elaborado escripto do dr. Paulo do Valle, conservamos ainda em memoria a narração verbal, que do

Taes eram as attenções que a todo o instante prodigalizavam os patrões ao seu capataz, que *Luiz Teixeira* comprehendeu que seria facilmente descoberto o seu disfarce, a continuar aquella situação. Despediu-se, pois, de Sampaio e de sua mulher, que, chorosos, o abraçaram, e foi de novo refugiar-se na fazenda do seu presado amigo, o futuro Barão de Tibagy, de onde passou para a do coronel João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, antigo amigo de seu pae e que o recebeu como a um filho saudoso.

Ahi se conservou por alguns mezes, guardando sempre o pseudonymo de Luiz Teixeira, até que teve noticia de que o ambiente politico se acalmára e volviam pouco a pouco os sentimentos de confraternidade ás classes dirigentes do Brazil.

Já o anno de 1843 havia trazido horizontes mais limpidos. Varios cidadãos, accusados como compromettidos no movimento revolucionario, tinham sido reiteradamente absolvidos pelo voto unanime do tribunal do jury.

Em todo o correr desse anno, muito se mo-

---

mesmo ouvimos do illustre homem de letras na sua aula de Rhetorica no Curso Annexo á Faculdade. Fomos seu discipulo em 1868 e tivemos occasião de apreciar o verdadeiro culto que Paulo do Valle, temperamento profundamente affectivo, devotava á memoria de Gabriel. A elle se referia todos os dias e tomava-o nos seus ensinamentos como o verdadeiro typo do orador: *vir bonus, dicendi peritus*.

dificára a opinião nacional. A parte moderada do partido *saquarema* unira-se aos liberaes para reclamarem o indulto dos revoltosos de S. Paulo e de Minas.

Foi sob tão favoraveis auspicios que raiou para o dr. Gabriel o anno de 1844.

Transporta-se occultamente para esta cidade, em fins de janeiro desse anno, e, a 1 de fevereiro, vae entregar-se á prisão. É recolhido na sala livre, que é hoje occupada pelo senado estadual, e alli encontra o distincto cidadão, seu amigo, Candido José da Motta, que, como elle e pela mesma causa, aguardava julgamento.

No dia seguinte, ás 10 horas da manhan, numa das salas do convento do Carmo, abria-se a sessão do jury. Occupava a presidencia do tribunal o juiz de direito substituto dr. Raphael de Araujo Ribeiro e a cadeira da promotoria o dr. Antonio Duarte Novaes.

Comparecem os réus dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos e Candido José da Motta, acompanhados do seu advogado, o inclito jurisconsulto dr. João Chrispiniano Soares.

Descrevendo com eloquencia as peripecias dessa solenne sessão, diz Paulo do Valle, ao referir-se á oração da defesa:

«A defesa, tomando a palavra, deixa de lado a historia da revolução e as considerações poli-

ticas, que a essa fatalidade poderiam prender-se, para concentrar-se no ponto principal da causa — a rebellião e os cabeças. Remontando ás fontes da legislação penal, o eloquente defensor demonstra com admiravel lucidez que os réus não podem ser considerados como cabeças de rebellião.

A novidade da defesa impressiona o auditorio e os juizes, e a erudição do jurisconsulto leva a convicção a todos os espiritos.

O ministerio publico insiste, a defesa sustenta seus argumentos e termina-se o debate.»

Meia hora depois, era acolhida a sentença de absolvição, por espontaneas e enthusiasticas acclamações populares, impossiveis de se reprimirem.

De então em deante, cresceu ainda mais a immensa popularidade de Gabriel, e o seu nome, depois das sessões legislativas de 1845 a 1847, tornou-se conhecido e admirado em todo o Brazil como o primeiro e o mais eloquente dos nossos oradores parlamentares.

Em 19 de julho de 1854, foi nomeado lente substituto da Faculdade de S. Paulo. Como se inaugurava uma reforma, a nomeação foi feita independentemente de concurso, e na mesma data que as de José Bonifacio, João Brotero

e Silveira de Souza, para a Faculdade do Recife.

Referem os discipulos de Gabriel que, na explicação das materias consideradas as mais aridas, o Direito Civil, por exemplo, elle sabia tornar ameno e attrahente o estudo, assim como tambem Troplong mais tarde o conseguiu.

O seu escriptorio de advocacia no largo da Sé, em sobrado ha pouco demolido, fronteiro á cathedral, era o ponto de reunião dos seus amigos, durante todas as horas uteis do dia e tambem aos domingos e feriados. Alli se discutia, alli se conversava, liam-se jornaes; e elle, o grande homem, o chefe amado e cidadão popularissimo, despachava clientes ou resolvia assumptos politicos, no meio daquelle continuo rumor, a todos ouvindo, attendendo a todos.

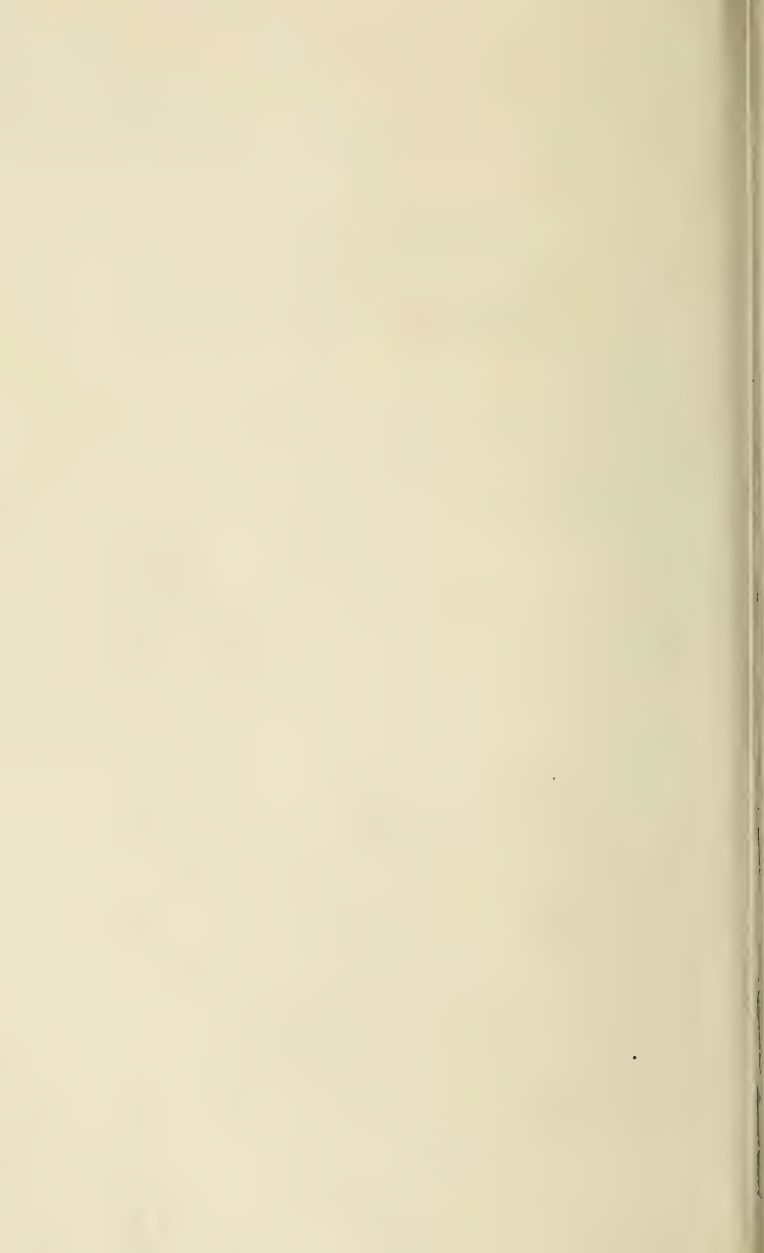
A morte veiu surprehendêl-o no auge da sua influencia, do prestigio do seu nome, do viço do seu talento e do fulgor da sua palavra.

Contava apenas 42 annos de edade.

Finou-se na freguezia da Penha, no dia 11 de janeiro de 1858. Esse, o dia seguinte, do seu enterro nesta capital, e bem assim os dos serviços funebres, no setimo e trigesimo dias do seu passamento, assignalaram-se pela affluencia popular no sahimento e nos templos onde se celebravam as exequias, e pela dôr profunda e compungente que despertaram, provocando lagrimas e

soluços, segundo testemunho dos contemporaneos.

A Academia, então em férias, não se descuidou em tempo opportuno de prestar honras funebres ao illustre mestre, celebrando em sua memoria uma sessão magna, na qual se leram orações necrologicas e elogios em primorosos versos a elle consagrados.

O dr. Gabriel era pae do dr. Brazilio dos Santos, tio e sogro do dr. Antonio Ribeiro dos Santos e tio dos drs. Candido Rodrigues e Gabriel de Rezende.

# CAPITULO III

## A turma academica de 1882-86

TERCEIRA E ULTIMA PARTE

Cenipro Costa — Satira injusta — Freire de Andrade — João Sayão — Rodrigues Fagundes — Siqueira Queiroz — Gonçalves de Andrade — Cargos que exerceu e serviços que prestou — De Herodes a Pilatos — Joaquim Azambuja — Innocencio de Campos — José Bonifacio Azambuja — José Joaquim Ferreira — Deste ficou memoria... — Turbulento, mas patriota — Tres curiosas peças officiaes — Provocações e represalias — Apologia d'«*O Boi*» A sua vida pratica — José Roberto — José de Siqueira — Silva Nazareth — Luiz Nascentes de Azambuja — Costa e Souza — Pinto de Vasconcellos — Silva Coelho — Roque de Souza Dias — Sabino Frougeth — Sebastião Nunes — Seraphim França.

Genipro da Cunha de Eça e Costa. — Pernambucano, nascido no Recife em 1813; filho de Lopo da Cunha de Eça e Costa.

Intelligente, mas de pouca applicação, o que lhe valeu algumas *simplificações* durante o curso.

Depois de formado, fixou residencia neste Estado, ou antes, sem anachronismo, na provincia de S. Paulo. Por muitos annos, advogou em Itapetininga, e foi vereador. Acolá constituiu familia e gosou da estima geral.

Nos seus ultimos annos, o dr. Genipro tornou-se algum tanto misanthropo e dizia de Itapetininga — que era uma *terra de intrigas, bananas e formigas.*

Um filho delle, o Geniprinho, dado a enxovalhar as paredes urbanas com desenhos humoristicos e versos de pés quebrados, traduziu numa *charge,* explicada pela seguinte quadrinha, o epigramma paterno:

Que se vê nesta cidade,
Onde referve a intriga?
— Bananas em quantidade,
Em quantidade formiga.

Em relação á hodierna Itapetininga, tal conceito seria injusto. Essa risonha cidade assignala-se, com razão, entre as mais adeantadas e florescentes do Estado de S. Paulo.

O dr. Genipro é fallecido em Itapetininga ha cerca de cincoenta annos.

Ignacio Joaquim de Paiva Freire de Andrade. — Rio-grandense, filho de Ignacio Joaquim de Paiva, de alva estirpe lusitana, que ainda conta descendentes aquem e além do Atlantico.

Estatura mediana, compleição robusta, tez clara, face corada, olhar insinuante. Trajava com apuro e tinha ademanes de fidalgo.

Após a formatura, fixou residencia em Porto

Alegre, a principio como advogado e com algum successo.

Em 1846, teve uma cadeira na Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, a qual lhe foi restituida em subsequentes eleições.

Seguiu, posteriormente, a carreira da magistratura. Foi auditor de guerra, em 1856, e juiz de direito com honras de desembargador.

Integro magistrado e cavalheiro distincto

É fallecido ha largos annos.

João Evangelista de Negréiros Sayão Lobato. — Mineiro, natural do Serro Frio; filho do dr. João Evangelista de Faria Lobato, mais tarde senador do Imperio; irmão do Visconde de Nictheroy.

Ao sahir da Academia, começou a vida publica em S. Paulo, galgando sem demora elevados cargos e funcções. Assim, na carreira judiciaria, foi promotor publico desta capital e juiz municipal em Taubaté. Na administração, secretario do governo de S. Paulo, em 1840. E na politica, deputado á Assembleia Provincial no bienio de 1844-45, e á Assembleia Geral, como primeiro supplente, na 5.ª legislatura (1842-45).

Nomeado juiz de direito para o Rio Grande do Sul, para lá se transportou e tambem por lá fez carreira politica, depois de ter sido chefe de policia, em 1846, pois teve uma cadeira na As-

sembleia Provincial, e, logo após, foi eleito deputado geral á 8.ª legislatura (1850-52).

Na escala da magistratura ascendeu até ao mais alto degráu.

Foi desembargador da Relação da Côrte desde 1870, e, por fim, ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Neste cargo se aposentou.

Era moço fidalgo da casa imperial e agraciado com grande numero de condecorações.

É fallecido ha alguns annos.

João Rodrigues Fagundes.—Rio-grandense, nascido em Porto Alegre em 1811; filho de João Luiz Rodrigues.

De pequena estatura, porém forte e cheio de corpo, tez clara e corada. Trazia, quando academico, barba rapada, á moda da época. Mais tarde, usou bigodes e pera... grisalhos; sim, porque estava em suas mãos (ou nas do seu *coiffeur)* usál-os negros ou mesmo louros ou vermelhos, á vontade. O dr. Fagundes, porém, não era homem de artificios.

Na Academia, foi um moço circumspecto e bom estudante, e, depois de formado, deu sempre á sua actividade sérias e uteis applicações, como se poderá apreciar do seguinte resumo:

Juiz municipal de Porto Alegre em 1841, deputado provincial, procurador fiscal e secretario interino do governo, presidente do banco provincial.

De certa época em deante, viveu retrahido da ctividade politica, numa bella chacara de sua ropriedade, em Porto Alegre, á rua dos Volun- arios da Patria.

Pouco sahia de casa, a não ser para visitar o *Asylo de Santa Leopoldina,* de cuja directoria era o presidente e de cujas orphams recolhidas desvelado protector.

Tinha fortuna, mas não tinha prole. Educou e adoptou como filha uma senhora que se casou com o coronel Alberto Gavião Peixoto, militar paulista.

O dr. Fagundes é fallecido ha para mais de vinte annos.

João de Siqueira Queiroz. — Bahiano, nascido na cidade de S. Salvador, a 27 de fevereiro de 1811; filho de Nicolau de Siqueira Queiroz.

Advogado, juiz de paz, eleitor e delegado de policia na «Côrte»; deputado geral, por Sergipe, á nona legislatura (1853-56); advogado da camara municipal do Rio de Janeiro em 1855, logar esse que desempenhou até a data do seu fallecimento, em 1875.

Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade. — Natural da Ilha da Madeira, nascido na freguezia do Campanario em 7 de novembro de 1807; filho de Sebastião Gonçalves de Andrade e sobrinho

de D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, quinto bispo de S. Paulo.

Tendo começado em Funchal os seus estudos de humanidades e bem assim os de theologia e canones necessarios para a carreira ecclesiastica, terminou-os em S. Paulo, para onde veiu em 1827; aqui se ordenou em 1831, e, no anno seguinte, matriculou-se no Curso Juridico.

Foi bom estudante, habil e applicado, e, sem embargo do seu temperamento alegre e sociavel, de procedimento compativel com o caracter sacerdotal. Alcançou em todos os annos as melhores notas de approvação.

De estatura regular, compleição robusta, tez morena, olhos e cabellos castanhos, rosto redondo, expressão physionomica risonha e cheia de mansidão.

Ainda estudante, exerceu o logar de escrivão da camara ecclesiastica. Fêl-o com tanto zelo e exacção que, após a formatura, se viu investido pelo bispo diocesano, seu tio, da honrosa e grave commissão de visitador do bispádo. Isto em 1837. Em 1841, conego da cathedral ; em 1852, vigario capitular, e tambem em 1861 ; em 1862, vigario geral governador do bispado ; em 1869, arcediago, presidente do cabido, e monsenhor honorario da capella imperial.

Por mais de uma vez foi lembrado o seu nome para a eleição de bispo. Em certa occasião,

mesmo, chegou a ser adoptada essa resolução pelo governo imperial. Houve, então, em S. Paulo quem, por interesse politico, conseguiu obstar essa apresentação, fazendo escreverem-se ao imperador e ao ministro do imperio cartas anonymas em que, com maldade, se rememoravam, reaes ou não, antigos peccados do bondoso sacerdote.

Entretanto, o conego Joaquim, como toda a gente lhe chamava, era, em assumpto politico, de extrema tolerancia e moderação, totalmente esquivo a prevenções partidarias, a ponto de, conservador, contar entre os chefes liberaes muitas das suas melhores amizades. Assim, era amigo dedicado do conselheiro Carrão, em cuja casa por vezes o encontrámos, como *parceiro* que era, todas as noites, á mesa do *carimbo* familiar, a tostão o tento.

Teve assento na Assembleia Provincial nos biennios de 1840-41, 1844-45, 1850-51, e, de então em deante, indefectivelmente, até ao de 1858-59.

Como vice-presidente da provincia, cuja lista por longos annos o contemplou, esteve em effectivo exercicio do governo, de 30 de maio a 8 de junho de 1875 e de 18 a 31 de janeiro de 1878.

Falleceu monsenhor Gonçalves de Andrade, nesta capital, a 7 de fevereiro de 1879, deixando regular fortuna em predios, titulos publicos e acções de bancos e companhias industriaes.

A sua morte foi muito sentida, e, apesar do

dia tempestuoso, teve o seu féretro avultado acompanhamento.

Era tio dos drs. Justino de Andrade e João Jacyntho Gonçalves de Andrade.

Residia no predio, hoje substituido, á rua Anchieta, esquina da Quinze de Novembro.

O conego Joaquim era incapaz de um dicto mau ou de palavra offensiva contra quem quer que fosse, e menos ainda se armava de severidade anti-evangelica para julgar as fraquezas do proximo. Tratava bem a todos que delle se approximavam, inclusive as mais humildes creaturas.

Uma vez, foi procurado pelo padre Joaquim de Assumpção Saldanha, popularmente alcunhado *Padre Bacalhau* (1), que lhe vinha pedir um emprego...

— Que emprego lhe posso dar? — disse-lhe

---

(1) É vivo ainda, ainda bate as calçadas desta Paulicéa, como o fazia ha 34 annos, tem o mesmo typo e apparenta a mesma edade. A unica differença no seu viver é que não mais frequenta, como dantes, as *republicas* de estudantes. Isto pela simples razão de se terem acabado taes republicas em S. Paulo.

Quando, no primeiro trimestre de 1874, estavamos de *oratorio*, em estudo de theses para doutoramento, mandavamos chamar quasi diariamente o padre Joaquim ou o Martins Guimarães, e ás vezes ambos, para jantar comnosco e nos recrear o espirito. Eram um e outro intelligentes, não destituidos de certa cultura, e desequilibrados, especialmente... cada qual em seu genero.

Essas duas entidades, boas e innocentes, compensavam-nos sobejamente o carinho com que as tratavamos, proporcionando-nos folga aprazivel no intervallo da aferrada applicação mental a que então nos entregavamos.

monsenhor Andrade, que o acolhêra benevolamente.

— Qualquer emprego, monsenhor, ainda que seja o de sacristão.

— Isto não posso fazer, sr. padre Joaquim. O sr. mesmo deve saber. Estando suspenso de ordens...

— Mas, então, monsenhor, devo continuar nesta vida de ocioso e vagabundo, que até os estudantes já puzeram em canções bacchicas?...

— Não aconselho isso, mas... uma ideia... Porque não arranja um emprego civil...

— Poucos são os empregos civis que se compadecem com o meu caracter sacerdotal.

— ... o de professor, por exemplo?

— Só se fôr o de professor publico.

— Pois bem...

— Se v. ex.ª me recommendasse ao presidente da provincia...

— Não se faz necessaria recommendação. O dr. João Theodoro conhece-o e elle tem muito bom coração.

Acceitando a ideia, segue dalli o padre Joaquim a palacio, onde é recebido pelo dr. João Theodoro.

— Venho pedir a v. ex.ª um emprego, o de professor...

— Muito bem sr. padre. Vamos a isso. Conte-me, porém, como lhe veiu essa ideia.

— Foi o conego Joaquim que ma suggeriu...

— Ah! Foi o conego Joaquim? Pois diga-lhe que não tem duvida. Faço a nomeação. É necessario, porém, que elle, primeiramente, lhe restitua as ordens... Fica assim tudo muito bem.

E, destarte, salvo a comparação, teve o pretendente de andar de Herodes a Pilatos. Voltou, pois, ao vigario geral e relatou-lhe a resposta do presidente.

O conego Joaquim e o dr. João Theodoro estimavam-se muito e gostavam ambos de chasquear. Percebendo a intenção maliciosa do amigo, de pôl-o em aperto, e ao mesmo tempo não querendo maguar o padre Joaquim, prometteu que lhe restituiria as ordens sacras, mas sómente depois que elle fizesse um retiro espiritual de alguns mezes no seminario da Luz ou em algum dos conventos desta capital, á sua escolha.

— O caso é sério — objectou o pretendente. — Peço a v. ex.ª que me conceda alguns dias para reflectir...

— Quantos quizer.

Curioso pelo desenlace da pilheria, o dr. João Theodoro manda vir á sua presença o *Padre Bacalhau*, e, sciente por elle da proposta feita, suggere-lhe uma ideia luminosa... O padre abraça-a pressuroso, e, antes que lhe escape, corre á casa do conego Joaquim:

— Acceito a lembrança de v. ex.ª—disse-lhe.

— Ainda bem! Então, onde quer fazer o seu retiro espiritual?

— No convento de Santa Thereza.

— Não era máu!...—limitou-se a dizer Monsenhor Andrade, desatando-se numa gostosa gargalhada.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA. — Fluminense, nascido no Rio de Janeiro a 16 de agosto de 1812. Filho de Manuel Theodoro de Araujo Azambuja. Seguiu primeiramente a magistratura e foi juiz municipal nesta provincia em 1839.

Teve, depois, o logar de addido a uma legação na Europa. Voltando em 1849 ao Brazil, foi nomeado official na Secretaria de Extrangeiros, e, succesivamente, chefe de secção, official maior e director geral da mesma, em 1859.

Foi investido do cargo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario nos Estados Unidos da America do Norte. Neste mesmo caracter passou em 1870 para o Paraguay, em substituição ao Barão de Cotegipe, na celebre missão que lá realizára. Em 1878 aposentou-se.

Exerceu, depois disto, o cargo de director da Instrucção Publica nas provincias do Espirito Santo e do Pará.

Era membro do Instituto Historico. Contava grande numero de condecorações nacionaes e extrangeiras.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 12 de junho de 1896.

É auctor de diversos trabalhos sobre questões diplomaticas e de um livro apreciado de pedagogia.

JOSÉ INNOCENCIO DE CAMPOS. — Paulista, nascido em Campinas ([1]) em 1815. Filho de João Antonio de Campos.

Matriculára-se no 1.º anno em 1831, mas perdeu um anno por ter sido infeliz no seu acto do 3.º anno, em 1833.

Começou a carreira judiciaria na provincia de S. Paulo e foi juiz municipal em Bragança.

Removido para Minas, lá exerceu o juizado municipal em Pouso Alegre. Em 1850 alcançou a nomeação de juiz de direito, considerada então coisa mais difficultosa que a eleição de um bispo.

Envolveu-se na politica militante e fez-se eleger pelo partido conservador deputado á Assembleia Provincial de Minas nos biennios de 1844-45, 1846-47 e 1848-49.

É fallecido ha dilatados annos.

JOSÉ BONIFACIO NASCENTES DE AZAMBUJA. — Fluminense, natural da cidade do Rio de Janei-

([1]) O registo da matricula, coherentemente com o baptisterio, reza «São Carlos». E este era, com effeito, o primitivo nome da actual cidade de Campinas. Na carta de bacharel, o nome paterno é João de Souza Campos.

ro, filho de Manuel Theodoro de Araujo Azambuja e irmão de Bernardo, de José Maria, de Luiz Ignacio e de Manuel Theodoro Nascentes de Azambuja, todos formados em Direito pela Faculdade de S. Paulo.

Era, como elles, intelligente e applicado, e teve sempre approvação plena.

A sua biographia póde resumir-se assim:

Amanuense, ainda quando estudante, na secrataria do governo de S. Paulo;

juiz municipal no termo de Santos, e, successivamente, nos de Pirahy e de Valença;

official de gabinete na secretaria do Imperio, em 1849, quando ministro o Marquez de Mont'Alegre;

deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, no biennio de 1850-51;

presidente da provincia do Espirito Santo, de 9 de julho de 1851 a 16 de novembro de 1852;

official da Secretaria do Imperio em 1852 e chefe de secção em 1859.

Falleceu ha muitos annos.

José Joaquim Ferreira da Veiga. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1812. Filho de Joaquim José Ferreira da Veiga. [1]

---

[1] Na sua matricula do primeiro anno, em 1829, não se acha o appellido *Veiga*, que tambem não está na assignatura. Vem, porém, declarada a filiação, que é a que damos no texto, sem embargo de ter sido omittida esta na carta de bacharel e na official, remettida á Secretaria do Imperio, onde se declara «filho de paes incognitos».

Era alto, grosso e vigoroso, rosto grande, tez morena, olhos e cabellos pretos. Genio folgazão, temperamento impulsivo.

Teve durante a sua quadra academica, o sceptro da realeza da bohemia... se é que a bohemia admitte gerarchia. E convem mencionar que a sua quadra academica prolongou-se por oito annos. Elle matriculou-se em 1829 e só veiu a formar-se em 1836.

Perdeu o anno, por ter dado mais de quarenta faltas, logo no 1.º anno, e já não pagou a segunda matricula.

Teve de repetir o anno em 1830. Em 1831, julgou prudente não se apresentar ao acto do 2.º anno. Repetindo-o em 1832, foi reprovado; e tinha mesmo de o ser, estando a isso préviamente sentenciado, em consequencia dos seus feitos extra-academia. Formou-se por isso, em 1836, após um curso de oito annos, e, ainda assim, com um S na carta.

Por este comêço, que ahi fica, já se póde vêr confirmada a seguinte referencia do conceituado auctor das *Ephemerides Mineiras* (1):

«... A vida do dr. José Joaquim Ferreira da Veiga, diz um chronista do tempo, foi uma cadeia nunca interrompida de contrariedades, re-

---

(1) J. P. Xavier da Veiga — *Ephemerides Mineiras*, vol. III, pag. 225.

vezes e difficuldades: a tudo oppunha elle o forte baluarte do seu humor inalteravel.»

Tanto pelo seu physico, como pela força de que era dotado, tinha feito jus o estudante José Joaquim Ferreira a um appellido, que o popularizára. *O Boi* — era como toda a gente lhe chamava. Até em documentos officiaes elle era assim designado.

Verdade, verdade, *O Boi* não deixava de dar causa ás perseguições contra elle movidas. De facto, destro *capoeira,* de espirito irrequieto e animo alevantado, elle constituira-se chefe de numeroso bando de populares dominados pelos mesmos sentimentos exaltados. Convem lembrar o férvido ambiente daquelles tempos historicos e do meio social que se formára.

Feitos os necessarios descontos, muito perdem da pretendida gravidade as culpas imputadas pelo pessoal grado e circumspecto ao populacho arruaceiro, cuja irritação era um effeito, injusto, pouco importa, mas logico e natural, do sentimento nativista alvoroçado pela imprudencia de alguns portuguezes e pelos planos restauradores, após o 7 de abril de 1831.

De facto, os documentos officiaes, que irrogam acres censuras aos cabeças de motins e arruaças, são todos elles approximadamente dessa época ou a ella referentes.

Assim, traz a data de 22 de abril de 1831 o officio em que o director da Academia, denunciando ao ministro do Imperio graves faltas do professor da cadeira de francez, Augusto Candido da Silveira Pinto, (¹) dizia:

«... Resultou disto que em uma noite das festas de Paschoa, com um estudante chamado *O Boi*, por alcunha, e alguns outros, acompanhados de captivos e libertos, inquietaram toda a cidade com *vivas* e *morras*, de modo que até aterraram o juiz de paz, e haveria mais consequencias se a actividade do presidente não obstasse.»

O outro officio, o do alludido juiz de paz, que era exactamente D. José dos Reis, foi endereçado ao presidente da provincia, a 7 de junho do mesmo anno, e refere se aos «*tumultos e ajuntamentos nocturnos que tanto incommodaram e perturbaram a tranquillidade publica...*» (²).

Accrescentava o prudente juiz de paz:

«... Já hontem vieram algumas pessoas

---

(¹) Esse documento já foi por nós publicado na chronica da turma de 1832 e esboço biographico do estudante-bispo D. José dos Reis.

(²) Tambem esse officio, cujo original se encontra no Archivo Publico do Estado, vem inserto, em sua integra, na quarta série destas *Tradições e Reminiscencias.*

exigir de mim a sua segurança, contando que, não podendo andar armadas e nem mais se reunir, perigava a sua segurança com a assistencia inimiga».

Ainda na mesma corrente de ideias expedia o governo, pela Secretaria de Justiça, ao director da Academia, o seguinte aviso, quasi na mesma data:

«Ill.$^{mo}$ e ex.$^{mo}$ sr. — Constando á regencia provisoria que alguns estudantes do Curso Juridico dessa cidade tomaram parte nos tumultos e assuadas nocturnas que ultimamente teem perturbado a tranquillidade publica da mesma; e devendo a conducta de taes individuos ser bem conhecida do governo, para lhes não confiar empregos da administração publica, para que aliás os habilita a sua educação literaria, quando os hajam de pretender, depois de concluidos os seus estudos: Manda a mesma Regencia em nome do Imperador que v. ex.$^{a}$, procedendo a um severo exame dos costumes dos mesmos estudantes em geral e principalmente daquelles que teem tido parte *nos tumultos populares depois do dia 7 de abril* [1] e em outros quaesquer que porventura aconteçam de futuro; haja de informar ao gover-

---

[1] O grypho é nosso.

no, por esta Secretaria de Estado, no principio de todos os annos lectivos, afim de se terem as devidas cautelas, com que deve proceder um governo justo na escolha dos seus empregados. Deus guarde a v. ex.ª Palacio do Rio de Janeiro, 6 de junho de 1831. — *Manuel José de Souza França*. — Sr. José Arouche de Toledo Rendon.»

Do que fica exposto e dos estudos publicados pelo dr. Antonio Piza, de saudosa memoria, o que nos parece verosimil é que, de facto, taes arruaças não eram senão a represália do enthusiasmo popular contra as manifestações imprudentes dos portuguezes e dos despeitados partidarios de D. Pedro. Em tal situação, José Joaquim Ferreira, os collegas e os populares, que lhe faziam séquito, constituiam o grupo dos nativistas e jacobinos daquella época. Eram impulsionados por um sentimento exaggerado mas justificavel como reacção contra sentimento opposto, exaggerado tambem.

E tanto é cabido esse reparo, que nos transmitte acreditada tradição um caracteristico episodio das patriotadas daquelle tempo.

Passava, precedida de banda de musica e foguetorio, a multidão popular pela rua do Commercio, prorompendo em *vivas* e acclamações patrioticas. Eis que, de repente, assoma á porta da sua residencia um negociante portuguez conhecido por seus sentimentos hostis á Intendencia,

e bate palmas para chamar a attenção da turba popular.

Era um sujeito ignorante e atrevidaço, dado a poeta repentista, ou, antes, a improvisador de versos pandegos e satiricos, não raro contra os brazileiros e o Brazil. Era, por isso, muito antipathico aos nativistas.

— Fóra o gallego! — protestam algumas vozes.

— Espera, espera! Vamos vêr o que sahe! Deixem-no falar! — clamam outros, aguardando palavras de congratulações.

— *Vota* um *berso,* gallego! — grita, chasqueando, um garoto.

— Lá bai bérso! — annuncia o orador. — E começa:

Quando a p'ninsula s'unir
Em alliança fedr'al,
O Vrasil ha de cahir
Virado de c. para o ar!...

Não póde proseguir, tal a vozearia tempestuosa que o interrompe.

— Mata! Mata o gallego! Morra o pé de chumbo! — vociferam cem vozes irritadas.

— Pois sim! — diz elle, recolhendo-se veloz e fechando a porta a ferrolho.

Não lhe ficou a perigosa brincadeira sem vidraça quebrada, porta arrombada e casa saqueada, salvando-se-lhe a integridade physica,

porque conseguira desapparecer da vista dos seus iracundos perseguidores.

Muito erraria quem suppuzesse que *O Boi* era um estudante de espirito obtuso e tardo. Ao contrario, tinha grande talento e regular cultura literaria. Primava como poeta satirico, segundo nos attesta Couto de Magalhães. ([1]).

Nem tão pouco era um turbulento, apesar das accusações de que foi victima e dos *rôlos* em que se envolveu, sempre por nativismo. Tinha sentimentos bons, era um moço pobre e trabalhador, contava muitas e valiosas amizades.

Ainda estudante, labutava no fôro como solicitador, e, depois, como escrivão de orphams e ausentes desta capital.

Formado, foi residir em Minas, em Pitanguy, onde se envolveu nas luctas politicas, o que lhe valeu ser eleito deputado á Assembleia Provincial de Ouro Preto, nos biennios de 1848-49, 1850-51, 1852-53 e 1854-55.

No desempenho do mandato politico, o dr. José Joaquim Ferreira, que deixára na Paulicéa a pelle d'*O Boi,* e esquecido do seu ardor jaco-

---

([1]) Couto de Magalhães, *Revista da Academia,* pag. 288. — Esse conceito vem confirmado no *Parnaso Academico,* de Paulo do Valle, e nas *Ephemerides Mineiras,* logar citado.

bino de outróra, prestou serviços á provincia de Minas, como bom e disciplinado conservador.

Não lhe foi tão facil divorciar-se das musas, o que lhe suscitou um incidente desagradavel, devido ao perigoso genero literario da sua predilecção.

Eis o que a esse respeito nos refere um dos seus biographos:

«... Seu humor sarcastico levou-o a, quando estava em Ouro Preto como deputado (1851), fazer uma longa satira em que ridicularizava alguns collegas. Um dos satirizados desfechou-lhe um tiro de pistola, que, felizmente, não teve resultado». [1]

Succumbiu de ataque cerebral, a duas leguas de Ouro Preto, caminho para a Cachoeira do Campo, a 11 de agosto de 1855.

José Roberto de Mello Franco. — Nascido em Lisboa, em 1816. Filho do dr. Justiniano de Mello Franco.

Intelligencia regular e regular applicação.

Era amanuense da Contadoria Provincial de S. Paulo.

---

[1] Couto de Magalhães. Obr. e log. citados.

Depois de formado, exerceu o juizado municipal em S. Sebastião, Itú e em outros termos de S. Paulo.

Dedicou-se, por fim, á advocacia e abriu escriptorio em 1860 ou 62 nesta capital, onde veiu a fallecer, alguns annos depois, deixando viuva e filhos.

José de Siqueira Barbosa de Madureira Queiroz. — Nascido em Lisboa, em 1810, filho de Nicolau de Siqueira Queiroz e irmão primogenito do dr. João de Siqueira Queiroz, de quem já falámos.

Estudou em S. Paulo sómente o quinto anno.

Juiz municipal de Iguassú e depois na Côrte, em 1847.

Falleceu a 13 de outubro de 1859.

Luiz Antonio da Silva Nazareth. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1816. Filho de Zeferino da Silva Nazareth.

Logo que se formou, de volta á capital do Imperio, alli abriu escriptorio de advocacia.

Exerceu depois o cargo de primeiro curador geral dos orphams e nelle se conservou por dilatado tempo.

É fallecido ha cerca de trinta annos.

Luiz Ignacio Nascentes de Azambuja. — Fluminense, carioca, nascido em 1812. Filho de Manuel Theodoro de Araujo Azambuja e irmão

lo dr. Joaquim Maria e José Bonifacio Nascen-
es de Azambuja, seus collegas do anno, e do
dr. Bernardo Azambuja, formado em 1833.

Foi procurador fiscal na provincia do Rio e
ajudante de procurador fiscal no Thesouro Nacional em 1850.

Falleceu na flôr da edade, em 1854.

Luiz José da Costa e Souza. — Fluminense,
filho de Pantaleão José da Costa e Souza.

Não se assignalou na Academia nem pelo
talento, nem pela applicação.

Formado, foi estabelecer-se, como advogado,
na cidade de Macahé.

Exerceu alli varios cargos publicos, entre os
quaes os de vereador e quasi perpetuamente de
primeiro juiz de paz da parochia.

Não temos delle noticia recente.

Manuel José Pinto de Vasconcellos. —
Bahiano, nascido em Itapororoca, em 1804. Filho
de Manuel José Pinto.

Matriculára-se em 1831; pertencia, portanto,
á turma que se formou em 1835. Fôra, porém,
infeliz no acto do primeiro anno. Não lhe valeu
a edade provecta... para caloiro.

Desgostoso com o insuccesso e vendo nelle
injustiça dos julgadores, requereu ser admittido
a novo exame.

Sendo original o incidente, reproduzimos em

seguida a informação do director e a decisão d
governo.

«Ill.mo e ex.mo sr. — Levo á presença d
v. ex.a, para subir á da Regencia, em nome d
imperador, o requerimento incluso, de Manue
Pinto de Vasconcellos, estudante do primeir
anno, em que pede segundo exame por ter sid
reprovado no primeiro. Eu o que posso informa
a v. ex.a é que os documentos juntos ao reque
rimento não são apocryphos, e que este estu
dante não tem tido máu comportamento. Porém
eu não assisti ao exame e não posso fazer juiz
sobre a sua justiça. Deus guarde, etc. S. Pau
lo, 22 de novembro de 1831. Ill.mo e ex.mo sr
dr. José Lino Coutinho. — *José Arouche de Toled
Rendon.* — Director do Curso Juridico.»

A decisão do governo consta do seguinte
officio:

«Ill.mo e ex.mo sr. — Sendo presente á Regencia o officio de v. ex.a, na data de 22 do mez passado, acompanhando o requerimento de Manuel José Pinto de Vasconcellos, estudante do primeiro anno desse Curso Juridico, em que pede ser admittido a segundo exame, por ter sido reprovado no primeiro, a mesma Regencia em nome do imperador: Julgando que não se pode suppôr a injustiça e má vontade, que o supplicante al-

lega, da parte de todos os tres examinadores que o reprovaram, não se dignou deferir a pretenção do supplicante. Deus guarde a v. ex.ª Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1831. — *José Lino Coutinho*. — Dr. José Arouche de Toledo Rendon.»

O dr. Pinto de Vasconcellos foi juiz municipal em Minas, em 1848 e juiz de direito, em 1854, em Uberaba.

Não temos delle outras informações.

MANUEL PEREIRA DA SILVA COELHO. — Mattogrossense, nascido em Cuyabá, em 1815. Filho de pae de egual nome.

Perdeu dois annos, pois que o seu nome figura na matricula do primeiro anno de 1829. Foi mal succedido nos actos do 2.º anno em 1831, e do 3.º, em 1833.

A respeito delle escasseiam-nos informações, pois sabemos tão sómente que — foi juiz de direito de Matto Grosso em 1844 e que foi suspenso em 1862.

ROQUE DE SOUZA DIAS. — Mineiro, nascido em Cabo Verde em 1815. Filho de Custodio José Dias.

De posse do seu pergaminho, voltou a Minas e residiu primeiramente em Alfenas, depois no municipio do Machado, onde teve importante fazenda agricola. Ahi fez fortuna, constituiu-se

chefe de numerosa e distincta familia e grangeou estima em vasta zona sul-mineira.

Era influente chefe do partido liberal no municipio da sua residencia e nos circumvizinhos. Homem probo, de espirito recto e sentimentos moderados.

Teve assento na Assembleia Provincial de Minas nos biennios de 1840-41, 1842-43 e 1846-47.

Falleceu em sua fazenda, aos 11 de setembro de 1895.

Sabino Francisco Frougeth. — Fluminense, filho de Francisco Frougeth.

Matriculára-se em 1831 e perdeu um anno.

Depois de formado, voltou á sua provincia natal, e, a principio, exerceu a profissão de advogado em Macahé, e tambem os cargos de vereador e presidente da camara municipal, em 1841; foi, depois, promotor publico da comarca de Cabo Frio; chefe de secção da directoria das obras publicas da provincia do Rio, em 1855; official maior da secretaria do governo da mesma provincia, em 1862.

Falleceu ha muitos annos, em Nictheroy, onde vivem ainda parentes seus.

Sebastião Machado Nunes. — Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1813. Filho de Antonio Machado Nunes.

Advogado e juiz municipal na Côrte; presi-

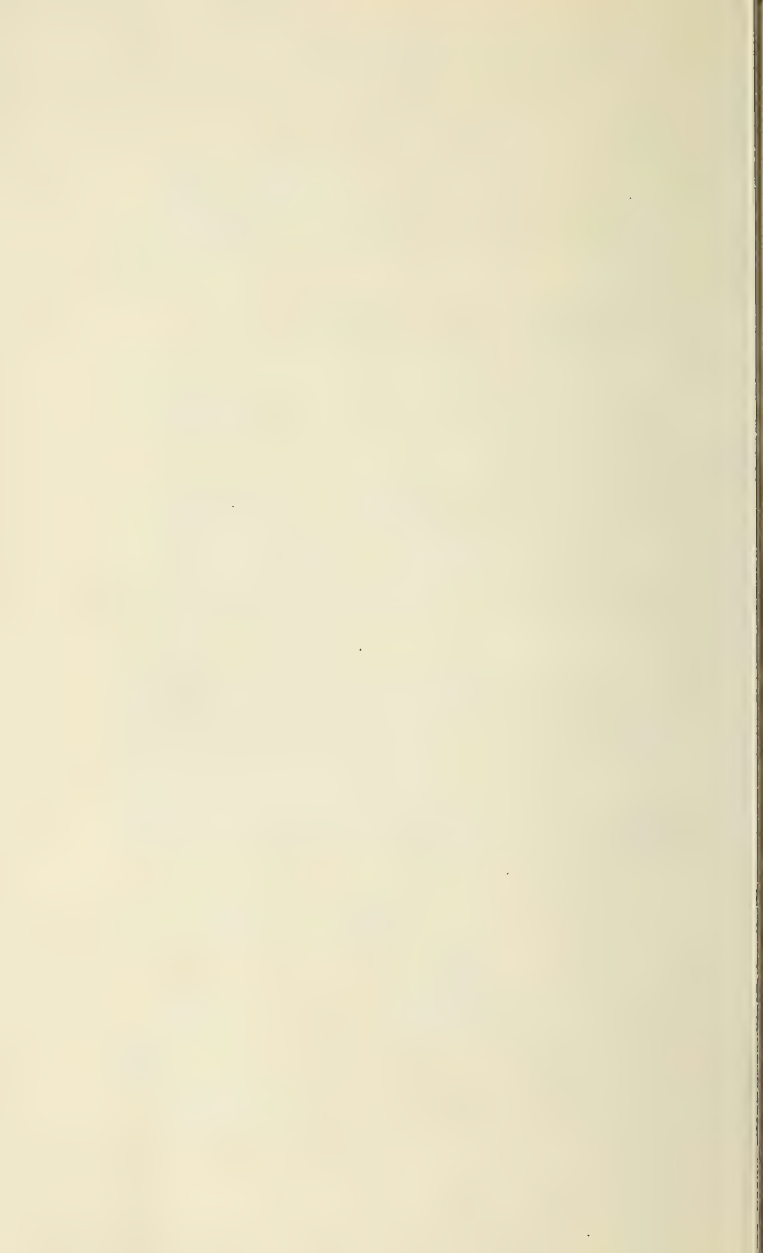
dente da provincia do Espirito Santo, de 4 de fevereiro de 1854 a 16 de julho de 1855; official da ordem da Rosa nesse mesmo anno e cavalleiro da ordem de Christo; primeiro official e chefe de secção da Secretaria de Estado do Imperio, em 1859.

É fallecido, desde muitos annos.

SERAPHIM DOS ANJOS FRANÇA. — Rio-grandense, natural de Porto Alegre e filho de Seraphim dos Anjos França.

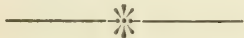
Fez toda a primeira parte da sua carreira publica na provincia de S. Paulo, onde foi collector de rendas em Jacarehy; mudou-se depois para Pindamonhangaba, e, alli, foi eleitor e juiz municipal.

Voltou, por fim, para a sua provincia natal, onde exerceu por algum tempo, com caracter de interinidade, o cargo de procurador fiscal, em 1849.

Era agraciado com os gráus de cavalleiro das ordens de Christo e da Rosa.

# CAPITULO IV

# A turma academica de 1848-52

## PARTE PRIMEIRA

O governo da provincia. — Directoria da Faculdade. — Os lentes desse quinquennio. — Renascimento literario na Academia de S. Paulo. — Dados estatisticos. — Antonio de Aguiar Barros. — Silva Canedo. — Gonçalo de Mello. — Mascarenhas Camello. — João de Escobar. — Joaquim da Cruz. — Rodrigues de Oliveira. — Martins Vieira. — Duarte Lima. — Souza Monteiro. — Simeão Estellita. — Baptista Caetano. — Aggressão a um lente. — Depoimento de um contemporaneo. — Pormenores e documentos. — Na vida pratica. — Alvares de Azevedo. — Nasceu ou não na Academia? — Sua infancia, puericia e juventude. — Grande poeta e bom estudante. — Suas producções literarias. — Molestia e presentimentos. — Desenlace fatal.

Occuparam o governo de S. Paulo, no quinquennio de 1848 a 1852, como presidentes effectivos, Domiciano Leite Ribeiro, de 23 de maio a 16 de outubro de 1848; Nabuco de Araujo, de 27 de agosto de 1851 a 19 de março de 1852; e Nebias, de 30 de setembro a 17 de dezembro de 1852; nos intervallos, como vice-presidentes em exercicio, Vicente Pires da Motta, Hippolito José Soares de Souza e Carlos Carneiro de Campos.

A directoria da Faculdade de Direito coı servou-se acephala durante todo esse period por não ter tomado posse o director nomead Visconde de Goyana; foi exercida interinament pelo conselheiro Manuel Joaquim, e, por vezes pelo conselheiro Brotero.

A lista dos directores da Academia, desde sua fundação, é a seguinte, guardada a ordeı chronologica:

1.º — Tenente-general dr. José Arouche d Toledo Rendon, que serviu desde a creação d Curso Juridico em 1827, até 23 de agosto d 1833;

2.º — Dr. Carlos Carneiro de Campos, d 1833 até 5 de novembro de 1835;

3.º — Dr. José da Costa Carvalho (depoi Barão, Visconde e Marquez de Mont'Alegre) d 1835 até 24 de junho de 1836;

4.º — Dr. Nicoláo Pereira de Campos Veı gueiro, de 8 de março de 1837 a 4 de fevereir de 1842;

5.º — Visconde de Goyana, que não tomo posse;

6.º — Conselheiro Manuel Joaquim do Ama ral Gurgel, de 1 de novembro de 1857 a 15 d novembro de 1864, data do seu fallecimento;

7.º — Conselheiro Vicente Pires da Motta, d 30 de janeiro de 1865 a 30 de outubro de 188 data do seu fallecimento;

8.º — Conselheiro André Augusto de Padu

Fleury, de 4 de abril de 1883 a 13 de agosto de 1890, data em que se aposentou;

9.º — Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, de 18 de outubro de 1890 a 25 de abril de 1891;

10.º — Conselheiro Barão de Ramalho, de 3 de maio de 1891, até 15 de agosto de 1902, data do seu fallecimento;

11.º — Dr. João Pereira Monteiro, de 29 de agosto de 1902 a 18 de novembro de 1904, data do seu passamento;

12.º — Dr. Vicente Mamede de Freitas, de 13 de dezembro de 1904 até 9 de agosto de 1908,

13.º — Dr. Antonio Dino da Costa Bueno, dessa data até.... quando Deus quizer.

Os lentes, que leram para a turma academica do quinquennio que nos occupa, foram estes:

1.º anno (1848): Direito Natural, das Gentes e Publico, dr. Brotero;

2.º anno (1849): Na primeira cadeira, em continuação, o dr. Brotero; na segunda, de Direito Ecclesiastico, o padre Anacleto Coutinho;

3.º anno (1850): Direito Criminal, o dr. Manuel Dias; Direito Civil, conselheiro Cabral;

4.º anno (1851): Direito Civil, em continuação, o conselheiro Cabral, substituido, de agosto a outubro, pelo dr. Furtado; Direito Commercial, o dr. Falcão;

5.º anno (1852): Economia Politica, o con-

selheiro Carneiro de Campos; Processo Civil Commercial e Criminal, o dr. Silveira da Motta.

Eram esses, que ahi ficam, e mais Manuel Joaquim e Pires da Motta, os lentes cathedraticos de então; os substitutos eram, nesse tempo, Chrispiniano, Ramalho, Pedreira, Furtado e Carrão.

Esse lustro de 1848 a 1852, principalmente a segunda parte do mesmo, assignala-se nos annaes da Academia de S. Paulo como aurea phase de renascimento literario.

Em 1850, sob os auspicios tutelares do conselheiro Manuel Joaquim, fundava-se o *Ensaio Philosophico Paulistano,* a mais celebre talvez das associações academicas, a não ser a gloriosa competencia do *Atheneu Paulistano,* fundado em 1852.

O *Ensaio* começou desde logo a publicar a sua *Revista Mensal,* em cujas paginas fulgiam inspiradas producções literarias de permeio com artigos de direito, de philosophia e de critica historica.

Entre os romeiros do Parnaso, principiavam já a colher louros José Bonifacio, Alvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa.

Tambem o *Atheneu Paulistano,* que aggremiava uma pleiade de moços talentosos, e, posteriormente, muito se celebrizou na historia da evolução mental da nossa Academia, publicou a sua revista, os *Ensaios,* com o mesmo pro-

gramma que a *Revista Mensal,* com a qual porfiava sob o impulso de nobre emulação.

Em 1851, nasceu outra não menos afamada publicação academica, o *Acayaba,* que teve grande influencia no desenvolvimento do gosto literario e que foi em longo periodo o escrinio de primorosas composições da lyra academica.

Eis a respeito dessa revista, da qual, como das precedentes, se encontra incompleta collecção na bibliotheca da Faculdade, a apreciação critica de um chronista quasi contemporaneo:

«Os vicios inherentes ao estylo da mocidade, isto é, o abuso das metaphoras, a prolixidade dos periodos, a declamação, são nelle (no *Acayaba)* substituidos por uma linguagem simples, clara e elegante, salvas as excepções. A escolha dos artigos e dos assumptos para as poesias é ordinariamente de muito bom gosto; nas composições lyricas que nelle existem sente-se a influencia de Gonçalves Dias. Este jornal viveu dois annos, que hão de ser sempre lembrados na vida da Academia. Escreveram para o *Acayaba* e nelle se distinguiram Duarte de Azevedo, como poeta e prosador, Felix da Cunha, Castilho e outros.» (1)

Matricularam-se em 1848, no primeiro anno do Curso Juridico, 31 estudantes.

---

(1) COUTO DE MAGALHÃES. — *Revista da Academia,* pag. 263.

Destes, formaram-se em 1852, em S. Paulo, 18, aos quaes se aggregaram mais 2 que haviam começado o curso em Olinda e 1 que vinha de anno superior; e assim foi de 21 a turma dos bachareis de 1852.

Nenhum defendeu theses.

Dos 18 primeiros dessa enumeração, alguns falleceram antes da conclusão do curso, formaram-se outros em Olinda, outros abandonaram os estudos; de outros, finalmente, não temos informação.

Comecemos por uma rapida resenha desses nomes.

São elles:

Antonio de Aguiar Barros. — Paulista, nascido em Itú em 1824; filho de Bento Paes de Barros, primeiro Barão de Itú; primo e cunhado do senador do Estado coronel Antonio Paes de Barros.

Fez o curso em S. Paulo até ao quarto anno; estudou o quinto em Olinda e lá se formou.

Estudante regular, circumspecto, brioso, muito estimado dos collegas. Havia nesse tempo em S. Paulo uma familia mineira e nessa familia tres moças de rara formosura, a primogenita, principalmente, de nome Belisaria. A Academia toda bebia os ares pelas *Mineiras,* e tambem o Barros por uma dellas... de modo menos platonico.

Elle era moço, rico e bonito: deveria perder a vantagem de tantas prendas felizes?

Senhor de avultada fortuna, não fez uso profissional de sua carta.

Occupou, como sexto vice-presidente em exercicio, a cadeira presidencial de S. Paulo, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 1878.

Assignalou-se por grandes actos de philantropia, fazendo por vezes á Santa Casa da Misericordia de S. Paulo avultadissimos donativos.

Por esses actos de benemerencia foi agraciado com os titulos de Visconde, e, depois, Marquez de Itú.

A camara municipal desta capital deu o seu nome a uma rua na Villa Buarque.

É fallecido, ha para vinte annos.

ANTONIO AUGUSTO DA SILVA CANEDO. — Mineiro, nascido em 1829; filho de Manuel José da Silva Canedo.

Tendo sido mal succedido no seu acto do 3.º anno em 1850, cremos que foi concluir o curso na Faculdade de Olinda.

De volta á sua provincia natal, abraçou a carreira da magistratura.

Em politica, alistava-se no partido conservador, e por elle foi eleito deputado á Assembleia Provincial de Minas para os biennios de 1856-57, 1858-59, 1860-61, 1862-63 e 1864-65; e depu-

tado á Assembleia Geral, á 14.ª legislatura (1869-72).

É fallecido.

Gonçalo Vieira de Mello. — Sergipano. O termo de matricula no primeiro anno não lhe menciona a filiação nem a edade.

Cursou em S. Paulo sómente os dois primeiros annos.

Era dado a poeta, e, effectivamente, fazia versos com facilidade. Dizia, gracejando, que tinha quasi prompto um poema épico em que celebrava as glorias da sua provincia natal, mas achava difficuldade em dar apropriada denominação a essa epopéa. Como, effectivamente, deveria chamar-se?

Francisco de Mascarenhas Camello. — Paulista, nascido no municipio de Sorocaba em 1827; filho de Antonio de Mascarenhas Camello.

Foi infeliz no seu acto do terceiro anno. Como fazia parte da mesa examinadora o dr. Cabral, quem sabe se o desastre não foi devido á originalidade do nome?

A tradição confirma essa conjectura, pois affirma que o Mascarenhas era bom estudante e fizera bom acto. Dizem outros que elle pagou as culpas dos seus companheiros de casa, namorados ou namoradores das *Mineiras*.

Era pobre e muito economico. Ao chegar da academia, envergava tamancos e trajes caseiros não sahia de casa.

Desgostoso com a reprovação, bateu-se para Olinda, onde no mesmo anno falleceu de febre amarella.

João Baptista de Escobar. — Paulista, nascido em S. Paulo, em 1829; filho de Antonio Ribeiro de Escobar e irmão mais moço, um anno apenas, de Francisco Ribeiro de Escobar, de quem adeante nos occuparemos. Não chegou a formar-se, pois a morte cortou-lhe a existencia, ainda quando estudante.

Joaquim da Silva Cruz. — Paulistano, nascido em 1826; filho de Manuel Guilherme da Silva Cruz.

Alto, trigueiro escuro, robusto. Intelligencia notavel, a tal ponto que o dr. Chrispiniano disse delle — que jamais conhecera maior talento. Em compensação, não abria livro: ouvia as prelecções e... prompto! Estava apto para explicar a lição aos collegas. Bohemio impenitente, aprazia-se em serenatas, troças e orgias. Era devoto de Baccho e tão ardente nesse culto, que até espirito de vinho elle bebia. Essa escandalosa incontinencia foi para elle origem de revezes academicos. Reprovado no 5.º anno, retirou-se para Itú e lá tentou suicidar-se. Salvo a tempo, suicidou-se

por outro modo, lentamente, com o exercicio inveterado do alcoolismo.

Joaquim Rodrigues de Oliveira. — Bahiano, nascido em 1828; filho de Antonio Rodrigues Casado de Oliveira.

José Martins Vieira. — Fluminense, nascido em 1831; filho de Manuel Martins Vieira.

José Manuel Duarte Lima. — Fluminense, nascido em 1827; filho de José Manuel de Lima.

Manuel Victor de Souza Monteiro. — Fluminense, nascido em 1831; filho de Manuel do Nascimento Monteiro.

Simeão Estellita de Paula e Silva. — Fluminense, nascido em 1827; filho de Francisco de Paula e Silva.

Baptista Caetano de Almeida Nogueira.— Mineiro, nascido no municipio e freguezia de Jaguary, outr'ora Camandocaia, a 5 de dezembro de 1826; filho do coronel Antonio Felisberto Nogueira e de D. Maria Gabriella de Almeida Nogueira, e irmão do dr. Caetano Furquim de Almeida.

Era alto, magro, tez morena, olhos vivos e á flôr do rosto, cabellos negros, quasi imberbe.

Temperamento ardente, «meio estabanado», disse-nos um seu contemporaneo que reside em S. Paulo.

Cursou em S. Paulo sómente o 1.º anno, e foi quanto bastou para perpetuar sob as arcadas a sua fama, originada principalmente de uma aggressão que elle tentou... (assim dizem por euphemismo os documentos officiaes) contra o dr. Brotero. Reza, porém, a tradição, que houve mais que tentativa: houve aggressão consummada.

Eis o que sobre esse ponto nos refere um dos seus biographos [1]:

«Matriculando-se no Curso Juridico, — ou por que fosse victima, como se affirma, de injustiças resultantes de intrigas odiosas por questões particulares, ou porque em actos e palavras não se orientasse prudente e avisadamente, ou ainda porque não se mostrasse então a intelligencia robusta e de assidua applicação, qual mais tarde foi, até finar-se, o estudante mineiro não colheu louros, na sua primeira phase academica; ao contrario, soffreu decepções e sérios embates da sorte adversa, que bem podiam ter compromettido definitivamente sua carreira literaria.

Já tendo sido anteriormente reprovado duas

---

(1) XAVIER DA VEIGA — *Ephemerides Mineiras,* vol. IV, pag 381.

vezes no exame de philosophia, passou por egual desgosto no do 1.º anno do Curso Juridico. Desvairou-se com esse revez a ponto de tomar um desforço pessoal do lente que o reprovára, do que lhe resultou ser preso e suspenso das aulas, com prohibição, por doze annos, de frequentar qualquer das Academias do Imperio.

Recolhido a um quartel da tropa de linha, para evitar o vexame ainda maior de ser recrutado, assentou praça como voluntario, sendo reconhecido 1.º cadete (Fevereiro de 1849), e, vindo para o Rio de Janeiro, obteve do Imperador o perdão daquella pena, pelo que poude pouco depois matricular-se no curso de engenharia militar da Praia Vermelha, onde, a despeito de novos desgostos e contrariedades, que enfrentou, brioso e imperterrito, recebeu a 15 de dezembro de 1855 o grau de bacharel em mathematicas.»

O eximio homem de letras, sr. Barão de Paranapiacaba, de quem solicitamos informações sobre o mesmo episodio academico e a interessante figura de Baptista Caetano, brindou-nos, bondoso como todos o conhecem, com a seguinte noticia:

«O Baptista Caetano foi suspenso por ter aggredido e offendido physicamente o lente Brotero, que lhe puzera um *R*. Conheci-o de perto, e ao pae, Antonio Felisberto Nogueira. Visitei-o

mais de uma vez na cadeia, em companhia do Bernardo Guimarães, seu primo. Alli ouvi-o muitas vezes cantar ao violão e com elle conversei longamente.

Formou-se aqui na Escola Polytechnica.

Era uma poderosa intelligencia.

Na Repartição dos Telegraphos muito o considerava o Barão de Capanema.

Publicou um opusculo sobre a collocação dos pronomes, procurando, sem o conseguir, sustentar these contraria á doutrina corrente.»

O facto occorrera nos dias 15 e 18 de novembro de 1848, e teve, effectivamente, como causa a reprovação de Baptista Caetano no seu acto do 1.º anno. O velho Brotero não se acovardou; ao contrario, reagiu, dando voz de prisão contra o aggressor e arrebatando-lhe das mãos o instrumento aviltante de que se armára.

O joven estudante, que se premunira de animal sellado, conseguiu esquivar-se á prisão e sem detença fugiu, caminho de Minas Geraes, por Atibaia...

De tudo nos dão circumstanciada noticia as seguintes peças officiaes, até ao presente ineditas:

«Ill.^mo^ e Ex.^mo^ sr. Participo a V. Ex.ª que neste momento chega a esta academia o dr. José Maria de Avellar Brotero, trazendo um chicote,

com que fôra ameaçado na rua publica pelo estudante Baptista Caetano de Almeida Nogueira, o qual tinha já insultado o mesmo doutor no dia 15 do corrente, e pelo que mandei-lhe intimar que comparecesse hoje para fazer-lhe o competente processo. Foi-lhe dada ordem de prisão em flagrante, mas elle fugiu.

Rogo a v. ex.ª as providencias que o caso exige, para manter-se a ordem e a disciplina neste estabelecimento.

Deus guarde a v. ex.ª S. Paulo, 18 de novembro de 1848. Ill.mo sr. dr. Vicente Pires da Motta, presidente desta Provincia. *Manuel Joaquim do Amaral Gurgel,* director interino.»

Sobre o mesmo objecto:

«Ill.mo sr. — Remetto a v. s. o chicote que foi tomado ao estudante Baptista Caetano de Almeida Nogueira, no dia 18 do corrente, com que insultára publicamente na rua do Jogo da Bola ao dr. José Maria de Avellar Brotero, tendo antecedentemente, no dia 15, já praticado outro insulto ao sahir o referido doutor desta Academia, pelo que fôra notificado o referido estudante para se lhe formar um processo academico.

Foram testemunhas inquiridas no processo academico, ácerca do primeiro facto, o bacharel formado João Cardoso de Menezes e Souza Junior e o porteiro Carlos Luiz Godinho, e, ácerca do

egundo facto, o capitão de engenheiros José
acques da Costa Ourique e Manuel Joaquim dos
antos.

Deus guarde a v. s.ª S. Paulo, 20 de novem-
ro de 1848. Ill.mo sr. dr. Lourenço de Freitas,
hefe de policia desta Provincia. *Manuel Joaquim
o Amaral Gurgel.*»

Ao governo Geral foi, sobre o mesmo obje-
to, endereçado este outro officio:

«Ill.mo e ex.mo sr. — É com intenso pesar
ue participo a v. ex.ª, para que se digne fazer
hegar ao alto conhecimento de S. M. o Impera-
or, que, no dia 15 do corrente, sahindo desta
cademia o dr. José Maria de Avellar Brotero,
oi insultado pelo estudante Baptista Caetano de
lmeida Nogueira, que nesse dia fôra reprovado
o exame do primeiro anno: e sabendo eu do
acto, mandei notifical-o para que comparecesse
a Secretaria, no dia 18, afim de lhe mandar fa-
er o processo, digo, na forma do Decreto de 19
le agosto de 1837. Na manhan desse dia, quando
dr. Brotero vinha aos actos, nova e mais escan-
lalosamente foi insultado pelo referido estudante,
a rua do Jogo da Bola. Ao estudante foi dada
oz de prisão, mas elle poude evadir-se.

Immediatamente que isto me constou, offi-
ciei ao ex.mo presidente da Provincia, pedindo
as providencias que o caso exigia; e sahindo es-

coltas após o delinquente, foi elle capturado no dia 19, já na villa da Atibaia.

Organizado o processo academico, foi submettido ao juizo da Congregação no dia 20, e esta lhe impoz o grau maximo da pena, tanto em um como em outro caso, ficando por isso excluido da Academia por 12 annos.

Além disto, instaurou-se-lhe um processo no Juizo Criminal.

Deus guarde a v. ex.ª S. Paulo, 23 de novembro de 1848. Ill.mo e ex.mo sr. Visconde de Mont'Alegre, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio. *Manuel Joaquim do Amaral Gurgel,* director interino.»

No anno seguinte, por decreto de 14 de novembro, foi commutada essa pena na de suspensão de matricula sómente nos cursos juridicos de S. Paulo e de Olinda, podendo «frequentar desde já os estudos de qualquer outra Academia do Imperio e ser nella admittido á matricula, na forma dos respectivos Estatutos.»

Tendo consultado sobre este episódio a um illustre e auctorizado contemporaneo, o festejado homem de letras Barão de Paranapiacaba, obtivemos de s. ex.ª a seguinte resposta:

«Respondo ás perguntas do seu cartão de 30 do p. p. *(Março de 1907):* Visitei Baptista Caetano na cadeia (Largo de S. Gonçalo). Certo que a prisão foi em flagrante e por crime commum.

Lembra-me, até, que o prêso cantou nessa oite ao violão isto:

Quando as glorias que gozei,
Vou na ideia revolver,
Sinto, á força da saudade,
Meu triste pranto correr.

Eu bem sei para que amor
Me quiz ditoso fazer:
Foi para ver, de continuo,
Meu triste pranto correr.

Não me lembro de nenhum encarceramento cademico.

Achei ahi, em 1840, a tradição de que o adre Vicente P. da Motta, sendo Juiz de Paz, ıandou á revelia, vir á sua presença, amarrado omo um porco, certo estudante (Figueiredo), que oi prêso na cadeia, não academica.» [1]

Voltemos, porém, a Baptista Caetano.

Esse grave incidente da sua quadra acadeıica deu, como já vimos, nova e mui differente irecção a toda a vida de Baptista Caetano. Em ez de bacharel em Direito, que elle pretendia er, teve que se fazer militar e depois engenheiro. Nessa qualidade, exerceu por muitos annos o argo de sub-director da Repartição dos Telegraphos.

---

[1] Desse facto circumstanciadamente nos occupámos na 4.ª erie destas *Tradições e Reminiscencias*.

Foram, porém, a sua predilecção pelos estudos philologicos e os trabalhos a que se entregou sobre linguistica, que mais assignalado lhe fizeram o nome. As suas obras, especialmente sobre as linguas indigenas, são talvez o que de mais notavel no assumpto se tem escripto no Brazil.

Além de philólogo, o dr. Baptista Caetano tambem era poeta, e primava no genero satirico, no qual celebrizou o pseudonymo *Poeta Macambusio,* que habitualmente subscrevia os seus versos e artigos de critica literaria. Como pseudonymo de imprensa, usava tambem o de *Bendac,* sob o qual deu á publicidade uma collecção de versos intitulada — *Trovas, sonetos e cançonetas.*

Falleceu, após longa enfermidade, no Rio de Janeiro, a 21 de dezembro de 1882.

MANUEL ANTONIO ALVARES DE AZEVEDO. — Paulista, nascido nesta capital a 12 de setembro de 1831. Filho do dr. Ignacio Manuel Alvares de Azevedo, então terceiro-annista do Curso Juridico, e de D. Maria Luiza Silveira da Motta.

É tradição, de recente origem, cremos nós, na Academia de S. Paulo, que o grande poeta brazileiro veiu á luz do dia no edificio mesmo da nossa Faculdade, e alguns accrescentam que na sala onde hoje está installada a bibliotheca [1].

---

[1] J. JACYNTHO RIBEIRO, *Chronologia Paulista,* vol. II, parte 1.ª, pag. 467.

Afigura-se-nos sem fundamento essa tradi-ão, não sómente porque a sabemos contestada or uma respeitavel matrona da alta sociedade aulista (1), como tambem porque tão singular contecimento não seria omittido na minuciosa iographia que serve de introducção ás obras de lvares de Azevedo, elaborada por Jacy Mon-eiro, parente e amigo intimo da sua familia.

O conselheiro Duarte de Azevedo, primo-rmão do poeta, tambem affirma jamais ter ou-ido aquella tradição no seio da familia.

Essa nossa contestação é ainda corroborada or duas outras circumstancias que tornam inve-osimil o facto. A primeira é o estado, a situação o difficil accesso, em 1831, do salão onde está hoje a bibliotheca da Faculdade. Não existia naquella época a entrada lateral do edificio, na rua Christovam Colombo, a qual foi aberta em 1882 ou 83, sob a directoria do conselheiro Fleury. Era, portanto, difficil, para casos urgentes, o accesso do salão *onde está hoje* a bibliotheca; tinha de ser feito pelo saguão da egreja de S. Francisco, arcadas do pateo interior, escadaria para o primeiro pavimento, seu vasto corredor em

---

(1) A ex.ma sr.a D. V. P. affirma ter ouvido de pessoas contemporaneas da quadra da infancia do poeta — que este nascera numa casa da rua S. Gonçalo, quasi ao sahir no largo da Sé, casa que propositalmente lhe foram mostrar, quando a morte prematura e a grande celebridade de Alvares de Azevedo tornaram interessantes todos os pormenores a elle referentes.

seguida ao patamar, salão *hoje occupado* pela Secretaria e pela sala do director, *que eram então a bibliotheca,* e por fim o salão do angulo do edificio, na parte voltada para a rua Colombo, *onde está hoje a bibliotheca.* Ora, fôra mais facil, e principalmente mais breve, a quem estivesse no largo de S. Francisco, procurar uma casa de familia (nesse tempo, em S. Paulo, todas as familias se conheciam) no mesmo largo ou em rua attinente, do que aquelle salão quasi inaccessivel de um edificio publico, sem conforto algum, sem mesmo um leito, e, ainda mais, inacabado, sem fôrro, em parte sem assoalho ([1]).

A outra razão que nos parece peremptoria é a seguinte: A pouco mais de cem metros de distancia, na rua da Freira, esquina da do Jogo da Bola, estava a casa do dr. Silveira da Motta, avô materno do nascituro.

Alvares de Azevedo, ou antes o *Maneco Azevedo,* como lhe chamava toda a gente, foi na infancia um verdadeiro *enfant prodige.*

Em todas as aulas era o primeiro. Aos treze annos de edade, tinha completado o estudo das

---

([1]) Até 1883, o salão onde está hoje a bibliotheca achava-se em completo abandono, sem fôrro, em parte sem assoalho, parecendo não acabado, deposito de cacos de telha, táboas, boldrames, vidros quebrados e de coisas velhas, tudo coberto com alguns centimetros de pó, de cisco e de fuligem.

Para uma parturiente... antes o estábulo de Belem!

disciplinas preparatorias. Forçoso lhe foi esperar tres annos mais para attingir a edade legal da matricula.

Dentro desse periodo, depois de ter prestado os exames necessarios, matriculou-se em anno superior no Collegio D. Pedro II, e, em 1847, obtinha com brilhante successo o grau de bacharel em letras.

Veiu então a S. Paulo e em 1848 matriculou-se no Curso Juridico.

Era um joven extremamente sympathico, de mediana estatura, compleição débil, tez morena, de pallidez macillenta, rosto imberbe, apenas ligeiro buço a sombrear-lhe o sobre-labio e a emmoldurar a face; olhar profundo, impregnado de doce melancolia. Não era, nem de longe, um typo byroniano; antes, uma physionomia meiga e romantica ou de poeta lyrico.

Dominava, nesse tempo, na Academia, com irresistivel e absorvente poder suggestivo, a influencia literaria do genial bardo britannico e de Musset. Com o temperamento impressionavel dos poetas, não conseguiu Alvares de Azevedo subtrahir-se á impetuosidade dessa corrente avassalladora. Todavia, se é provavel que uma ou outra vez a legendaria *Chácara dos Inglezes* (1) presen-

---

(1) Sita na parte inferior do largo da Gloria, hoje *Praça de S. Paulo,* a cavalleiro do Tamanduatehy. Essa casa, hoje substitui-

ceou scenas alegres da bohemia academica, nas quaes pelo seu genio cabia ao glorioso poeta proeminente papel, ha, não obstante, extraordinaria exaggeração em tomar ao pé da letra, como descripção de episodios vividos, as phantazias literarias da *Noite na Taberna*.

Basta, para se comprovar o nosso conceito, attender a que nunca deixou o Maneco Azevedo obumbrar-se no seu curso de Direito o renome de grande estudante que elle trazia desde os estudos secundarios.

Era poeta, cantava, sonhava, mas tinha um espirito philosophico, amava as sciencias, meditava e raciocinava.

Eis a esse respeito o valioso depoimento de um dos seus biographos:

«O que é certo é que, fossem quaes fossem as suas extravagancias, elle estudava e trabalhava com uma perseverança, fervor e fertilidade, que são de espantar. Naturalmente tudo isso contribuia para mais o enfraquecer e a elle proprio tornar fixa aquella ideia de que ia morrer em breve, tão repetida em seus versos tristes, decora-

---

da, foi habitada primeiramente por engenheiros inglezes, donde o seu nome; foi depois, por longos annos, republica de estudantes, depois Collegio de Meninos, e, por fim, foi occupada pelo velho lente conselheiro Furtado de Mendonça. Reza tambem bregeira chronica que ahi se deu o primeiro encontro entre o Principe Regente e D Maria Domitila, depois Marqueza de Santos.

os com lagrimas nos olhos por toda uma geação.

No seu primeiro anno academico, Alvares de Azevedo adiantou-se tanto no estudo do Direito, que logo nas férias proximas, seu pae lhe confiou importantes questões juridicas, que elle resolveu de tal modo que as decisões obtidas nos tribunaes foram todas favoraveis.»

De então em deante, foi assombrosa a sua fecundidade literaria. Escrevia em prosa e em verso com prodigiosa facilidade. Dir-se-ia que tinha soffreguidão em produzir, apprehensivo da approximação, que presentia, da morte.

Escreveu no seu primeiro anno uma tragedia inspirada no *Othelo* de Shakspeare, uma versão da *Parisina* de Byron, um drama o *Conde Lopo,* um romance, que não concluiu, em prosa e verso, e grande parte da *Lyra dos vinte annos.*

Nas férias do seu segundo para o seu terceiro anno, a saber, de 1849 a 1850, em tres mezes apenas, escreveu mais de duzentas paginas de um romance, sete cantos de dois poemas, as *Analyses do Jacques Rolla,* de Alfredo de Musset, os *Estudos literarios sobre a marcha da civilização e poesia em Portugal,* além dos fragmentos de um poema em estylo á antiga.

Em 1851, findo o seu quarto anno, foi o Maneco Azevedo ao Rio, onde residia a sua familia,

e era já notavel advogado o dr. Ignacio Manuel Alvares de Azevedo, seu pae. Tinha a saude debilitada e a profunda impressão de que morreria antes de completar o seu Curso Juridico. Uma fatalidade tradicional pesava desde alguns annos sobre as gerações academicas da Faculdade de S. Paulo — a morte de um quinto-annista. No anno anterior, a 21 de setembro, deplorára a Academia a morte de Feliciano Coelho Duarte, que cursava o quinto anno e que por seu talento e belleza de alma prenunciava brilhante futuro.

Estava persuadido Alvares de Azevedo de que era chegado o seu turno e que o anno de 1852 faria soar a sua hora derradeira.

O lutuoso presentimento teve lutuosa confirmação.

A 10 de março aggravaram-se os seus padecimentos, por tal modo que se tornou evidente o proximo desenlace fatal.

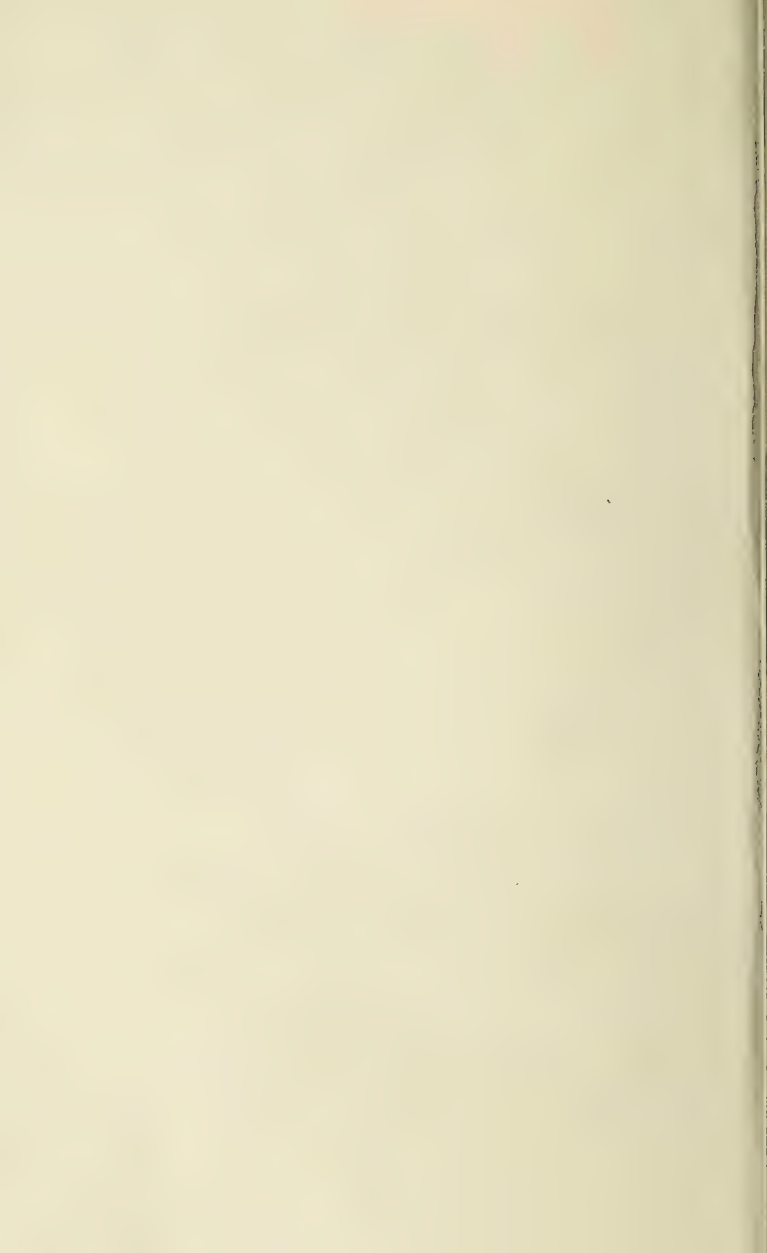
Revelou então o enfermo estoica resignação, resistindo aos mais dolorosos e aliás inuteis curativos, sempre com fortaleza de animo, para não augmentar os soffrimentos de sua carinhosa mãe, cuja presença não dispensava.

Foi esse, segundo se affirma, o mais absorvente affecto da ultima phase da sua existencia: um grande, um intenso, um incomparavel amor filial, que o fazia ficar horas e horas, estático e embevecido, com uma das mãos nas mãos de sua

mãe e os olhos marejados de lagrimas sempre fitos nos olhos della tambem marejados de lagrimas.

Ao cabo de uma longa e compungente agonia, a 25 de abril de 1852, pelas cinco horas da tarde, segundo refere um chronista contemporaneo, Alvares de Azevedo pediu a sua mãe que se retirasse por um instante — quiz evitar-lhe a dôr de o vêr morrer — soergueu-se um pouco, inclinado ao peito de um irmão, tomou a mão de seu pae, beijou-a com labios ardentes e murmurou as seguintes palavras:

— Que fatalidade, meu pae!

E expirou.

# CAPITULO V

## A turma academica de 1848-52

### PARTE SEGUNDA

Os bachareis de 1852 — Antonio Gomide. — Leite Lobo. — Antonio Sayão — As primeiras agremiações espiritas no Brazil — Um grupo mystico — Jesus Christo no Rio de Janeiro — Dois livros de espiritismo — Bernardo da Silva — Agradecimento aos tachygraphos — Anthropóphagos... não! — Bernardo Carneiro — Firmo Diniz — Francisco de Escobar — Doces com assucar! — Esboço biographico — Alvares da Silva — Simões Lopes — Como se responde a indiscretos — Pires da Silva — Carvalho Malta — Ferreira Carneiro — Tiro milagroso — As consequencias delle — Mendes Malheiros — Uma promessa cumprida — Conversa em allemão — Joaquim Russel — Caetano dos Santos — Dias de Gouvêa — Cruz Palma — Fernandes Moreira — Sebastião Lyra — Severino de Carvalho — Silvino Cavalcanti

Passemos em resenha, observado o methodo que até agora temos seguido, a lista dos bachareis que se formaram na Academia de S. Paulo em 1852.

Foram elles, já o dissemos, em numero de 21, dos quaes 18 pertenciam á turma dos matriculados em 1848, em S. Paulo, dois vieram da Academia de Olinda, onde começaram o curso, e um

pertencêra até o seu terceiro anno á turma anterior e tinha-se matriculado no primeiro anno em 1847.

ANTONIO GONÇALVES GOMIDE. — Paulista, nascido nesta capital em 1826. Filho do cirurgião Candido Gonçalves Gomide e sobrinho do senador por Minas, do mesmo nome.

Estatura regular, magro, tez entre morena e clara, olhos vivos, que se tornavam como que vagos e abstractos quando elle meditava; cabellos castanhos, que trazia a meia cabelleira e com boas entradas; gesticulação expressiva, a tal ponto que por vezes enunciava com clareza a ideia antecipando ou completava eloquentemente a palavra.

Intelligentissimo e bom estudante. Estimado de todos os collegas.

Apreciava a boa palestra e gostava de ouvir e referir anecdotas e casos facetos, o que muito se coadunava com o seu temperamento jovial. Era tambem dado á musica e na sua quadra academica tocava violão; depois, deixou de executar, mas conservou-se apaixonado *dilettante.*

Era já conhecido na Academia sob o appellido familiar *O Tuna,* modificação do seu nome de baptismo, e que lhe foi sempre conservado.

Casou-se com D. Corina de Vasconcellos, de familia paulistana.

Formado, seguiu a magistratura, e, nessa carreira, foi promotor publico de Taubaté em 1852, e de Campinas em 1853, onde se conservou em exercicio por mais de dez annos e muito illustrou o seu nome; juiz de direito de Jacarehy em 1872 e de Mogy-mirim; desembargador e presidente da Relação de Matto Grosso em 1880, cargo em que se aposentou.

Como juiz, as suas sentenças eram peças de jurisprudencia e laudos de justiça. Acontecia, porém, que elle era moroso no estudo e tinha o habito de amontoar autos.

De volta a S. Paulo, teve escriptorio de advocacia em Campinas e em Mogy-mirim e foi advogado da Companhia ferroviaria Mogyana.

Falleceu ha para mais de dez annos.

Era pae dos drs. Gabriel Gomide, juiz de direito de Itapetininga, e Candido Gomide, engenheiro, e sogro dos drs. Alfredo Ribeiro dos Santos, director geral da Secretaria da Policia, e do finado Godofredo Furtado, engenheiro, lente da Escola Normal.

ANTONIO JOSÉ LEITE LOBO. — Fluminense, nascido em 1825. Filho de pae de egual nome, auctor de uma versão do *Gabriel Lambert,* de Dumas pae.

O dr. Leite Lobo teve breve existencia. Falleceu, no Rio de Janeiro, dois annos após a formatura.

Antonio Luiz Sayão. —Fluminense, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1829. Filho de Francisco Luiz Sayão.

Talentoso e applicado.

Após a formatura, voltou ao Rio, e, a principio, exerceu a advocacia; conservou depois o escriptorio, á praça da Constituição n.º 46, mas deixou de advogar.

Desde 1871, dedicou-se a estudos metapsychicos e fez parte das primeiras agremiações que se organizaram na capital brazileira para estudar o espiritismo, e nas quaes se congregaram engenheiros, advogados, medicos, professores, empregados publicos, etc., dentre os quaes alguns nomes conhecidos na politica, na sciencia, nas letras, nas artes, na industria, etc., como sejam, Pinheiro Guedes, Silva Netto, Bittencourt Sampaio, Joaquim Carlos Travassos, Siqueira Dias, Miguel Vieira Ferreira, Dias da Cruz Filho, Nascimento, Carlos Cirne, Lieutaud, Torterolli e outros; e, mais tarde, Bezerra de Menezes, Antão de Vasconcellos, Maia de Lacerda, General Ewerton Quadros, capitão de fragata Alvaro Belfort, Fernandes Figueira, Ernesto dos Santos Silva, Guilherme de Almeida, Fortes, Pacheco, Filisbino, Frederico Junior, Saul, Elias da Silva, etc., etc.

Hoje, no Rio de Janeiro, os prosélytos da doutrina espirita constituem legião, excedente talvez de uma dezena de mil pessoas, de todas as classes sociaes e de ambos os sexos; formam

iversos grupos e um centro sob o nome *Fedeação Espirita,* com séde na rua do Rosario. Alli xistem para os socios e á disposição do publico ıma bibliotheca e um consultorio médico, onde e fazem diagnosticos e se dão receitas sob comnunicação de espiritos. A *Federação* tem um jornal *O Reformador.*

A primeira associação organizada denomiıou-se *Sociedade Academica Deus, Christo e Caidade* e teve por muito tempo uma revista menal. Houve logo uma segunda, a *Fraternidade,* e lepois innumeras.

A 15 de julho de 1880, por iniciativa de Bittencourt Sampaio e Antonio Luiz Sayão, e ob a presidencia deste, organizou-se um grupo spirita com o programma de preparar médiuns para communicações com espiritos puros, preces pelos soffredores e estudos dos Evangelhos.

No correr dos trabalhos, quando os socios á se encontravam bastante adeantados, eis que ão surprehendidos numa sessão por um episódio emocionante, que é narrado nos *Trabalhos Espiritas* (1), de natureza a pôr em evidencia o alto gráu de mysticismo daquelles estudos.

Feita a prece inicial e aberta a sessão, delararam os médiuns videntes a presença dos anjos la guarda de cada um dos irmãos e os de outros

(1) ANTONIO LUIZ SAYÃO — *Trabalhos espiritas de um pequeno grupo de rentes humildes,* pag. 155.

espiritos protectores do grupo, e que sobre a imagem de Christo crucificado (que Sayão, por deliberação sua somente, collocára na mesa para fortalecer-se na fé), viam uma grande estrella resplandecente.

Proseguiram-se os trabalhos, e, após algumas communicações todas oraes... Mas copiemos a propria acta, inserta na mencionada compilação:

«Izabel [1] disse:

—«Sobe, sobe, está perpendicular. Ah! Senhor, ah! meu Deus! Rasga-se a estrella, tu, o Senhor! Christo!

«Nascimento [2] cae de joelhos de braços abertos.

«Izabel e Silva [3] tambem de joelhos e extaticos; e assim todos os demais irmãos.

«O medium Frederico [4] continúa com voz suave e doce, com os braços estendidos:

—«Irmãos. Eu venho, como outróra entre os homens, fazer ouvir as palavras da Redempção.

«Eu venho, como outróra, convidar-vos ao seio de meu pae. Por amor de vós modifiquei a minha natureza e venho dizer estas singelas palavras:

---

[1] D. Izabel Maria de Araujo Sampaio, esposa do dr. Bittencourt Sampaio.

[2] João Gonçalves do Nascimento, empregado na Alfandega, e que depois se celebrizou como *medium curador*.

[3] Manuel Antonio dos Santos Silva, empregado publico.

[4] Frederico Pereira da Silva Junior, empregado publico.

Avante, filhos, avante. Tendes o meu amparo; tendes a minha alma transbordando de luz, para encher os vossos seios e lavar os vossos pecados.

«Filhos da minh'alma, felizes sois; porque gosaes de uma dita inexplicavel. Pudestes, unidos á materia grosseira, que tanto vos prejudica, ouvir as palavras daquelle que na terra soffreu martyrios para vos remir dos peccados. Pois bem, continuae a merecer; e vós bem sabeis como se merece: É estudando a divina Escriptura, que eu trouxe á terra, ao mando do Bom Pae. É vos amando, uns aos outros; não odiando os vossos mais incarniçados inimigos.

«Perdoae a todos. A todos que vos offendam amae.

«Despi-vos das vossas vestes e cobri-os.

«Tirae o pão da vossa bocca e matae-lhes a fome.

«Pregae com o exemplo esta doutrina que estudaes.

«Sede humildes, como eu fui na terra.

«Tende abnegação a tudo que é da materia.

«Inclinae-vos aos pés do Creador, nas azas do Espirito Purificado; (o medium aponta para os livros dos Evangelhos) eis os vossos conductores: eis vossos guias.

«Comprehendei, praticae, ensinae e sereis salvos.

«Irmãos, eu vou e deixo sobre vossas cabeças uma corôa de espinhos; fazei pelos vossos esfor-

ços que elles se tornem em flores. Que se tornem numa aureola de luz resplendente, para um dia vos apresentardes no mundo da verdade com ella ainda sobre a fronte.

«Ella significa o martyrio que todos aquelles que comprehendem e praticam esta doutrina santa teem de soffrer dos endurecidos.

«Pois bem, impavidos como os martyres que vos antecederam, disponde o vosso coração a receber a setta dos infelizes. Disponde os vossos labios a sorver na taça o fél amargurado.

«Sim, se assim praticardes, tereis correspondido não á minha vontade, mas á vontade de Meu Pae, que está no Céu, vos vendo, vos contemplando.

«Irmãos, as bençams de Deus caiam sobre vossas cabeças. Possaes comprehender as palavras do mais sincero irmão, do mais desinteressado amigo que tendes neste exilio desventurado. Que Deus vos illumine.

Espirito da Verdade.»

Entre a acta desta e a da sessão immediata, lêem-se a seguinte interessantissima nota e a communicação, que tambem em seguida transcrevemos:

«Essa memoravel sessão de 14 de outubro de 1880 deixou-nos a alma extasiada de tal sorte

que, quando finalizámos o trabalho, parecia que acordavamos de um sonho maravilhoso em que nos vimos arrebatados por emoção que inutilmente tentariamos descrever!

«Depois de passadas horas, interrogavamos a nós mesmos, perguntando se seria possivel que o Divino Senhor Jesus Christo houvesse baixado até nós para dar-nos esse exemplo de humildade e da sua infinita misericordia.

«No dia seguinte, o nosso irmão Bittencourt entregou-nos a communicação que recebera do seu guia, em resposta á pergunta que lhe dirigiu, como tudo abaixo se lê:

«— Jesus Christo desceu entre nós e communicou-se comnosco, falando por intermedio do medium Frederico?

Resposta:

«— Ainda uma vez, eu te digo: agradece ao Todo Poderoso a graça que recebeste juntamente com teus irmãos, reunidos em amor e fraternidade, na noite de hontem.

«Sim, meu irmão, o nosso Divino Mestre, como elle mesmo o disse, modificou o seu perispirito e veiu a este planeta, que lhe pertence e cuja humanidade elle governa e dirige, dar uma prova exuberante da sua infinita bondade áquelles que se tornaram doceis aos seus conselhos e que se entregaram de coração e alma ao estudo de sua Santa Doutrina.

«Jesus Christo esteve entre vós na terra, mas

não em toda a sua magestade, porque ainda não chegou o momento em que o fará, como nos havia promettido.

«No puro incenso de vossas almas, reunidas e estreitadas pelo laço do amor a Deus, elle, o Redemptor do mundo, esteve emergido, enviando o seu verbo pelo filho dilecto do seu amor, o bom anjo Ismael.

«Foi este que transmittiu directamente suas palavras ao medium, vosso irmão Frederico, palavras de amor fraternal, que devem ficar gravadas em vossos corações.

«Elle, o Divino Mestre, veiu ao seu reino visitar os seus novos discipulos, mas não desceu á materia, porque não havia necessidade para tanto.

«Casou o seu perispirito com o do bom Ismael e fez este repetir suas palavras, seus pensamentos, como se fosse elle proprio que o fizesse ao medium.

«Foi o anjo Ismael o seu porta-voz, nada mais.

«Só elle podia receber esta graça, porque se acha encarregado entre vós de espalhar as verdades para a nova revelação promettida.

«Preparador do caminho para o *Espirito da Verdade* no Rio de Janeiro, cabia-lhe a honra de ser o transmissor das palavras do Divino Mestre, emquanto que nós outros davamos graças ao Altissimo, por mais esta prova immensa do amor

de Nosso Senhor Jesus Christo para com aquelles que se entregam ao culto da seára bemdita.

«Já vos foi dito e de novo eu repito que nenhum medium na terra se acha em condições de casar o seu perispirito com o de Nosso Senhor Jesus Christo, mas que todos vós, reunidos em amor, farieis um perispirito tão puro como o de vossos guias, e então o Divino Mestre se poderia manifestar entre vós.

«Elle o fez, porque desceu, ou antes esteve no meio dessa nuvem de incenso das vossas almas, como já vos disse; mas não podia isolar-se do centro para manifestar-se por esta ou aquella individualidade, bem como não podia deixar-se vêr pelos videntes, pela muita luz, que, de certo, os cegaria.

«Se Christo entendesse que deveria modificar tanto o seu perispirito a ponto de ser visto pelo medium ou de casar-se com o seu fluido, o faria; porque poder tem-n'o elle para isso, como sabeis, e para o mais que fôr da sua vontade; mas elle não precisava de o fazer, e não o fez: eis a verdade.

«Sim, a Deus agradecei todos vós tanta bondade. E continuae a tornar-vos dignos de merecerdes muitas e muitas outras provas de satisfacção pelo bem que praticaes, cultivando com zelo, amor e carinho a vinha sacrosanta do Senhor, e a seu tempo recebereis o baptismo de fogo que vos illuminará o espirito para a revelação promettida do *juizo final*.

«Sempre com o pensamento em Deus, meu irmão, caminha desassombrado, e fortifica a teus irmãos nessa fé que tanto trabalhei para plantar em teu coração.

«Vamos, a hora se approxima, e não deveis descrer, por um instante, da bondade divina.

«Fé, Esperança e Caridade.

«ELIAS.»

Em 1896, o dr. Antonio Luiz Sayão deu á publicidade mais uma obra sob o titulo — *Trabalhos espiritas* — e sub-titulo — *Estudos dos evangelhos de S. Matheus, S. Marcos e S. Lucas em espirito e verdade.*

Nesse livro dá elle um commentario dos Evangelhos synopticos, seguindo, quasi invariavelmente, as doutrinas de Roustaing [1] e de Bittencourt Sampaio [2], porém, sob fórma menos diffusa que os daquelle, ainda que sem egualar os predicados de estylo do segundo.

O dr. Antonio Luiz Sayão desencarnou-se ha uns quatro ou cinco annos no Rio de Janeiro.

---

[1] J. B. ROUSTAING — «*Les Quatre Evangiles, suivis des Commandements, expliqués en esprit et en vérité par les Evangelistes assistés des Apôtres et Moïse*».

[2] F. L. BITTENCOURT SAMPAIO — *A Divina Epopéa de João Evangelista,* trasladada para versos heroicos.

As notas, na segunda parte do livro, formando mais de metade do mesmo, são commentarios elucidativos ás obscuridades do texto e revelam no auctor grande erudição da Sagrada Escriptura.

Bernardo Augusto Rodrigues da Silva. — aulista, nascido em Santos, em 1828. Filho de oão Baptista Rodrigues da Silva.

Baixo, gordo, moreno, barba toda, mas apa-ada curta.

Boa intelligencia e regular applicação.

Casou-se com uma filha do dr. Pinheiro Ma-hado, pae do general Pinheiro Machado.

Mais se aprazia com a industria pecuaria e a ida rural do que com a cultura das letras. Por sso, depois da formatura, jámais se dedicou ersistentemente á advocacia.

Residiu por alguns annos no Rio Grande do Sul, onde foi juiz municipal. Ahi enviuvou.

Por desavença com os seus parentes de lá, voltou a S. Paulo e fixou residencia em Botucatú. Ahi tomou parte activa nas lutas politicas, alis-tado, a principio, no partido liberal, e depois no republicano.

De 1892 a 95, fez parte do Congresso do Estado, como senador.

Não era frequente na tribuna; discutiu, en-tretanto, com criterio alguns assumptos. Em geral, dava muito trabalho aos tachygraphos, não pela difficuldade de apanharem literalmente os seus discursos, mas pela incumbencia, que confiada-mente lhes entregava, de modifical-os e corri-gil-os. No dia seguinte, agradecia ufano as feli-citações dos leitores das suas conceituosas ora-

ções, mas ia lealmente agradecer aos hábeis directores do serviço stenographico do Congresso a preciosa collaboração com que o haviam coadjuvado.

Em certa occasião, o dr. Bernardo da Silva defendia, com calor, da tribuna do Senado, a immigração chineza, e fazia a apologia dos *coolies*, quando o illustrado senador Paulo Egydio o interrompe com este aparte:

—Anthropologicamente, V. Ex.ª não tem razão.

—Como?! Anthropophagicamente?!

*(Hilaridade geral)*

O dr. Bernardo da Silva falleceu ha oito para dez annos.

Era pae do dr. Leonce Augusto Pinheiro da Silva, juiz de direito de Sarapuhy.

BERNARDO GUILHERME CARNEIRO.—Fluminense, nascido em 1826. Filho de Bernardo Gonçalves Carneiro.

Não se assignalou na Academia como bom estudante. Todavia, não conseguiu jámais duas espheras pretas ao mesmo tempo, o que importaria reprovação, mas só teve todas brancas nos julgamentos em que houve *bica*.

Eis, a respeito da sua collação de gráu, um

cio que se encontra archivado na secretaria Faculdade:

«Ill.mo e Ex.mo Sr. — Tendo feito acto do 5.º no no dia 23 do mez proximo passado o estunte Bernardo Guilherme Carneiro, foi approdo *simpliciter*, e não tomando o gráu de bacha- nesse dia, requereu-me que o admittisse a mar o gráu noutro dia, allegando achar-se commodado no dia em que lhe competia tomal-o. Mandei que fosse admittido, e depois de ver tomado o gráu, indo dar as graças preriptas nos Estatutos, portou-se menos bem, sando de ironias, o que deu occasião a que os ntes examinadores m'o participassem, pedindo ue convocasse a Congregação. Exposto o facto, Congregação resolveu que devia o estudante er processado na forma do Dec. de 19 de agosto e 1837, e sendo-lhe submettido o processo, impoz a pena de suspensão de tirar a carta por um nno, cumprindo primeiro o que dispõem os Estautos. O que tudo tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.ª nos documentos juntos, para que se digne de fazer subir á augusta preença de S. M. o Imperador.

Deus guarde a V. Ex.ª — S. Paulo, 28 de novembro de 1852. Ill.mo e Ex.mo Sr. Francisco Gonçalves Martins, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Imperio. *Manuel Joaquim do Amaral Gurgel,* director interino.»

Firmo de Albuquerque Diniz. — Fluminens nascido na cidade do Rio de Janeiro em 18 Filho de Joaquim da Silva Diniz.

Estatura regular, cheio de corpo, moreno, f ções grandes e bem accentuadas.

Talentoso e bom estudante.

Depois de formado, residiu no Rio de Janei onde foi advogado, delegado de policia em 18 juiz municipal em 1860, voltando depois ao exe cicio da advocacia. Tinha escriptorio á rua Hospicio e residencia á rua das Laranjeiras nun bella chacara.

Em 1882 fez um passeio a S. Paulo, e, a pr posito, escreveu um opusculo, sob o pseudonym *Junius,* celebrando os progressos da Paulicéa m derna.

Era fidalgo e cavalleiro da casa imperial adornavam-lhe o peito varias condecorações e trangeiras.

Francisco Ribeiro de Escobar. — Paulista nascido nesta capital, em 1828. Filho de Antoni Ribeiro de Escobar.

Estatura mediana, claro, corado, cabellos lou ros, barba rapada, *en collier*. Tinha uma bell calva luzente, e teve-a, desde a quadra aca demica.

Intelligente e applicado. Temperamento ex pansivo e jovial na intimidade, compostura grav e reservado em publico. Caracter purissimo.

Gostava muito de musica e de dôces e tinha
sejo frequente de satisfazer ambas essas pai-
es, pois em sua familia os moços eram pianis-
, violinistas, etc., e as senhoras sempre tiveram
na de peritas na arte de fazer dôces, e dôces
azileiros, delicadissimos...

Uma vez, gracejando a esse respeito com o dr.
scobar, disse-lhe o conselheiro Duarte de Aze-
do, seu amigo intimo:

— V. gosta tanto de assucar que aposto co-
eria doce com assucar...

— Doce... sem assucar — seria, na verdade,
ais difficil — tornou elle com toda a razão.

Logo depois de formado, exerceu a promoto-
a publica em Taubaté; ahi casou-se e constituiu
umerosa e distincta familia. Nesse cargo se con-
ervava ainda em 1869, quando foi eleito depu-
ado á Assembleia Provincial para o biennio de
870-71. Foi reeleito no biennio seguinte, de
872-73.

Foi juiz de direito de S. José dos Campos.

Accusavam-no os adversarios politicos como
xtremado partidario; ninguem, todavia, jámais
he fez a injuria de dizer que se desviasse, por
paixão politica ou qualquer outro móvel, da senda
da justiça, no exercicio da judicatura.

Quando, em 1878, subiu ao poder a situação
iberal, foi o dr. Escobar uma das primeiras vi-

ctimas da onda reaccionaria. O novo governo moveu o honrado magistrado para a longinq comarca de Codó, no Maranhão. A consequen da perseguição ao honrado magistrado foi e não tomar posse do cargo; e por isso ficou avul

Dedicou-se, então, com muito exito, á advo cia em Taubaté.

Mais tarde, com a volta do partido conser dor ao poder, conseguiu o dr. Escobar sua rein gração no quadro da magistratura; foi então meado juiz de direito de Itú.

É fallecido ha cerca de quinze annos es honrado paulista.

Frederico Augusto Alvares da Silva.—M neiro, nascido em 1828. Filho de Jacyntho Al res Ferreira da Silva.

Depois de formado, residiu em Pitanguy, on foi juiz municipal em 1856.

Ildefonso Simões Lopes. — Rio-grandens nascido em 1827. Filho de João Simões Lope

Estatura regular, cheio de corpo, compleiç forte, tez clara, cabellos castanhos, physionom sympathica e distincta.

Trato amavel e maneiras afidalgadas. Tr java com apurado gosto.

Talentoso e regularmente applicado.

Após a formatura contrahiu matrimonio co uma senhora fazendeira em Barra Mansa, viu

o capitão Antonio de Oliveira Arruda, possuidora de avultada fortuna. Veiu assim a ser proprietario da aprazivel e importante fazenda de café, no logar denominado *Barra das Antas,* confinante com o municipio do Bananal de S. Paulo.

Cavalheiro de fina educação, o dr. Simões Lopes não levava a bem que lhe fizessem perguntas indiscretas ou ociosas, inspiradas por van curiosidade.

Conhecedor dessa particularidade, um parente nosso, que ia visitál-o, levando em sua companhia outro parente muito palrador, advertiu-o:

— Olhe lá, Marcondes, abstenha-se de dirigir ao dr. Ildefonso algumas das suas hibituaes perguntas indiscretas...

— Esteja socegado: eu interrogo sómente as pessoas da minha intimidade. E que tem isso?

— Tem que muita gente não aprecia...

Foram as visitas recebidas com toda a affabilidade pelo dono da casa, e logo se travou a conversa.

Falou-se da vida de fazendeiro e em geral da producção do café.

— Quanto regula a sua colheita, dr.? — perguntou logo o Marcondes.

— Não lhe posso dizer ao certo, sr. Marcondes. Ora mais, ora menos; mas não é lá grande coisa — respondeu com laivos de mau humor o dr. Ildefonso.

Ao Marcondes dirigiu um olhar de reprehensão o seu parente e mentor.

Proseguiu-se na conversa, e veiu ella a cahir sobre a melhor applicação de capitaes.

Dizia o dr. Ildefonso:

— Penso que a renda predial na Côrte é assás vantajosa; e por isso tenho tratado de adquirir casas...

— Quantos predios possue no Rio, dr.? — interrompeu o incorrigivel perguntador.

— Não sei, não, sr. Marcondes. Um ou dois.

— Toma! — disse a meia voz o nosso parente ao seu incorrigivel Telemaco.

O dr. Simões Lopes foi deputado á Assembleia Geral pelo Rio Grande do Sul, na 14.ª legislatura (1869-72).

Era tio do deputado federal Ildefonso Simões Lopes, sogro do dr. Caetano da Fonseca Costa e irmão do Visconde da Graça.

Falleceu desde muitos annos, deixando grande fortuna.

João Pires da Silva Junior. — Fluminense, nascido em Campos em 1825. Filho de Salvador Pires da Silva.

Advogado em Campos.

Joaquim de Carvalho Malta. — Fluminense,

lho de pae de egual nome. Vinha do anno anerior.

Advogado no Rio de Janeiro.

Joaquim Ferreira Carneiro. — Mineiro, nasido em 1830, no Serro. Filho de José Ferreira Carneiro.

Alto, cheio de corpo, tez morena, cabellos pretos, barba tambem preta e pouca.

Intelligente e estudioso. De trato amavel chão.

Companheiro de casa e dedicado amigo do Aguiar Barros (mais tarde Marquez de Itú), era, por seu espirito methodico e tino economico, incumbido pelos collegas do cargo de *bolsista* da republica.

Estavam, um dia, varios academicos a exercitar-se, atirando ao alvo.

O Carneiro não se tinha em conta de bom atirador, nem mesmo era atirador. Poucas vezes teria disparado uma espingarda.

Convidado, entretanto, a experimentar alguns tiros:

— Experimentar, não Vou-lhes dar uma lição — disse elle, gracejando.

E, de facto, tomou da espingarda, atirou uma moeda ao ar e sobre ella, quasi sem pontaria, desfechou tiro... certeiro!!!

Os collegas do Carneiro ficaram maravi-

lhados de tanta destreza e elle assombrado daquelle milagre!

Não houve forças humanas que o fizessem naquelle dia repetir a proeza. Estava certo de que desmancharia a figura.

Aconteceu, entretanto, que tomou gosto por aquelle exercicio, e, consequentemente, pela caça.

Todavia, não atirou mais sobre moedas ou casquettes, como o heróe de Tarascon, mas alvo... vivo.

Todos os domingos e quintas-feiras partia de espingarda ao hombro para os pantanos das varzeas do Carmo e da Moóca, onde ia caçar narcejas e frangos d'agua. Tinha por auxiliares alguns *bichos* e *cascabulhos* seus affeiçoados, que lhe faziam as *batidas* pelos brejos, ficando elle á espera em pontos obrigados da passagem da caça. Ahi, dava, então, certeiros tiros, menos difficeis que o do milagre.

Os meninos, que, de calças arregaçadas, batiam alegremente aquelles lençóes d'agua e que depois muito se salientaram na sociedade paulistana, chamavam-se Antonio Paes de Barros, Raphael, Francisco e Bento de Barros.

Foi um delles, hoje senador do Estado, quem nos referiu essa travessura da sua infancia.

O dr. Joaquim Carneiro seguiu a carreira da magistratura, em sua provincia natal.

Foi juiz municipal em 1853 e juiz de direito em 1862.

Tambem teve assento na Assembleia Provincial de Minas nos biennios de 1854-55 e 1856-57.

É fallecido desde longos annos.

JOAQUIM MENDES MALHEIROS. — Matto-grossense, nascido em Cuyabá em 1830. Filho de Joaquim Mendes Malheiros.

Estatura mediana, tez morena escura, cabellos crespos, figura varonil. Temperamento communicativo e jovial.

Era dado á musica e fazia serenatas com o Joaquim da Cruz, de quem já falámos. Elle tocava violão; o Cruz, flauta.

Affeiçoava-se á pintura e não era inhabil no desenho. Até bem pouco tempo, a familia do dr. Escobar possuia um esplendido quadro — a cabeça de Christo — da palheta do Malheiros.

Tambem gostava de esgrima e tinha como companheiros e adversarios nesse *sport* o Chico Gomide, o Francisco Bueno (mais tarde Visconde da Cunha Bueno), o Gil, o Porfyrio de Lima e o Benicio, todos, como elle, moços valentes e bons cacetistas.

Morava na rua das Flores, na casa da familia Munhoz, numa sala da frente.

Talentoso e bom estudante.

Era convidado algumas vezes pelo director

da Academia para, em substituição, leccionar no Curso Annexo e mesmo examinar em mesas de Geographia e Historia.

Seguiu a principio a magistratura na sua provincia natal. Veiu depois ao Rio de Janeiro e exerceu o magisterio: para o que experimentava pronunciada vocação. Em 1858 foi nomeado lente de Historia Moderna do Collegio Pedro II, cargo que exerceu por longos annos e no qual se jubilou, e tambem professor de inglez na Escola Militar.

É fallecido ha muito tempo.

Constam-nos delle duas anecdotas:

Era Malheiros, por affinidade de ideias, semelhança de temperamentos e até pela predilecção de ambos por estudos philologicos, amigo affectuoso de Gaspar da Silveira Martins.

Uma vez, muito antes de sonhar com a eventualidade de vir a ter assento nos conselhos da Corôa, estando o fogoso democrata gaúcho a esbravejar contra o imperador e a escarnecer das «*librés* dos ministros», disse-lhe o amigo:

— Olhe, Gaspar, não fale assim. Hei de ainda vêl-o ministro do Imperio...

— Celeste?

— Não, do Brazil. E, se isto acontecer, que é que V. me dará?

— Uma cadeira de deputado.

— Fica registado! — acudiu o Malheiros.

Poucos mezes depois, com a subida do gabi-

nete Sinimbú, era chamado Silveira Martins a gerir a pasta de ministro da fazenda.

Uma das primeiras visitas, que recebeu, foi a do Malheiros:

— Venho trazer as minhas saudações ao conselheiro ministro do imperador.

— Muito agradecido ao futuro deputado por Matto Grosso — foi a resposta de Gaspar Martins.

E a promessa foi cumprida, pois o dr. Malheiros teve assento na Assembleia Geral, como deputado pela sua provincia natal, á 17.ª legislatura (1878-80).

O dr. Malheiros tinha, como dissemos, pronunciado amor ao estudo das linguas: era mesmo polyglotta. A esse pendor reunia elle ardente culto, platonico talvez, á esthetica humana.

Uma vez, no Rio, em trajecto num *bond,* admirava a extranha belleza de uma senhorita loura, que ao lado de senhora mais edosa occupava o banco immediato na frente. Impressionada com a insistencia daquelles olhos, que a fitavam, dirigiu-se a menina, em allemão, á outra senhora:

— Mam̃a, wer ist doch nur der alte mulatte, der mich auf diese weise anklotzt? Was wird er wollen? *(Mamãi, quem será este mulato velho que me está cravando os olhos desta maneira? Que quererá elle?)*

A senhora mais edosa respondeu-lhe no mesmo idioma:

— Was weiss ich, meine Tochter!... Er sicht nicht schlecht aus. *(Sei lá, minha filha!?... Elle não parece mau sujeito).*

Intervindo nesse dialogo, o dr. Malheiros, com surpreza das interlocutoras, atalhou em puro allemão:

— Meine Damen, wollen sie mich gütigst euts chuldigen. Ich beir der Doktor Malheiros, professor an der Militarschule. Ich bervundere thatsachlich die ausserordentliche Schönheit des fäuleins. Verzeihen sie mir, wenn ich sie damit beleidight sabe. *(Minhas senhoras, queiram perdoar-me. Sou o Dr. Malheiros, professor na Escola Militar. Estou realmente admirando a extraordinaria belleza aqui da senhorita. Perdão, se com isto as offendo.)*

Joaquim Russel — Rio-grandense, nascido em Porto Alegre, a 19 de maio de 1819. Filho de Carlos Russel, de nacionalidade ingleza.

Alto e grande, louro, claro e corado, perfeito typo de inglez.

Matriculou-se já edoso e era director de collegio.

Quando caloiro, foi alvo predilecto das vaias dos veteranos, vaias tão brutaes que degeneraram, por vezes, em vias de facto. Chamavam-lhe *Vôvô, burro velho, ruão, russo, madrinha da tropa* e

outras amenidades analogas. Elle tudo supportava, menos pancada. Só então reagia e... apanhava mais.

Depois de formado, estabeleceu-se no Rio com escriptorio de advocacia e teve bastante trabalho.

Falleceu a 29 de agosto de 1864.

JOSÉ CAETANO DOS SANTOS. — Fluminense, carioca, nascido em 1830. Filho de Caetano José dos Santos.

Exerceu no Rio de Janeiro cargos de magistratura e policiaes; foi influente chefe politico, e, nessa qualidade, por vezes foi apresentado o seu nome na chapa do partido liberal, ora para deputado, ora para a lista triplice para senador.

É fallecido ha uns bons pares de annos.

JOSÉ FELICIANO DIAS DE GOUVÊA. — Mineiro, nascido em 1826. Filho de Martinho Dias de Gouvêa.

Seguiu a magistratura sempre na provincia de Minas.

JOSÉ CARLOS DA CRUZ PALMA. — Fluminense, nascido em Campos, em 1822. Filho de Manuel Francisco da Cruz Palma.

Era já presbytero, quando se matriculou, e, na edade, não ficava muito distante do Russel.

Ainda no seu quinto anno, foi secretario do

bispado de S. Paulo e conego da Sé em 1852. Removido para a capella imperial em 1855. Reitor do Seminario de S. José, na Côrte, em 1856.

Falleceu no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1859.

José Fernandes Moreira. — Mineiro, nascido em 1830.

Depois de formado, fez a sua carreira na capital do Imperio.

Foi secretario do Banco Commercial e Agricola do Rio de Janeiro em 1861 e deputado á Assembleia Provincial de Nictheroy.

É fallecido.

Sebastião Lyra da Silva. — Fluminense, nascido em 1830. Filho de Domingos Francisco da Silva.

Exerceu cargos de magistratura em varios termos e comarcas da provincia de S. Paulo, taes como em Parahybuna em 1854, Pindamonhangaba em 1858 e Guaratinguetá em 1862.

Casou-se em Taubaté, na familia Mattos, daquelle municipio.

Alli, abriu escriptorio de advocacia, de sociedade com os drs. Escobar e Paula Toledo.

Tinha muito affecto a um cordeirinho, que lhe retribuia a amizade e o acompanhava quando sahia á rua.

É fallecido desde longos annos.

SEVERINO ALVES DE CARVALHO. — Maranhense, filho de pae de egual nome.

Alto, magro, moreno claro.

Fez todo o curso em Olinda, e em S. Paulo sómente o acto do quinto anno, por suspensão consequente de processo academico.

Promotor publico em Vassouras, e, depois, juiz de direito em 1859, desembargador da Relação de Porto Alegre. Falava bem e em voz estridente.

SILVINO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. — Pernambucano.

Estudou em Olinda o primeiro anno e em S. Paulo os outros quatro.

Tez morena, bronzeada, de brazileiro nortista; alto, olhos vivos e negros, cabellos negros. Talentoso e bom estudante. Caracter alevantado. Falava bem, em estylo imaginoso, e, quando queria, com *verve* e sarcasmo.

Tornou-se afamada uma defesa por elle feita no jury desta capital, tendo por antagonista o Pinto Junior, incomparavel na satira. Foi um terrivel duello de eloquencia e de espirito.

Formado, voltou á sua terra natal e por lá foi eleito deputado á Assembleia Provincial, em 1855, deputado geral logo depois e consecutivamente em varias legislaturas.

Era *Cavalcanti,* tinha de cavalgar: estava na regra pernambucana.

# CAPITULO VI

## A turma academica de 1853-57

PRIMEIRA PARTE

Presidentes da provincia nesse quinquennio — Senadores e deputados — Assembleia Provincial — A magistratura de então — Funccionarios administrativos — Culto catholico — A municipalidade da capital — A Faculdade de Direito — Alguns dados estatisticos sobre a Academia — Americo Ayres — Americo Marcondes — Na vida publica — Leitura ás avessas... — Eleição que se tornou celebre — André Dias — Corrêa do Couto — Aguia e perú — Grave consulta — Curiosa evolução mental — Antonio Francisco — Pereira dos Santos — Aggressão e repulsa — Exordio adequado — Tiroteio parlamentar — «Bilis opposicionista» — Erro é ignorancia ? — Violencias parlamentares — Manifestações nas galerias — *Mot de la fin* — Vespasiano de Albuquerque — Guimarães Alvim — Augusto França — Castro e Silva — Uma *charge* espirituosa — Como a recebeu o dr. Falcão — Avelino Milagres — A luz sob o alqueire — Politica sem entranhas.

ESTIVERAM no governo da provincia de S. Paulo, no biennio que vae de 1853 a 1857, os seguintes cidadãos:

— Josino do Nascimento Silva, de 4 de janeiro de 1853 a 17 de junho de 1854;

— José Antonio Saraiva, dessa data a 16 de maio de 1855;

— Antonio Roberto de Almeida (1.º vice-presidente), dessa data a 29 de abril de 1856;

— Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, dessa data a 22 de janeiro de 1857;

— Antonio Roberto de Vasconcellos (1.º vice-presidente), dessa data a 26 de setembro de 1857;

— José Joaquim Fernandes Torres, dessa data a 6 de junho de 1859.

A representação da provincia á Assembleia Geral era a seguinte:

Senadores — Souza Queiroz (mais tarde Barão de Souza Queiroz), Pimenta Bueno (mais tarde Marquez de S. Vicente), Fonseca e Carneiro de Campos (mais tarde Visconde de Caravellas).

Deputados (9.ª legislatura, de 1853 a 1856) — Nebias, Hippolito Soares de Souza, Pereira Jorge, Fernando Pacheco Jordão, Silveira da Motta, Carneiro de Campos, Vieira Ramalho, Ferreira de Abreu e Barbosa da Cunha; e supplentes — Pacheco, Francisco de Lima, Martim Francisco e João Brotero.

Eram membros da Assembleia Provincial no biennio de 1856-57: Barão do Tieté, Nebias, Ribas, Amador Jordão (mais tarde Barão de S. João do Rio Claro), Salvador Corrêa, Delfino Cintra (pae), Antonio Joaquim da Rosa (mais tarde Barão de Piratininga), José Alves dos Santos (pae),

commendador Queiroz Telles (mais tarde Visconde de Jundiahy), Paula Machado, João Sergorio Junior, Barbosa da Cunha, Diogo de Mendonça, Fernando Pacheco, Gonçalves de Andrade, Pedro Taques, Paula Toledo (senior), Floriano de Godoy Junior, Martinho Prado, coronel Marcellino, Manuel Affonso, Martim Francisco, Queiroz Telles Junior, (mais tarde Conde de Parnahyba), Manuel Marcondes, senador Fonseca, Almeida Mello, padre Valladão, Joaquim Pinto Porto, Honorato de Moura, Azevedo Segurado, Barão (depois Visconde) de Guaratinguetá, Carrão, Ignacio de Araujo, Silveira da Motta e Manuel Eufrasio de Toledo.

Entre os supplentes, figuram os nomes dos drs. Veiga Cabral, João Brotero, Gabriel, João Theodoro, Ricardo Daunt, Pinto Junior, Guedes de Carvalho, Vieira Bueno, Daniel Machado, Alambary Luz e Bernardo Gavião e dos cidadãos Joaquim Egydio (mais tarde Marquez de Tres Rios), Antonio Gomes dos Reis, Campos da Paz, Bittencourt, José Vicente de Azevedo e outros.

A administração judiciaria estava assim representada:

Juizes de direito das comarcas:

Da capital, José Tavares Bastos; Guaratinguetá, Agostinho Luiz da Gama; Taubaté, José Gaspar dos Santos Lima; Jacarehy, Joaquim

Firmino Pereira Jorge; Campinas, Affonso Cordeiro de Negreiros Lobato; Mogy-mirim, Luiz Carlos da Rocha; Franca, Manuel Bento Guedes de Carvalho; Sorocaba, Joaquim Octavio Nebias; Itapetininga, Antonio Militão de Souza Aymberé; Santos, Luiz Carlos de Paiva Teixeira. Não havia, então, mais que essas comarcas.

Os juizes municipaes e de orphams eram estes: José Pedro de Azevedo Segurado, Francisco da Costa Carvalho, João Mendes de Almeida, José Martiniano de Oliveira Borges, Miguel Archanjo da Silva Costa, Joaquim Canuto de Figueiredo, José Rodrigues de Souza, Antonio José da Veiga Cabral, José Vicente Marcondes de Moura Romeiro, Antonio Gonçalves Barbosa da Cunha, José Maria de Andrade, Manuel Henrique Cardim, Sebastião Lyra da Silva, Luiz Philippe de Sampaio Vianna, Antonio Joaquim de Sampaio Peixoto, Joaquim Pedro Villaça, José Joaquim Rodrigues Lopes, Delfino Pinheiro de Ulhôa Cintra, Antonio Augusto da Fonseca, Antonio Ribeiro da Silva Porto, João Feliciano da Costa Ferreira, João Guilherme de Aguiar Witacker, João José Rodrigues, Carlos Canuto Malheiros, Bernardo Avelino Gavião Peixoto e Antonio Carneiro de Campos.

Promotores publicos: Pedro Taques de Almeida Alvim, Francisco Ribeiro de Escobar, Candido José de Andrade, Antonio Gonçalves Gomide, Francisco Ernesto Malheiros, Indalecio

Randolfo Figueira de Aguiar, Luiz Silverio Alves da Cruz e José Candido de Azevedo Marques. Havia duas promotorias vagas no anno de 1856.

Os principaes cargos e empregos administrativos estavam assim providos:

Chefe de policia — Dr. Antonio Roberto de Almeida.

Delegado de policia — Dr. Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça.

Inspector da Thesouraria — Dr. Hippolito José Soares de Souza.

Director Geral da Instrucção Publica — Dr. Diogo de Mendonça Pinto.

Director da Escola Normal — Dr. Manuel José Chaves.

Administrador geral do correio — Benedicto Antonio da Luz.

Commandante do corpo municipal permanente (policia) — Tenente-coronel Joaquim de Souza Guimarães Cananéa.

Administrador da casa de correcção — Tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira;

Administrador do Hospicio de Alienados — Alferes Thomé de Alvarenga.

Director do Jardim Publico — Capitão Antonio Bernardo Quartim.

Commissario do Instituto Vaccinico — Cirurgião-mór José Gonçalves Gomide.

Commandante superior da Guarda Nacional da capital — Dr. Ignacio José de Araujo;

Commandante do corpo de Guarnição Fixa (força de linha) — Tenente coronel José Antonio da Fonseca Galvão.

Culto publico: Bispo diocesano — D. Antonio Joaquim de Mello.

Arcediago — Conego Fidelis José de Moraes.

Arcipreste — Conego Joaquim Anselmo de Oliveira.

Chantre — Conego Lourenço Justiano Ferreira.

Thesoureiro-mór — Conego Joaquim José Carlos de Carvalho.

Conegos effectivos — Hygino Francisco Teixeira, Manuel Emygdio Bernardes, dr. Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade, Ildefonso Xaxier Ferreira, Claro Fernandes de Vasconcellos, Fidelis Alves Sigmaringa de Moraes e Joaquim do Monte Carmello.

Mestre de ceremonias do Solio — Padre Antonio Augusto de Araujo Muniz.

Vigario geral — Dr. Anacleto José Ribeiro Coutinho.

Camara Municipal da capital — Dr. João Dabney de Avellar Brotero, presidente; dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, dr. Manuel Dias de Toledo, dr. Francisco José de Azevedo Ju-

nior, commendador Luiz Antonio de Souza Barros, dr. Francisco Leandro de Toledo, Malaquias Rogerio de Salles Guerra, tenente Francisco Garcia Ferreira e tenente-coronel Bento Thomaz Gonçalves.

Passemos agora ao que mais nos interessa.

Estava assim organizada a Faculdade de Direito:

Director — Conselheiro dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

Lentes Cathedraticos:

*Primeiro anno*

Primeira cadeira — Conselheiro dr. José Maria de Avellar Brotero, rua das Flores.

Segunda cadeira — Dr. João Chrispiniano Soares, rua da Quitanda.

*Segundo anno*

Primeira cadeira — Dr. Anacleto José Ribeiro Coutinho, rua do Carmo.

Segunda cadeira — Conselheiro dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

*Terceiro anno*

Primeira cadeira — Dr. Manuel Dias de Toledo, rua do Commercio.

Segunda cadeira — Conselheiro dr. Pruden-

cio Geraldes Tavares da Veiga Cabral, rua de S. Bento.

*Quarto anno*

Primeira cadeira — Dr. Clemente Falcão de Souza, Descida do Piques (hoje ladeira do dr. Falcão).

Segunda cadeira — Conselheiro dr. Vicente Pires da Motta, Rua Nova de S. José.

*Quinto anno*

Primeira cadeira — Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, rua do Jogo da Bola.

Segunda cadeira — Dr. Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, Descida do Porto Geral.

Terceira cadeira — Dr. Joaquim Ignacio Ramalho, rua da Consolação.

Lentes substitutos:

Conselheiro dr. Luiz Pereira do Couto Ferraz, Côrte.

Dr. João da Silva Carrão, rua de S. Bento.

Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Dr. Antonio Joaquim Ribas, travessa de Santa Thereza.

Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, largo da Sé.

Dr. João Dabney de Avellar Brotero, rua das Flores.

Aulas menores:

Latim — Dr. Mamede José Gomes da Silva.

Francez e Inglez — Dr. Joaquim Antonio Pinto Junior, rua do Imperador.

Rhetorica — Conego Fidelis Alves Sigmaringa de Moraes, largo da Cadeia.

Arithmetica e Geometria — Dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho, rua da Freira.

Historia e Geographia — Dr. Diogo de Mendonça Pinto, largo da Sé.

Philosophia — Dr. Manuel José Chaves, rua do Carmo.

Substitutos:

Latim e Rhetorica — vagos.

Philosophia — Conego Joaquim do Monte Carmello.

Secretario da Faculdade — Dr. José Maria de Avellar Brotero.

Official guarda-livros — Manuel Francisco da Costa Silveira, rua da Esperança.

Bibliothecario — Dr. José Carlos de Alambary Luz, rua de S. Bento.

Ajudante — Candido José de Almeida e Souza, largo da Sé.

Porteiro — Carlos Luiz Godinho, rua da Imperatriz.

Continuos — Fortunato José dos Santos, travessa do Quartel.

Firmino José Soares, Tanque do Zunega.

Ezequiel de Moraes Santos, rua da Freira.

Ignacio Placido da Silva, Atraz de Santa Ephigenia (hoje rua do Ypiranga).

Contava a Academia em 1857, não incluidos os preparatorianos, 318 estudantes, assim distribuidos: primeiro anno, 76; segundo anno, 58; terceiro anno, 58; quarto anno, 68, e quinto anno, 58.

Dos 58, que se bacharelaram em 1857, nada menos de 10 foram *simplificados* no quinto anno, alguns com manifesta injustiça, o que era coisa não muito rara naquelle tempo, motivada pelo genio atrabiliario de alguns lentes.

Quatro dos bachareis dessa turma defenderam theses e obtiveram o gráu de doutor. Foram: Baptista Pereira e Tito de Mattos, em 1858; Hygino, em 1859, e Leite Moraes, em 1860.

Não se propoz candidato a essa distincção Lafayette Rodrigues Pereira, o mais notavel, o primeiro estudante da turma.

Effectivamente, no conceito geral, cabia a Lafayette essa primasia entre os seus collegas, e o proprio director da Academia, em documento official já por nós publicado, não duvida consagrál-a, em vista das informações dos lentes. (1)

(1) A referencia, a que alludimos, figura num officio do conselheiro Manuel Joaquim ao ministro do Imperio, em data de 7 de dezembro de 1855. Lafayette cursava então o seu terceiro anno. O officio é tambem muito honroso ao estudante Baptista Pereira. Damol-o na integra na Terceira Série (já editada), destas Tradições e Reminiscencias, *Ibi*, cap. III, pag. 83.

Basta, porém, de preambular. Entremos, que já é tempo, no estudo analytico dos nomes que compõem a relação dos bachareis de 1857.

AMERICO ANTONIO AYRES.—Paulista, nascido em Itapetininga, em 1833. Filho de Elias Ayres do Amaral.

De estatura mediana, tez clara, compleição débil.

Estudante regular.

Casou-se com uma filha do conselheiro Paula Souza.

Foi promotor publico em Itapetininga.

Falleceu em Itú, pouco após a formatura.

AMERICO DE MOURA MARCONDES DE ANDRADE.—Paulista, nascido em Pindamonhangaba, em 1833. Filho de Francisco Marcondes de Andrade e de D. Candida Justina de Moura.

Estatura regular, louro, tez clara, pouca barba, physionomia risonha e expressiva. Trato ameno e captivante. Robusta intelligencia. Orador.

Era enumerado, com justiça, entre os melhores estudantes do anno, e tanto se assignalava na Academia e nas rodas literarias pela cultura intellectual, como pela correcção do seu procedimento e pela pureza de caracter na vida civil. Como que a sua nobreza d'alma transparecia da candura e limpidez do seu olhar.

Estreou-se na vida publica como promotor da comarca do Bananal. Deixou, porém, em 1860, esse cargo e estabeleceu-se como advogado em Barra Mansa, onde contrahiu matrimonio.

Mudou-se, depois, para o Rio de Janeiro, e ahi continuou no exercicio da advocacia, granjeando elevado conceito.

Por duas vezes foi investido de elevada commissão administrativa, a saber: na provincia do Rio Grande do Sul, que administrou de 12 de março de 1878 a 26 de janeiro de 1879, a convite do ministerio Sinimbú; e a do Rio de Janeiro, de 5 de março de 1879 a 20 de abril de 1880.

Por occasião da nomeação do dr. Americo Marcondes para a presidencia do Rio Grande do Sul, Quintino Bocayuva redigia, não nos recordamos se — *O Globo* ou *O Cruzeiro*. Adversario politico, mas amigo e admirador do illustre homem publico, o primoroso jornalista recebeu com applausos aquelle acto do governo. Para exprimir a orientação mental do dr. Americo Marcondes, o seu amor ao estudo, o seu pendor para os assumptos graves, embora pesados, empregou Quintino um conceito phantasioso. Disse que o novo presidente tinha a originalidade de lêr os jornaes «ás avessas», o que quer dizer, a começar pelo principio, pelo «artigo de fundo», por isso que quasi toda a gente (a maioria são sem-

pre os frivolos) começa a leitura pelo «noticiario», sem se falar dos leitores ou leitoras que preferem principiar pelos annuncios theatraes, e, ás vezes, não chegam á primeira pagina.

Em 1881, por occasião do primeiro ensaio da reforma eleitoral Saraiva, o dr. Americo Marcondes foi candidato á Assembleia Geral pelo terceiro districto da Provincia de S. Paulo. A sua apresentação, porém, foi feita por uma facção dissidente do partido liberal, em opposição ao ministro do Imperio, que era então o Barão Homem de Mello. Essa divergencia, que se tornou muito acrimoniosa, dividiu a votação liberal no primeiro escrutinio e contribuiu para enfraquecêl-a no segundo, e assim foi eleito por avultada maioria o candidato conservador, que era o auctor destas linhas.

Com o advento da Republica, o dr. Americo Marcondes retrahiu-se da actividade politica e dedicou-se exclusivamente ás lides forenses, no Rio de Janeiro, onde o colheu a morte no anno proximo transacto.

ANDRÉ DIAS DE AGUIAR. — Paulista, nascido nesta capital em 1835. Filho do conselheiro Manuel Dias de Toledo e de D. Isabel Martins Bonilha de Toledo.

Alto, esbelto, tez clara, imberbe.

Estudante intelligente e applicado, respei-

toso para com os mestres e amavel para com os seus collegas, e, por isso, de todos estimado.

Após a formatura seguiu, a principio, a magistratura, começando como promotor publico em Araraquara. Foi, depois, nomeado juiz municipal, e, no desempenho desse cargo, concluiu o seu quatriennio.

Deixou, porém, a magistratura e por algum tempo exerceu a advocacia.

Foi nomeado secretario da Faculdade de Direito, cargo esse que exerceu por longo tempo e no qual se aposentou ha quatro para cinco annos.

E fallecido recentemente nesta capital, a 12 de março de 1909.

Antonio Corrêa do Couto. — Matto-grossense, nascido em Cuyabá em 1828. Filho de Victorino José do Couto.

Estatura média, cheio de corpo, tez clara, barba á ingleza.

Já não era creança quando se matriculou na Faculdade. Tinha exercido cargos publicos, entre os quaes os de vereador e presidente da Camara Municipal de Cuyabá.

Era casado com uma graciosa senhora, D. Antonia, de quem tinha um filhinho muito interessante, de nome Lazaro, que era o enlevo do casal.

Dispondo de fortuna, o Couto era bastante

relacionado na sociedade paulistana, sustentava certo tratamento e dava hospitalidade a quantos comprovincianos seus viessem a S. Paulo. A sua casa, na rua de S. Bento, nos Quatro Cantos, era, por assim dizer, uma especie de consulado da colonia matto-grossense.

Não passava elle por intelligente, nem era applicado.

As lições eram-lhe preparadas pelo seu collega e amigo Jesuino de Almeida, que as escrevia em resumo, e, por vezes, além disso, via-se obrigado, a pedido do Couto, a resumil-as, ainda mais, oralmente, accentuando os pontos capitaes.

Por levar uma vida algum tanto extra-academica, não era sympathisado pelos collegas.

Dahi provinha negarem-lhe estes qualquer lampejo intellectual e fazerem circular por conta delle calinadas e anecdotas denunciadoras de apoucamento de espirito.

Referem que, uma vez, vendo o Couto passar a cavallo, um «bicho», parente do Moraes Barros, perguntou a este:

— Quem é aquelle typo?

— E' o Couto, um collega meu.

— O Couto Magalhães?

— Não, filho. O Couto Magalhães é uma aguia e este não passa de um perú.

Contam que, ainda no seu quinto anno, estava

já o Couto com a ideia fixa de ser presidente de provincia, e para esse fim se preparava.

Nesse objectivo, foi pedir ao dr. João Carlos da Silva Telles, secretario da provincia e seu amigo, que lhe fizesse um formulario para os despachos presidenciaes...

— Não é possivel — contestou judiciosamente o dr. João Carlos — São tantos e tão varios os casos que se podem offerecer...

— Entretanto, ha difficuldades práticas, que não sei como solver...

— Pois o sr. formule essas difficuldades, para que eu, com a experiencia que tenho, lhe dê os esclarecimentos necessarios.

— Diga-me, então, como é que devo assignar.

— Os simples despachos com a rubrica. Os actos e decretos com o nome por extenso.

— Mas devo assignar: «F., presidente» — ou — «O presidente F»?

— É preferivel assignar simplesmente o nome, sem a sequencia ou precedencia de qualquer declaração.

— Mas, então, como se saberá?...

— Ninguem póde ignorar quem seja o presidente da provincia.

Pois, senhores, na vida publica, veiu o Couto a occupar altas posições officiaes e desempenhou-as com criterio e intelligencia.

Foi, effectivamente, presidente de provin-

ia logo no anno subsequente ao da formatura. Viu assim cumprido o seu sonho dourado.

Teve nomeação para a presidencia do Piauhy, por decreto de 10 de novembro de 1858, tomou posse a 24 de janeiro de 1859 e exerceu-a até 27 de junho do mesmo anno.

Fez boa e intelligente administração, assim como egualmente desempenhou bem e intelligentemente o mandato de deputado á Assembleia Geral, de que foi investido pela sua provincia na 10.ª e 11.ª legislaturas.

Deu á publicidade em 1865 um opusculo sobre a invasão paraguaya em Matto Grosso e as pretenções do governo do Paraguay sobre territorios brazileiros limitrophes com aquella Republica. Consta que essa monographia é o melhor trabalho que tem sido editado sobre a questão, aliás resolvida satisfactoriamente pelo Visconde do Rio Branco, no tratado de paz que celebrou com o Paraguay.

O dr. Corrêa do Couto é fallecido ha cerca de trinta annos.

ANTONIO FRANCISCO DE AGUIAR BARROS. — Paulista, nascido em Itú, em 1834. Filho de Francisco Xavier de Barros.

No termo de sua matricula no primeiro anno, o nome é Antonio de Aguiar Barros.

De estatura regular, claro, pallido, pouca barba.

Estudante regular.

Não fez uso do pergaminho. Capitalista e fazendeiro abastado, residiu primeiramente em Itú, e, por fim, nesta capital, onde exerceu cargos publicos e recentemente o de vereador.

Era socio commanditario da casa Queiroz, Barros & Comp., de Santos.

Fallecido ha poucos annos.

Era irmão do Barão de Tatuhy, formado em 1854.

Antonio Pereira dos Santos. — Paulista, nascido em Santos em 1835. Filho de José Antonio Pereira dos Santos.

Estatura regular, tez morena, olhos e cabellos negros, imberbe, temperamento nervoso, espirito alevantado.

Muito talentoso e bom estudante.

A principio, jornalista e advogado em Santos; pouco depois, promotor publico da mesma comarca; mais tarde, inspector do thesouro provincial.

Fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1864-65 e preencheu o mandato com toda a independencia, movendo ardente opposição ao governo, aliás do seu partido, sendo elle empregado publico demissivel *ad nutum*.

Em 1868, tendo sido nomeado inspector do thesouro, na vaga aberta com a demissão do dr. José Maria de Andrade, victimado pela reacção

partidaria consequente da nova situação politica empossada no poder, o dr. Pereira dos Santos, extremado conservador, incorreu por isso na animosidade do partido liberal. Assim, chamado, no seu caracter publico, ao seio da Assembleia Provincial, para prestar, oralmente, as informações que sobre materia orçamentaria fossem reclamadas durante o debate, [1] teve de ouvir, naquelle recinto, conceitos aggressivos, allusões sarcasticas e palavras de remoque.

Teve de ouvir, mas deu-lhes o troco devido.

A sua congenita hombridade não se compatibilizava com a posição de victima imbelle e resignada.

O mais aggressivo dos oradores tinha sido o deputado Moreira de Barros, que, tres a quatro lustros mais tarde, tão brilhante e eminente papel representou na politica nacional.

---

[1] Tanto o regimento da Assembleia Provincial como a lei n.º 596, de 30 de abril de 1857, prescreviam que o secretario do governo e o inspector do thesouro compareceriam para assistir á discussão, este da lei sobre a força policial e aquelle da do orçamento provincial.

Sem embargo de alguns abusos, que, em periodos de effervescencia politica, desvirtuavam o objectivo dessa disposição, a sua pratica deu optimos resultados. Facilitava aos representantes da provincia, especialmente aos membros da opposição, obterem, sem as delongas e o embaraço do papellorio, os esclarecimentos que desejassem sobre certos pontos da administração e os dados necessarios ao exercicio da acção legislativa.

Não seria opportuno, posta de lado a prevenção contra o parlamentarismo, adoptarem-se praxes analogas no nosso actual regimen politico?

Tambem se assignalaram por apartes nada brandos os dois Paula Souza (Bento e João Francisco), Jorge Miranda e Paula Ferreira. A Assembleia era unanimemente liberal, e, assim, não tinha o inspector do thesouro, entre os deputados, uma só voz que o amparasse.

Foi em tão adverso ambiente, que o dr. Pereira dos Santos proferiu a valente oração, da qual não desagradarão ao leitor alguns incidentes.

Em primeiro logar, o seu exordio, pelo qual se póde conjecturar qual foi o tom dos debates:

«O sr. Pereira dos Santos *(inspector do Thesouro)*. — O nobre deputado, sr. presidente, que acabou de assentar-se, ávido por descarregar a sua bilis opposicionista sobre alguem...

O sr. Moreira de Barros — Está perfeitamente enganado.

O sr. Inspector do Thesouro — ... escolheu o inspector do Thesouro para sua victima.»

Houve nesse discurso interessantes tiroteios de apartes, dos quaes o orador se tirou com vantagem.

Em resposta a Moreira de Barros, contestava que se pudesse acoimar de ignorancia administrativa certa decisão presidencial, e accrescentou: «E depois, quando a direcção não fosse

irregular, podia dar-se erro e não ignorancia». Ao que se seguiu a mencionada refrega:

«O SR. J. DE PAULA SOUZA. — Erro em sciencias é ignorancia.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — Erro em sciencias é ignorancia?

O SR. J. DE PAULA SOUZA. — Sem duvida. Erro em mathematicas é ignorancia capital.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — Então erro em tudo é ignorancia: todas as coisas deste mundo são objecto da sciencia.

O SR. J. DE PAULA SOUZA. — Não vá por ahi, sr. inspector, que vae mal.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — Não vou mal, não se avança uma coisa...

O SR. J. DE PAULA SOUZA. — Torno a dizer — erro em sciencia é ignorancia completa.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — Erro em direito é ignorancia?

O SR. J. DE PAULA SOUZA. — Sem duvida.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — De maneira que o homem em nada póde errar.

O SR. MOREIRA DE BARROS. — Acceitamos a explicação — houve erro de engenharia.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — Eu não assegurei que houvesse erro, disse que podia se ter dado erro.

O SR. PRUDENTE DE MORAES — 3 e 2 são 6. *(Risadas.)*

O sr. Inspector do Thesouro. — Isso é um axioma mathematico que não admitte erro. Mas se os principios são infalliveis, póde haver erro na sua applicação aos factos».

Outro incidente no mesmo discurso:

«O sr. Inspector do Thesouro. — Quanto ás obras do jardim, sr. presidente, me parece que foram mais obras de recreio que de necessidade publica...

O sr. Prudente de Moraes. — Obras de *recreio*. Acceitamos a confissão.

O sr. Inspector do Thesouro. —... porém, quanto ao chafariz, não...

O sr. Paula Ferreira. — O sr. Itaúna quiz festejar o dia de annos da imperatriz. Essa é a verdade.

O sr. Inspector do Thesouro. — Isso qualquer outro faria. *(Não apoiado.)*

O sr. Jorge Miranda. — Qualquer outro que não fosse lacaio do paço não o faria. *(Apoiados.)*»

Na sessão de 11 de junho de 1869, coube a Pereira dos Santos responder ás insinuações injuriosas e ás malévolas accusações que lhe foram irrogadas pela intolerancia opposicionista.

Os debates, como era natural, tornaram-se calorosos, provocaram manifestações nas galerias, protestos no recinto, admoestação da mesa,

etc., etc., como sóe acontecer em taes occasiões em todas as assembleias... que se não respeitam.

«O SR. PEREIRA DOS SANTOS *(Inspector do Thesouro)*. — Sr. presidente, fui hontem maltratado, muito maltratado *(não apoiados)* pelos srs. deputados: sahi desgostoso com semelhante comportamento em relação á minha pessoa; nunca esperei que, comparecendo aqui como funccionario publico, para cumprir um dos deveres mais espinhosos do meu cargo, fosse recebido como fui.

O SR. PRUDENTE DE MORAES. — Isto tudo nada tem com informações do thesouro.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — Hontem as allusões pessoaes que me foram dirigidas nada tinham de commum com as informações que deviam ser dadas por mim.

O SR. MOREIRA DE BARROS. — Tinham.

O SR. INSPECTOR DO THESOURO. — De envolta com as accusações que me eram lançadas em virtude dos meus actos foram-me tambem dirigidas allusões injuriosas e sarcasmos...

VOZES *(com força)*. — Não apoiado; repellimos.

*(Apoiados em vozes altas da galeria da esquerda).*

O SR. PRESIDENTE *(com força)*. — As galerias contenham-se no seu dever.

O SR. MOREIRA DE BARROS. — O sr. inspector fez-se acompanhar de espoletas!

O sr. Inspector do Thesouro. — É uma nova injuria.

O sr. Jorge Miranda. — Não temos medo dos espoletas do governo (*Apoiados*).

(*Continuam os apartes e sussurro nas galerias. O sr. presidente ordena que os continuos vão á galeria conter a ordem*).

O sr. Paula Ferreira. — Daqui vê-se perfeitamente quem são os turbulentos; pode-se apontal-os.»

Proseguiu o debate sempre em tom vehemente, quer por parte do orador, quer dos apartistas.

Voltou á tribuna Moreira de Barros para treplicar e o fez elevando ainda a temperatura da discussão, aparteado de tempo em tempo pelo inspector do Thesouro, apesar das advertencias do presidente, de que lhe não eram permittidos os apartes.

Ao terminar o orador opposicionista a sua objurgatoria, esperava-se que lhe respondesse o inspector do Thesouro. Este, porém, conservou-se mudo e quedo, pelo que o interpellou o dr. Bento de Paula Souza:

«O dr. B. de Paula Souza. — V. s.ª não pretende responder ás observações que o meu collega acaba de fazer?

O sr. Inspector do Thesouro. — Se pretendesse já teria pedido a palavra.

O DR. B. DE PAULA SOUZA. — Bem, então o considero réu confesso, e nesse caso desisto da palavra.»

No dia seguinte e dalli por diante não mais compareceu á Assembleia o inspector do Thesouro e fez-se substituir pelo contador.

O dr. Antonio Pereira dos Santos é fallecido ha muitos annos. Era tio dos drs. Vicente de Carvalho, juiz do crime nesta capital, e João Antonio Pereira dos Santos, advogado, formado este em 1891, aquelle em 1886.

ANTONIO VESPASIANO DE ALBUQUERQUE. — Paulista, nascido em Curitiba em 1832. Filho de Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque.

Alto, magro, tez clara, bem parecido, aspecto grave e altivo.

Bastante intelligente e regularmente applicado.

Após a formatura, dedicou-se á advocacia na sua cidade natal.

AUGUSTO FAUSTO GUIMARÃES ALVIM. — Mineiro, nascido em 1833. Filho de João Francisco de Faria Alvim.

Estatura inferior á mediana, tez morena, olhos e cabellos castanhos, imberbe.

Intelligente e bom estudante.

No anno subsequente ao da formatura, foi nomeado juiz municipal do termo de Oliveira.

Exerceu posteriormente, sempre em Minas, outros cargos de magistratura.

Augusto Ferreira França. — Bahiano, nascido em 1837. Filho de Duarte Ferreira França.

Estatura abaixo de mediana, magro, tez clara, cabellos louros, imberbe.

Intelligente e applicado. Um estudantão. Foi deputado á Assembleia Provincial da Bahia em varias legislaturas e em mais de uma Assembleia Geral.

Era advogado e lente cathedratico da Faculdade Livre de Direito da Bahia.

Falleceu a 28 de setembro de 1903.

Augusto José de Castro e Silva. — Fluminense, nascido em 1834, e filho de Vicente Ferreira de Castro e Silva.

Estatura regular, claro, cabellos castanhos, totalmente imberbe.

Bom estudante, dotado de intelligencia lucida e vivaz. Muito communicativo. Estimado de todos os collegas pela sua affabilidade e ameno trato.

Foi promotor publico de Nictheroy em 1859, depois chefe de secção e director da Secretaria da Agricultura.

Falleceu ha muitos annos.

Não o confundir com o Augusto de Castro, que fez quasi todo o curso em S. Paulo, mas se bacharelou no Recife.

Este, o «Castrinho», era habil desenhista, ou, mais propriamente, caricaturista. Ás vezes, na aula, fazia com muito espirito, num pedaço de papel ou á margem do compendio, *charges* dos collegas ou do lente, que circulavam de banco em banco, apreciadas por todos.

Perpetuou-se na tradição academica uma dessas alegres caricaturas. Era allusiva á *ferrea* assiduidade do Falcão Velho. Representava um dia de negra borrasca e a Paulicéa inundada pela chuva, a ponto de se avistarem tão sómente as torres mais altas. Entre estas a da Academia. Sob aquella chuva medonha, raios e coriscos, navegava num batel, em direcção á torre de S. Francisco, com o compendio sob o braço, o dr. Falcão, que, pontualmente, ia dar a sua aula...

Esse espirituoso desenho deu sorte e andou de mão em mão até que foi parar nas do velho lente.

Longe de dar o cavaco com a ideia do Castrinho, ao contrario, o dr. Falcão ficou encantado da lembrança e commentou-a na aula:

— «É a critica da vadiação ao trabalho!» — proferiu elle, no tom nasal e cantarolado, que lhe era peculiar.

Todavia, chamou o Castrinho á lição e á sabbatina sete dias consecutivos.

Avelino Rodrigues Milagres. — Mineiro, nascido em 1833 na cidade da Formiga.

Alto, preto, barba quasi nenhuma, mas algum bigode. Temperamento expansivo, amavel e jovial.

Era, por isso, muito bemquisto de todos os collegas.

Dotado de grande talento, tão grande que o emparelhavam com o de Lafayette.

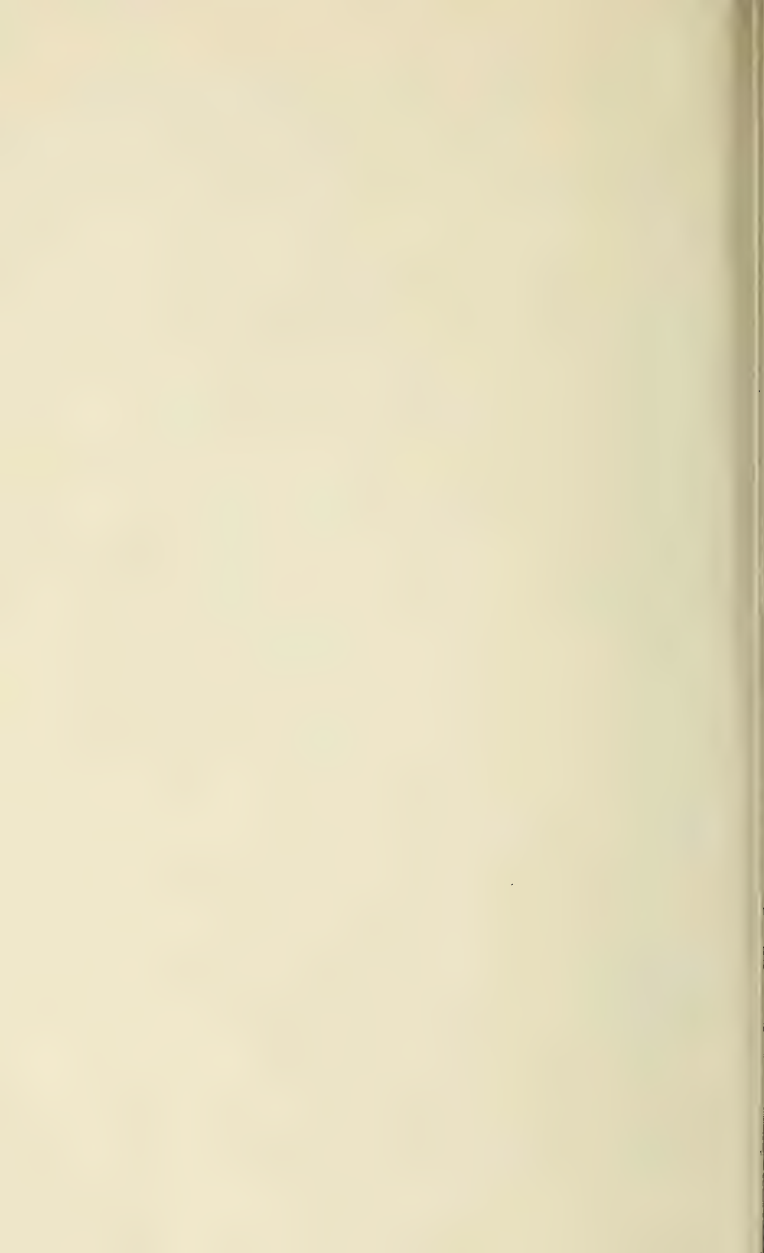
Nas férias do seu segundo para o terceiro anno, casou-se em sua provincia natal com uma senhora de côr branca. Desse consorcio teve um filho de nome Felisberto.

Depois de formado, o dr. Milagres, em vez de procurar um grande centro, onde pudesse refulgir a sua extraordinaria mentalidade, sepultou-se intellectualmente na pequena cidade mineira do seu nascimento, e, assim, não sahiu da obscuridade.

Compenetrado do erro que commettera ou cansado dessa vida de Ideia, veiu ao Rio em 1878 ou 79 e apresentou-se candidato a uma cadeira de lente no Collegio de Pedro II. Procurou o conselheiro Lafayette, então ministro, e pediu-lhe que o amparasse naquella pretenção.

Parecendo-lhe frio o acolhimento que lhe

dava o seu ex collega, então poderoso ministro do gabinete Sinimbú, o dr. Milagres desanimou, desistiu da pretenção, e, amargurado, voltou á sua provincia natal.

Ouvira ou lêra que — a politica não tem entranhas. A confirmação prática, directa e pessoal desse barbaro apophtegma abateu-lhe o espirito e contribuiu poderosamente para aggravar-lhe a debilitada saude, e, poucos mezes após, levál-o á sepultura.

# CAPITULO VII

## A turma academica de 1853-57

PARTE SEGUNDA

Bento de Paula Souza — Na vida publica — A fraude eleitoral da Piedade — A verdade hoje sabida — A depuração do Rodrigo Silva — Troca de districtos — Depois da Republica — Bento Sampaio — Braulio Colonia — Candido Lopes — Marques Lisboa — Christovam de Andrade — Almeida Campos — Em disparada... sem querer — Alvarenga Pinto — Francisco de Araujo — Francisco Queiroz — Souza Gomes — Gustavo Adolpho — Hygino de Abreu — Um estudantão! — Sua carreira politica — Jesuino de Almeida — Quinão e pedradas — Na Academia — Incidente em aula — Na vida publica — Uma causa celebre — Judeu errante... salva a comparação — A sua machina de escrever não é um mytho.

Bento Francisco de Paula e Souza. — Paulista, nascido em Itú, em 1838. Filho do conselheiro Francisco de Paula e Souza Mello.

Alto, esbelto, tez clara, rosto grande, cabellos castanhos, imberbe. *Quantum mutatus,* posteriormente!

Era o mais joven da turma; não contava ainda dezeseis annos, ao matricular-se na Academia. Vinham depois delle, na ordem da edade,

ou antes, da mocidade, o Augusto França, o Mello Freire, o Moraes Barros e o Jesuino de Almeida. Entre os *macrobios* ou *vôvôs,* enumeravam-se o Corrêa do Couto e o Domingos Pinto, com 25 annos ao matricularem-se e, que, portanto, contavam trinta annos na terminação do curso. Vinham em seguida o Hygino de Abreu e o Misael de Mesquita, que se bacharelaram com 28 annos.

Bastante talentoso era o joven Paula Souza, mas de mediocre applicação.

Apreciava já as caçadas, inclinação que posteriormente se lhe desenvolveu.

Ao deixar a Academia, o dr. Bento de Paula Souza dedicou-se á industria agricola, em cuja exploração muito prosperou por algum tempo e teve depois revezes, a ponto de vêr perdida na ultima quadra da vida quasi toda a sua fortuna.

Pouco após a ascensão do partido liberal ao poder, em 1878, veiu elle domiciliar-se nesta capital e aqui montou imprensa; fundou a *Tribuna Liberal,* que foi, por algum tempo, folha governista, passando depois a romper em dissidencia politica.

O dr. Bento de Paula Souza fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1868-69 e da Assembleia Geral, como deputado por esta provincia nas legislaturas de 1878-81 e 1882-85.

Foi ministro da marinha em 1882, no gabinete Martinho Campos.

Nessa occasião, tendo perdido a cadeira de deputado, segundo preceito constitucional, e propondo-se á reeleição, Bento de Paula Souza teve de arcar com a prestigiosa competencia de Rodrigo Silva, candidato conservador.

A eleição era arriscadissima, porque as parcialidades politicas, liberal e conservadora, quasi se equilibravam, e a republicana, muito avultada, tinha em suas mãos no segundo escrutinio o fiel da balança. Poderia abster-se ou votar com a opposição.

Triumphou Rodrigo Silva.

A eleição, porém, foi contestada na Camara dos Deputados, arguindo-se de nullo o collegio de Piedade, cuja exclusão daria superioridade de votos ao ministro da marinha. Alguns eleitores desse collegio, por esforços do dr. Ferreira Braga, de saudosa memoria, declararam haver votado no conselheiro Bento de Paula Souza, e, todavia, na apuração official, não se tinha verificado a votação affirmada por aquelles eleitores. Restava saber se a declaração era falsa ou se fraudulenta a apuração.

A verdade é esta: — O chefe liberal da Piedade fôra attrahido a favorecer a candidatura de Rodrigo Silva, e, como era elle quem distribuia

as cedulas aos seus partidarios, fêl-o no momento da chamada, entregando-lhes as mesmas em *enveloppes* já fechados.

E, assim, verificou-se na apuração que o nome de Rodrigo Silva estava, de facto, em todas as cedulas.

Essa versão, porém, não convinha a nenhuma das parcialidades pleiteantes. Não convinha aos liberaes, porque daria como resultado a legalidade e pureza da apuração que elles arguiam de fraudulenta. Não agradava aos conservadores, porque elles allegavam que a votação dos eleitores liberaes tinha sido dada conscientemente ao Rodrigo.

Surgia outra difficuldade para o reconhecimento do conselheiro Paula Souza. É que a annullação do collegio da Piedade, ou de qualquer numero de votos que influisse no resultado do pleito eleitoral, deveria ter por effeito a nullidade de toda a eleição. A lei Saraiva tivera em vista acabar com as *depurações* sempre inspiradas pelo interesse partidario e deprimentes do decoro parlamentar.

O que, talvez, conviria, para conciliar-se a moralidade do pleito com a exigencia da lei — era mandar-se proceder a nova eleição.

Este alvitre, porém, foi desprezado.

A maioria liberal, que, nesse tempo, dominava na Camara dos Deputados, saltou por cima

de todas as considerações de justiça, rasgou o diploma do Rodrigo e declarou eleito o ministro da marinha.

O sophisma que mascarou a illegalidade da decisão partidaria foi que — não tinha havido anullação de votos, mas apenas rectificação da somma da votação contada ao candidato opposicionista, excluidos della votos que não lhe tinham sido dados.

Na eleição seguinte, em 1885, o dr. Bento de Paula Souza foi candidato pelo terceiro districto, tendo sido apresentado em seu logar pelo quarto o Barão Homem de Mello.

Foram ambos derrotados, com grande differença, a saber o Barão Homem de Mello pelo Rodrigo Silva e o Bento de Paula Souza pelo Rodrigues Alves. Isso não obstou a que, na eleição subsequente, em agosto de 1889, o partido liberal, com todos os trumphos na mão [1], ti-

---

[1] Todos os *trumphos*, não se pode affirmar, mas o de *espadas* e principalmente o de *ouros* não é licito pôr-se em duvida. Muito preponderou nessa eleição a perspectiva dos emprestimos á lavoura, determinados pela influencia official. Quantos chefes conservadores, dos mais activos até então, se bandearam para o lado governista! Quantos e quantos não se conservaram inertes!...

Após esse pleito memoravel, manifestou-se fundo desgosto no seio do partido conservador, e delle começou incessante exodo para os arraiaes da Republica. Entre os chefes mais influentes da *União Conservadora* aventou-se por mais de uma vez a ideia de se avançar com passo resoluto em direcção áquelle objectivo.

Poucos mezes depois, grandiosa data que se tornou historica devia pôr termo áquellas incertezas e hesitações.

rasse tremenda desforra dos seus adversarios, elegendo com avultada maioria no terceiro districto Theophilo Braga, contra Rodrigues Alves, e no quarto Ferreira Braga, contra Antonio Manuel Alves [1].

Com o advento da Republica, o conselheiro Bento de Paula Souza retrahiu-se da scena politica e concentrou toda a actividade na exploração de sua fazenda agricola no municipio de Araras.

Parece que, ultimamente, mais humanizado com a situação politica, já tomava algum interesse, ao menos pela vida municipal, e consentia em se envolver, por ora a meio corpo, na direcção da politica local. O mais se encaminharia depois, a pouco e pouco...

Infelizmente, o anno passado, veiu surprehendêl-o a morte.

Bento Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio. — Fluminense, nascido em Iguassú, em 1836. Filho de Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio.

Alto, moreno, cabellos pretos, barba incipiente. Bom estudante.

Bento Pinto, seu irmão mais velho José

---

(1) O conselheiro Rodrigo Silva estava, já então, no Senado.

Pinto e mais o Palhares e o Castro e Silva eram companheiros de casa e formavam — a *republica fluminense.*

Bento Pinto, ou o *Pintinho,* depois da formatura, exerceu a advocacia em Iguassú, onde foi vereador. Teve as honras de moço fidalgo da casa imperial e uma cadeira de deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro.

Depois, exerceu a advocacia no Rio, em cujo fôro grangeou o conceito de advogado intelligente e habil.

BRAULIO ROMULO COLONIA. — Bahiano, filho de José dos Santos Colonia.

Baixo, busto reforçado, tez morena, olhos e cabellos negros.

Cursou na Faculdade do Recife os quatro primeiros annos e na de S. Paulo sómente o quinto.

Não se assignalou como estudante.

Seguiu a magistratura, começando em 1859 por um juizado municipal na provincia da Bahia.

CANDIDO LOPES DE OLIVEIRA. — Paulista, nascido em Sorocaba em 1834. Filho de Francisco Lopes de Oliveira.

Estatura pouco inferior á mediana, delgado, tez clara, cabellos castanhos, feições miudas, imberbe.

Intelligente e bom estudante.

Formado, exerceu por pouco tempo a advocacia em Sorocaba. Mudou-se depois para a provincia do Rio Grande do Sul, onde ainda vive e é estancieiro.

Carlos Marques Lisboa. — Fluminense, nascido em 1835. Filho de Vicente Marques Lisboa e sobrinho do almirante Visconde de Tamandaré.

Talentoso e regularmente applicado.

Foi procurador fiscal interino na provincia do Rio, em 1861; depois, no mesmo anno, promotor publico em Nictheroy.

Christovam Rodrigues de Andrade. — Fluminense, nascido em 1834. Filho de Hilario Joaquim de Andrade.

Alto, claro, louro, quasi imberbe.

Bastante talentoso, bom estudante.

Exerceu por longos annos a advocacia em Juiz de Fóra e tambem se dedicou ao commercio.

Foi deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro.

Reside actualmente nesta capital, em cujo fôro é advogado.

Domingos de Almeida Campos Junior. — Paulista, nascido em Porto Feliz, em 1834. Filho de Domingos de Almeida Campos.

Alto, bem apessoado, claro, imberbe, bonito moço.

Dado á musica. Tocava bem flauta, e, não raro, tomava parte em serenatas.

Talentoso e applicado, revelando mesmo em gráu subido o que o conselheiro Chrispiniano chamava — *senso juridico*. Delle nos disse um contemporaneo que — noutro meio intellectual, em cidade maior e de superior cultura juridica do que essa em que tem habitado o dr. Campos, e, com o incitamento de estimulos e ambições que sempre lhe faltaram — elle teria sido, quiçá, jurisconsulto notavel.

Desde, porém, que se bacharelou, fez-se fazendeiro, e, por desfastio, advogado no municipio e comarca de Tieté.

Ainda alli reside e carrega com galhardia os seus 74 janeiros.

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1864-65.

Mesmo na sua quadra academica assignalava-se o dr. Domingos de Campos pela circumspecção do seu procedimento. Era, por assim dizer, um moço velho. Alguns dos seus collegas levaram-lhe a mal aquella gravidade, aliás natural do seu temperamento. Acoimavam-na de incompativel com a condição de estudante e obrigavam, por vezes, o Campos a infringil-a, envolvendo-o inopinadamente nalguma brejeirice. Era

muito avesado a taes brincadeiras o Almeidinha (Manuel de Almeida Mello Freire), de quem adiante nos occuparemos.

Uma feita, desciam ambos a Ladeira do dr Falcão, cujo nome, ainda conservado, provinha de ter alli residencia o velho lente desse appellido. Propôz o Almeidinha ao Domingos Campos

— Vamos dar uma carreira daqui até lá em baixo?

— Como?! Dar uma carreira em plena rua!

— Que tem isso?

— Não é proprio...

— Pois você vae dar uma carreira...

— Não é possivel, já lhe disse.

— Quanto aposta?

— Quanto quizer.

— Eu lhe mostro.

E, sem mais tir-te nem guar-te, o travesso estudante penetra no corredor da casa do dr Falcão, bate estrepitosas palmas e logo — pernas para que vos quero? — desce velozmente a ladeira

O seu grave companheiro, para não carregar alheia culpa, teve de fazer outro tanto e de perder a compostura e a aposta.

Domingos de Alvarenga Pinto. — Fluminense, nascido em Campos, em 1827.

Baixo, moreno, corado, sem barba.

Intelligente e muito operoso. Distincto estudante.

Escasseando-lhe recursos, exercia o magisterio e trabalhos de contabilidade mercantil. Escrevia nas casas commerciaes de Teixeira de Carvalho & Comp. e de França Pinto.

Após a formatura, foi juiz municipal em Porto Feliz, onde se casou, e, depois, juiz de direito em Tieté e Capivary.

Retirou-se posteriormente para a sua cidade natal e lá se fez jornalista, chamando a si a propriedade e redacção do *Monitor Campista,* que ainda pertence a seus filhos.

O dr. Alvarenga Pinto é fallecido ha cerca de vinte annos.

FRANCISCO ANTONIO DE ARAUJO JUNIOR. — Paulista, nascido em Mogy-mirim, em 1834. Filho de Joaquim Floriano de Araujo.

De estatura regular, moreno, pouca barba.

Intelligente e de regular applicação.

Ao sahir da Academia exerceu a advocacia em Campinas, onde tambem redigiu uma folha politica — *O Conservador.*

Mudou-se depois para o Amparo, onde ainda hoje reside, tendo deixado o exercicio da advocacia, para se entregar á vida agricola.

Nesse municipio, o dr. Francisco de Araujo chefiou por longos annos o partido conservador, até que teve de ceder o bastão do commando ao coronel Luiz Leite, quando se organizou na capital a *União Conservadora.*

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1862-63, 1870-71 e 1872-73.

É pae do dr. Virgilio de Araujo, que se bacharelou em Sciencias Juridicas por esta Faculdade em 1895 e é advogado no Amparo.

Francisco Antonio de Souza Queiroz Junior.—Paulista, nascido nesta capital em 1835, filho do senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, depois Barão de Souza Queiroz.

Estatura regular, cheio de corpo, tez morena, imberbe.

Communicativo e amavel, era, por isso, o *Chiquinho Queiroz* muito estimado de todos os collegas.

Intelligente, criterioso e regularmente applicado ao estudo.

Não pretendia o gráu de bacharel em Direito para delle fazer uso profissional. Tanto assim que, após a formatura, consagrou-se á industria agricola, explorando importante fazenda de café no municipio de Campinas.

Não lhe faltavam poderosos elementos para seguir com successo a carreira politica. Faltava-lhe, porém, propensão para as luctas estéreis dos partidos. Retrahia-se, pois, modestamente, quando se lhe offerecia ensejo para occupar posição mais saliente na vida publica. Não foi senão por acquiescencia á insistente vontade de amigos e parentes que acceitou um mandato de deputado

á Assembleia Geral á 18.ª legislatura (1881-83) e um logar na lista dos vice-presidentes da provincia de S. Paulo, em cujo governo, nessa qualidade, se encontrou — de 18 de maio a 2 de setembro de 1885.

O dr. Francisco Queiroz reside nesta capital. É um dos directores do *Banco do Commercio e Industria* e da *Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes*. É sogro do dr. Olavo Egydio de Souza Aranha e cunhado do dr. Albuquerque Lins.

Francisco José de Souza Gomes. — Fluminense, nascido em 1834. Filho de Antonio José de Souza Gomes.

Baixo, moreno, imberbe.

Bom estudante, intelligente e estudioso.

A principio exerceu cargos de magistratura na provincia do Rio; veiu depois a Sorocaba, e, ahi, abriu escriptorio de advocacia em 1862.

Teve breve existencia.

Gustavo Adolpho e Castro.— Paulista, nascido nesta capital, em 1831. Filho do tabellião Francisco José de Castro e irmão do bedel Firmino.

Estatura regular, magro, pallido, sem barba.

Morava na subida da rua de S. João, quasi ao chegar ao *Tanque do Zunega*.

Nenhum vestigio deixou na Academia nem fóra della.

Reside actualmente em S. Paulo, velho, alquebrado e muito arredio de todo o convivio social.

Hygino Alves de Abreu e Silva. — Mineiro, nascido em Pitanguy em 1830. Filho de Antonio José de Abreu e Silva.

Alto, corado, barba abundante e muito ruiva, dentes postiços, oculos de ouro.

Talento robusto e intensa applicação, quasi exclusivamente aferrada ao estudo do Direito.

Prejudicava-lhe a aura do talento, no espirito de alguns dos collegas, certa sobranceria que elle ostentava pelo seu saber juridico. Dahi, chascos e epigrammas com endereço ao *barba de milho* e á sua candidatura á mão de moças ricas, filhas de opulento capitalista da Paulicéa. Os chefes dessa campanha de antipathia ao orgulhoso collega eram o Pintinho e o irmão.

Diziam, por epigramma, que o Hygino tinha um coração muito sensato.

Não deixava, por isso, o talentoso estudante de ser estimado, pois era expansivo e *boa prosa*.

Sobre a sua superioridade intellectual e os seus fóros de estudantão — não se dava controversia possivel.

Um anno após a formatura, tirou elle pontos para a defêsa de theses. Apresentou-os redigidos em 1859 e nesse anno defendeu theses, sendo approvado unanimemente em primeiro es-

crutinio e com uma esphera preta e seis brancas no segundo.

Retirou-se em seguida para o seu patrio Pitanguy. Alli exerceu a advocacia e absorveu-se nas inglorias luctas da politica de campanario, filiado sempre ao partido liberal.

Gosou de alto prestigio politico em certa zona da provincia de Minas, em cuja Assembleia Provincial teve assento nos biennios de 1858-59, 1862-63, 1864-65, 1866-67 e 1868-69.

Foi deputado geral por Minas á 17.ª legislatura (1878-80), cujo termo não alcançou, pois falleceu a 13 de maio de 1880, sendo preenchida a sua vaga pelo seu illustre parente e conterraneo dr. Benedicto Valladares.

JESUINO ANTONIO FERREIRA DE ALMEIDA. — Paulista, nascido em Santo Antonio da Cachoeira, em 1836. Filho de Joaquim Antonio Ferreira de Almeida.

Alto, esbelto, louro, olhos garços, quasi imberbe, bonitos dentes, cabellos crescidos e atirados para traz: figura romantica.

E com isto forte, agil, destro e valente; apaixonado por aventuras, perigos e pelo romance vivído e fruido.

Primava em todos os exercicios physicos, prendas, artes e até em certos officios mechanicos; assim, era eximio nadador, remador, esgri-

mista, cacetista, atirador, boxista, capoeira, gymnasta, acrobata, funambulo, cavalleiro, musico, dansarino, desenhista, tachygrapho, marceneiro, serralheiro, ourives, etc., etc.

De funda imaginação, palavra colorida e fluente, memoria extraordinaria, intelligencia lucida e aguda, o Jesuino era, e é, no moral, um espirito ávido de ideal, uma alma desprendida de egoismo, devotada aos mais nobres sentimentos da natureza humana.

A sua vida moral pode capitular-se em quatro nomes proprios, a saber, o de uma dama a quem o prendeu mais que um idyllio de amor, um verdadeiro romance passional, e os de tres grandes amigos e collegas, por quem successivamente elle se devotou — Orozimbo Horta, Laurindo de Almeida e Couto de Magalhães.

Devemos additar mais um capitulo, referente este á sua actividade industrial: a invenção de uma prodigiosa machina de escrever stenographicamente «com tal presteza, sóe elle explicar, que cinco minutos depois de terminado um discurso, poderá ser distribuido impresso em centenas de exemplares».

Destinado por sua familia á carreira ecclesiastica, o joven Jesuino começou a estudar nas aulas da Sé, sob a regencia do conego José Custodio. Eram seus condiscipulos o João Bueno, o Canuto e o Cerqueira Cesar.

Um dia, por ter dado um quináo na primeira decuria, [1] teve de soffrer, depois da aula, aggressão de alguns collegas mais edosos. Defendeu-se, com vantagem, a pedradas.

Este incidente, porém, mais o exaltou no espirito do padre-mestre, enthusiasmado pelo seu adiantamento em latim.

Tendo, algum tempo depois, terminado a instrucção preparatoria para o curso de Theologia, e, como fosse ainda muito joven, resolveu o Jesuino, de accôrdo com os seus protectores, matricular-se desde logo na Academia de Direito, o que não impediria a que opportunamente se ordenasse.

Contava então 14 annos. Matriculou-se no Curso Annexo para completar a sua instrucção secundaria e depois... não se ordenou.

Na Academia, incumbiu-se de stenographar as prelecções dos lentes e de organizar as postillas para os collegas. Dahi lhe provinham recursos sufficientes para a sua subsistencia e es-

---

[1] Empenhava-se toda a classe numa versão de Virgilio e traduzia o verbo *est* pelo seu correspondente em vernaculo, a terceira pessoa do singular do indicativo presente do verbo *ser*. Não acceitando o mestre essa interpretação, interpellou o Jesuino :

— *Est* do verbo *sum*, não faz sentido ; deve ser do verbo *edo*, comer.

— Muito bem, meu menino ! Muito bem ! Vou lhe marcar a mais alta nota — disse o padre José Custodio, encantado da intelligente resposta do Jesuino.

E, de então em diante, dispensou-lhe a melhor attenção.

tudos e até para divertimentos e actos de beneficencia.

A vida era-lhe assaz trabalhosa, mas a sua actividade infatigavel.

Um dia, na aula do quinto anno, o Jesuino pedira dispensa da sabbatina, allegando molestia. Foi chamado, apesar disso, para primeiro defendente. O primeiro arguente era o Tito de Mattos e o lente o dr. Martim Francisco.

Formulada a objecção contra a doutrina da Cadeira, o defendente, para mortificar o mestre, declarou, contra os estylos academicos, que — effectivamente a doutrina impugnada era erronea e a objecção do collega muito procedente.

Determinou então a Cadeira que os argumentadores trocassem as posições e o Tito de Mattos passasse a defendente.

Quando coube novamente a palavra ao Jesuino, intervem irritado o dr. Martim Francisco:

— Essa doutrina é inventada. Não se encontra em nenhum economista.

— É a doutrina que sigo...

— Onde a bebeu?

— No Antonio das Marrecas.

Hilaridade em toda a aula.

O lente, mais agastado ainda, faz soar a campainha e diz ao bedel que acudia:

— Sr. Fortunato, conduza este moço á prisão academica.

— Até quando? —perguntou o Jesuino.

— A Congregação o decidirá.

Não foi prêso o estudante, por não se ter .chado a chave da custodia academica.

O Martim, sempre generoso, acalmou-se e lisse que — o caso ficaria por aquillo mesmo e › Jesuino seguisse em paz.

Logo após a formatura, foi nomeado o Jesuino promotor publico da comarca do Bananal, que comprehendia então os termos de Bananal, Arêas e Queluz.

Com resultado honrosissimo para elle, foram desde logo postos em prova o talento e a coragem do joven procurador da justiça publica.

Agitava-se no fôro criminal do termo de Arêas importantissimo processo de roubo de uma fortuna avaliada em centenas de contos de réis em ouro e em cuja auctoria estava envolvido o nome, até então respeitado, de um sacerdote, chefe politico local. Referimo-nos á herança do capitão-mór Gabriel Seraphim da Silva, que a imaginação popular elevava a milhares de contos de réis (1) e em cujo inventario se verificára enorme desfalque.

---

(1) Não faltou quem a orçasse em dezeseis mil contos de réis, o que nos parece algarismo fabuloso, principalmente para aquella época e em moeda sonante.

Fôra prêso um negro, escravo do espolio, que subtrahira e guardara num buraco de taipa cincoenta contos em ouro.

Entre os réus, constituia a primeira figura o padre José Alvares. Sobre elle pesavam graves accusações. Num depoimento dizia-se que um preto lhe entregara um sacco com trezentos contos em ouro, para obter a sua liberdade, e que, como o padre exigisse delle ainda segundo sacco, com egual conteudo, exclamou: — «Que padre guloso!» Desempenhou-se, todavia, da encommenda, e, pouco depois, pereceu envenenado. O preto havia sido indiscreto.

Commentava-se o facto de, no mesmo dia do recebimento do segundo sacco de ouro, o padre ter dito missa, e, do altar, profligado o furto.

Deu-se, por occasião do jury, um episodio pathetico.

Contestára o advogado do réu o depoimento de um preto escravo, allegando que não podia a palavra de tão misera creatura ser contraposta á de um respeitavel sacerdote e chefe de partido. O preto pediu, então, ao juiz de direito que mandasse trazer um crucifixo. O dr. Canuto de Figueiredo, o integro magistrado que presidia o jury, mandou satisfazer aquelle requerimento.

Extendendo a mão sobre o crucifixo, disse então a testemunha:

— Meu Senhor Jesus Christo, se eu estou

mentindo, falte-me a luz da vossa graça á hora da morte!

Emoção geral no auditorio.

Proseguiu o preto, voltando-se para o réu:

—Agora, sr. padre, venha aqui e diga o mesmo que eu disse!

O padre tornou-se livido e ficou mudo e quedo, como pregado na sua cadeira.

O outro accusado era tambem sacerdote, o padre Francisco Ribeiro da Silva.

A defesa foi exercida por tres illustres advogados, drs. Antonio de Paula Ramos, Pinto Junior e Costa Machado (o Machadinho), que muito se assignalaram, este ultimo principalmente, naquelle processo.

Além de ter enfrentado com brilhantismo a estas summidades da tribuna judiciaria, o novel promotor publico affrontou com animo alevantado os maiores perigos e desprezou temerosas ameaças.

Nomeado, pouco depois, juiz municipal de Batataes, o dr. Jesuino não tomou posse do cargo e preferiu ficar em S. Paulo no exercicio da advocacia.

Aqui se conservou até 1862.

Seguiu depois para a provincia do Espirito Santo, onde se conservou durante um anno, arrostando temerosas luctas.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, do Rio

para o Bananal e do Bananal de novo para
Rio.

Voltou a S. Paulo em 1889 e ainda aqui s
conserva, ora trabalhando no fôro, ora como ta
chygrapho, sem deixar, por um momento, e
olvido, a sua ideia capital — a sua invenção d
uma engenhosa machina de escrever «com
mesma celeridade com que se fala, de modo
poder-se distribuir impresso um discurso, cinc
minutos depois de têl-o proferido o orador.»

O dr. Jesuino convence a quem queira ouvil-
(e mesmo a quem não queira, mas esteja prês
pela sua palestra) que a machina de escrever d
sua invenção — não é um mytho. Ella chegou
funccionar com exito admiravel nesta capital, n
palacio do governo, na presença do conselheir
Tavares Bastos, então presidente de S. Paulc
O facto deu-se em 1867, foi noticiado pelas folha
da época e circumstanciadamente descripto n
*Jornal do Commercio,* numa correspondencia a
conceituado orgam, enviada desta capital.

Sem se inquietar de que alguns malévolos
possam reputar monomaniaco ou acoimál-o d
*cacête,* o dr. Jesuino de Almeida, versado na his
toria de todas as grandes invenções, sabe que
esta a sina dos inventores e só aspira a obte
os capitaes necessarios para, confundindo o sce
pticismo dos seus detractores, glorificar com
maravilhoso invento o nome do Brazil.

# CAPITULO VIII

## A turma academica de 1853-57

PARTE TERCEIRA

Silva e Oliveira — Baptista Pereira — As objecções do *João das Regras* — Outro lente menos tolerante — Na vida publica — No governo de S. Paulo — Dados complementares — Garcia de Almeida — Santos Barreto — *Fortiter in modo*... — Empregos burocraticos — Romantismo quebrado por um bocejo — De volta ao Rio — Rocha Miranda — Leite Moraes — Sua carreira publica — Presidencia de Goyaz — Um homem livre, escravo da etiqueta — Ultima phase — Joaquim Palhares — Ferreira de Mello — Almeida Moraes — Campos do Amaral — Souza Lima — Gomes Guimarães — As consequencias de uma injustiça — Magistratura e administração policial — Teixeira Guimarães — O ponto do almoço — Na vida publica — Esquivo ao casamento — Ultimos dados.

João Alves da Silva e Oliveira. — Fluminense, nascido em 1833, filho de Manuel Alves da Silva e Oliveira.

Estatura regular, moreno, pallido, barbado, physionomia grave, sem a vivacidade peculiar á de estudante.

Intelligente e muito estudioso. Neste particular, não ficava a dever ao Lafayette. Falava

pausadamente e tinha um quê de velho advogado.

Após a formatura, exerceu a advocacia no Rio de Janeiro, no escriptorio de Teixeira de Freitas; sob as vistas do mestre, fez jus ao conceito de jurisconsulto e grande advogado.

Foi deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro no biennio de 1858-59, secretario da mesma provincia em 1860 e procurador fiscal no Rio em 1861.

Dedicou-se, depois, novamente, á advocacia, que ainda ha poucos annos exercia na capital federal.

João Baptista Pereira. — Fluminense, nascido em Campos a 20 de outubro de 1835. Filho de Jeronymo Baptista Pereira.

Estatura regular, tez clara, cabellos castanhos, olhos limpidos e azues, imberbe, figura de adolescente.

Espirito vivaz, temperamento expansivo, intelligencia robusta, palavra fluente; dado ao estudo e affeiçoado á discussão, especialmente sobre doutrina juridica. Discutia, com tal ardor, que por vezes lhe vinha a faltar o fôlego e era acommettido de impertinente tosse. E subia de ponto a sua imprudencia porque elle, já então, soffria de asthma.

No physico, débil, adamado, um meninote; no moral, um estudantão.

Era orador da *Arcadia Paulistana* e redactor do *Iris*.

Distinguiu-se tanto no seu terceiro anno, que os respectivos lentes, emparelhando-o com o Lafayette, deram aos dois talentosos moços assignalada primazia sobre os seus collegas. Isto consta de officio do director da Academia, em data de 7 de dezembro de 1855, que em seu inteiro teôr vem inserto á pag. 83 da *Terceira Série* destas *Tradições e Reminiscencias.*

Eram taes a applicação e o amor ao estudo do Direito, revelados pelo Baptista Pereira, que lhe fizeram jus nas rodas academicas á antonomasia de João das Regras, que certamente exprimia honrosa homenagem, mas nem sempre era proferida por alguns collegas sem um laivo de ironia, inspirada pela inveja. Elle tinha, com effeito, outro appellido familiar, derivado do seu nome de baptismo, e que toda a gente lhe dava com sympathia. Era o de *Jojóca.* Baptistas Pereiras, sempre houve muitos. *Jojóca,* elle sómente.

Morava no mosteiro de S. Bento.

Como dissemos, era o Jojóca muito affeito á discussão, e, para dizer tudo, habil sophista. Quando, numa polemica, percebia que lhe começava a ficar menos firme o terreno, apegava-se sem ceremonia a argumentos sophisticos. Com esse recurso embaraçava os collegas e muitas

vezes os levava de vencida. Até ahi, nada a respigar. Acontecia, porém, que elle tinha a pretenção de applicar o mesmo systema nas argumentações com a Cadeira.

Assim, na aula de Direito Civil, o Jojóca, a titulo de pedir esclarecimento sobre ponto duvidoso, formulou fundamentada objecção contra a doutrina do dr. Gabriel sobre servidão da pena.

O eloquente professor havia contestado a existencia da morte civil e da servidão da pena no nosso direito patrio. Nem outra coisa era de esperar de tão lucida intelligencia e espirito tão liberal. Sabia o Jojóca que esse ponto, aliás contestado por Coelho da Rocha, era objecto de ardentes controversias entre os lentes da Faculdade. Preparou-se, pois, consultou os mestres, desceu a livraria, e, quando se julgou bem armado e municiado, desfechou, em sabbatina, toda a sua artilharia, contra o ensinamento da Cadeira.

O dr. Gabriel deixou falar longamente o talentoso discipulo. Respondeu, depois, com muito methodo, com toda a lucidez e com superioridade manifesta, a toda a argumentação deduzida. Ficou esmagada a objecção. Ao espirito de toda a aula acudia, senão a formula, ao menos a ideia — que o Jojóca tinha ido buscar lan e sahira tosquiado. Elle, entretanto, não dava o braço a torcer e estava tão insistente na defesa das ruinas do seu castello, que já não argumentava,

estava teimando. Foi necessario, para pôr termo á discussão, que o illustrado lente dissesse:

— O sr. tem dicto muito bem, tem argumentado optimamente, mas ha de permittir que eu conserve a minha opinião e a repute doutrina verdadeira.

Menos tolerante se manifestou, em argumentação com o Jojóca, sobre um ponto de Direito Commercial, o velho lente dr. Falcão.

Eminentemente auctoritario, elle descia, algumas vezes, quando de bom humor, a argumentar com estudante. Não admittia, porém, que o discipulo ficasse com a ultima palavra e tomasse ares de vencedor. Tratava, por isso, primeiramente, de *espichar* o seu imprudente adversario; insistia, depois, em demonstrar, a toda luz, a posição precária do derrotado, e, sem a minima generosidade, cantava victoria, interpellando zombeteiramente o vencido, com sua voz lenta e cantante:

— Qual, sr. estudan...te! O sr. foi levado á parê...de! Olhe só! O seu paletot está alvejando da cal da parê...de. Vamos, confesse, confesse que está espicha...do.

Assim chasqueou tambem do Jojóca, a quem, aliás, tinha na merecida conta de um dos seus mais distinctos alumnos.

Depois da formatura, logo no anno seguinte,

Baptista Pereira defendeu theses, e, approvado plenamente, obteve o gráu de doutor.

Retirou-se para o Rio, e ahi se dedicou ao exercicio da advocacia e ao jornalismo politico como collaborador da *Reforma*.

Morava então em S. Domingos, numa aprazivel vivenda.

Não podiam olvidar-se os chefes liberaes de aproveitar as aptidões de tão distincto correligionario politico.

Assim, desde que ficou resolvido envolver-se o partido no pleito das eleições, teve sempre Baptista Pereira o seu logar na chapa liberal, para deputado á Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e em mais de um biennio logrou ver-se eleito.

Com a ascensão do partido liberal ao poder, em janeiro de 1878, ao dr. Baptista Pereira foi confiada pelo gabinete Sinimbú a presidencia da provincia de S. Paulo.

A sua administração durou de 5 de fevereiro a 7 de dezembro de 1878, e foi ardentemente guerreada pelo partido conservador, que dispunha na provincia de poderosos elementos de força e de prestigio politico.

A Assembleia Provincial estava então assim composta:

*Conservadores* — Lopes Chaves, Pedro Vicente, Dutra Rodrigues, Vieira de Carvalho,

Paulo Egydio, Abranches, Rodrigues Alves, Antonio Cintra (depois Barão de Jaguara), Almeida Nogueira, Barão de Piratininga, Francisco Alves, Fonseca, Estevam de Rezende (mais tarde Barão de Rezende), João Moraes, Celidonio, Cockrane, padre Valladão, padre Bicudo, Corrêa Coelho, coronel Paulo Delfino, coronel Moura e Costa, coronel Paula Machado, coronel Joaquim Benedicto, Souza Neves, coronel Joaquim Leonel, tenente-coronel Abreu Sampaio. *Liberaes:* Martim Francisco Junior, Leite Moraes, Moreira de Barros, João Romeiro, Pinheiro Lima, Gregorio Costa e Barão (depois Conde e Marquez) de Tres Rios. *Republicanos:* Prudente de Moraes, Cesario Motta e Martinho Prado Junior.

Se ardente a opposição movida pelo partido conservador ao presidente liberal, imperterrita a resistencia deste a todos os ataques dos seus adversarios.

Para que se apreciem os extremos da intolerancia partidaria, basta saber-se que o presidente resolveu inutilizar completamente a acção do poder legislativo da provincia, e nesse propósito negou sancção a todas as leis e resoluções, a todas sem excepção alguma, emanadas da Assembleia Provincial. E, para que o veto fosse absoluto, baseava-o, sempre e a todo transe, em motivo de inconstitucionalidade. Aliás, a Assembleia approvaria por dois terços de votos o projecto não sanccionado e levaria de vencida o

presidente da provincia. Por esse motivo, e para não deixar pedra sobre pedra do que houvesse decretado a Assembleia, negou sancção, sob pretexto de inconstitucionalidade, ao projecto de orçamento provincial e a outro mudando a denominação da villa do Ribeirão Preto.

Por sua vez, valha a verdade, a Assembleia Provincial foi violenta e intolerante para com o presidente da provincia e contra elle deu denuncia ao Supremo Tribunal de Justiça.

Fructos do tempo.

O dr. Baptista Pereira foi deputado á Assembleia Geral pela provincia do Rio de Janeiro na 13.ª e na 17.ª legislaturas (1867-68 e 1878-80).

Com a quéda da situação liberal, em 1885, retrahiu-se da actividade politica, para dedicar-se á advocacia, e, mais tarde, ao magisterio superior, como lente de Direito Criminal numa das faculdades livres do Rio de Janeiro.

Com a ascenção da Republica, o dr. Baptista Pereira, sem voltar ao scenario da politica, não recusou, todavia, os seus serviços profissionaes ao novo governo: acceitou a incumbencia que lhe foi dada por Campos Salles, ministro da justiça do Governo Provisorio, de organizar um projecto de Codigo Penal, que substituisse o de 1830 e collocasse o direito patrio ao par da evolução actual desse ramo da jurisprudencia. O

nosso codigo penal vigente, decretado pelo primeiro governo republicano, é, ninguem o ignora, o resultado dessa commissão, em boa hora confiada ao illustre criminalista.

O dr. Baptista Pereira falleceu em 1906 no Rio de Janeiro.

João Carlos Garcia de Almeida. — Bahiano, filho de Thomaz Xavier Garcia de Almeida.

Estatura regular, cheio de corpo, tez clara, corada, nariz aquilino, barba preta e pouca. Talentoso e bom estudante.

Exerceu a principio a magistratura na provincia do Rio de Janeiro. Foi juiz municipal de Petropolis.

Deixou, porém, sem demora essa carreira e dedicou-se á advocacia, no Rio de Janeiro.

João Paulo dos Santos Barreto Junior. — Fluminense, nascido no Rio de Janeiro, em 1836. Filho do general João Paulo dos Santos Barreto, não menos insigne nas letras que nas armas.

Alto, claro, imberbe, de temperamento impulsivo. Vigorosa intelligencia, pulso forte, pouco amor ao estudo.

Aprazia-se em jogar quéda franceza, isto é, a experimentar com os outros a força dos pulsos. Dava a qualquer collega a vantagem de mão e dedo e desesperava por não conseguir dobrar o

pulso do tenente Joaquim Bueno, popularmente *Nhô Quim,* da rua da Cruz Preta.

Era muito dado a discutir e apaixonado por boa palestra. Todavia, a menor divergencia que o fizesse dissentir da opinião de algum dos interlocutores exaltava-lhe o espirito e aquecia-lhe o verbo. Já não falava, vociferava. Parecia, então, a quem o não conhecesse, que elle estava irritado e colerico, a ponto de chegar a vias de facto. Para illusão. Nunca estivera mais amigo, mais affectuoso, melhor camarada daquelle a quem contestava com tanta vehemencia.

Ao sahir da Academia, andou exercendo empregos burocraticos, como fossem os de segundo official da Secretaria do Imperio em 1859 e o de primeiro official da Secretaria da Agricultura em 1861.

Preferiu, depois, a vida de agricultor e mudou-se para o municipio do Bananal, onde adquiriu uma fazenda de cultura de café, a pittoresca fazenda da *Formiga,* á margem do Rio Bananal, nas immediações da cidade, e que fôra do coronel Francisco de Aguiar, depois do Barão da Bella Vista, e, por fim, do tenente-coronel Apollinario Pereira Ribeiro.

A esse tempo, o dr. João Paulo fazia a côrte a uma formosa viuva, cuja mão contava muitos

pretendentes, e com razão, pois á sua dona adornavam todos os encantos — mocidade, belleza, espirito, fortuna, educação... Que mais?

E o talentoso bacharel, se não havia conquistado o amor da linda viuva, ao menos parece certo que lhe prendia a attenção.

Ella, porém, era dotada de extremo pendor ao romantismo, ao qual procurava corresponder o seu enamorado pretendente, num *flirt* de todos os dias.

Corria o namoro de foz em fóra e tudo parecia presagiar breve e feliz desenlace, quando exactamente o caso se transformou.

É que, num momento de distracção, na presença da divina Carlota, Werther (fatal descuido!) bocejou!...

A falta não foi relevada e o projecto matrimonial mallogrou-se definitivamente.

Não conseguindo prosperar na exploração da fazenda que comprára e talvez mesmo não se habituando á vida de lavrador, elle, filho da Côrte e que sempre habitára em grande cidade, o dr. João Paulo dos Santos Barreto dispoz da sua propriedade agricola e voltou, de mudança, para o Rio de Janeiro.

Ahi abriu escriptorio de advocacia, contrahiu casamento e veiu a fallecer ainda moço, ha cêrca de quarenta annos.

João da Rocha Miranda e Silva — Flumi-

nense, nascido em Rezende, em 1832. Filho do commendador Antonio da Rocha Miranda e Silva, fazendeiro naquelle municipio.

Altura média, barbado, moreno, olhos vivos e castanhos, cabellos e barba avermelhada.

Intelligente e de média applicação.

Seguiu a advocacia, no Rio de Janeiro. Teve por longos annos escriptorio no Becco das Cancellas, onde o procurava boa clientella commercial. Era socio da casa de commissões Miranda & Ricóes. Era irmão do Barão do Bananal e tio do deputado federal por S. Paulo, Rodolpho Miranda.

Joaquim de Almeida Leite Moraes. — Paulista, nascido em Porto Feliz, a 9 de maio de 1835. Filho de Joaquim de Almeida Leite Moraes. Alto, moreno, robusto, feições graudas, rosto comprido, bem barbado e muito piloso.

Bello talento e grande applicação ao estudo. Uma das primeiras figuras do anno.

Dispunha de uma voz grossa, de baixo profundo e experimentava difficuldade na pronuncia de certas vogaes, o *r* forte, por exemplo. Substituia-o elle por *l*. Exactamente o inverso do que se dava com o Marquez de S. Vicente.

Sem embargo disso, não lhe faltavam poderosos dotes oratorios auxiliados por ardente ambição de ser bom orador. E, de facto, o era. Falava com extrema fluencia, mais correntemente

ue correctamente. A sua palavra era colorida e alorosa, realçada por tropos e figuras muito propriadas á eloquencia academica e dominada e um enthusiasmo sincero, filho da sua candura e alma e do seu temperamento ardente e expanivo.

Collaborou em varias revistas academicas e foi geralmente apreciada uma série de artigos seus de Direito Criminal, insertos no *Guaracyaba* em 1856, sobre — *A tentativa e o crime falho.*

Ainda estudante, poucos dias antes da collação do gráu de bacharel, foi eleito deputado supplente á Assembleia Provincial de S. Paulo, e, no anno seguinte, em 1858, foi chamado a tomar posse, na vaga aberta pela morte de Gabriel Rodrigues dos Santos.

Foi reeleito para o biennio seguinte, de 1860-61, e ainda para os biennios de 1868-69 e 1878-79.

Em 1860 defendeu theses e obteve o gráu de doutor, com approvação unanime no primeiro e segundo escrutinios.

Terminado o seu curso academico, o dr. Leite Moraes exerceu a advocacia com grande successo em varias comarcas da provincia de S. Paulo, assentando a sua tenda de trabalho em Araraquara. Era dalli chamado, especialmente para patrocinar importantes causas no fôro criminal,

pois, de facto, grangeára justa nomeada de habil advogado criminalista e eloquente orador da tribuna judiciaria.

Em 1883, após concurso em que teve como competidores Rubino e Bulhões Carvalho, foi nomeado lente substituto da Faculdade de S. Paulo, por decreto de 24 de agosto daquelle anno.

Nomeado presidente de Goyaz, a 29 de novembro de 1880, tomou posse a 1 de fevereiro do anno seguinte e conservou-se no governo daquella provincia até 9 de dezembro de 1881, administrando-a com zelo, justiça e elevação de vistas pouco habitual naquellas paragens.

De volta para o Brazil oriental, emprehendeu o dr. Leite Moraes essa viagem pelo Pará, descendo o Araguaya e o Tocantins. Foi o segundo presidente de Goyaz que se arrojou a tão arriscado commettimento. O primeiro havia sido Couto de Magalhães.

Por occasião da sua passagem para o Rio de Janeiro, ahi nos encontrámos, o dr. Leite Moraes e o auctor desta chronica, no mesmo hotel, no *Hotel Giorelli*, e passámos alguns dias em grata convivencia e palestra interessante.

Perguntámos-lhe logo de principio:

—Então, quando vae ao Paço?

—Não pretendo ir ao Paço.

—Não pretende, mas tem de ir.

— Porque?! Não sou porventura um homem livre?

— Será tudo quanto quizer, mas garanto-lhe que ha de ir ao Paço e que isto não passará de amanhan...

— Pois, olhe — replicou-me em tom decidido o dr. Leite Moraes — aconteça o que acontecer, estou resolvido a não comparecer á presença do rei...

— Do rei, não duvido; mas do imperador, apesar da resolução em que está, o sr. não poderá esquivar-se...

— Repito que não vou. Tenho até razões de ordem material.

— Ha de ir, ainda mesmo que tenha de alugar casaca.

Fiquei acreditando, á vista de tanta relutancia, que o dr. Leite Moraes guardava algum resentimento do monarcha.

É excusado explicar que, tendo recebido, no dia seguinte, por intermedio do ministro do imperio, um recado do imperador, de que estava ancioso por vêl-o e ouvil-o sobre a sua administração em Goya e a viagem que fizera, o dr. Leite Moraes foi pressuroso em comparecer ao Paço de S. Christovam, quebrando assim todos os protestos que fizera.

De volta a S. Paulo, entregou-se ao jornalismo, á advocacia e ao magisterio, e continuou a militar activamente na politica liberal.

Teve, mais de uma vez, a velleidade d
declarar-se republicano; não fez, porém, jámais
effectiva essa resolução intermittente. Chegav
ás margens do Rubicon, mas não se animava
atravessal-o. E, assim, como elle não foi até
Republica, teve de ver a Republica vir a elle..
ao inverso da attitude da montanha para con
Mahomet.

O dr. Leite Moraes falleceu nesta capital,
1 de agosto de 1895.

Joaquim José Palhares Filho. — Flumi
nense, nascido em 1836. Filho de pae de egua
nome.

Alto, magro, tez clara, louro, pouca barba
usava oculos.

Intelligente e regularmente estudioso.

A principio exerceu a advocacia, e, depois
por muitos annos, um tabellionato no Rio.

Joaquim Leite Ferreira de Mello. — Mi-
neiro, natural de Pouso Alegre. Filho de Manue
Leite Ferreira de Mello.

Não se assignalou no Curso Juridico pelo ta-
lento, nem teve travessia sempre bonançosa
pelos mares da Academia.

Formado, consagrou-se, a principio, á judi-
catura (pois em 1860 foi juiz municipal em
Ayuruóca), e, depois, á advocacia, em sua pro-
vincia natal.

JOAQUIM MARIANO DE ALMEIDA MORAES E ABREU. — Paulista, nascido no Tieté em 1831. Filho de Joaquim Mariano de Almeida.

Alto, claro, barbado, physionomia intelligente e sympathica.

Era, de facto, talentoso e applicado, um dos bons estudantes da turma. E, com isto, affavel para com todos: pelo que era geralmente estimado.

Exerceu por algum tempo a advocacia na cidade do Tieté; foi, depois, juiz municipal de Porto Feliz e juiz de direito de Tieté.

Teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1860-61.

Além de magistrado, era lavrador no municipio de Tieté, onde sempre residiu, e foi aposentado compulsoriamente, nos termos da legislação do Estado.

JOAQUIM MARIANO CAMPOS DO AMARAL GURGEL. — Fluminense, nascido em Paraty, em 1834. Filho de José Luiz Campos do Amaral.

Estatura pouco inferior á mediana, cheio de corpo, tez morena acaboclada.

Era moço fidalgo da casa imperial.

Foi juiz municipal de Pindamonhangaba em 1859; mudou-se depois para Paraty, e, ahi, exerceu a advocacia.

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA LIMA. — Mineiro

nascido em 1833. Filho de José Joaquim de Souz
Lima.

Alto, esbelto, moreno, cabello castanho ondulado, pouca barba, nariz afilado.

Intelligencia lucida e bem equilibrada, applicação bastante.

Logo após a formatura, estabeleceu-se en Valença como advogado. Alli se casou em distincta familia, adquiriu fortuna e fez bonita carreira.

Foi deputado á Assembleia Geral pela provincia do Rio de Janeiro na legislatura de 1878-8( e desde então fixou residencia no Rio de Janeiro *Fixou* não é propriamente o termo, pois o Barã( de Souza Lima (esquecemo-nos de menciona) que elle foi agraciado com esse titulo) conserva no municipio de Santa Isabel do Rio Preto importante fazenda agricola, onde costuma veranear.

José Ignacio Gomes Guimarães. — Bahiano, nascido em 1835. Filho de José Antonio Gomes Guimarães.

Alto, magro, tez clara, feições regulares, cabellos castanhos, quasi imberbe.

Intelligente, circumspecto e regularmente applicado. Casou-se em S. Paulo, ainda quando estudante.

Fez em todo o seu quinquennio academico, senão um curso brilhante, ao menos certamente

muito honroso, alcançando sempre as melhores notas de approvação. Aconteceu, entretanto, que exactamente no exame final do quinto anno, teve na sua approvação uma esphera preta. Era quanto bastava para a nota *simpliciter*.

Embora em companhia de nove outros collegas (pois houve então no quinto anno nada menos de dez *simplificações*), esse julgamento em relação ao Guimarães foi considerado uma injustiça. Era attribuido por toda a Academia a uma vingança do dr. Furtado.

Qualquer que seja a verdade, o facto é que os quinto-annistas, para desaffrontarem o talentoso e estimado collega, elegeram-no orador official do anno para representál-os na solennidade da collação do gráu.

Era essa, como ainda é presentemente, uma distincção muito ambicionada.

Entenderam os lentes do quinto anno que aquella votação, que fôra unanime, exprimia um desacato ao julgamento da mesa examinadora, e, por isso, não permittiram ao Guimarães a leitura da sua oração. Esse arbitrio provocou acerbo desgosto no espirito dos bacharelandos, os quaes, alli mesmo, incumbiram o Lafayette de em nome de todos lavrar um protesto contra aquella violencia.

Começou este então a proferir um discurso respeitoso na fórma, mas muito energico e muito

14

firme na demonstração do abuso praticado pelos lentes...

—Está terminado o acto!—disse então em tom rispido o conselheiro Ramalho. E immediatamente se levantou, assim como se levantaram os drs. Furtado e Carrão, encaminhando-se para a sahida.

Romperam, então, de toda a sala, que estava repleta de estudantes, vozerias de protestos e depois, em rapido crescendo, estrepitosa vaia nos lentes e graves injurias contra o Furtado, a quem se attribuia a revoltante injustiça, causa primaria de toda a celeuma.

No dia seguinte, reuniu-se a Congregação e resolveu applicar a todos os bachareis, que então acabavam de ser graduados, a pena de suspensão da entrega da carta pelo prazo de seis mezes.

Conhecida essa deliberação, os moços foram á imprensa e nella inseriram energico protesto contra mais aquella arbitrariedade e assignaram todos um recurso ao governo, da sentença contra elles proferida.

Dois mezes depois, mandou o governo que fossem entregues as cartas aos bachareis.

O dr. Joaquim Ignacio Gomes Guimarães seguiu a carreira da magistratura, na qual galgou todos os degráus, até ao de desembargador da Relação de S. Paulo, no qual se aposentou, após luminoso tirocinio durante o qual jámais se des-

ou da senda do dever, da honra e da justiça.

Em quadra bem espinhosa, o integro magistrado desempenhou nesta provincia a ardua commissão de chefe de policia.

Havia perecido no municipio de Lorena, victimado por sicarios assalariados, um distinctissimo cidadão, prestimoso chefe do partido conservador, o coronel José Vicente de Azevedo. O nefando attentado fôra o effeito do odio partidario e tinha por auctores mandantes os chefes do partido liberal, antagonistas da victima.

O chefe de policia transportou-se sem demora para Lorena, procedeu a rigoroso inquerito e conseguiu, com energia, habilidade e sem transgressão da lei, apurar a responsabilidade dos indiciados e entregal-os á acção da justiça.

O dr. Gomes Guimarães reside presentemente nesta capital e ainda com todo o vigor de espirito e auxiliado por seu talentoso filho, dr. Macedo Guimarães, advoga no nosso fôro.

José de Rezende Teixeira Guimarães. — Mineiro, nascido em S. João de El-Rey em 1833. Filho de Joaquim Teixeira Guimarães. Matriculara-se com o nome, que depois alterou, de José Tertuliano Teixeira Guimarães.

Na estatura era um colosso, alto, moreno, forte...

— Assim como eu? — perguntámos ao noss
informante.

— V. ao lado delle — foi-nos respondido -
seria um laponio ao pé de um Araucanio...

— Quanta hyperbole!

— É talvez hyperbole, realmente, a compa
ração. Entretanto, insisto em que o Teixeirão era
e é, muito mais alto e volumoso que V.

— Então, foi dahi que lhe nasceu o augmen
tativo do nome?

— Claro.

Não era alto sómente no physico, mas tam
bem dotado de grande talento e de muita vivaci
dade de espirito.

Basta, para exemplo, a réplica chistosa com
que, ainda caloiro, elle fez jus á sympathia do
veteranos, que, dalli por deante, o pouparam
nas assuadas de iniciação no templo de Mi
nerva.

Deu-se o caso com o Castrioto, ou antes, fo
este o segundo-annista que provocou a causti
cidade do Teixeirão.

— Dize-me cá uma coisa, ó caloiro, ó burro
quantos dias são precisos para fazer-se uma
ascensão por esse Himalaya, dos teus pés até
á tua cabeça?

— Homem... nem tanto assim — responde o ca-
loiro — O sr. está exaggerando: em menos de um
dia póde-se fazer esse percurso. Partindo bem

do do meu calcanhar, o sr. almoça no... meio caminho...

— Bravo o caloiro! — aparteia um segundo nista.

— ... e antes da tarde está no alto da caça.

Muitas gargalhadas e uma salva de palmas, guida de enthusiastica ovação, foram o premio a espirituosa resposta. O caloiro foi carregado iumphalmente, apesar do peso e volume, e, dahi or diante, ninguem mais procurou chasqueal-o.

Ao sahir da Academia, o dr. Teixeira Guimaães abriu escriptorio de advocacia em S. João 'El-Rey.

Foi secretario da provincia de Minas, quando residente o Barão de S. João Nepomuceno 1864 a 1865); deputado á Assembleia Provincial e Minas nos biennios de 1860-61, 1862-63 e de 864-65; e á Assembleia Geral, pela mesma proincia, á 13.ª legislatura de 1867-68.

É hoje magistrado, no sul de Minas (juiz ubstituto da comarca de Muzambinho).

Velho e alquebrado, conserva-se celibatario.

Conta-se que a sua aversão ao casamento data dos dias risonhos da mocidade.

Já noivo, em Mar de Hespanha, arrependeu-se, menos extemporaneamente que o Veiga Cabral, do arrojo que praticára e... deu ás de Villa Diogo no dia marcado para a celebração

do hymeneu. Deixou noiva, celebrante e conv
dados á sua espera, até que perceberam o l
gro...

Teve fortuna e perdeu-a toda no periodo d
effervescencia da Bolsa e do *ensilhamento* no Ri
de Janeiro e com a baixa do café.

Morou por longos annos na *Matta,* comarc
de S. José de Além Parahyba, onde, como pr
sentemente no Muzambinho, se fez estimar pel
sua bondade e carácter cavalheiroso.

# CAPITULO IX

## A turma academica de 1853-57

PARTE QUARTA

Ferreira Rabello — José Manuel Portugal — Ulhôa Cintra — Pereira de Sampaio — Sebastião da Silva — Lafayette — Na Academia — Advogado e jornalista — Presidente de Provincia — Sua evolução politica — A essencia sobrepuja a forma — Ministro da Corôa — Os *ralhadores* do Senado — Palestra literaria com o imperador — Escorregão para cima — Presidente do Conselho — Modelo de concisão e habilidade oratoria — Anecdota parlamentar — Injurias... cortezes — Uma carta que se tornou famosa — A hypothese de Buridan — Um feixe de sarcasmos — «Póde ser que sim, póde ser que não» — A quéda do ministerio — Na derradeira phase da monarchia — Depois da republica — Seu temperamento calmo — «Um desenlace natural» — «Vou estudar algumas perversidades» — Suas obras de Direito — Literato e critico.

José Joaquim Ferreira Rabello. — Mineiro, natural do Serro. Filho de Bernardo José Ferreira Rabello.

Estatura inferior á mediana, tez morena, barbado e cabelludo.

Estudante regular quanto á intelligencia e á applicação.

Começára o curso na Faculdade de Direito

do Recife e veiu a S. Paulo já no terceiro anno.

Depois de formado, dedicou-se primeiramente á magistratura, e, depois, á advocacia, sempre na sua provincia natal.

Foi deputado á Assembleia Provincial de Ouro Preto, no biennio de 1860-61, e deputado geral pelo sexto districto de Minas ás 12.ª e 13.ª legislaturas (1864-66 e 1867-68).

Pertencia então ao partido liberal.

Mais tarde, foi envolvido pela evolução republicana, e, proclamada a Republica, fez parte do Congresso Constituinte e da primeira legislatura do Congresso Nacional (1890-93).

José Manuel Portugal. — Fluminense, nascido em 1831. Filho de Caetano de Souza Pinto.

De pequena estatura, magro, tez clara, imberbe, temperamento lymphatico.

Não se assignalou como estudante, nem tal jámais pretendeu.

Exerceu, na provincia e Estado de S. Paulo, cargos de burocracia e de magistratura.

Talvez por fatalidade de temperamento, elle sempre foi e se mostrou — um desanimado, e, portanto, um fraco para as luctas da vida.

Nos seus ultimos annos converteu-se ao protestantismo. Não se lhe tornou, por isso, mais prospera ou venturosa a existencia.

O dr. Portugal morreu pobre e desalentado,

omo sempre vivera, ha cinco para seis annos, esta capital.

José Pinheiro de Ulhôa Cintra. — Paulista, nascido em S. Paulo, em 1835. Filho do dr. Delphino Pinheiro de Ulhôa Cintra, formado em 1834, e irmão do Barão de Jaguára e do dr. Delphino Cintra Junior, formado em 1858.

Alto, forte, moreno, barbudo, feições grandes, cabellos pretos, olhos vivos e pretos tambem; temperamento expansivo. Asthmatico.

Bastante intelligente e regularmente applicado. Foi, não obstante, victimado, em parte, pela tempestade que se desencadeou sobre o quinto anno de 1857.

Mal se formára, viu-se logo nomeado promotor publico da Franca, ainda no anno de 1857.

Foi juiz municipal do mesmo termo, em 1859. Concluido o quatriennio, conseguiu, sem demora, o juizado de direito, e, então, como todos os magistrados do Imperio, andou peregrinando por varias provincias até que alcançou a comarca de Casa Branca, onde veiu a fallecer, ha alguns annos.

Foi deputado supplente á Assembleia Provincial de S. Paulo no biennio de 1860-61.

José Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio. — Fluminense, nascido em 1835. Filho de Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio.

Alto, cheio de corpo, tez morena, olhos e cabellos negros e pouca barba.

Inseparavel companheiro do Palhares e do José Sebastião.

Estudante acima de regular.

Moço fidalgo da casa imperial.

Advogado no Rio de Janeiro.

José Sebastião Ferreira da Silva. — Fluminense, nascido em 1834. Filho de Antonio Ferreira da Silva.

Trazia diploma de bacharel em letras do Collegio Pedro II.

Estatura regular, moreno, imberbe, rosto comprido.

Não se destacou como estudante.

Exerceu primeiramente a advocacia, em Nictheroy (1861), depois em Magé e novamente em Nictheroy. Seguiu depois a magistratura.

Lafayette Rodrigues Pereira. — Mineiro, nascido em Queluz, a 28 de março de 1834. Filho de Antonio Rodrigues Pereira, depois Barão de Pouso Alegre.

Alto, magro, tez clara, fronte larga e intelligente, olhar estrabico, cabellos negros, bem negros, barba pouca e negra tambem, formando contraste com a pallidez do rosto. Physionomia inalteravelmente calma, fala pausada.

Verdadeira summidade intellectual, auxi-

liada por ardente amor ao estudo, Lafayette, no conceito geral, fazia jús á primazia entre os seus collegas. Era o primeiro estudante da sua turma e um dos primeiros jurisconsultos da sua geração academica.

Vergado sobre os livros e esquivo aos divertimentos, raramente sahia de casa, a não ser para ir ás aulas e ás sociedades literarias e scientificas.

Desde o seu quarto anno, foi presidente effectivo do *Ensaio Philosophico* ([1]) e collaborou activamente na *Revista* dessa tradicional associação academica.

De todos admirado pelo seu notabilissimo

---

(1) Nesse mesmo anno (1856), eram presidente effectivo do *Ensaio*, o conselheiro Manuel Joaquim; vice-presidente, Hygino Silva; orador, Gaspar Martins (então no seu quinto anno); secretarios, Sebastião da Silva e Paula Toledo; adjuncto, Affonso Celso; thesoureiro, Pinto Moreira.

Do *Atheneu Paulistano*: presidente honorario, dr. Carrão; presidente effectivo, Augusto José de Castro e Silva; vice presidente, Cortines Laxe; secretarios, Duque Estrada Teixeira e Siqueira Bueno; adjunctos, Tosta e Custodio Fontes; orador, Couto de Magalhaes (então segundo-annista); thesoureiro, Caetano Pereira.

Da *Arcadia Paulistana:* presidente honorario, dr. Martim Francisco; presidente effectivo, Costa Pereira; vice-presidente, Lindorf França; secretarios, Sebastião da Silva e Ferreira Dias; adjunctos, Thomaz Coelho e Mello Mattos; orador, Baptista Pereira; thesoureiro, Peres de Moreno.

Todas essas associações publicavam revistas mensaes sob a redacção e collaboração dos socios e com artigos de Direito, Sociologia, Philosophia, Historia e critica literaria, além de inspiradas producções da lyra academica.

talento, Lafayette não dispunha, entretanto, na roda academica, desse cortejo sympathico de collegas, que habitualmente se acerca das grandes mentalidades. Este vácuo, que ao redor delle se notava, apesar de elle ser delicado e attencioso para com todos, era consequencia da sua systematica esquivança ás diversões academicas e mesmo ao intimo convivio com o turbilhão dos collegas. Provinha tambem, quiçá, da congénita causticidade do seu espirito, que para muitos se fazia temivel, embora sempre revestida de distincta roupagem, e, por vezes, de fórma literaria.

Nos estudos juridicos, philosophicos e literarios, em todos os dominios da intellectualidade academica, irradiava o seu talento como um sol no respectivo systema planetario. Tanto elle primava pelo conceito das sentenças, quanto pela correcção e elegancia da phrase. Não se assignalava como imaginoso orador, mas falava bem, com erudição e muita *verve*. Já então transpareciam nos seus escriptos e discursos alguns laivos desse scepticismo pessimista que ainda hoje lhe apimentam o espirito.

Chegado ao termo do seu Curso Juridico, do qual se conservou duradoira memoria nas arcadas da Academia, não quiz Lafayette inscrever-se para disputar o gráu de doutor, que tanto merecia e ao qual, por certo, elle tributava o devido apreço. Teria apprehensões originadas da

sua attitude varonil no incidente da collação do gráu, ao qual já nos referimos na chronica anterior? Temeria resentimentos porventura conservados no espirito de alguns lentes, compartilhando a extranheza do poeta?

«... tantæ-ne animis cœlestibus iræ!»

Ao sahir da Academia, o dr. Lafayette estreou-se na vida civil como promotor publico da comarca de Ouro Preto.

Mudou-se, no anno seguinte, para a capital do Imperio, onde exerceu a advocacia, primeiramente, no escriptorio de Teixeira de Freitas, juntamente com outros talentosos moços que se inspiravam no exemplo e ouviam os sabios conselhos do mestre, e, depois, no de Andrade Figueira, de quem sempre foi muito amigo, mesmo quando ardentemente se digladiavam ao serviço de ideaes oppostos e adversos.

Nesse mesmo tempo, fez as suas primeiras armas na arena do jornalismo. De collaboração com Pedro Luiz e Flavio Farnese, fundou e redigiu a *Actualidade*.

Essa folha politica e literaria, na qual tambem collaborava Bernardo Guimarães, gosou durante certo tempo das auras da popularidade e deveu essa vantagem aos principios de adiantado liberalismo que doutrinava, ao estylo colorido e empolgante em que era escripta e ao prestigio

resultante da pureza da vida publica dos seus jovens e talentosos redactores.

Nomeado, por decreto de 23 de janeiro de 1864, presidente do Ceará, o dr. Lafayette sómente a 4 de abril assumiu a administração.

Nesse cargo se conservou até 10 de junho do anno seguinte.

O seu governo conta-se entre os melhores que tem tido aquella provincia. Honesto, intelligente, patriotico.

Illustre cearense, então na puericia, recorda-se ainda, segundo nos disse, do edificante exemplo que dava o presidente da provincia mostrando-se assiduo ás ceremonias religiosas, e, seguido do seu secretario e ajudante de ordens, ouvindo com devoção a missa conventual, acompanhando as procissões e observando respeitosamente todas as práticas do ritual catholico.

Quatro dias depois de haver deixado a administração do Ceará, o dr. Lafayette assumia a da provincia do Maranhão, a saber, a 14 de junho de 1865.

Prolongou-se o seu governo até 19 de julho de 1866.

Desde a sua primeira nomeação até essa data tinham passado pela alta governação do Estado os gabinetes Zacharias (de 15 de janeiro de 1864), Furtado (de 31 de agosto de 1864) e Olinda (de 12 de maio de 1865).

Todos esses ministerios, assim como o segundo ministerio Zacharias (de 3 de agosto de 1866) eram da *liga* que formára o partido *progressista,* e assim poude Lafayette, que tambem era *liberal-progressista,* servir, sem incoherencia politica, sob todos esses governos. Quando, porém, subiu ao poder o gabinete Zacharias, começava já a segregar-se da politica progressista importante grupo de *liberaes historicos,* dos quaes, posteriormente, em 1868, uma parte mais *adiantada* se agremiou ao redor da *Opinião Liberal* e do *Diario do Povo* e organizou novo programma politico.

Lafayette acompanhava o movimento da evolução.

Desse liberalismo adiantado nasceu o *partido radical,* que, por sua vez, foi o precursor do *partido republicano.*

A 3 de dezembro de 1870, na capital do imperio, o jornal *A Republica* atirou aos quatro ventos o *Manifesto Republicano,* redigido, segundo consta, pela brilhante e conceituosa penna de Quintino Bocayuva, já então acclamado *o principe do jornalismo.*

Nesse documento politico de transcendente importancia pela vigorosa dialectica fundada na historia patria contemporanea e pelo extraordinario alcance que devia ter na vida nacional, viam-se assignados nomes conhecidos na politica, na administração, no jornalismo, nas classes

liberaes e bem assim na industria, na lavour
etc., de envolta com alguns outros, então qua
desconhecidos, que depois se celebrizaram.

Figurava no sexto logar, entre os signat
rios do manifesto, o nome do *Dr. Lafayette Rodr
gues Pereira.*

Era tradição no seio do partido liberal d
imperio que o talentoso e já illustre advogad
não assignára de seu punho o manifesto repu
blicano. Explicavam que, tendo comparecido
reunião em que se devia tratar de assentar a
bases para a nova agremiação politica, sem, tal
vez, o firme proposito de romper as amarra
com a democracia temperada, alli se viu accla
mado secretario, e, mais tarde... leu o seu nom
entre os dos signatarios do manifesto. Em ta
conjunctura, deixou-se levar pela onda e preferi
sanccionar com a acquiescencia do silencio
parecer que recuava de uma resolução varoni
antes tomada.

Ignoramos a parcella de verdade que s
possa conter nessa versão e mesmo se ella é ver-
dadeira nalgum ponto. O que, porém, nos parec
verosimil, é que o dr. Lafayette não foi jámais
em politica um idolatra de qualquer fórma de
governo. Sobre este ponto elle sempre se mani-
festou com extrema prudencia e moderação.

Assim, quando na sessão legislativa de 1878,
ministro da justiça no gabinete Sinimbú e tendo

responder a interpellações do Senado sobre sua mutação politica, elle assim se exprimiu, Camara dos Deputados: ([1])

«Senhores, eu vos direi: a minha entrada ara o gabinete de 5 de janeiro é um acto que m o cunho da mais perfeita legitimidade (*apoia-os*) porque é uma consequencia, um corollario a minha escola politica.

Eu sou, como vós sabeis, um soldado da emocracia moderna. Mas eu vos pergunto: qual a grande aspiração, qual é o objectivo princial, qual é o voto supremo da democracia moerna?

A grande aspiração, o objectivo principal, o oto supremo da democracia moderna, é o goerno da nação pela nação ou, como se exprime m espirituoso homem de estado da Belgica, é o overno pelos governados, num regimen da mais asta publicidade.

Em qualquer paiz do mundo onde os granles poderes, que formam o governo do Estado, e acham constituidos de modo que não se movem, não se agitam, não se exercitam senão lebaixo do pensamento e da vontade da nação; hi reina a democracia.

Que é democracia? Democracia é o governo

---

[1] Na sessão de 31 de janeiro de 1879.

do povo. Povo, na linguagem do direito modern
quer dizer — a nação, porque hoje não ha ma
castas, não ha ordens; todos os cidadãos sã
eguaes diante da lei.

Eu vos posso, pois, senhores, dizer, com
maior correcção, que a democracia transforma
governo inglez, desenvolve-se pacificamente n
Italia, reina na Belgica depois de 1830 e triun
pha hoje em França (*muito bem*).

Posso dizer-vos ainda, com a mesma co
recção: J. Russel e Gladstone, na Inglaterr
Frere Orban e seus amigos, na Belgica, Rattaz
Scella e Minghetti, na Italia, são servidores d
democracia, tão fieis e tão dignos das bençam
da humanidade, como Franklin e Washingto
nos Estados Unidos, como os modestos homen
de estado da Suissa, como Thiers, Grevy e Gam
betta em França (*apoiados*).

Os apparelhos constitucionaes de que o
povos se servem são, diante da alta theoria
inteiramente indifferentes, desde que elles sã
combinados de modo a produzir o governo d
nação pela nação. É á luz destes principios qu
a politica e a historia julgam dos homens, e é
luz destes principios que o meu procedimento
ha de ser julgado.

Senhores, eu acompanhei sempre com o mai
vivo interesse a marcha dos acontecimentos poli
ticos do nosso paiz e no estudo desses aconte
cimentos se me formou a convicção de que

defeito capital das nossas instituições estava no viciamento do systema eleitoral.»

Passa em seguida o orador a fazer a apologia da eleição directa e considera-a «um vasto apparelho que porá em communicação a vontade, o sopro, o pensamento da nação, com os grandes poderes do Estado.»

E prosegue no mesmo discurso, explicando a sua presença nos conselhos da Corôa:

«Senhores, era este o meu modo de ver quando em fins de dezembro de 1877 o partido conservador, succumbindo á gangrena que lhe invadira todo o organismo [1], desappareceu do poder.

Quando, senhores, o distincto estadista a quem a Corôa confiou a ardua e gloriosa missão de iniciar a nova ordem de coisas, quando esse distincto estadista, a quem mesmo as paixões do dia não podem negar um grande vigor de caracter *(apoiados)*, fez-me a honra de convidar para tomar parte no seu ministerio, eu recusei formalmente o convite.

Repugnava, antes de tudo, á minha indole ser ministro de estado; eu preferia viver na sombra, entregue aos estudos de minha predi-

---

[1] Que violencia de linguagem, tao impropria nos labios de um ministro de Estado! Violencia e injustiça.

lecção a ter uma parte activa na politica do meu paiz; mas, quando esse distincto estadista me declarou que a situação nascia para a eleição directa, que a eleição directa não só seria o pensamento capital do ministerio, como era ainda a razão que determinava a existencia do ministerio, foram-se-me as hesitações e eu acceitei um logar no ministerio, na convicção de que não me negava a mim mesmo, mas ia pôr-me ao serviço de uma ideia, cuja realização importaria restituir á nação o governo de si mesma *(apoiados)*.

Eis, pois, senhores, a razão por que tenho a honra de fazer parte do gabinete de 5 de janeiro de 1878.

Direi, pois, aos ralhadores do Senado que estou no ministerio porque o pensamento capital do ministerio é a eleição directa, porque a eleição directa é o governo do paiz pelo paiz, porque o governo do paiz pelo paiz é a plena democracia.» (1)

---

(1) As expressões — *democracia* e *democrata* — eram o euphemismo a que se apegavam os republicanos desejosos de embarcar-se na canôa do liberalismo monarchico.

O conselheiro Lafayette, como se vê do discurso acima reproduzido, chega mesmo a empregar formulas mais significtivas, como sejam — *democracia moderna, plena democracia,* — as quaes, na verdade, por pouco seriam synonymas de *democracia pura,* formula consagrada para designar o systema republicano.

Esta synonymia, porém, não se coaduna com os factos occorrentes e estava longe do espirito do orador, para o qual, conforme declarou, são *democracias modernas* e *plenas democracias* as monarchias

Vinham do Senado, como se vê, as interpel-
ações ao republicano ministro da Corôa. A Ca-
mara dos Deputados era unanimemente liberal ou
affeiçoada ao governo, pois quatro republicanos,
além de Lafayette, que nella tinham assento,
esses mesmos deviam a eleição ao bafejo official (1).

Não foi pelos interpellantes considerada sa-
tisfactoria a explicação, que acima reproduzimos,
dada pelo conselheiro Lafayette sobre a sua pre-
sença nos conselhos da Corôa. Renovaram-se, por
isso, as *ralhações*, e, mais tarde, quando elle vol-
tou ao governo, em 1883, então como presidente

---

da Inglaterra, da Italia e da Belgica, tanto como a republica dos Estados Unidos da America.

Temos, na verdade, que a melhor classificação dos governos é a que se baseia na essencia delles e não na sua *fórma*. A occasião, porém, era inopportuna, para se repor em discussão este ponto doutrinario, mórmente por aquelles que, tendo-se declarado republicanos, revelavam assim considerar de capital importancia a *fórma* de governo. Em tal emergencia, o argumento baseado no amor á *democracia*, tão intenso que deveria sobrepujar a predilecção pela *fórma republicana*, affigura-se um subterfugio, um pretexto, antes que razão convincente.

(1) Os republicanos que tiveram assento na Camara dos Deputados, na decima setima legislatura (1878-80), eram Lafayette Rodrigues Pereira, eleito por Minas Geraes; Saldanha Marinho e Costa Azevedo (depois Barão do Ladario), eleitos pelo Amazonas; Felicio dos Santos, por Minas; e Freitas Coutinho, signatario do *Manifesto* e cunhado de Lafayette, deputado pelo municipio neutro.

Com a ascensão do partido liberal em 1878, grande defecção soffreram em todas as provincias, menos nas de S. Paulo e Rio Grande do Sul, as fileiras republicanas.

Dessa crise no joven partido da propaganda republicana, dá-nos testemunho o dr. Campos Salles, na sua recente e notavel obra — *Da Propaganda á Presidencia*.

Em S. Paulo, mesmo, houve inicialmente suas hesitações.

do conselho, recrudesceram sobre esse ponto as interpellações em ambas as casas do parlamento.

Lafayette, algumas vezes, remettia o interpellante ás explicações já prestadas na sessão de 31 de janeiro de 1879 da Camara dos Deputados; ultimamente já não oppunha a minima resposta nem fazia referencia alguma ás increpações que lhe eram endereçadas sobre este ponto. Entretanto, uma feita, sempre elle se deu por achado, mas sómente para dizer:

—A insistencia dessa interpellação continuo a responder com a pertinacia do meu silencio.

Parece que tambem o imperador não inculpou muito a Lafayette a sua apparente ou real co-participação no manifesto republicano, tanto assim que não oppoz objecção ao seu nome quando lembrado para ministro pelo organizador

---

Tanto assim que se apressaram os *leaders* da opinião republicana, Campos Salles e Rangel Pestana, em traçar, aquelle no *Diario de Campinas,* este na *Provincia de S. Paulo,* a orientação a seguir na nova phase politica, a saber — que em nada estava modificada com mutação politica a acção do partido republicano, cuja missão continuaria a ser — dar combate ao governo da monarchia.

O unico republicano paulista de certa saliencia que, em 1878, retrocedeu aos arraiaes do liberalismo, foi o dr. Leite de Moraes. Esse mesmo, como vimos, não tinha ainda publicado a sua profissão de fé republicana.

O sr. João Tibiriçá era tambem de opinião que o partido republicano deveria congraçar se com o governo *democrata* do conselheiro Sinimbú, mas, vencido nesse terreno pela quasi unanimidade dos outros chefes e mentores do republicanismo paulista, não insistiu nesse alvitre e subordinou-se á disciplina partidaria.

o gabinete de 5 de janeiro. Mais ainda. Referem
ue, durante toda a existencia desse ministerio,
ostentava o sr. D. Pedro II decidida sympathia
o preclaro titular da pasta da justiça.

A tal ponto chegava essa predilecção, que
todas as vezes que havia conselho ministerial
presidido pelo imperador, findo o trabalho offi-
cial, s. m. retinha o conselheiro Lafayette e com
elle travava intima palestra sobre assumpto lite-
rario.

— Qual o seu conceito a respeito de Cicero?
— perguntou-lhe uma vez o imperador.

— Seria banal dizer a v. m. que Cicero foi
profundo philosopho, eminente orador...

— Como politico?

— Um grande estadista, um espirito elevado,
um patriota...

— E de Brutus, que pensa o senhor?

— Uma alma selvagem, um...

— Pois para mim — atalhou o imperador —
Brutus era um patriota e Cicero foi um covarde.

— Mas, senhor...

— Sim, Brutus sacrificou-se por amor á li-
berdade, á medida que Cicero desertou do seu
partido e abandonou a causa de Pompeu vencido,
pela de Augusto vencedor.

Ainda nesse mesmo anno de 1879, tendo-se
aberto uma vaga na representação da provincia
de Minas na Camara vitalicia, foi apresentada

á Corôa pelo eleitorado mineiro esta lista tri
plice:

| | |
|---|---|
| Lima Duarte............ | 1762 votos |
| Martinho Campos........ | 1644 votos |
| Lafayette *(ministro da justiça)*.................. | 1551 votos |

Sobre este ultimo recahiu a escolha da Corôa e fez-se a nomeação por carta imperial de 22 de novembro do mesmo anno.

Foi esta a ultima eleição senatorial a que se procedeu na provincia de Minas pelo systema do voto indirecto.

De então em diante, com a auréola do seu privilegiado talento e a sua vasta erudição em sciencias juridicas e sociaes, facil foi ao conselheiro Lafayette galgar as mais altas culminancias da politica nacional. Poder-se-ia dizer delle, reproduzindo phrase pittoresca muito em voga naquelle tempo — que elle *escorregou para cima.*

De facto, viu-se arribado sem demora á presidencia do conselho de um gabinete ministerial, e, pouco após, a conselheiro de Estado.

Por occasião da crise politica, sobrevinda com a quéda do gabinete Paranaguá, depois de mallogrados outros planos de organização ministerial, recebeu o conselheiro Lafayette na sua chacara da Gávea convite do imperador para

comparecer no paço e ahi lhe foi confiada a alta incumbencia de organizar gabinete.

A 26 de maio de 1883 apresentou-se ao parlamento o ministerio Lafayette [1] e pelo presidente do conselho foi exposto, com extranheza geral, um programma conservador, pois consistia em ligeiras reformas politicas e administrativas, e, quanto á incandescente questão do dia, o elemento servil, na localização do escravo e augmento do fundo de emancipação.

Como era de esperar, tão timido programma não satisfez ás exigencias já insistentes do sentimento abolicionista. Não tardou que o descontentamento por elle provocado encontrasse éco na Camara dos Deputados.

Foi orgão desse clamor o sr. Antonio Pinto, ardoroso abolicionista, deputado pelo Ceará, que em longo e caloroso discurso interpellou o governo sobre a inexecução da lei de 7 de novembro de 1831 e os termos do projecto ministerial de localização do elemento servil.

Era gravissimo, especialmente na sua primeira parte, o objecto da interpellação, pois a lei mencionada havia declarado livres todos os escravos importados de sua data em diante, e,

---

[1] O ministerio, que teve a data de 24 de maio, ficára assim organizado: presidente do conselho e ministro da fazenda — Lafayette; imperio — Francisco Maciel; justiça — Prisco Paraiso; extrangeiros — Soares Brandão; guerra — Rodrigues Junior; agricultura — Affonso Penna.

pela matricula effectuada, verificára-se existirem escravisados grande numero de africanos (em 1871) menores de quarenta annos, e, portanto, legalmente livres ([1]).

A resposta dada pelo conselheiro Lafayette a essa interpellação foi, comquanto subterfugiosa, um primor de espirito, concisão, habilidade, ao mesmo tempo que uma delicia de zombaria e fingida ingenuidade. E, dest'arte, a resposta foi cabal, sem adiantar nada ás perguntas do interpellante.

Não resistimos á tentação de reproduzir aqui, dos *Annaes do Parlamento,* onde apenas occupa o espaço de meia pagina, na sessão de 10 de julho de 1883, esse modelo de atticismo oratorio e destreza parlamentar:

«O SR. LAFAYETTE *(presidente do conselho).* — Principio lendo os quesitos da interpellação do nobre deputado *(lê):*

---

([1]) Essa lei dispõe no seu artigo 1.º que «todos os escravos que entrarem no territorio brazileiro ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres»; no artigo 3.º equipara, para os fins penaes, aos importadores de escravos «os que scientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no artigo 1.º E accrescenta: «estes, porém, só ficam obrigados subsidiariamente ás despesas da reexportação, sujeitos, comtudo, ás outras penas».

As penas comminadas aos importadores de escravos eram, nos termos do artigo 2.º: « pena corporal do artigo 179.º do codigo criminal, imposta aos que reduzem á escravidão pessoas livres, e a multa de 200$000 rëis por cabeça de cada um dos escravos importados».

1.º «Se está, ou não, em seu inteiro vigor e
xecução a lei de 7 de novembro de 1831?»

Apesar da simplicidade com que se acha for-
ulado o primeiro quesito, o seu sentido é obscu-
o. Com a redacção que lhe deu, quererá o no-
re deputado entender que o poder executivo é
orgão competente para declarar quaes as leis
evogadas? E, dando essa attribuição a esse po-
der, pretenderá que elle o exerça com relação á
ei de 7 de novembro de 1831?

Este não póde ser, nem deve ser o sentido
do quesito do nobre deputado: porque importa-
ria reconhecer no poder executivo faculdade que
não póde ter, faculdade que traria a perversão
do nosso systema politico.

Se o poder executivo tivesse a faculdade de
declarar quaes as leis em vigor e quaes as revoga-
das, se acharia elle virtualmente revestido da fa-
culdade illegal de resuscitar leis e revogar outras.

Este, portanto, não póde ser o sentido do
quesito do nobre deputado. Parece-me que a sua
pergunta envolve uma questão de facto.

O honrado deputado deseja saber se a lei
de 7 de novembro de 1831 tem sido cumprida
por aquelles aos quaes pertence a sua execução,
isto é — se ella de facto está em vigor. Acceita
a pergunta neste sentido, é facil dar-lhe resposta.

A lei de 7 de novembro de 1831, com as mo-
dificações que a legislação posterior lhe trouxe,
está em vigor.

O SR. ANTONIO PINTO. — Quaes são as modificações?

O SR. LAFAYETTE. — Para responder a esse aparte, ser-me-ia preciso fazer uma digressão de Direito, e a occasião não é opportuna. Seria uma consulta de Direito, e eu venho á Camara responder sobre factos.

Perguntou o honrado deputado no segundo quesito *(lê)*:

«Qual o sentido ou latitude da localização do escravo, de que faz menção o governo, em seu programma?»

Declaro á Camara que o projecto ácerca da localização do elemento servil já se acha formulado e que dentro de poucos dias será offerecido á sua consideração.

O nobre deputado terá então occasião de lel-o e de saber qual a latitude, conforme a sua expressão, da localização do serviço dos escravos, segundo o pensamento do governo.

Para ser agradavel ao nobre deputado, desejaria lêr o projecto que o governo tem organizado; mas, como s. ex.ª comprehende, seria isto altamente incurial, e nem o regimento da casa nem os estylos parlamentares consentem que o ministro de Estado apresente projectos á Camara em discussão de interpellação.

Em terceiro logar, pergunta o nobre deputado:

«Quando e como pretende o governo reali-

ar as suas reformas sobre a questão do elemento
ervil?»

Responderei a s. ex.ª: nesta sessão e dentro
e poucos dias; e á segunda parte do quesito:
or meio de um projecto, que será submettido
Camara.

Não ha outro meio de realizar reformas que
lependam de lei, senão por um projecto submet-
ido ao corpo legislativo.

São estas, sr. presidente, as respostas que
governo julga dever dar ao honrado deputado.
*Muito bem! Muito bem!*)»

Foi discreto o redactor dos debates, limi-
tando a esses «*muito bem! muito bem!*» o seu tes-
temunho sobre as manifestações da Camara ao
finalizar o seu discurso o presidente do conselho.

Além desses applausos, houve tambem hila-
ridade, e muita. O auctor desta chronica estava
presente, era deputado, e riu-se tambem gosto-
samente da pilheria final, dicta com simulada
candura pelo malicioso orador.

Este incidente parlamentar recorda um outro,
que corre tradicionalmente, attribuido ao mar-
quez de Olinda, mas cuja authenticidade não
tivemos occasião de verificar.

Referem que tendo sido formulada longa e
rigorosa interpellação, que concluia por tres im-

pertinentes quesitos, o venerando estadista limimitou-se a oppôr-lhe o seguinte discurso:

«Sr. presidente, ao primeiro quesito respondo — sim; ao segundo, não; ao terceiro — prejudicado. Tenho concluido.»

Um anno e doze dias viveu o gabinete Lafayette. Teve, durante esse tempo, que enfrentar a hostilidade da avultada opposição conservadora e a dos abolicionistas, aos quaes se aggregou um grupo de deputados liberaes descontentes da politica situacionista. A estes, principalmente, longe de os applacar, atirou ás ortigas a causticidade do presidente do conselho.

Era, e é, de facto, muito aggressivo em todas as polemicas, na tribuna ou na imprensa, o conselheiro Lafayette. Toda a pessoa que se assignala por espirituosa deixa raramente de tambem se assignalar pela mordacidade. Isto desde Voltaire. Quanta gente, sem o fito de aggravar a outrem, não sacrifica a um dicto chistoso a caridade para com o proximo!

O conselheiro Lafayette não poupava, mesmo na presidencia do conselho, crueis sarcasmos, ainda que adubados com espirito e adornados de flores de rethorica, aos seus adversarios ou aos correligionarios dissidentes do seu governo. Não se lhe afigurava que taes aggressões destoassem da posição official do ministro da Corôa, uma vez

que se revestissem de roupagens oratorias. E, assim, procurava, por vezes, sob esse fundamento, minorar o alcance daquelles doestos.

«Confesso, disse elle, na sessão de 26 de maio de 1864, confesso que nas minhas palavras podia haver alguma malignidade; mas foram dictas de modo cortez».

No mesmo reparo incorria a celebre carta por elle redigida, como presidente do conselho, convidando o ministro da guerra sr. Rodrigues Junior a deixar a sua pasta. A essa missiva qualifica o sr. Lourenço de Albuquerque «... uma carta em substancia tão grosseira, ainda que delicada na fórma».

Lida, por mais de uma vez, da tribuna da Camara dos Deputados, onde occasionou incandescente debate, essa carta é concebida nos seguintes termos, que justificam a conceituosa critica do illustre ex-deputado alagoano:

«Ex.mo amigo e collega conselheiro Rodrigues Junior. — Peço licença a v. ex.a para dizer-lhe com franqueza, mas respeitosamente, que seria um acto acertado a sua retirada do ministerio.

Coube a v. ex.a uma pasta alheia aos seus estudos e habitos; dahi, força é confessar, tem resultado notavel tibieza e falta de conveniente direcção nos negocios da guerra.

Peço mil desculpas por esta declaração, que para mim é tanto mais dolorosa quanto é elevada e sincera a estima que voto á pessoa de v. ex.ª, em quem folgo de reconhecer um cidadão distincto e um correligionario digno de toda a consideração.

Tenho a honra de ser com a maior estima

De v. ex.ª amigo e collega, muito affectuoso e obrigado — *Lafayette Rodrigues Pereira.* — Rio, 29 de fevereiro de 1884.»

Ninguem ignora a celeuma que causou no parlamento e no publico a divulgação dos termos dessa carta.

Interpellado pelo destinatario della e por outros oradores opposicionistas para que declarasse os motivos que a tinham provocado, o conselheiro Lafayette respondia invariavelmente: — «Esse motivo vem declarado na propria carta.»

E se o ex-ministro da guerra insistia:

— Decline v. ex.ª um facto, diga qual foi o erro que commetti.

— A incapacidade não se prova com factos — replicava o presidente do conselho.

Voltando á tribuna, insistia o sr. Rodrigues Junior, justamente offendido:

— Essas expressões de s. ex.ª, atiradas assim vagamente, por si sós, nada provam.

Então o sr. Lafayette aggravou a injuria com este aparte:

—Eu deixo á consciencia da Camara julgar da procedencia dos motivos que alleguei.

Estas palavras não fizeram senão exacerbar mais o orador, que assim terminou a sua vehemente interpellação:

— O sr. presidente do conselho faltou á verdade, procedeu com deslealdade, com perfidia e com a dobrez de caracter, que é propria de s. ex.ª (*Apoiados, não apoiados, muito bem, rumôr*).

O sr. conselheiro Lafayette não é affeito a deixar numa polemica a ultima palavra ao seu contendor. Caro lhe pagou o sr. Rodrigues Junior essa ultima aggressão.

Na sessão seguinte (de 15 de maio), ao passo que declarava que não responderia ao segundo discurso do ex-ministro da guerra, desfechou-lhe, fugindo, esta setta de partha:

— «Não quero, nem devo, responder ao discurso do honrado deputado ex-ministro da guerra. Já manifestei o meu pensamento a seu respeito.

Entendi, era juizo meu, que s. ex.ª não tinha a aptidão necessaria para gerir os negocios da guerra. É juizo meu e devo governar-me pela minha cabeça. Diante deste juizo convidei o nobre deputado a retirar-se do ministerio.

O nobre deputado é homem de espirito cheio de vacillações e de hesitações. Muitas vezes,

diante de suas hesitações, convenci-me de que era realidade e não coisa imaginaria a hypothese de Buridan.» (1)

Celebre se tornou nos annaes da Camara dos Deputados a sessão de 15 de maio de 1884.

O presidente do conselho apresenta-se na arena do torneio parlamentar com a sua aljava repleta de settas envenenadas e alveja successivamente os vultos mais notaveis da opposição.

A Paulino de Souza, a quem veladamente qualificára de *mediocridade dourada,* e applicára a lenda do tio rico, sempre lembrado e falado no regaço das familias pobres, advertia que o chefe honorario da opposição estava reduzido ao papel de *rei fainéant,* e que tomasse tento que os *maires du palais* lhe não arrebatassem o poder, tanto mais que o sr. Andrade Figueira parecia um Pepino o Breve, com todos os predicados para o governo.

Ao sr. Lourenço de Albuquerque, sobrinho

---

(1) Jean Buridan era um philosopho francez que floresceu no seculo XIII. Para combater o determinismo em defesa da escola do livre arbitrio, havia imaginado a hypothese de um burro a padecer, no mesmo gráu, sede e fome, e que fosse collocado entre um feixe de capim e um balde d'agua. «Que fará o burro?» propunha Buridan aos seus adversarios. Se estes lhe respondiam que o burro se atiraria indifferentemente á agua ou ao capim: «Então, respondia elle, existe a liberdade da preferencia». Se lhe diziam que o animal ficaria perplexo, hesitante, replicava: «Nesse caso, morrerá de sede e de fome.»

lo conselheiro Sinimbú e muito devotado a esse eminente estadista, brindou o orador com o epitheto de *moderno sebastianista,* cujos «sonhos illusorios á espera de D. Sebastião» não queria interromper.

A satira mais affrontosa estava reservada ao sr. Anisio Salatiel Carneiro da Cunha, deputado pela Parahyba, que na vespera havia em voz atroadora proferido contra o orador apartes muito aggressivos.

Eis a referencia que lhe é feita, nesse mesmo discurso:

«O SR. LAFAYETTE *(presidente do conselho):* — Devo ser justo e, portanto, dirijo as minhas felicitações ao illustre representante da provincia da Parahyba, pela grande parte que lhe coube nos successos da sessão de hontem. S. ex.ª tem o direito de reivindicar a gloria dessa jornada, assim como o campanheiro do leão da fabula tinha o de chamar a si a honra da caçada.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA — Sganarello está em scena.»

O aparte do sr. Anisio, fraco desforço ao injurioso doesto, era allusivo a uma citação do truanesco personagem de Molière, feita em sessão anterior pelo conselheiro Lafayette.

Interpellado pelo sr. Andrade Figueira sobre a politica do ministerio, sobre impostos in-

ter-provinciaes, o presidente do conselho, a quem não convinha antecipar qualquer declaração sobre um dos topicos da interpellação, respondera:

— A esta pergunta direi como Sgnarello: «póde ser que sim, póde ser que não».

Essa fórmula, não escoimada de laivo zombateiro, passou a estribilho popular, e, por ser cómmoda evasiva a perguntas indiscretas, fez carreira e ainda hoje não decahiu do favor do publico, proferida sempre em tom meio trocista.

Á avultada opposição conservadora, aggregára-se na Camara certo grupo liberal. Tornou-se, por isso, difficil a vida do gabinete 24 de maio.

Por occasião das eleições da mesa, que se reproduziam mensalmente e eram consideradas objecto altamente politico, sempre se revelava a insignificante maioria governista, até que, no dia 3 de julho de 1884, o resultado foi o seguinte:

Recolhidas 117 cedulas para presidente:

Moreira de Barros *(candidato governista)*........................ 59 votos
Rodrigues Junior *(candidato opposicionista)*........................ 57 votos
Em branco........................ 1 voto

Tinham votado contra o governo, além da opposição conservadora, os deputados liberaes — Meton, Pompeu, Rodrigues Junior, Ratis-

bona, Souza Carvalho, Lourenço de Albuquerque, Zama, Vieira de Andrade, Affonso Celso Junior e Moraes Jardim.

Esse resultado, aggravado com a votação nominal em moção politica apresentada pelo sr. Zama, determinou o gabinete a pedir á Corôa a sua exoneração. Foi substituido pelo ministerio de 6 de junho, presidido pelo conselheiro Dantas.

Deixando o poder, o conselheiro Lafayette teve occasião de prestar ao paiz relevantissimos serviços, quer como senador, quer como conselheiro de Estado, quer como diplomata, representando o Brazil num tribunal de arbitramento no Chile, quer como presidente da commissão de jurisconsultos incumbida de estudar as bases para o codigo civil brazileiro e dar parecer sobre o projecto apresentado pelo dr. Joaquim Felicio dos Santos.

No conselho de Estado, nem sempre elle se manteve nos limites da prudencia e da moderação requeridas naquelle posto elevado. Em 1889, quando reunido o Conselho de Estado pleno para dizer sobre a dissolução da Camara proposta ao imperador pelo gabinete João Alfredo, proferiu Lafayette, na presença do monarcha, do ministerio e dos conselheiros de Estado, violentissima objurgatoria contra o ministerio conservador, accusando-o não sómente

de erros politicos, como tambem de improbidade administrativa, chamando-lhe *governo de Loyos*. [1]

O conselheiro Lafayette revelou sempre temperamento calmo, frio, a ponto de ser acoimado de impassivel, e, nesse declive, de peores epithetos pelo despeito dos adversarios.

Para caracterizar essa pretendida insensibilidade, attribuem-lhe a auctoria do conceito — «a politica não tem entranhas».

Referem-se delle mais alguns dictos maldosos:

Um seu amigo e collega vivia desde muito a pedir-lhe uma collocação. Lafayette sentia-se com o dever de dar-lhe a mão.

Entretanto, o amigo (que outro não é senão

---

(1) Loyo era o nome patronymico do sogro de um filho do conselheiro João Alfredo. Era industrial e capitalista na provincia de Pernambuco. Por ter figurado o seu nome num contracto com a administração, cremos que na provincia de Minas Geraes, e depois reapparecido a proposito de uma concessão, cujo objecto neste momento nos foge de memoria, aquelle appellido foi convertido pela imprensa liberal em synonymo de afilhadagem administrativa e tornou-se estribilho opposicionista, com o malicioso designio de maguar o presidente do conselho e solapar a situação conservadora.

«Loyo» é o appellido patronymico de distincta familia pernambucana, na qual é casado um dos filhos do conselheiro João Alfredo. Como por mais de uma vez appareceu o nome do commendador Loyo, abastado capitalista do Recife, como concessionario de serviços ou contractante de fornecimentos publicos, a maledicencia opposicionista, por méra exploração partidaria, procurava enchergar nesses factos corrompida afilhadagem por parte da situação conservadora.

o Milagres) esperou... esperou tanto que, por fim, veio a morrer.

Informado do facto, o conselheiro Lafayette fez-lhe apenas o seguinte commentario:

— Eis ahi um desenlace muito natural...

Outro facto:

Quando tinha occasião de ler algum artigo vehemente, aggredindo-o e mesmo injuriando-o, dizia, sorrindo e quasi compadecido do auctor:

— Imagino como não estaria furioso quem escreveu estas linhas!...

Numa occasião, no Senado, em polemica oratoria com o conselheiro João Alfredo, então presidente do conselho, estando este na tribuna, perguntou o *reporter* Ernesto Senna ao conselheiro Lafayette:

— V. Ex.ª responde hoje?

— Não. Responderei ámanhan. Quero estudar algumas perversidades para dizer contra elle.

Com o advento da Republica, o conselheiro Lafayette tem-se retrahido da vida publica. Certamente, influenciaram para esse procedimento, antes motivos de comprehensivel recato pessoal, que principios politicos. Ao contrario, para ser logico, para ser coherente com a doutrina por elle exposta sobre a *democracia moderna,* cuja substancia deve sobrepujar a questão secundaria

da fórma de governo, não tem o eminente cidadão argumento attendivel para recusar á patria republicana os serviços do seu grande talento.

Sem embargo de ter sido o seu nome envolvido por mais de uma vez na intriga politica, de permeio com o de agitadores republicanos, não acreditamos, nem por sombras, na realidade apregoada por taes boatos.

Vemos, por isso, com sincero jubilo, que, após vinte annos de espontaneo ostracismo, o inclito cidadão annue, a instancias de Rio Branco, a contribuir com seus serviços, em commissões diplomaticas, para a gloria do Brazil.

Á alta competencia profissional de Lafayette, presentemente o primeiro jurisconsulto brazileiro, deve a nossa literatura juridica as seguintes obras de notorio merecimento:

— «Direitos de familia». Rio, 1869.

— «Direito das coisas». Rio, 1877.

— «Direito Internacional». Rio, 1900.

Todos esses livros, assim como, em geral, os trabalhos juridicos de Lafayette, assignalam-se pelo conceito seguro quanto á doutrina e pela belleza da fórma — clara, concisa e de admiravel precisão — predicados do estylo apropriado ao Direito.

Não menos notavel, embora menos notoria, a alta competencia de conselheiro Lafayette como philosopho e literato.

De quanto é versado em estudos philosophi-

cos deu elle provas em mais de uma discussão no Senado, especialmente quando, em debate com o conselheiro João Alfredo, elle dissertou sobre os methodos inductivo e deductivo, refutando, com incontestavel superioridade, proposições que ao seu adversario pareciam aphorismos scientificos.

Do seu gosto literario e do seu fino espirito de critica seriam exuberante demonstração as *Vindiciæ,* de Lobieno, se taes predicados não se tivessem já patenteado em seus discursos parlamentares, que são todos — peças politicas e literarias.

# CAPITULO X

## A turma academica de 1853-57

### PARTE QUINTA

Luiz Carlos de Assumpção — Accusação original — Esboço biographico — Luiz Ribeiro — Mello Freire — Uma *hypothese* cruel — Para apreciar a *ligeireza* — Phantasma e ceia — Dias da Silva — Moraes Barros—Republicano pre-historico — Sua coragem civica. — Liberalismo intransigente — Approximação de ideias — Seu affecto e admiração a Prudente — «É a voz do sangue»! — Exprobração injusta — Innocente facecia — Seu amor a Piracicaba — Complemento biographico — Manuel Monteiro — Marcos Monteiro — Acção fidalga de um caipira — Dados biographicos — Misael de Mesquita — Falcão Brandão — Raphael Tobias — Desforço... verbal — A resposta de um *peitudo* — Notas biographicas — Sebastião Japejú — Tito de Mattos — Virgilio Cardoso — Coelho Bastos — Uma lição *a quo* — Peregrinação judiciaria — Chefe de policia da Côrte — O *Rapa-côco*.

Luiz Carlos de Assumpção. —Paulista, nascido nesta capital, em 1834. Filho do dr. Luiz Antonio de Assumpção, de Porto Feliz, e de D. Rita Amalia, de Santa Catharina.

Estatura regular, robusto e corpulento, tez morena, olhos, barba e cabellos — pretos. Typo energico e vigoroso de antigo paulista, descen-

dente dos bandeirantes: tanto assim que Almeida Junior o tomou para modelo (e tambem a Leite Moraes e Cesario Motta), na sua notavel téla — *A partida da Monção.*

Estudante talentoso e assaz applicado.

Estreou-se na vida civil como advogado na comarca de Limeira, onde tambem foi supplente de juiz municipal. Mudou-se depois para o municipio de Tieté, alli se dedicou á agricultura e tem exercido os cargos de delegado de policia, juiz de paz e vereador.

Teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1860-61 (como deputado supplente), 1880-81 e 1886-87.

Na qualidade de primeiro vice-presidente da provincia de S. Paulo, esteve no governo da mesma de 29 de março a 4 de setembro de 1884. Nesse periodo, bastante agitado em consequencia do movimento abolicionista que ia avassallando todas as resistencias, o dr. Luiz Carlos de Assumpção revelou habilidade administrativa, conciliando, quanto possivel, a manutenção da ordem publica e o direito, ainda que anómalo, dos senhores de escravos com as exigencias moraes e a acção, nem sempre moderada, daquella propaganda humanitaria e civilizadora.

Mesmo assim, a sua administração, soffrivelmente partidaria, soffreu guerra systematica da opposição conservadora.

Occorre-nos que era então redactor chefe

do *Correio Paulistano,* orgão *leader* da imprensa opposicionista, o dr. Rubião Junior, que então se estreava na politica paulista e revelava já os sentimentos de moderação que, depois, tanto se accentuaram e ainda hoje constituem um dos traços mais salientes do seu nobre caracter.

Tal se desenhava, comtudo, a feição dos tempos, que esse feliz predicado chegava a ser objecto para censura. A arraia miúda do partido e mesmo alguns combatentes do seu estado maior, acoimavam de brando, sem energia, o redactor do *Correio,* accusavam-no da *pecha* de moderação (!)

Ao Rubião injustos se affiguravam taes reparos e os seus artigos bastante aggressivos. Todavia, para fazer calar a turba, não duvidou elle exorbitar dos seus moldes e escrever um editorial (cá, entre nós, moderado como os anteriores) que terminava assim: «É de força este sr. Assumpção!» Parecia-lhe que, ao menos, essa exclamação injuriosa deveria satisfazer aos jacobinos do seu partido.

Com o advento da Republica, o dr. Luiz Carlos de Assumpção, que sempre fôra um espirito adiantado, acceitou de boa mente a nova forma de governo; retrahiu-se, porém, do scenario politico. Temos, todavia, razão para acreditar que, se fôr lembrada a sua candidatura a um mandato legislativo no Congresso do Estado, o

honrado cidadão não negará ao serviço publico o concurso do seu talento e experiencia.

Luiz Gomes Ribeiro. — Mineiro, nascido no Serro, em 1832. Filho de pae de egual nome.

Intelligencia regular, pouca applicação ao estudo.

De posse do pergaminho de bacharel, voltou para Minas e foi eleito deputado á Assembleia Provincial de Ouro Preto nos biennios de 1860-61, 1870-71, 1872-73 e 1874-75.

Pertenceu sempre ao partido conservador.

É fallecido desde muitos annos.

Manuel de Almeida Mello Freire. — Paulista, nascido em Mogy das Cruzes, em 1834. Filho de Manuel de Almeida Freire.

Estatura regular, tez morena, olhos e cabellos castanhos, quasi negros, rosto imberbe. Physionomia sympathica.

Bastante talentoso, mas pouco dado ao estudo; antes affeito a folguedos e distracções.

De indole affavel e communicativa, em extremo galhofeira.

O peor é que nem sempre eram reputadas de bom gosto as suas brincadeiras. O que vale é que para os gracejos de estudante ha sempre indulto.

Os nossos leitores puderam já, pela pequena amostra que lhes demos, quando nos referimos ao

Domingos de Campos, apreciar as travessuras de Mello Freire, ou antes, do *Almeidinha,* como lhe chamavam na quadra academica.

Não ficam deslocados aqui mais alguns casos analogos, que a respeito delle nos foram referidos.

Tendo sido brindada, uma vez, a *republica* do Almeidinha com um bello presente, nada menos que rotundo perú, já assado e recheado á brazileira (por quem e porque — não vem agora ao caso) e como este faustoso acontecimento se dava num sabbado, ficou resolvido que se reservasse o apreciado petisco para a ceia, depois do theatro.

E assim se fez.

Ao voltarem do espectaculo, traziam os moços algumas garrafas de Porto, fatias de presunto e... excellente appetite.

Eis, porém, que, ao penetrarem na sala de jantar, deparam-se-lhes uma sucia de gatos a finalizarem um banquete, do qual apenas se viam alguns fragmentos do perú.

Será preciso declarar que a importuna chegada dos donos da casa poz em debandada os temerarios convivas?

Protestou o Almeidinha que havia de tirar memoravel vingança daquelle infame desacato.

No dia seguinte, fez elle o sacrificio de... não ir á aula. Applicou-se a armar engenhosos laços para pegar os gatunos.

Cahiram na armadilha meia duzia dos taes freguezes do perú.

Não lhes fez mal algum o travesso estudante; mudou de plano e limitou-se a atar um guizo á cauda de cada bichano, depois do que, alta noite, restituiu a liberdade aos prisioneiros.

Fugiram espavoridos os gatos, levando comsigo o castigo. Espalharam-se pela vizinhança e espalharam com os seus movimentos o assombro aos moradores, que não achavam explicação natural para os extranhos sons metallicos que ouviam a deshoras nas comieiras, nos porões e escuros recantos das suas casas...

Outra brincadeira, mais de uma vez praticada pelo Almeidinha, consistia em deitar sabão, cascas de banana ou espermacete sobre o passeio de sua casa. Este era em declive e auxiliava com isso as intenções da travessura.

Preparada assim a superficie escorregadiça, ia-se postar o estudante em ponto apropriado, de onde pudesse apreciar os escorregões dos transeuntes, para rir-se das quedas dos marmanjos ou acudir pressuroso ás senhoritas, auxiliando-as a levantarem-se e a comporem o vestuario.

Não raro lhes offerecia um copo de agua e as felicitava pela ligeireza que tinham mostrado.

Durante tres noites consecutivas, extranha

apparição trazia sobresaltada a população do Piques.

Nada menos que um terrivel phantasma branco que se movia no sopé da pyramide que alli demora na parte inferior do recinto triangular daquella praça. A visão tinha a propriedade sobrenatural de, alternadamente, crescer até á altura de cinco ou seis metros e logo baixar quasi rente com o chão. Coisa medonha!

A noticia circulou pela cidade e attrahiu ao logar um grupo de curiosos, á frente dos quaes um valente cacetista com o arrojado programma de desencantar o phantasma. O destemeroso campeão era nada menos que o Jesuino de Almeida.

Acabava de dar meia noite, eis que surge a esperada visão e começa a sua extranha gymnastica. Adeantando-se então o Jesuino, formúla com firmeza esta intimação:

— Se és do outro mundo, dize o que queres; se és deste mundo, prepara-te para uma sova de pau.

E arrojadamente avançou. O phantasma desappareceu nas trévas da noite. O Jesuino perseguiu-o e... foi cear com o Almeidinha.

Após a formatura, o dr. Mello Freire voltou ao seu municipio natal, onde a principio exerceu a advocacia e posteriormente se fez fazendeiro e capitalista. Ahi adquiriu grande prestigio e popularidade como chefe do partido liberal. A

sua influencia politica extendia-se por todas as freguezias do grande municipio de Mogy das Cruzes.

Teve assento na Assembleia Provincial de S. Paulo nos biennios de 1862-63, 1864-65 e 1866-67.

Em 1889, o dr. Mello Freire adheriu á transformação politica que então se operou e foi o terceiro signatario da acta da grande reunião politica havida a 18 de novembro daquelle anno no Theatro S. José, nesta capital, na qual resolveram ambos os partidos monarchistas arrear as suas bandeiras e acceitar a fórma republicana.

Coherente com essa resolução, o dr. Mello Freire, ainda que retrahido logo depois da scena politica, a ella voltou por occasião do governo do dr. Americo Braziliense. Acceitou então posição official na Republica e teve uma cadeira de representante no Congresso Constituinte do Estado e no Senado Estadual de 1891.

O seu nome figura entre os signatarios da constituição do Estado de S. Paulo, promulgada a 14 de julho de 1891.

Ultimamente, o dr. Mello Freire residia nesta capital.

Aqui falleceu ha cerca de dez para doze annos.

Manuel Dias da Silva. — Paulista, nascido em 1832. Filho de Manuel Antonio Dias.

Estatura pouco inferior á mediana, moreno pallido, olhos e cabellos castanhos, imberbe.

Estudante regular, a saber — intelligente e pouco applicado.

Foi deputado, supplente á Assembleia Provincial de S. Paulo, no biennio de 1858-59. Era conservador.

Falleceu, ha muitos annos, em Campinas.

Era pae dos drs. Antonio Maria da Silva, formado em 1881, Gabriel Dias da Silva, formado em 1882, e Ismael Dias da Silva, formado em 1886, todos por esta Faculdade.

MANUEL DE MORAES BARROS. (1) — Paulista, nascido em Itú a 1 de maio de 1836. Filho de José Marcellino de Barros e de D. Catharina Maria de Moraes, e irmão do dr. Prudente de Moraes.

Alto, cheio de corpo, tez clara, olhos e cabellos castanhos, barba em projecto; physionomia aberta e expressiva. Caracter franco, alevantado, de uma honestidade austera e meticulosa e de inexcedivel civismo.

Intelligencia de primeira ordem, sempre apaixonada por nobilissimos ideaes. Não era imaginoso orador mas falava fluentemente, tinha voz forte e sonora e vigorosa argumentação.

---

(1) No termo de matricula, no primeiro anno da Faculdade, em 1833, o seu nome é Manuel José de Moraes Barros. Já no segundo, e de então em diante se nota a suppressão do nome *José*

Professava, sem restricção, todos os prece tos e até as utopias da escola liberal. Ness terreno não transigia, e do seu sincero apego estes principios encontram-se vestigios nas revi: tas academicas da época e luminosa cópia d factos comprobatorios no jornalismo politico nos annaes da Assembleia Provincial de S. Pau lo, do Congresso Constituinte da Republica do Senado Federal.

Por seu talento e pelas provas que delle prodi galizava nas aulas e bem assim nas associações aca demicas e na imprensa, era contemplado Morae: Barros entre os mais notaveis dos seus collegas

Concluidos os seus estudos juridicos, mudou se para Piracicaba, de cuja comarca fôra nomead( promotor, e depois juiz municipal do termo.

Em 1864 deixou a judicatura, para se entre gar ao exercicio da advocacia. Em boa hora c fez, pois conseguiu assim adquirir fortuna, o que lhe permittiu comprar uma fazenda e accumular com a de advogado a profissão de agricultor.

Em politica, seguiu o partido liberal até março de 1871. Evolveu então para a democracia pura, adherindo com mais quinze amigos ao manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870. [1]

---

[1] Os nomes que figuram nesse arrojado documento politico, o ponto inicial do republicanismo paulista são os seguintes:

Á denominada *Convenção de Itu* em 1883, ompareceu Moraes Barros como delegado dos epublicanos de Piracicaba. Nessa mesma qualidade elle tomou parte em todas as assembleias epublicanas celebradas no periodo da propaganda.

No biennio de 1884-85, Moraes Barros fez parte da Assembleia Provincial de S. Paulo. Compunham com elle a bancada republicana Muniz de Souza, Gabriel Piza e Martinho Prado Junior.

Na sessão legislativa de 1884 o valente republicano formulou verdadeira catilinaria contra o deputado liberal Tito de Mello, chefe politico em Botucatu. Imputou-lhe graves attentados contra as auctoridades e particulares, accusando-o de barbarizar, com a sua oppressão e violencias, toda aquella comarca. Todas essas accusações foram baseadas em factos. Tanta impressão produziu a palavra do honrado representante, tanta admiração a sua coragem civica, que o accusado, ainda contando com o apoio official, abandonou a sua cadeira, e, de então em diante, retrahiu-se á vida privada.

---

dr. Manuel de Moraes Barros, Ricardo de Almeida, alferes Jayme Pinto de Almeida, José Custodio de Souza Barros, Bento Barreto de Almeida Gurgel, Miguel Archanjo Benicio Dutra, dr. Joaquim Augusto Ribeiro de Carvalho Rios, dr. Candido Barata, tenente Antonio Carlos de Camargo, capitão Claudino de Oliveira Cesar Pedro Liberato de Macedo, José Daniel de Macedo Franco José de Almeida Leite e Adolpho Apollinario.

Com o advento da Republica, eminente papel estava naturalmente reservado ao dr. Moraes Barros.

Eleito representante ao Congresso Constituinte e deputado á primeira e segunda legislatura do Congresso Federal, elle entrou, depois, para o Senado, na vaga de Prudente de Moraes, eleito presidente da Republica.

Em todas as posições officiaes que occupou no municipio, no Estado e na União, jámais deixou de propugnar os artigos de fé do mais puro liberalismo, entre os quaes a diffusão da instrucção e educação do povo, a autonomia da administração local, a liberdade de consciencia, a liberdade commercial e industrial, a liberdade da navegação de cabotagem, a abolição das loterias, o suffragio das mulheres, etc.

Uma vez, no Congresso Constituinte, ao terminarmos um modesto mas desenvolvido discurso, durante o qual nos occupámos de algumas das questões acima e combatemos o militarismo e a paz armada, Moraes Barros, com sua voz stentorica, brindou-nos com este honroso aparte:

— É a exposição mais eloquente, que tenho ouvido, das minhas proprias ideias.

Não havia nessa amavel manifestação do nosso illustre comprovinciano mais que uma verdade — a approximação das nossas ideias liberaes.

Moraes Barros era irmão primogenito de Prudente de Moraes. Entretanto, a julgar-se pelo trato reciproco, dir-se-ia que era elle o irmão mais moço. Tinha, com effeito, além de carinhoso affecto, admiração e respeito a Prudente.

O seu temperamento expansivo não lhe permittia occultar esse estado d'alma. Não se furtava, quando se lhe offerecia ensejo, a enunciar-se sobre os merecimentos do irmão.

— O Prudente é uma gloria nacional — dizia. — E o facto de elle ser meu irmão não me obriga a desconhecer-lhe o alto valor moral. (1)

Quando, em fevereiro de 1891, foi levantada na Assembleia Constituinte a candidatura de Prudente de Moraes á presidencia da Republica, em competencia com a do marechal Deodoro da Fonseca, a varios chefes republicanos afigurou-se altamente inopportuna essa apresentação. Campos Salles e Bernardino de Campos esforçaram-se ardentemente por obter de Prudente que não consentisse na opposição do seu nome ao do chefe do governo provisorio e glorioso fundador da Republica. Houve um momento em que Prudente pareceu impressionar-se pelas graves con-

(1) O dr. Antonio de Moraes Barros, filho do dr. Moraes Barros, em artigo inserto no *Estado de S. Paulo* de 16 de novembro de 1908 contesta a authenticidade desse dicto attribuido ao seu distincto pae. Nós, porém, baseados em testemunhos fidedignos, mantemos a nossa affirmação.

siderações que lhe expuzeram os seus dois amigos e sobre o ponto de ceder do proposito em que se encontrava. [1]

Moraes Barros, presente a essa conferencia, que se realizou no Hotel Lisboa, em Santa Thereza, intervinha frequentemente na conversa, para se oppôr á retirada da candidatura do irmão, e, quando se lhe oppunham os perigos que poderiam resultar daquelle pleito, que se revelavam imminentes, elle replicava, como prêso a uma razão peremptoria:

— Que querem? Não posso pensar nem manifestar-me de modo diverso. É a voz do sangue...

Na vespera do dia designado para a eleição presidencial, achando-se varios representantes do Estado de S. Paulo na sala da presidencia do Congresso Constituinte, no Paço de S. Christovam, alli compareceu o coronel Carlos Soares e communicou as mais graves noticias sobre eventualidades que se preparavam para o caso de derrota da candidatura Deodoro.

— Eis ahi — exclamou Prudente de Moraes — eis ahi a situação em que VV. me collocaram!...

Contestou-lhe então Campos Salles, lembrando-lhe a conferencia havida em Santa The-

---

(1) Campos Salles, *Da Propaganda á Presidencia*, Cap. II, pags. 68 e seguintes.

eza, os ingentes esforços que fizeram, elle e Bernardino de Campos, para que Prudente não auctorizasse a apresentação do seu nome; lembraram tambem as palavras de Moraes Barros.

Voltando-se então para o irmão, Prudente acoimou-o por falta de juizo. Moraes Barros doeu-se da exprobração, e, com os olhos marejados de lagrimas, limitou-se a dizer:

— A minha intenção era a melhor e inspirada pela muita amizade que vos tenho. [1]

Apesar do justo desvanecimento, que o dr. Moraes Barros não occultava, do preclaro nome do irmão, entretanto, quando alguem, ao apresental-o, accrescentava: «... irmão do presidente da Republica»... elle reclamava:

— Ao contrario, é elle que é meu irmão.

Pura facécia. Elle queria, tão sómente, explicar que era elle, Moraes Barros, o irmão primogenito.

Lacuna sensivel haveria neste esboço biographico se não consignassemos aqui o intenso amor que o dr. Moraes Barros consagrava á cidade, ao municipio e ao povo de Piracicaba.

---

[1] Tambem esse facto e o precedente são contestados na mencionada publicação do dr. Antonio de Moraes Barros. Nem assim, porém, os reputamos apocryphos, pois presenciámos o segundo e sobre o primeiro colhemos depoimento fidedigno.

Não sómente elle, por vezes, tomou part directa na administração daquella edilidade, com por ella sempre se interessou com desvelo, fez lhe valiosos donativos e ligou o seu nome a va rios melhoramentos locaes.

Por isso, com razão, a sua memoria perdur immarcessivel no coração do povo piracicabano

O dr. Moraes Barros casou-se em 11 de agosto de 1860 com D. Maria Ignez, filha de Antonio José da Silva Gordo. Desse enlace teve nove filhos: D. Anna Maria, viuva do sr. Hermann Burchard; Paulo, Nicolau e Antonio, formados, este em Direito, aquelles em Medicina; Elisa, casada com o dr. Octavio Mendes; Jorge, commissario em Santos; Leonor, solteira; Pedro e Lucia, menores.

Falleceu o benemerito paulista no Rio de Janeiro a 20 de dezembro de 1902.

Manuel José de Castro Monteiro de Barros. — Mineiro, filho de Manuel José Monteiro de Castro.

Estatura inferior á mediana, cheio de corpo, tez morena, rosto redondo e imberbe.

Intelligencia regular e applicação menos que regular.

Tinha cursado o primeiro anno em Pernambuco.

Soffria muito quando chamado ás licções e

sabbatinas. Chegava, nessas occasiões, a transpirar copiosamente.

Não temos a respeito delle nenhuma outra informação.

MARCOS ANTONIO RIBEIRO MONTEIRO DE BARROS. — Fluminense, filho de Lourenço José Ribeiro.

Estatura regular, tez morena avermelhada, pelle aspera. Era affectado de uma blepharite nos cilios e por isso os collegas lhe chamavam *Marcos Sapiróca*.

Vinha de turma anterior.

Casou-se, ainda estudante, com D. Leonor da Luz, filha do tenente coronel Benedicto Antonio da Luz, que por muitos annos exerceu nesta capital o cargo de administrador geral dos correios.

D. Leonor era uma gentil senhorita, muito admirada e cortejada, tanto pela sua formosura como pelo espirito e fina educação.

Achavam-se uma vez algumas visitas, inclusive o Marcos, então noivo, na varanda da casa do sr. Benedicto da Luz, á rua de S. Bento, mais ou menos onde estava, ha pouco, a redacção do *Commercio de S. Paulo*. D. Leonor servia ás visitas um *lunch* á antiga moda paulistana, a saber — chá nacional e café com leite, acompanhados de bôlos, bolachas, bijú, pipocas, etc.

Nisto, ouve-se o chiar de um carro de bois. D. Leonor ordena a um famulo que compre a lenha (não seria, e, de facto, não era outra, a carga do carro) e faça subir o carreiro para receber o pagamento. Assim, descarregada a lenha, sobe o carreiro. Com surprêsa deste, a graciosa menina convida-o a entrar na varanda e a vir tomar café. Como, de vexado, o carreiro se escusa, ella, com a maior naturalidade, serve-lhe o café, e, com as suas proprias mãos, lho vem trazer ao patamar, onde elle se conservava.

Mais perturbado ainda se mostra o caipira. Comtudo, acceita a chicara que lhe era apresentada, sorve o café em rapidos tragos, poisa a chicara no chão e desce aos saltos a escada.

— Espere, patricio, espere o seu pagamento.

— Já estou pago, minha dona — respondeu elle, sem se voltar. E faz seguir o seu carro.

D. Leonor manda então alcançal-o e levar-lhe a importancia da lenha.

— Já estou pago — repetia elle.

— Mas como é que mecê está pago, se ninguem lhe deu o dinheiro?

— Estou pago e mais do que pago — insistia elle, alludindo á honra de ter sido servido por tão graciosa senhorita.

Formado, o dr. Marcos Monteiro exerceu a advocacia no Rio; depois, foi nomeado segundo official da Secretaria do Ministerio do Imperio,

em 1859, e, em 1861, primeiro official da Secretaria da Agricultura. Nessa repartição se conservou por algum tempo, conseguindo galgar até ao posto de chefe de secção.

É fallecido ha já bastante tempo.

MISAEL CANDIDO DE MESQUITA. — Mineiro, nascido em 1830. Filho de Antonio Gonçalves de Mesquita.

Baixo, magro, trigueiro, imberbe. Usava sapato sem salto.

Incluia-se entre os mais talentosos e não deixava de ser applicado ao estudo.

Depois de formado, voltou á sua provincia natal e fixou residencia em Tres Pontas. Ahi exerceu a advocacia, de sociedade com um irmão.

Não se salientou na vida publica.

PEDRO ANTONIO FALCÃO BRANDÃO. — Bahiano, filho do Barão de Belem.

Talentoso e bom estudante.

Fez em Pernambuco os quatro primeiros annos do seu curso juridico.

Não colhemos a seu respeito nenhuma outra informação.

RAPHAEL TOBIAS DE AGUIAR. — Paulista, nascido nesta capital em 1835. Filho do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar e da Marqueza de Santos.

Estatura regular, magro, cabellos castanhos, quasi imberbe, de tez clara.

Intelligencia mediana, pouco affeito ao estudo.

Referem que, por attribuir ao dr. Furtado um *R* que teve no seu acto do quinto anno, protestou que tiraria desforço, logo que se encontrasse com esse lente, onde quer que fosse... Ora, aconteceu que, logo no dia immediato, estando nas arcadas da Academia o Raphael Tobias e o Furtado para descer da secretaria ou da sala das becas, aguardavam os academicos presentes uma aggressão do collega ao velho lente e estavam emocionados sob a apprehensão da desagradavel expectativa.

Eis, finalmente, que desce o Furtado e o Tobias dirige-se para elle... É agora!... O estudante approximou-se do lente:

— Sem ceroulas! — exclama com toda a força e deita a correr, satisfeito com aquelle desabafo.

O Raphael e o Brasilico, seu irmão, eram apaixonados pelo *sport* hippico e mui dados á creação e educação de cavallos, dos quaes tinham bellos typos de raça apurada, proprios para corridas, para sella, etc.

Convidaram, uma vez, a um passeio á Moóca, onde possuiam bem montada estrebaria, o major Jesuino, afamado creador de animaes, com estancia em Itapetininga.

Logo que alli chegaram, apparece montado m fogoso ginete um jockey das cocheiras dos ois moços, a passar muitas vezes com ares de esafio em frente ao visitante. Sobre as ancas o animal havia uma cilha com este distico: *Para m peitudo: dez contos!*

— Parece um *atilho*... — murmurou o Jeuino.

— Parece... — respondeu, chasqueando, o 'obias.

— Não posso apostar essa quantia — objectou nodestamente o caipira.

— Então, quanto?

— O dinheiro que aqui houver — respondeu, patendo na patrona.

— Seja. Mas vejamos.

O Jesuino contou cincoenta contos.

Foi então a vez dos filhos da marqueza de 'ejeitarem a aposta.

Depois de formado, o dr. Raphael Tobias viveu nesta capital, usufruindo pingues rendas le sua fortuna, sem fazer uso profissional da carta de bacharel.

Foi deputado á Assembleia Provincial no biennio de 1860-61.

É fallecido desde muitos annos.

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO JAPEJÚ. — Sulriograndense, filho de Manuel José de Carvalho.

Temperamento expansivo, indole affavel, e por isso, muito estimado dos collegas.

Depois de formado, fixou residencia em S. Paulo, alliando-se, pelo matrimonio, a uma familia paulista.

Exerceu primeiramente a advocacia e depois a magistratura.

Morreu na flor da edade.

Tito Augusto Pereira de Mattos. — Bahiano, filho de José Augusto Pereira de Mattos.

Estatura regular, bem apessoado, tez clara, pouca barba.

Notavel pelo talento e pela applicação. Enumerava-se entre os melhores estudantes do anno.

Fez em Pernambuco os quatro primeiros annos do curso e sómente o quinto em S. Paulo.

Aqui se casou com uma filha do coronel Joaquim Floriano de Toledo.

Depois do gráu de bacharel, defendeu theses e alcançou o de doutor, no anno seguinte.

Seguiu a carreira da magistratura, e, no exercicio della, peregrinou por quasi todo o Brazil.

Foi deputado á Assembleia Provincial de S. Paulo, no biennio de 1866-67.

Era juiz de direito da comarca de Taubaté em 1868, quando subiu ao poder a situação conservadora. Foi então removido para longinqua comarca na provincia do Pará. Preferiu ficar avulso.

Mais tarde, voltando ao governo o partido beral, o dr. Tito de Mattos entrou, de novo, ara o quadro da magistratura, e, pouco depois, oi provido na segunda vara de orphams da Côr-e; mais tarde foi nomeado desembargador e esse posto se aposentou.

Tambem exerceu por algum tempo o cargo e chefe de policia da Côrte.

A 5 de outubro de 1889, sob o ministerio uro-Preto, o desembargador Tito de Mattos foi omeado presidente da provincia do Maranhão, nas não chegou a tomar posse, por ter sobre-indo a revolução republicana.

Virgilio de Siqueira Cardoso. — Paulista, nascido em Jacarehy, a 2 de junho de 1835. Filho le Ignacio de Siqueira Cardoso.

Alto, claro, cabellos castanhos, imberbe. No moral: um moço distincto, a todos os respeitos.

Talentoso e bom estudante.

No mesmo anno da sua formatura, ainda em 1857, foi nomeado promotor publico em Jacare-hy, cargo que exerceu até 24 de maio de 1861. Em 1864 foi provido no cargo de juiz municipal de S. José dos Campos, cujo exercicio teve de interromper, por enfermo, em 1866.

Em 1872, foi nomeado juiz de direito da comarca de Parahybuna, da qual em 1880 foi removido para a do Rio Claro, e, desta, em 1885, para a do Rio Preto, em Minas.

18

Proclamada a Republica, o dr. Virgilio Cardoso requereu e obteve remoção para a comarca de Taubaté, em dezembro de 1889. Mais tarde, em fevereiro de 1891, obteve a nomeação de desembargador da Relação de Cuyabá, cargo de que não tomou posse por ter sido nomeado chefe de policia de S. Paulo.

Na reorganização judiciaria deste Estado, o dr. Virgilio Cardoso foi contemplado com a nomeação de juiz de direito da comarca de Jacarehy, em 1892, da qual sahiu em janeiro de 1896, para occupar uma cadeira de ministro do Tribunal de Justiça de S. Paulo. Nesse elevado posto, foi compulsoriamente aposentado, ex-vi do art. 89, então vigente, da lei n.º 18 de 21 de novembro de 1891.

Ainda estudante do quinto anno, casára-se em 1857 com D. Carlota Josephina Malta. Desse consorcio tem tido doze filhos, entre os quaes os drs. Augusto de Siqueira Cardoso e Fernando de Siqueira Cardoso, bachareis em direito pela Faculdade de S. Paulo, formados, aquelle em 1881 e este em 1883.

O dr. Virgilio Cardoso é residente nesta capital.

João Coelho Bastos. — Natural de Parahyba do Norte. Filho de pae de egual nome. Alto, magro *(in illo tempore...)*, claro, imberbe.

Mais intelligente que estudioso, ou antes, muito intelligente e pouco estudioso.

E, tambem, menos assiduo ás aulas que ás
ɪias do Hotel Lefebre.

Esta ultima assiduidade deu occasião a um
ɪcidente na aula de Economia Politica, então
ɪgida pelo Martim Francisco, em substituição
ɔ Carrão, que estava na presidencia do Pará.

Tendo encontrado o seu discipulo em alegre
ɔmpanhia numa ceiata no Lefebre, em vespera
e aula, e como tal facto contrariava flagrante-
ɪente as ideias correntes, não o levou a bem o
r. Martim Francisco.

Calou-se, todavia, na occasião e até se por-
ɔu gentilmente, levando a complacencia ao ponto
e acceitar um brinde que lhe fez o Coelho
ɜastos.

No dia seguinte, chama-o á lição.

O estudante, que estava *a quo,* toma do com-
endio e lê-o disfarçadamente, paraphrazeando-o
ɪal e mal. O peor, porém, foi que, não sabendo,
o menos, qual era o ponto da lição, lêra e para-
ɦrazeára o ponto seguinte. Isto deu logar a
ɪerguntar-lhe o lente, em tom de mofa:

— O sr. está dando a lição de hoje ou ex-
ɪlicando a de amanhan?

— Estou dando a lição.

— Então, prosiga.

Conserva-se quedo o estudante.

— Continue — repete o Martim.

— Já está dada a lição.

— Olhe que lhe marco dez pontos!...

— Marque quantos quizer.

Depois deste incidente, passou o lente á explicação do dia, precedendo-a, porém, de longa digressão sobre a influencia dos bons costumes no exercicio profissional da advocacia e nos cargos de magistratura, administração publica, representação popular, etc.

O caso deu logar aos mais variados commentarios.

Depois de formado, o dr. Coelho Bastos exerceu varios cargos judiciarios em provincias do norte do Brazil, a começar pelo de juiz municipal na provincia das Alagôas. Foi, depois removido para a do Rio de Janeiro e ahi lhe foi dada a comarca de terceira entrancia de Araruama e Saquarema.

Desse posto, em 1885, sob o ministerio Cotegipe, foi chamado para o espinhoso cargo de chefe de policia da Côrte.

Grave e delicado foi o periodo dessa administração policial. Duas questões, principalmente, contribuiram para difficultal-a e tornal-a perigosa, — a agitação abolicionista e o melindre, então alvoroçado, da classe militar.

Não podia a propaganda abolicionista perdoar ao chefe de policia a caçada dos escravos fugidos, nem tão pouco a arbitrariedade que contra elles era exercida nos postos policiaes.

A primeira operação a que elles eram submet-
dos, logo que davam entrada no xadrez, era a
apagem da cabeça á navalha.

Dahi a alcunha popular, imposta ao dr. Coe-
ho Bastos — o *Rapa-côco.*

E o peor é que elle não podia ouvir, sem
erder a calma, aquelle appellido. Era elle appa-
ecer num logar publico onde houvesse ajunta-
mento de povo, e era logo ouvir-se uma voz per-
lida no meio da multidão: *Rapa-côco.*

Dahi, prisões ao acaso, espancamentos pelos
agentes secretos, pranchadas e cutiladas pela
policia fardada e não raro patadas de caval-
laria.

Aquella alcunha fôra arvorada á categoria
de grito sedicioso.

Em certa noite de espectaculo no Theatro
Lyrico (toda a gente sabe quanto é insupporta-
vel, nos entre-actos, o *gallinheiro* do Lyrico flu-
minense), estando presente o chefe de policia,
ouviu-se das *torrinhas* um estridente *Rapa-côco!*
seguido de muitos *sciu! sciu!* de protesto.

Repetindo-se, não obstante, o mesmo grito
irreverente, e amiudando-se, já imitado por outras
vozes animadas pela impunidade, e seguido de
assobios, eis que, subitamente, estoira no meio
das galerias uma carteira de bichas. Grande alvo-
roço e precipitada dispersão dos vaistas, que se
persuadem de serem tiros... Aproveitam-se então
do alvoroço agentes secretos e guardas policiaes

para castigar á vontade, de permeio com algun
innocentes, os auctores dos desacatos ao dr. Coe
lho Bastos.

Pretende opinião temeraria que aquelle des
fecho fôra preparado por ordem do ardiloso chefe

# CAPITULO XI

## A turma academica de 1875

A turma academica de 1871-75 — O corpo docente — Apreciação summaria — Pela ordem alphabetica — Alexandre Silva — Antonio Bley — Dino Bueno — Jacob da Paixão — Paiva Azevedo — Arthur Cadaval — Caetano de Magalhães — Canuto Saraiva — Eduardo Magalhães — Accidente no Entrudo — Teixeira Leite — Cardoso, o «gordo» — O *encontro* na goiabada — Os dois perús — Triste final — Rocha Vieira — Mendes de Paiva — Morte prematura — Padua e Castro — Ignacio de Bulhões — João Kopke — Soares Guimarães — Accioly de Brito — Mello Nogueira — Rubim Cesar — Marcellino Coelho — Martim Francisco Junior — A sua confissão — Rompendo a gaiola — Dados biographicos — Conceito final — Miguel Dutra — Olympio Valladão — De quem a culpa? — Monarchista á força — Teixeira da Motta — Engenhoso ardil — Café... para que? — Remedios para dôr de dentes — *Vadè retro, Satanás* — Esboço biographico.

A turma academica que, de 1871 a 75, atravessou a nossa Faculdade, compunha-se, ao attingir o seu quinto anno, sómente de 25 bacharelandos, os quaes, na fórma dos estylos, foram arvorados em outros tantos bachareis.

Destes, um apenas disputou e obteve o gráu de doutor.

Entretanto, como adiante havemos de vêr

não havia falta, nesse grupo, de moços talentosos e de bons estudantes.

Foi, durante o quinquennio, director da Academia o conselheiro Pires da Motta.

Os lentes eram os seguintes:

Do 1.º anno: João Theodoro e Duarte de Azevedo. Este, porém, que fôra nomeado cathedratico de Direito Romano, estava ausente (em 1871-72) na gestão de uma pasta de ministro no glorioso gabinete Rio Branco. Substituia-o na Academia o dr. Sá e Benevides.

No 2.º anno: João Theodoro e Martim Francisco.

No 3.º: Falcão Filho e José Bonifacio.

No 4.º: Falcão Filho e Antonio Carlos.

Os lentes cathedraticos do 5.º anno foram, por muito tempo, Ramalho, Carrão e Furtado. Menos o segundo, os dois outros, em 1875, regeram as respectivas cadeiras, de Processo e de Direito Administrativo. Carrão foi substituido, em Economia Politica, pelo lente recem-nomeado, Vieira de Carvalho. Dahi, grave inconveniente para o ensino daquella disciplina; não que o substituto não fosse talentoso e dado ao estudo, mas porque não acompanhava a evolução Macleodiana, que desde então começou a assignalar uma phase nova á Economia Politica.

Entrando no plano destas TRADIÇÕES E REMINISCENCIAS incluir no quadro dos nossos estu-

los todo o pessoal docente e administrativo, a saber, lentes, directores, secretarios, bibliothecarios, porteiros, bedeis, etc., entre os quaes se destacam typos interessantissimos, não faremos, de ora em diante, as habituaes digressões sobre os lentes, ao tratarmos de cada turma academica.

Diremos tão sómente os seus nomes e deixaremos para occasião opportuna, isto é, para uma chronica especial — quaesquer apreciações, informações ou anecdotas referentes a cada qual.

Embora reduzida em numero, a turma academica de 1871-75, muito se avantajava quanto á média intellectual.

Assim, contava ella duas mentalidades *hors-ligne* — Martim Francisco Junior e Mendes de Paiva: este, poeta, literato e grande orador; aquelle, jornalista e polygrapho de uma *verve* incomparavel.

Não lhes cabia, entretanto, a primazia na cultura do Direito. Tal collocação, no consenso geral dos collegas, cabia a Teixeira da Motta.

Tambem se seleccionavam, pelo talento e pelo estudo, Olympio Valladão, Dino Bueno, Canuto Saraiva, Ignacio de Bulhões, Caetano de Magalhães, e, quasi a hombrear com estes, Mello Nogueira, Rubim Cesar, Jacob da Paixão, João Köpke, sem deixar distanciados Accioly de Brito, Marcelino Coelho, Miguel Dutra, Padua e Castro. Ficavam pouco menos avantajados no

*steeple-chase* escolar, mal comparando, Arthur Cadaval, Soares Guimarães, Rocha Vieira, Teixeira Leite, Eduardo Magalhães, Paiva Azevedo e os outros, que mencionaremos adiante.

Passemos agora a breve estudo analytico sobre cada uma das individualidades componentes desta interessante pleiade de... iamos dizer de moços.

Nesse ligeiro trabalho seguiremos, como até agora havemos feito, a ordem alphabetica dos nomes, quaes se encontram registados na Secretaria da Faculdade.

Alexandre Ribeiro da Silva. — Paulista, natural de Arêas, de uma antiga e importante familia daquelle municipio. Seu pae, o coronel Domingos Silva, foi por longos annos chefe prestigioso do partido liberal.

O Alexandre, porém, tinha propensão negativa para a politica. Além disso, de temperamento pouco expansivo, retrahido até, sentia-se antes propenso á placidez da vida privada, que ás agitações e aos pleitos da politica.

Durante o seu curso academico, o mesmo acanhamento o dominava. Vivia mettido comsigo, sem altas pretenções na Academia ou algures, estimado pelos companheiros de casa, mas quasi desconhecido nas rodas dos estudantes.

Era alto, magro, moreno, pouca barba, muito

falhada, typo de caboclo, a antithese da elegancia. Matriculou-se já algum tanto madurão.

Depois de formado, desempenhou cargos de magistratura neste Estado, taes como o de juiz municipal em S. José do Barreiro e o de promotor publico em Jahú, onde tambem exerceu a advocacia.

Foi um juiz honesto e sempre dominado da intenção de acertar.

Era casado com uma filha do finado dr. Luiz Novaes.

É fallecido ha cêrca de oito annos.

ANTONIO BLEY. — Do Paraná. Filho de Nicolau Bley. De estatura acima de regular, tez clara, porém pallida, muito pallida; temperamento lymphatico. Rosto comprido e imberbe, queixo desenvolvido, physionomia morta.

Sem distincção, mas sem desar, completou regularmente o seu quinquennio juridico. Foi a equitativa compensação dos muitos naufragios, que havia soffrido nos mares procellosos dos estudos preparatorios. Era tal a sua infelicidade nos exames daquellas disciplinas que o Conego Andrade teve occasião de observar que «elle *passava* sómente quando *passavam* todos os examinados».

Depois de formado, o dr. Antonio Bley voltou para a sua provincia natal, onde exerceu a advocacia e cargos de magistratura.

Lá se casou, constituiu familia e falleceu ha alguns annos.

Tem um filho formado em engenharia, actualmente ao serviço da companhia ferroviaria *Noroeste do Brazil.*

Antonio Dino da Costa Bueno. — Paulista, de Pindamonhangaba, nascido a 15 de dezembro de 1854.

Fez um bom curso de preparatorios no Collegio de S. Pedro de Alcantara, do Rio.

De estatura pouco inferior á mediana, tez morena, olhos e cabellos negros, quasi imberbe. Usava oculos.

Na Academia, foi sempre muito applicado, tendo, porém, começado a salientar-se sómente do terceiro anno em diante. Tanto assim que, por occasião dos actos do segundo, tendo alcançado a nota *Optima* sómente uma prova escripta (eram anonymas, nesse tempo), conjecturaram os lentes que a prova assim qualificada fosse do Teixeira da Motta. E esta noticia propalou-se. Verificou-se depois que o estudante laureado era o Dino Bueno.

Approvado *com distincção,* dahi por diante, em todos os seus *actos,* não o foi no do quinto anno, porque não era tradição dar-se naquelle anno tal gráu de approvação. Isto mesmo foi allegado por um dos examinadores, o conselheiro Furtado, cuja opinião prevaleceu por ser a de

m cathedratico, contra a dos outros dois, conelheiro Duarte de Azevedo e dr. Vieira de Carvalho. [1]

No anno seguinte, Dino Bueno defendeu heses e obteve o gráu de doutor.

Propoz-se a uma vaga de lente, e, após nada menos de cinco concursos, successivamente mais brilhantes, afinal *conquistou* (é o termo apropriado) conquistou pelo esforço e pelo talento o merecido galardão dos seus esforços. É um dos lentes mais distinctos da nossa Faculdade.

Dahi por diante, na sua cathedra de Direito Civil, ou do seu escriptorio de advocacia, na magistratura ou na commissão de revisão do Codigo Civil do dr. Coelho Rodrigues, ou do *bureau-ministre* de secretario do Interior deste Estado, da cadeira de deputado federal ou da de senador do Estado... tem o dr. Dino Bueno colhido farta messe de louros, sem estar ainda terminada a colheita.

Com a vaga aberta na directoria da Faculdade pela morte do dr. Vicente Mamede, em

---

[1] De egual decepção havia sido victima dois annos antes o *nosso mais intimo amigo*. O pretexto ou motivo foi o mesmo, ainda que inacceitavel. Diziam os cathedraticos do 5.º anno que, em taes casos, a *distincção* era substituida por outro premio de mais alta valia — o convite para defêsa de theses. E esse convite foi feito, e o gráu de doutor conferido á pessoa a quem nos referimos. É provavel que ao bacharel Dino Bueno tenha sido offerecida a mesma compensação, pois, de facto, pouco depois, elle se doutorou, como se diz no texto.

agosto de 1908, foi nomeado para aquelle honroso cargo o dr. Dino Bueno, que o tem exercido com extraordinario zelo e dedicação.

O illustre lente é senador do Estado e membro da *Commissão Directora do Partido Republicano.*

É pae do dr. Bias Bueno, formado em 1906.

ANTONIO JACOB DA PAIXÃO. — Mineiro. Filho de Antonio Julio da Paixão.

Alto, esbelto, moreno, cabellos negros, bigode e *cavaignac.* Usava-se muito naquelle tempo o *cavaignac.* (1)

E o Paixão trazia-o avantajado.

Era uma bonita figura, que attrahiu a attenção de mais de uma senhorita paulistana e mesmo... paulista de fóra da capital.

Ao matricular-se na Academia em 1871, Jacob da Paixão não era um menino. Não queremos dizer que fosse positivamente um patriarcha, apesar do nome biblico, mas devia andar beirando os seus trinta. Por signal que era *sui-juris* e proprietario de uma pharmacia nesta capital.

Foi na Academia um moço muito serio, ge-

---

(1) Ignoramos a origem e a orthographia deste vocabulo. Escrevemol-o assim pela consonancia e pela sua homophonia com o nome do conhecido general e politico francez, o qual, entretanto, salvo fartos bigodes militares, trazia raspado todo o rosto.

O dr. Wenceslau de Queiroz escreve — *cavanhaque.* Porque será?

almente estimado pelos collegas, que, com justiça, incluiam entre os melhores estudantes do anno.

Voltando, formado, á sua terra natal, immiscuiu-se a principio na politica, da qual depois se retrahiu, para dedicar-se ao exercicio da advocacia na cidade do Rio Novo.

Foi deputado á Assembleia Provincial de Minas nos biennios de 1880-81, 1882-83 e 1884-85.

Quando sobreveiu a Republica, encontrou-o já alistado entre os seus propagandistas, ao lado de João Pinheiro.

O dr. Jacob da Paixão fez parte do Congresso Constituinte e foi deputado á primeira e terceira legislaturas do Congresso Nacional.

Advoga actualmente no Rio Novo.

Antonio de Paiva Azevedo. — Paulista, desta capital. Filho de José Elias de Paiva Azevedo.

Estatura regular, um tantinho corpulento. Cabelludo. Barba preta e toda.

Estudante regular.

Promotor publico em Rio Claro, alli se casou na familia do Barão de Dourados.

Falleceu prematuramente.

Arthur Luiz Cadaval. — Do Rio Grande do Sul. Filho de Luiz Antonio Cadaval.

Estatura pouco abaixo de mediana, cheio de corpo, tez morena, bem morena, bella cutis.

Muito intelligente, mas pouco applicado, ou, antes, para falarmos com franqueza — nada applicado.

Em 1881 voltou a S. Paulo, como secretario da Provincia, quando presidente Florencio de Abreu.

Nesse periodo de accesa polemica partidaria, foi elle objecto das facecias opposicionistas e dos epigrammas de Eduardo Prado, que redigia no *Correio Paulistano* a secção jocosa. Davam-lhe ahi a alcunha de *Dr. Carnaval.* Isto, porém, não lhe tirava o appetite, nem tão pouco a sêde.

Pouco depois, o dr. Cadaval teve occasião de relacionar-se com os jovens redactores opposicionistas, e, entre companheiros de folguedos, os gracejos mudaram um pouco de tom.

De volta ao Rio Grande, lá falleceu, ha muitos annos, o dr. Arthur Cadaval.

Caetano Luiz Machado de Magalhães. — Mineiro. Filho de Francisco Machado de Magalhães.

De physico bem parecido, barba toda, preta, aparada á Andó, corado, dando os ares, segundo a impressão que conservamos, com o coronel Fernando Prestes.

De intelligencia regular, mas muito estudioso. Era, por isso, enumerado entre os melhores estudantes do anno.

Depois da sua formatura, dedicou-se á advocacia.

Eleito deputado geral, no regimen transa-
to, foi depurado pela intolerancia politica. Im-
ressionou-se profundamente com a injustiça e
oi tal a magua que lhe affectou a razão.

Canuto José Saraiva — Paulista, de Arêas.
Filho do capitão Joaquim José Saraiva, que foi
m dos chefes do partido conservador naquelle
nunicipio.

O dr. Canuto Saraiva, que foi, por muito
empo, um dos luzeiros do Tribunal de Justiça
leste Estado e tem hoje uma cadeira de minis-
ro no Supremo Tribunal Federal, foi na Acade-
nia um bom estudante e um moço de procedi-
nento exemplar.

Depois de formado, seguiu desde logo a
carreira da magistratura, exercendo os cargos de
promotor publico e juiz municipal em Piracicaba,
e, feito o quatriennio, o de juiz de direito de
Araraquara.

Eil-o chegado hoje ao pináculo da magis-
tratura, deixando de toda a carreira que tem
trilhado uma tradição de integridade, de saber
e de honra.

Eduardo de Almeida Magalhães Sobrinho.
— Mineiro, de S. João d'Elrey. Filho de Sabino
de Almeida Magalhães.

Extremamente sympathico, bonito até. E,
além disso, dotado de nobres qualidades. Tinha

Eduardo Magalhães muitos amigos, entre o quaes, nos primeiros logares, a principio Pedr Regalado Epiphanio Baptista, que se formou n Recife, e, depois, Honorio Hermeto e Eugeni Teixeira Leite, seus companheiros de casa du rante todo o curso academico.

Por aquelles tempos ainda o Carnaval nã havia substituido o Entrudo, o qual, a despeit de todos os editaes da policia, permanecia ar raigado nos habitos da população paulistana

Abstemo-nos, com esforço, de alinhar aqu tres ou quatro periodos apologeticos do Entrud para que não nos acoimem os leitores de *lauda tor temporis acti*...

Tocâmos neste assumpto, para referir que victima de um accidente occasionado pelas phre neticas selvagerias do Entrudo, Eduardo Maga lhães viu cahirem-lhe todos os dentes da frent e gravemente arriscada a esthetica das suas fei ções, tão justamente apreciada pelo bello sexo

Felizmente, porém, habil dentista (quant sinto ter-lhe perdido o nome!) conseguiu replan tar a mesma authentica dentadura. Após algun dias de cuidadoso tratamento, fixou-se ella com dantes e tem prestado, segundo acreditamos, a seu dono, até ao presente, os mais assignalado serviços.

Não temos de Eduardo Magalhães noticias desde muitos annos. Consta-nos, tão sómente

ue elle reside na Leopoldina, não sabemos se dvogado ou lavrador.

Eugenio Teixeira Leite. — Fluminense, de assouras. Filho do Barão de Vassouras. Muito migo do precedente, era, como elle, bom, bonito sympathico, com a vantagem de maior eleancia.

É hoje fazendeiro no municipio de Vassouas, e cremos que em Juiz de Fóra, e possuidor e vastas terras incultas no *far west* paulista.

É irmão do dr. Leopoldo Teixeira Leite e unhado do Visconde de Taunay, de saudosa nemoria, e do dr. Augusto Telles.

Francisco Candido Cardoso. — Fluminene, carioca. Filho do dr. Candido José Cardoso.

Algum tanto nutrido... sim, algum tanto: Quasi rotundo. Por signal que, tendo elle um primo, o Santos Cardoso, de anno superior, era este chamado o *Cardoso magro,* embora corpulento. Isto queria dizer que o outro, o nosso de hoje, que lhe servia para termo de comparação, a saber o *Cardoso gordo,* era quasi um hippopotamo. E assim era, salvo a hiperbole. Não pesaria menos de 120 kilos.

Entretanto, debaixo de todo aquelle toucinho, que coração manso e bondoso! É quasi sempre assim. Os obesos, se não são bons, propriamente, ao menos são bonachões.

De uma fleugma anglo-saxonica, jámais s
irritava, mesmo quando os collegas lhe fazian
alguma troça.

Occorrem-nos, por exemplo, á memoria, doi
casos que nos foram referidos, em comprovaçã
da inalterabilidade de carácter do *Cardoso gordo*

Tinha elle no quarto uma caixeta de goia
bada... de deliciosa fabricação campista. A cai
xeta era dessas que se abrem, puxando horizon
talmente a tampa.

Não podendo repartir o doce com todos o
companheiros da sua *republica,* nem querendo fa
zer entre elles selecção, para não prejudicar o
preteridos, tinha elle achado bom pretexto par
saborear occultamente, elle só, a sua gostos
goiabada. Para esse fim, abria a caixeta, quand
estava só, e fechava, por cautela, a porta d
quarto.

Não sabemos como conseguiram os collegas
descobrir o mysterioso doce. Penetrando, indis-
cretos, no quarto do Cardoso, na ausencia delle,
atiraram-se á goiabada. Cortavam-na, porém, do
lado opposto áquelle em que o Cardoso havia
começado a tirar. Este não retirava inteiramente
a tampa, mas sómente o bastante para cortar
uma lamina para o seu *lunch*. Os collegas faziam
outro tanto, mas, como dissemos, do lado oppos-
to, retirando a tampa, collocando-a de novo e
deixando a caixeta no esconderijo do costume.

Por occasião das refeições e do chá, manifestavam os collegas em termos velados a apprehensão com que esperavam o dia do *encontro.* Riam-se todos, menos o Cardoso, que não deixava de ficar intrigado com o tal *encontro.*

Como era natural, não tardou a chegar essa eventualidade. Foi ella annunciada á hora do almoço: «É hoje o dia do *encontro!*» E quando o Cardoso, ao meio dia, se encaminhou para o quarto, foi annunciada a hora do *encontro.*

E, de facto, poucos minutos depois, verificou elle, afinal, que as duas cavas na goiabada, começadas em lados oppostos, tinham feito o seu encontro no meio! Pesaroso com a privação do seu dôce, todavia achou graça na pilheria.

E era o melhor alvitre a adoptar.

O outro caso, que é o seguinte, mostra que, além do seu constante bom humor, não deixava o *Cardoso gordo* de ter espirito.

Fundara-se, naquelle tempo, o *Club Constitucional,* a cuja frente se encontravam Francisco Bernardino, Genuino Vidal, Honorio Hermeto, Teixeira da Motta, Olympio Valladão e outros estudantes conservadores, entre os quaes o auctor destas linhas. Os dois Cardosos tambem faziam parte da grey.

O facto produziu certa celeuma nas rodas academicas, cuja maioria era liberal e republicana. Dahi, algumas mofinas pelos jornaes.

Uma dellas, em estylo humoristico, mettia bulha varios socios do *Club*. Estes exasperaram se com a *provocação* e estavam tratando de re digir uma resposta violenta.

A referencia feita ao Cardoso era allusiva sua tendencia epicurista. Propunha-lhe um do mofineiros a these: «Qual é mais gostoso — perú branco ou o perú preto?»

Elle preparou breve resposta ao interpel lante anonymo, na qual dizia que nenhuma in fluencia tinha sobre o sabor do perú a côr da pennas, mas sim a sua nutrição; que o essencia era que a ave fosse bem gorda e de papo volu moso; que, finalmente, para que o laudo foss mais seguro, pedia que o interpellante lhe man dasse, devidamente trufados, os dois perús en concurso... etc., etc.

Tal resposta deu sorte!

Formado, o dr. Francisco Cardoso seguiu a magistratura e exerceu na provincia do Rio de Janeiro o cargo de juiz municipal.

Uma vez, presidindo o tribunal do jury, fo inopinadamente acommettido de um accesso de demencia, que lhe deu para collocar o chapéu na cabeça e retirar-se da sala em completo estado de ausencia mental. Foi recolhido a uma casa de saude, onde pouco depois fallecceu.

FRANCISCO FREDERICO DA ROCHA VIEIRA. — De Alagoas. Filho de pae de egual nome, parente

o conceituado advogado dr. Lins e Vasconcellos, do dr. Albuquerque Lins e do finado Visconde de Sinimbú.

Estudante regular.

Foi juiz municipal no Amparo, e, posteriormente, exerceu uma das varas de juiz de direito nesta capital.

É fallecido.

Francisco Mendes de Paiva. — Natural do Rio de Janeiro. Filho de João Mendes de Paiva e sobrinho dos padres Paivas, que por muitos annos dirigiram o *Collegio de S. Pedro de Alcantara,* no Rio Comprido.

Alto, esbelto, moreno pallido, olhos e cabellos negros, physionomia viva e intelligente, rosto imberbe. Temperamento jovial.

Naquelle collegio fez Mendes de Paiva com extraordinario brilhantismo o seu curso de preparatorios. Fez-se necessaria a creação, especialmente para elle, de um premio excepcional, superior a todos os existentes.

Na Academia, porém, não correspondeu á ingente expectativa que os seus anteriores successos haviam preparado. Foi um bom estudante mas não foi um estudante distincto: isto exclusivamente porque sacrificou o amor aos livros a outro amor mais humano, a uma ardente paixão que lhe inspiraram os encantos de uma formosa creatura, a quem por mais de uma vez temos feito

menção nestas chronicas. E como não ser assim, se, durante cerca de vinte annos, sempre encantadora, essa Ninon Lenclos interessou a chronica alegre da Academia de S. Paulo?

Como rememorar todo este periodo da Paulicéa academica, sem a minima referencia á Rita Sorocabana?

Se não era nas aulas o primeiro estudante de Direito, entretanto, a despeito de tudo, o Mendes de Paiva primou sempre como literato, philosopho e eloquente orador. Era, no firmamento academico, estrella de primeira grandeza.

Depois de formado, esteve no Rio por algum tempo advogando ou com intenção de advogar. Com o pseudonymo *Theobaldo* publicou esplendidos artigos de critica literaria no *Cruzeiro* ou no *Globo*.

Falleceu muito moço ainda.

Herculano Augusto de Padua e Castro. — Fluminense, da Côrte, como então se diria. Filho de Antonio de Padua e Castro.

Bacharel em letras pelo Collegio Pedro II.

Estatura regular, magro, tez clara e pallida, olhos e cabellos castanhos.

Intelligente. Bom estudante.

Desde a sua formatura, fixou residencia em Campinas, onde foi advogado e é hoje fazendeiro.

Ignacio Soares de Bulhões Jardim. — De

Goyaz. Filho de Ignacio Soares de Bulhões. Irmão de Antonio Felix, Antonio Augusto e José Leopoldo de Bulhões Jardim, formados todos em Direito e todos intelligentissimos.

Destes quatro irmãos é vivo unicamente o mais moço, José Leopoldo, que foi ministro da fazenda quando presidente da Republica Rodrigues Alves.

Ignacio era de estatura regular, moreno e imberbe, cabellos castanhos e rebeldes ao pente. Muito sympathico.

Ignacio de Bulhões honrou na Academia as tradições de intellectualidade da sua familia.

Casou-se em S. Paulo, na familia Bourroul.

Cedo enviuvou, e, após breve carreira de magistrado, veiu a fallecer. Foi, tambem, lente na Escola Normal de S. Paulo.

JOÃO KÖPKE. — Do Rio de Janeiro. Filho do dr. Henrique Köpke.

Conhecido educacionista. Deixou, infelizmente, a sua nobilissima missão pedagogica e fez-se serventuario vitalicio de um pingue cartorio na Capital Federal.

Estatura pouco inferior á mediana, claro, corado, cabellos castanhos, imberbe. Tinha uma perna mais curta que a outra.

Na Academia foi um bom estudante, merecendo, como tal, o honroso conceito de lentes e collegas.

Joaquim Soares Guimarães. — Do Rio de Janeiro, a saber, da Côrte. Filho de Joaquim Soares da Costa Guimarães. De constituição debil, ophtalmico.

Estudante regular.

Depois de formado, exerceu a advocacia e empregos administrativos no Rio de Janeiro.

José Accioli de Brito. — Moreno, pallido. Filho do conselheiro Luiz Barbosa Accioli de Brito e nascido na cidade de Laranjeiras, em Sergipe, a 29 de janeiro de 1852.

Muito sympathico. Moço intelligente.

Advogou no Rio de Janeiro. Tinha antes occupado cargos de magistratura em Minas Geraes e Santa Catharina e fôra presidente de Goyaz em 1884-85.

Falleceu no Ceará a 21 de junho de 1889.

José Ferreira de Mello Nogueira. — Fluminense, de Rezende. Filho do dr. Francisco Xavier de Paula Nogueira, formado em 1834, e de quem nos occupamos na *6.ª Serie* destas Tradições e Reminiscencias.

Era magro, alto, moreno pallido, olhos garços, cabellos castanhos e crescidos. Barba rapada. Usou-a, depois, *á Andó*. Retrahia-se do bulicio academico e mais se comprazia em passeios a sitios agrestes onde pudesse admirar a natureza em seu esplendor. Assignalou-

e durante o curso pelo talento e pela applicação.

Exerceu primeiramente cargos de magistratura. Depois, tornou-se proprietario e capitalista e veiu residir nesta capital.

Era casado com uma filha do dr. Antonio de Paula Ramos, sobrinho do Visconde de Jaguary.

Foi promotor publico em Jacarehy, no Rio Novo e em Rezende. Exercia com dedicação o cargo, estudava bem os processos e falava no jury com proficiencia juridica e calorosa eloquencia.

Era abolicionista e republicano.

Falleceu nesta capital em abril de 1894.

Era pae do dr. Mello Nogueira, formado em 1902, advogado do fôro paulistano.

José Rubim Cesar. — Paulistano. Filho do popularissimo cidadão Martiniano Rubim Cesar, um dos typos mais caracteristicos da antiga Paulicéa. Assignalava-se, entre outras coisas, pela ingenuidade do seu enthusiasmo partidario, e era, de facto, uma grande influencia no partido liberal da sua freguezia. São celebres as trovas populares com que, nos banquetes politicos, elle brindava aos seus chefes Carrão, José Bonifacio, Chrispiniano, Martim Francisco e outros.

O seu filho, dr. José Rubim Cesar, foi, na Academia, um bom estudante, vivo, intelligente,

laborioso, e, na vida pratica, promotor publico e depois advogado na comarca de Santos.

Foi republicano historico.

É fallecido ha muitos annos.

Marcellino da Gama Coelho. — Fluminense, de Cabo Frio. Filho do dr. José Jacyntho Coelho e irmão do senador Erico Coelho. Estatura regular, pallido, moreno, olhos e cabellos pretos, quasi imberbe; physionomia sympathica.

Foi bom estudante. Todavia, depois de formado dedicou-se mais á cultura juridica. É auctor de uma consolidação do processo civil e de uma apreciada monographia sobre o *habeas corpus*.

Tem exercido, no Estado do Rio de Janeiro, cargos publicos e funcções politicas.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada Junior. — Paulista, da dynastia intellectual dos Andradas, hoje o mais notavel representante das glorias desse nome. Filho do conselheiro Martim Francisco, a quem já nos referimos na nossa chronica do anno de 1845.

Espirito refractario a qualquer alheia coacção, de uma independencia altiva e quasi selvagem, Martim Francisco Junior, quando ainda menino, não poude curvar a cabeça á disciplina collegial.

Alumno do internato do Collegio de Pedro II, então dirigido por um frade, começou

por se rebellar contra certas exigencias da educação clerical, entre as quaes a obrigatoriedade da confissão e a ignominia dos castigos physicos.

Contaram-nos desse periodo da sua vida duas anecdotas, que passâmos a referir.

Obrigado a approximar-se de um confissionario, foi interpellado pelo confessor:

— Vamos, accuse-se, meu filho.

— Isto, não! Ningem póde obrigar-me a tanto. É contrario ao direito natural. Accuse-me o sr., que eu me defenderei!

O reitor do collegio tivera a infeliz lembrança de mandar fazer uma grande gaiola assaz resistente para nella enclausurar os infractores da disciplina collegial.

Os alumnos receberam com indignação a reforma, e, por gracejo, puzeram-se a dizer que caberia ao Martimzinho a estreia da gaiola. Este protestou que, se aquillo acontecesse, não ficaria no collegio.

Ora, dicto e feito. Por qualquer facto, justo ou injusto, foi engaiolado o Martim. Conseguiu, entretanto, libertar-se, arrombando o fecho da gaiola, ou antes, da jaula, pois o menino transformou-se num leão, e, heroico de cólera e de altiva indignação — defendeu-se com tal valentia, que o reitor o deixou em paz e pediu a presença

do conselheiro Martim Francisco, então ministro da justiça, para que deliberasse sobre o caso.

O conselheiro deu razão ao Martimzinho e desde logo o retirou do collegio.

Algum tempo depois, uma representação era dirigida ao ministro do Imperio pelos alumnos do collegio, a cuja frente estava Bulhões Carvalho, contra a ignominiosa gaiola.

O governo, correspondendo aos nobres estimulos da mocidade, deferiu favoravelmente a representação.

Na Academia, foi o Martimzinho um bom estudante, brioso, perspicaz, auxiliado sempre pelo seu notavel talento. Excellente collega, era por todos estimado. Depois da sua formatura exerceu a advocacia em mais de um ponto da provincia, mas tem desde muito fixado a sua residencia em Santos.

No regimen transacto, foi elle deputado geral em mais de uma legislatura e exerceu cargos de alta administração, como o de presidente da provincia do Espirito Santo.

Na Republica, foi senador do Estado e secretario da Fazenda. Segregou-se, depois, da politica republicana, e dedicou-se, por *dilettantismo,* ás luctas estereis da imprensa politica, e, profissionalmente — aos labores fecundos de rendosa advocacia.

Quer nos seus discursos, quer nos seus es-

riptos, e mesmo na sua empolgante palestra, em Martim Francisco duas qualidades salientes, , não vá elle zangar-se — um defeito. As qualiades são a sua incontestavel originalidade e o eu delicioso *humour*. O defeito, segundo nos paece, consiste na sua preoccupação de excentriidade.

É dotado de extraordinario talento, memoria dmiravel, muito espirito e uma *verve* deliciosa. gora, imaginem todos esses predicados, servidos or grande cultura literaria e erudição historica ouco vulgar...

É pena que o seu temperamento impulsivo he não permitta fazer nem mesmo leves concesões a certo convencionalismo social!... Que liabo! Afinal de contas, a independencia de caácter não obriga a gente a ostentar sempre esse spirito *frondeur* e essa attitude desabrida que no dr. Martim Francisco caracterizam o homem publico, á medida que no trato particular não ha quem lhe leve a palma da amabilidade, do cavalheirismo, do verdadeiro encanto pessoal.

Miguel Antonio Dutra Filho. — Do Rio Grande do Sul. Filho de pae de egual nome.

Estatura regular, pulso vigoroso, como geralmente o de todos os gaúchos; tez morena. Pouco expansivo, menos na intimidade.

Bom estudante.

Nada nos consta acerca delle, depois da sua formatura.

Olympio Oscar de Vilhena Valladão. — Mineiro, da Campanha. Filho do coronel Manuel Ignacio Gomes Valladão.

Estudante distinctissimo e de notavel talento. Alto, magro, pouca barba. De trato muito agradavel e excellente palestra. Palavra sempre conceituosa, ainda que caustica por vezes, quando quer gracejar.

Na aula, um dia, em sabbatina, era elle arguente e formulou uma objecção *caracuda*. O defendente, não a sabendo resolver, pretendeu inculcar que havia obscuridade na exposição e disse com segunda intenção:

— Meu collega, apesar do seu longo discurso, devo dizer-lhe que não comprehendi o que o senhor quiz dizer.

— Eu quiz dizer o que disse — accentuou Olympio Valladão.

— Pois, neste caso, devo declarar-lhe que não o entendo...

— A culpa não é minha! — replicou sarcasticamente o Valladão.

— Nem tão pouco é minha — retorquiu ainda o defendente.

— Diz bem — concluiu o Valladão, já no meio de certo rumor dos collegas — Nem sua tão pouco. A culpa é de Deus...

Depois da Academia, Olympio Valladão foi deputado geral.

Contrahiu casamento com uma filha do Visconde de Jaguary.

Senhor de avultada fortuna, é capitalista e proprietario e reside alternadamente na Campanha e no Rio.

Sempre conhecemos no Olympio Valladão, desde a quadra academica, um espirito criterioso e bem orientado. Era conservador, sim, mas conservador liberal, sem carrancismo; monarchista, mas não aulico nem idolatra de fórma. Comprehendia que a liberdade e a conservação social são compativeis com qualquer fórma de governo.

Scientes dessas ideias do Olympio Valladão, causou-nos extranheza que elle se conservasse monarchista, depois da evolução republicana no Brazil. Por isso, o interpellámos, um dia:

— Diga-me uma coisa, ó Olympio. Onde foi v. buscar este seu afferro sebastianista?

— Homem!... Quer v. saber uma coisa? Quasi tenho sido impellido insensivelmente a essa posição, por não ter achado geito de decorosamente tomar pé nessa Republica.

— Como assim? Porquê esta subordinação musulmana?

— Quasi sou monarchista á força. Houve mesmo algum tempo em que não me chegava noticia de alguma conspiração, phantastica ou real,

contra a Republica, que não me viessem logo informar que era um dos conspiradores...

—E você?...

—Sem saber de nada!

Pedro de Vasconcellos Teixeira da Motta. —Mineiro, de Caethé. Filho de Joaquim Camillo Teixeira da Motta e nascido a 8 de fevereiro de 1853.

De pequena estatura e em geral de um physico ingrato. Em compensação, que cabeça!

Os seus desaffeiçoados (não eram muitos) chamavam-lhe *Motta Cabeça*, fazendo allusão á sua grande cabeça, physicamente considerada. O appellido fôra mais justo, se, por metaphora, o tivessem derivado do extraordinario talento de Teixeira da Motta.

Fomos muito amigo delle...

Empregâmos o verbo no passado, porque, infelizmente, já não pertence o nosso amigo ao numero dos vivos. Cedo falleceu na sua provincia natal.

De um physico desgracioso, se o quizerem, tinha elle, comtudo, sobeja compensação na sua superioridade mental. A sua belleza, como a de Cyrano, era subjectiva.

Assim, tinha elle um espirito vivo e não eram escassos, na sua palestra, dictos agudos e engraçados.

Querem os leitores uma pequena amostra?

Um seu amigo tinha mimoseado o Motta com uma caixa de finos charutos, que elle muito apreciava.

Talvez em homenagem ao auctor do brinde, elle guardava cioso o grato presente, consumindo-o com parcimonia.

Notou, entretanto, que alguem lhe estava prestando um *ajutorio,* que elle de bom grado dispensaria.

Quem era o ladrão? Como o havia de descobrir? Se indagasse, seria provavelmente escarnecido pelos collegas...

— Sim, senhores — disse elle um dia á mesa do jantar — está bonito! Não se tem nesta casa nenhuma garantia. Alguem penetrou no meu quarto e... evaporou-se uma nota de vinte mil réis que eu tinha na gaveta. Muito bem!

— Motta! — disse, então, formalizando-se todo, um dos companheiros. — Quem tem penetrado no seu quarto sou eu, para lhe filar charutos... Não vi, porém, nenhum dinheiro... nem era capaz!...

— É quanto basta — concluiu o Motta — Não perdi nenhum dinheiro. Queria sómente saber quem era o ladrão dos meus charutos.

Prolongava elle até alta noite, ou mesmo á madrugada seguinte, os seus estudos. Era natural, por isso, que não se levantasse cedo.

Não podia, entretanto, conformar-se com este habito o Valladares, seu companheiro de casa.

Alli pelas 7 ou mesmo pelas 8 horas da manhan, vinha o Manuel, preto, creado da *republica*, bater á porta do Teixeira da Motta para lhe dar o café na cama.

Depois de muito ouvir bater, por fim, dizia o Motta, somnolento e com a voz arrastada:

— Quem é! é... é...?!

— Tá hi café, sim senhô!

— Pr'a quê... ê... ê?

— Huê! pr'a vancê bebê, sim senhô.

— Pr'a quê ê... ê...

Neste ponto, surgia, impaciente e nervoso, o Valladares, que era veterano, como tal respeitado, e fazia levantar o preguiçoso caloiro, sob pena de alguma atrocidade.

Talvez mesmo por serem muito amigos, amigos inseparaveis, viviam o Valladão e o Motta a perseguirem-se reciprocamente com pequeninas troças e pilherias.

Entretanto, geralmente, era o Valladão o algoz e o Motta a victima destes gracejos, algumas vezes de mau gosto.

Estava, um dia, o Valladão com forte enxaqueca, proveniente de uma dôr de dentes.

Entendeu o Motta que era azada a occasião para tirar desforra das constantes facecias, com que o seu amigo o perseguia, e disse aos companheiros:

— O Valladão está de um mau humor nunca

isto. Vae elle agora pagar-me novas e velhas.

Dirigindo-se, então, ao amigo:

— Que é isto? Que é que v. tem?

— Pois não vê? Uma enxaqueca medonha...

— V. está soffrendo porque quer. Ha um remedio muito simples...

— Qual é?

— Injecte na cova do dente um pouco de agua fria...

— Agua fria?!

— Sim, espere. Approxime-se, depois, de um bom fogo. Approxime o mais que puder. Quando a agua começar a ferver, terá desapparecido a enxaqueca...

— Ora! Vá bugiar!

— Oh! Sr., estou brincando...

— E eu soffrendo tanto.

— Agora, falemos sério. Quer v. um bom remedio, de *sympathia*...

— Não acredito em *sympathias*.

— Pois, olhe, é infallivel.

— Diga sempre.

— V. ponha um dedo na bocca e outro no... nariz. E, depois, de minuto em minuto, vá trocando...

— Ora, bolas!

— Espere... espere. Vou-lhe dar outro remedio.

— Deixe-me...

— Escute. Sabe o que eu faço quando tenh enxaqueca? Peço um beijo á minha namorada..

— Este remedio acceito eu — acudiu com vivacidade o Valladão. — Onde está ella?!

O Teixeira da Motta fôra alumno do collegio do Caraça. Da educação fradesca alli recebida conservava, com um fundo de orthodoxism catholico, certa *allure* clerical e a convicção do excessos de alguns ensinamentos.

A este proposito, referiu-nos elle mesmo o seguinte episodio assaz comico, mas caracteristico deste ultimo reparo.

Indo passar as ferias na fazenda paterna ainda quando *cascabulho* do Caraça, costumava elle, cedendo ao seu gosto pela cama, conservar-se deitado até alto dia, e, alli mesmo, tomar o seu primeiro café. Este era-lhe servido por uma preta velha, escrava da casa.

O preguiçoso menino via penetrar no seu quarto e retirar-se a servente... e ficava a pensar... perdia o somno, assaltado de feias suggestões do demonio, que elle com indignação repellia

Uma vez, não se poude conter, ao avistar a negra, que lhe não dissesse, a ella ou a Satanaz sob aquellas saias:

— Arreda-te daqui, tentação!...

Nada mais houve senão isto, explicava o Motta (ainda bem!) Mas isso mesmo, accrescentava, foi grave escandalo, resultante da preven-

o que lhe haviam incutido contra as mulheres, strumentos de perdição, etc., etc.

Outro corollario do facto:

É que, para *formigões* (ou seminaristas) uma egra velha — é mulher. [1]

Depois de formado, tendo feito, como vios, brilhantes estudos, o dr. Pedro de Vasoncellos Teixeira da Motta retirou-se para a a provincia natal, e, no anno seguinte, foi noeado promotor publico de Sabará.

Desse cargo passou para o de juiz municiál de Caethé, o qual tambem por pouco tempo xerceu. Dedicou-se depois á advocacia nesta ltima comarca.

Em 1880 foi eleito deputado á Assembleia Provincial de Minas, mas a maioria liberal deurou-o. No seguinte biennio, o eleitorado conserador reelegeu-o e a Assembleia reconheceu-lhe diploma.

Então, tomou assento e desempenhou com rilho o mandato politico.

Falleceu na fazenda da Cachoeira, municiio de Caethé, aos 5 de outubro de 1884.

Era genro e cunhado do dr. Pinto Moreira, formado em 1859.

---

[1] Em compensação, refere P. L. Courier que, já na Edade Média tinham feito análoga descoberta as monjas dos conventos. Á medida que os philosophos investigavam em suas locubrações transcendentes — se os vilões eram homens, já estavam ellas desde muito compenetradas da affirmativa.

# INDICE



21

## DO MESMO AUCTOR:

**ito Civil**—Dissertação sobre a these: «Na herança ou legado condicional transmitte-se a esperança *debitum-iri?*»—S. Paulo. 1872.

**aios Juridicos e Sociaes.**—S. Paulo. 1873.

**ito Constitucional.**—Monographia sobre a these: «Podem os Estados e os Municipios contrahir emprestimos externos?»—S. Paulo. 1904.

**nomia Politica.**—Estudo sobre a denominação «Economia Politica».—S. Paulo. 1905.

**nomia Politica.**—Qual o objecto da Economia Politica?—S. Paulo. 1906.

**cademia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 1.ª série. — S. Paulo. 1907.

**cademia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 2.ª série. — Lisboa. 1907.

**cademia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 3.ª série. — Lisboa. 1908.

**cademia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 4.ª série. — Lisboa..1908.

**Academia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 5.ª série. — Lisboa. 1908.

**Academia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 6 ª série. — Lisboa. 1909.

## NO PRÉLO

**Academia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 8.ª série.

## EM PREPARO:

**Academia de S. Paulo.** — Tradições e Reminiscencias. 9.ª série.

**reito Industrial.** — Patentes de invenção, marcas de fabrica e nome commercial.

**onomia Politica.** — Compendio de Economia Politica.